



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO

SEPED/2015

Brasília-DF, março de 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

SEPED/2015

Brasília-DF, março de 2016

República Federativa do Brasil

DILMA ROUSSEFF

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CELSO PANSERA

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

Departamento de Políticas e Programas Temáticos – DEPPT

SÁVIO TÚLIO OSELIERI RAEDER

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN

OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES

Coordenadores da SEPED:

Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa - CGAA

Fábio Donato Soares Larotonda

Coordenação - Geral de Gestão de Ecossistemas - CGEC

Andrea Ferreira Portela Nunes

Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS

Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira

Coordenação para Mar e Antártica - CMA

Andrei de Abreu Sodré Polejack

Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima (Substituto)- CGMC

Marcio Rojas da Cruz

Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CGMH

Silvestre Rabello de Aguiar Júnior

Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade – CGBD

Bruno Cesar Prosdocimi Nunes

Coordenação-Geral de Operações e Modelagem-CGOM

Eduardo Mario Mendiondo

Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento-CGPD

Marcelo Enrique Seluchi

COLABORADORES

Andrea Nascimento de Araujo

Cláudia Morosi Czarneski

Gustavo Sartori Pottker

Jose Luiz Alckmin de Barros

Thiago de Mello Moraes

Vânia Gomes da Silva

Equipe técnica:

- Lozevaldo Monteiro Cruz

- Francisco Mesquita do Amaral

LISTAS DE SIGLAS

BIONORTE – Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal	INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
CBAB – Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia	INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
CBCB – Centro Brasil China de Biotecnologia	INPOH – Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográficas e Hidroviárias
CDB – Convenção de Diversidade Brasileira	IPBES – Plataforma Intergovernamental Político-Científica sobre a Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos
CENAD – Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres	IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima
CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	ISBA – International Seabed Authority/Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos
CIM – Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima	JBB – Jardim Botânico de Brasília
CIRM – Comissão Interministerial dos Recursos do Mar	JBRJ – Jardim Botânico do Rio de Janeiro
CMCH – Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia	LOA – Lei de Diretrizes Orçamentária Anual
CNPEM – Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	LNBio – Laboratório Nacional de Biociências
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
COI – Comissão Oceanográfica Intergovernamental	MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
ComCerrado – Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para a Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado	MME – Ministério das Minas e Energia
CONAPA – Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas	MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura
CONAPE – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
CPG de Atuns e Afins – Comitê Permanente de Gestão de Atuns e Afins	MS – Ministério da Saúde
CPP – Centro de Pesquisas do Pantanal	MUSA – Museu da Amazônia
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	NCAR – Centro Nacional de Pesquisas Atmosféricas
CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos	OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
CSIR – Council for Scientific and Industrial Research	PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	PIRATA – Rede de Boias Fixas para Pesquisa e Previsão no Atlântico Tropical
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	PPA – Plano Plurianual
FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande	PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
GEF – Global Environment Facility	PNBOIA – Rede de Observação por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul e Tropical
GEOMA – Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia	PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
GEx – Grupo Executivo sobre Mudanças do Clima	PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
GOOS/Brasil – Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima	PPBio – Programa de Pesquisa em Biodiversidade
IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná	PPG-Mar – Programa de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	PROANTAR – Programa Antártico Brasileiro
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	Rede GENOPROT – Rede Genômica e Proteômica e de Capacitação de Biotérios
ICGEB – International Centre for Genetic Engineering and Biotechnology	Rede Pró-Centro-Oeste – Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte	REIF – Regime Especial de Incentivo à Indústria de Fertilizantes
IITM – Indian Institute of Technology Madras	REEMPLAC – Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia	RENAMA – Rede Nacional de Métodos Alternativos
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	RENORBIO – Rede Nordeste de Biotecnologia
	UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2 SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED (ITEM 1, DA PORTARIA N.º 321, DE 30/11/2015)
2.1 IDENTIFICAÇÃO DA SEPED
2.1.1 Relatório de Gestão INDIVIDUAL da SEPED
3. VISÃO GERAL DA SEPED
3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA SEPED
3.6 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEPED
3.7 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEPED
3.8 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA SEPED
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL DA SEPED
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL DA SEPED
4.1.1 Objetivos do exercício
4.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO
4.2.1 Execução Física e Financeira das Ações e Planos Orçamentárias de responsabilidade da SEPED:
4.3 OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA e RESULTADOS ALÇANCADOS DO MONITORAMENTO TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED
4.4 DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PLANOS ORÇAMENTOS DA SEPED E DO CEMADEN
4.5 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIO ANTERIORES
4.6 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS
4.7 ACOMPANHAMENTO DE TERMO DE PARCEIRA NOS TERMOS DA LEI N.º 9.790/99
4.8 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA SEPED
5. GOVERNANÇA
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
7.1 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade prestadora da conta e de suas subunidades, (item 7.5 da Portaria 321/15):
7.2 – DECLARAÇÕES DO CONTADOR SEPED (UG 240119/00001) E CEMADEN (240224/00001), (ITEM 7.6 DA PORTARIA 321/15):
7.2.1 – Declaração do Contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI da SEPED, (item 7.6 da Portaria 321/15):
7.2.2 – Declaração do Contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI do CEMADEN, (item 7.5 da Portaria 321/15):
7.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI N.º 4.320/64, (ITEM 7.7 DA PORTARIA 321/15), DA SEPED (UG 240119/00001) E CEMADEN (240224/00001):
7.3.1 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n.º 4.320/64, (item 7.7 da Portaria 321/15), da SEPED (UG 240119/00001):
7.3.2 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n.º 4.320/64, (item 7.7 da Portaria 321/15), do CEMADEN (240224/00001):
8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO DE PESSOAS
8.1 GESTÃO DE PESSOAS
8.1.1 Estrutura de pessoal da SEPED e do CEMADEN
8.2 DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL
8.3 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS
8.4 GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO CEMADEN/MCTI
8.4.1 Distribuição espacial dos Bens Imóveis de uso especial locados de terceiros
8.5 CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE
9.1 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO
10. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE
10.1 INTEGRIDADE E COMPLETUDE DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8.730/1993 QUANDO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS
ANEXOS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro: Relatório de Gestão INDIVIDUAL.....
Tabela 2: Quadro 3.7 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
Tabela 3: Quadro 3.8 – Macroprocessos Finalísticos das Coordenações da SEPED
Tabela 4: Quadro 4.2.2: Ação 20VD de responsabilidade da SEPED – OFSS.....
Tabela 5: Quadro 4.2.2.1: Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 6: Quadro 4.2.2.2: Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 7: Quadro 4.2.2.3: Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 8: Quadro 4.2.2.4: Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 9: Quadro 4.2.2.5: Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 10: Quadro 4.2.2.6: Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 11: Quadro 4.2.2.7: Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 12: Quadro 4.2.2.8: Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 13: Quadro 4.2.2.9 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 14: Quadro 4.2.2.10 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 15: Quadro 4.2.2.11 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 16: Quadro 4.2.2.12 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 17: Quadro 4.2.2.13 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 18: Quadro 4.2.2.14 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 19: Quadro 4.2.2.15 – Ações 20UV.....
Tabela 20: Quadro 4.2.2.16 – Ações 00OL.....
Tabela 21: Quadro 4.2.2.17 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 22: Quadro 4.2.2.18 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 23: Quadro 4.2.2.19 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 24: Quadro 4.2.2.20 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 25: Quadro 4.2.2.21 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 26: Quadro 4.2.2.22 – Plano Orçamentário – OFSS.....
Tabela 27: Quadro 4.2.2.23 – Ação 20GB – OFSS.....
Tabela 28: Quadro 4.2.2.24 – Ação 12QB – OFSS.....
Tabela 29: Demonstrativo da execução das das Ações e Planos Orçamentos da SEPED – UG 240.119/00001.....
Tabela 30: Demonstrativo da execução das Ações do CEMADEN – UG 240.224/00001.....
Tabela 31: Despesas por Modalidade de Contratação – das Ações e Planos Orçamentários da SEPED.....
Tabela 32: Despesas por Modalidade de Contratação – das Ações do CEMADEN.....
Tabela 33: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa das Ações e Planos Orçamentários da SEPED.....
Tabela 34: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – das Ações do CEMADEN.....
Tabela 35: Restos a Pagar Processados.....
Tabela 36: Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - CEMADEN.....
Tabela 37: Execução descentralizada com transferência de recursos.....
Tabela 38: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas SEPED.....
Tabela 39: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas CEMADEN.....
Tabela 40: Termo de Parceria vigente no exercício.....
Tabela 41: Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria.....
Tabela 42: Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência (financeiro).....
Tabela 43: Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99).....
Tabela 44: Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício.....
Tabela 45: COMPONENTE 1 - Lei do Pantanal.....
Tabela 46: Indicadores de Desempenho.....
Tabela 47: Quadro 7.6 da Portaria TCU nº 321, de 30/11/2015 - Declaração do contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....
Tabela 48: Quadro 7.6 da Portaria TCU nº 321, de 30/11/2015 - Declaração do contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....
Tabela 49: BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS DA SEPED.....
Tabela 50: BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS DO CEMADEN.....
Tabela 51: Quadro – Força de Trabalho da SEPED e CEMADEN.....
Tabela 52: Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva.....
Tabela 53: Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....
Tabela 54: Quadro – Custos do pessoal.....
Tabela 55: Composição do Quadro de Estagiários.....
Tabela 56: Frota de veículo própria do Cemaden.....
Tabela 57: CONSOLIDADO TRANSPORTE & LOGISTICA - CEMADEN - Contratos Terceirizados – 2015.....
Tabela 58: Total Consolidado de Despesas de TRANSPORTE com os Contratos Terceirizado e Pagamento de Seguros – CEMADEN – Ano 2015.....
Tabela 59: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....
Tabela 60: Quadro: Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais na COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE ECOSISTEMAS – CGEC.....
Tabela 61: Quadro: Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais na COORDENAÇÃO-GERAL DE MUDANÇAS GLOBAIS DE CLIMA – CGMC.....
Tabela 62: Quadro: Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da SEPED e do CEMADEN, da obrigação de entregar a DBR.....

RELATÓRIO DE GESTÃO DA SEPED 2015

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED) tem como objetivo e responsabilidade institucional a missão de implantar e gerenciar políticas e programas, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no País, em áreas de interesse estratégico voltadas para o desenvolvimento sustentável, como conservação e uso sustentável da biodiversidade e ecossistemas, biotecnologia e saúde, meteorologia, climatologia e hidrologia, mudanças climáticas globais, oceanos, antártica e para a redução dos danos materiais e humanos causados por desastres naturais.

Neste sentido, implementa Ações e Planos Orçamentários no âmbito dos seguintes Programas:

- 2018 - Biodiversidade;
- 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação;
- 2040 - Gestão de Riscos e Respostas a Desastres;
- 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártica; e
- 2050 – Mudanças Climáticas.

O presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar as realizações da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), contextualizadas em objetivos, iniciativas, ações e planos orçamentários de Programas do Plano Plurianual (PPA) - 2012-2015, bem como demonstrar a execução dos recursos orçamentários e financeiros desta Unidade Jurisdicionada.

É importante salientar que o trabalho foi realizado em parceria com as Coordenações Gerais envolvidas no processo de execução dos Planos Orçamentários (PO), com recursos provenientes da Lei de Orçamento Anual (LOA), Lei n.º 13.115 de 20 de abril de 2015, que apresentam objetivo e escopo de atuação definidos em consonância com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015).

Cabe salientar que o presente Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, de 01/09/2010, Decisão Normativa TCU N.º 146, de 30/09/2015 e Portaria TCU N.º 321, de 30/11/2015.

2 SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED (Item 1, da Portaria n.º 321, de 30/11/2015)

2.1 Identificação da SEPED

2.1.1 Relatório de Gestão INDIVIDUAL da SEPED

Tabela 1: Quadro: Relatório de Gestão INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento			
Denominação Abreviada: SEPED/MCTI			
Código SIORG: 2055	Código LOA: 24000	Código SIAFI: 240.119	
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 01.263.896/0028-84	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 75-11-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2033-8128	2033-8015	2033-7766
Endereço Eletrônico: seped@mcti.gov.br			
Página na Internet: http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/78951.html			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 2º andar - CEP: 70062-900 - Brasília-DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
– Decreto no 5.886, de 6 de setembro de 2006, alterado pelo Decreto n. 7.513, de 01/07/2011 – DOU 01/07/2011 (Edição Extra)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
– Decreto n.º 7.513, de 1 de julho de 2011, altera o Decreto no 5.886, de 6 de setembro de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão.			
– Portaria Nº- 755, de 3.10.2006 (Regimento interno da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento)			
Portaria SEPED n.º 09, de 17 de junho de 2015 (Fixa as metas e os indicadores institucionais de gestão da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento para o período compreendido entre janeiro a dezembro de 2015)			
– Portaria SEPED n.º 08, de 17 de junho de 2015 (Institui o Plano de Monitoramento e Avaliação de Gestão da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED))			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
24101/00001	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
24102/00001	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
240.119/00001	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento		
A Unidades Orçamentárias 240119 (SEPED), foi criada através da Portaria MCTI Nº 1.059, de 14/10/2013, publicada no DOU/Nº 200, de 15/10/2013, pág. 83, Seção 1.			
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
240.224/00001	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais		
A Unidades Orçamentárias 240.224 (CEMADEN), foi criada através do Decreto n.º 7.513, de 1 de julho de 2011, com inscrição no CNPJ 01.263.896/0026-12 e Regimento Interno aprovado pelo Portaria MCTI n.º 857, de 5/09/2013, publicada no DOU n.º 174, de 9/09/2013, páginas 22 e 23.			

3. VISÃO GERAL DA SEPED

3.1 Identificação da SEPED

A SEPED é unidade integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação inscrita no CNPJ: 01.263.896/0028-84, UG 240.119/00001.

3.2 Finalidade e Competências Institucionais da SEPED

É competência da SEPED implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em áreas de interesse estratégico para o levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em especial em biotecnologia e saúde, biodiversidade, ecossistemas, meteorologia, climatologia e hidrologia, ciências do mar, antártica, mecanismos de desenvolvimento limpo, mudanças climáticas globais e redução dos danos materiais e humanos causados por desastres naturais.

Nesse sentido, esta Unidade Jurisdicionada implanta e gerencia políticas e programas visando: i) ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde, ii) ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País em áreas de interesse estratégico para o levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em especial em Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Mudanças Climáticas Globais, iii) à atração de novos talentos e à formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em suas áreas de atuação, iv) ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação regionalmente equilibrado e a aplicação de tecnologias modernas à solução de problemas sociais, em suas áreas de atuação, v) ao apoio às pesquisas científicas e ao desenvolvimento de tecnologias necessárias à implementação de mecanismos institucionais de prospecção e monitoramento da evolução do progresso científico e tecnológico no País e Exterior, em especial em áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento nacional, Compete ainda à SEPED apoiar o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais em suas atividades de monitoramento de desastres naturais, elaboração e divulgação de alertas para ações de proteção e de defesa civil no território nacional.

Os objetivos estratégicos e escopo de atuação da Unidade estão definidos em consonância com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015), a qual ratifica o papel indispensável da inovação no esforço de desenvolvimento sustentável do Brasil, com ênfase na geração e apropriação do conhecimento científico e tecnológico necessário à construção de uma sociedade justa e solidária e de um ambiente empresarial mais competitivo, em especial no plano internacional.

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da SEPED

A SEPED, foi criada por meio do Decreto no 5.886, de 6 de setembro de 2006, alterado pelo Decreto n. 7.513, de 01/07/2011 – DOU 01/07/2011 (Edição Extra) e regulamentada através da Portaria Nº- 755, de 3.10.2006 (Regimento Interno da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento).

3.4 Breve histórico da SEPED

A SEPED foi criada no ano de 2000, através do Decreto n.º 3.568/2000, sob a denominação de Secretaria de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia, sigla (SEPCT), em 2003 o Decreto n.º 4.724, de 9 de junho de 2003 alterou para Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, sigla (SEPPT), vindo a ter a sigla SEPED em 2006 por meio do Decreto no 5.886, de 6 de setembro de 2006.

3.5 Ambiente de atuação da SEPED

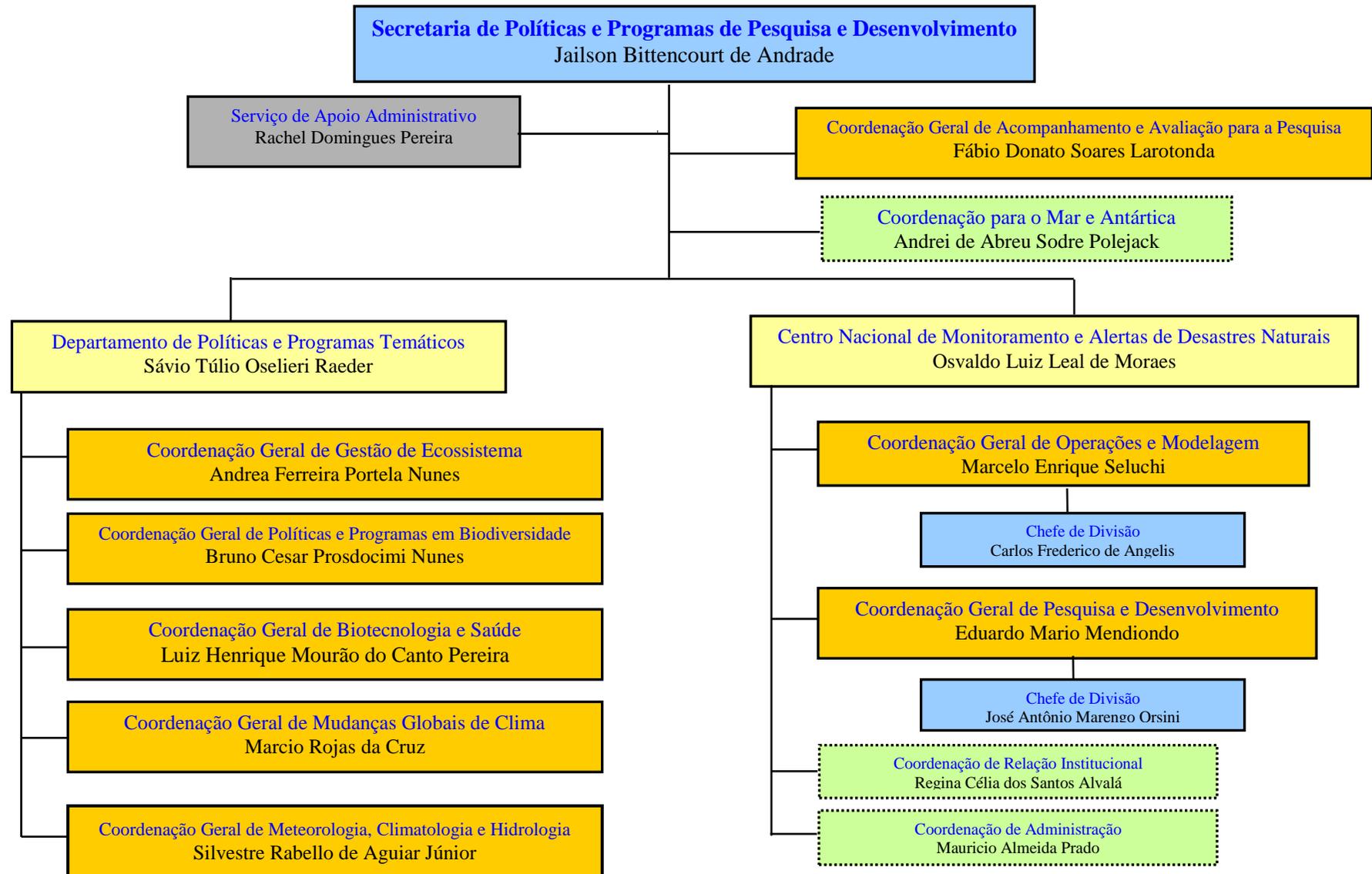
A SEPED, tem atuado na implementação de políticas públicas relacionadas à P,D&I, nos seguintes temas:

- biotecnologias inovadoras que agreguem valor, promovam o uso sustentável da biodiversidade e integrem novas tecnologias;
- consolidar a base científico-tecnológica necessária à transição para uma economia verde e fomentar a inovação em energia limpa e renovável, biotecnologia, biodiversidade e mudanças climáticas;
- ampliar o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros e a biodiversidade associada e apoiar o desenvolvimento tecnológico e inovação para agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural;
- ampliar a capacidade de resposta aos desafios e as oportunidades associadas as mudanças climáticas;
- colocar a pesquisa oceanográfica brasileira no patamar internacional, buscando compreender o papel do Atlântico Sul nas mudanças climáticas projetadas para o final deste século;
- ampliar a pesquisa de excelência internacional sobre a região Antártica e sua área adjacente, por meio do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR);
- desenvolver, testar e implementar um sistema de previsão de ocorrência de desastres naturais em áreas suscetíveis de todo o Brasil, por intermédio da operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), auxiliando ações preventivas, possibilitando identificar vulnerabilidades no uso e ocupação do solo, atuando no aumento da consciência e consequente prontidão da população em risco e induzindo ações efetivas e antecipadas de prevenção e redução de danos; e
- desenvolver, em articulação com outras instituições federais, estaduais, municipais, órgãos de defesa civil e as Forças Armadas, um Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Para a implementação de suas atividades, a SEPED firma parcerias com instituições federais para concessão de bolsas de pesquisa e financiamento de projetos de pesquisa com a finalidade do aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em especial nas áreas da biotecnologia e saúde, biodiversidade, ecossistemas, meteorologia, climatologia e hidrologia, ciências do mar, antártica, mecanismos de desenvolvimento limpo, mudanças climáticas globais e redução dos danos materiais e humanos causados por desastres naturais.

3.6 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEPED

(Decreto n.º 5886/2006, alterado através do Decreto Nº 7.513, de 01/07/2011)



3.7 Organograma Funcional da SEPED

Nesse cenário, para exercer sua missão institucional e a realização de tão amplo conjunto de atividades, a SEPED mantém em sua estrutura organizacional as unidades técnicas abaixo relacionadas que juntas são responsáveis pela gestão, articulação e coordenação dos principais objetivos, ações e planos orçamentários.

Tabela 1: Quadro 3.7 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular(es)	Cargo	Períodos de atuação
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento (SEPED)	compete implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em áreas de interesse estratégico para o levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em especial em biotecnologia e saúde, biodiversidade, ecossistemas, meteorologia, climatologia e hidrologia, ciências do mar, antártica, mecanismos de desenvolvimento limpo, mudanças climáticas globais e redução dos danos materiais e humanos causados por desastres naturais.	Carlos Afonso Nobre	Secretário	01/01 a 11/02/15
		Jailson Bittencourt de Andre	Secretário	12/02 a 31/12/15
Departamento de Políticas e Programas Temáticos (DEPPT)	subsidiar na formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas científicos e de desenvolvimento de tecnologia, projetos e atividades de fomento nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde, bem como participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos, relacionados com a política nacional de ciência e tecnologia, com as agências internacionais de desenvolvimento e cooperação.	Osvaldo Luiz Leal de Moraes	Diretor	01/01 a 05/06/15
		Andréa Ferreira Portela Nunes	Diretora Substituta	05/06 a 16/12/15
		Sávio Túlio Oseliéri Raeder	Diretor	17/12 a 31/12/15
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa (CGAA)	subsidiar nas definições estratégicas para a implementação dos programas, projetos e nas atividades de fomentos nas áreas de atuação da SEPED, bem como promover a articulação entre as Coordenações Gerais em processos metodológicos, administrativos e gerenciais.	Maria do Socoro Fernandes	Coordenador(a) Geral	01/01 a 06/07/15
		Fábio Donato Soares Larotonda		07/07 a 31/12/15
Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC)	subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades na área de Ecologia e Gestão de Ecossistemas, bem como promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em conservação e uso da biodiversidade.	Andréa Ferreira Portela Nunes	Coordenadora Geral	01/01 a 31/12/15
Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde (CGBS)	promover a expansão do conhecimento científico, tecnológico e inovativo das áreas de biotecnologia, saúde e agricultura, com base no aproveitamento de oportunidades nacionais e regionais, visando à geração de produtos, processos e serviços em benefício da sociedade, em consonância com as políticas vigentes no país e as orientações estratégicas do MCTI.	Luiz Henrique Mourão de Canto Pereira	Coordenador Geral	01/01 a 31/12/15
Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima (CGMC)	subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para: mitigação e adaptação às mudanças do climáticas, implementação de atividades relacionadas à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima no Brasil incluindo o Protocolo de Quioto e aprovação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); Comunicação Nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima que inclui o Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito	Marcio Rojas da Cruz	Coordenador Geral-Substituto	01/01 a 02/09/15 17/12 a 31/12/15
		Sávio Túlio Oseliéri Raeder	Coordenador Geral	06/07 a 16/12/15

	Estufa.			
Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CGMH)	administrar a Rede de Meteorologia e Climatologia e coordenar as ações de Apoio à Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos, assim como participar de grupos de trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações em Meteorologia, Climatologia e Hidrologia conduzidas pelo Ministério.	Silvestre Rabello de Aguiar Junior	Coordenador Geral	01/01 a 31/12/15
Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade (CGBD)	subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades na área Biodiversidade, bem como promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em conservação e uso da biodiversidade.	Bruno Cesar Prosdocimi Nunes	Coordenador Geral	22/06 a 31/12/15
Coordenação para o Mar e Antártica (CMA)	apoiar a ciência, a tecnologia e a inovação em áreas relacionadas à estrutura e função dos ecossistemas marinhos e aos processos oceanográficos, incluindo as interações com a atmosfera e a utilização sustentável dos recursos naturais marinhos. Também apoia a realização de pesquisas multidisciplinares e de excelência internacional sobre a região Antártica e área adjacente, por meio do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, cujo propósito é o de compreender os fenômenos locais presentes e pretéritos, suas interações, influências e inter-relações globais, bem como seus efeitos sobre as condições meteorológicas no território brasileiro.	Andrei de Abreu Sodré Polejack	Coordenador	01/01 a 31/12/15
Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)	implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação regionalmente equilibrado e à aplicação de tecnologias modernas à prevenção de desastres naturais, bem como elaborar operacionalmente alertas de desastres naturais com o objetivo precípua de salvaguarda de vidas e diminuição da vulnerabilidade social, ambiental e econômica aos desastres naturais.	Regina Célia dos Santos Alvalá	Diretora Interina	01/01 a 31/12/14
		Oswaldo Luiz Leal de Moraes	Diretor	05/06 a 31/12/15
Coordenação-Geral de Operações e Modelagem (CGOM)	coordenar, acompanhar, avaliar e propor metas e indicadores para o desenvolvimento das atividades relacionadas à rotina operacional do CEMADEN, da Modelagem dos Sistemas Físicos e do Serviço Computacional; realizar operacionalmente o monitoramento e alertas de desastres naturais e disseminá-los para os usuários das informações e desenvolver, operar e implementar novas tecnologias que usam meios de telecomunicações para disseminação de alertas e informações de desastres naturais.	Eduardo Mario Mendiondo	Coordenador Geral	01/01 a 31/12/15
Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento (CGPD)	desenvolver atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação na área de meteorologia, recursos hídricos, geologia e desastres naturais, com ênfase na previsão, preparação, prevenção, e mitigação do impacto de eventos extremos em bacias hidrográficas urbanas e rurais com reduzido tempo de resposta e com vistas a reduzir perdas em vidas humanas e materiais em decorrência desses eventos. Confere ênfase, ainda, a integração de dados e a pesquisas multidisciplinares e interdisciplinares que levem ao desenvolvimento de técnicas inovadoras para modelagem desses eventos.	Marcelo Enrique Seluchi	Coordenador Geral	01/01 a 31/12/15

3.8 Macroprocessos finalísticos da SEPED

Os macroprocessos finalísticos relacionam-se às áreas de atuação da Unidade Jurisdicionada: Biodiversidade e Ecossistemas; Biotecnologia e Saúde, Ciências do Mar e Antártica, Mudanças Globais do Clima e Meteorologia, Climatologia e Hidrologia e Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – e são conduzidos para o alcance dos objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015), a saber:

- Definição de estratégias para a implementação de programas, projetos, ações e atividades de fomento, objetivando diversificar e ampliar a base de conhecimento científico, tecnológico e de inovação, com vistas à geração de produtos, processos e serviços em benefício da sociedade;
- Estruturação de programas, projetos e atividades de fomento com o auxílio de Comissões e Comitês;
- Articulação com instituições federais, estaduais e municipais para a estruturação de redes de pesquisa – nacionais e internacionais – a que promovam a geração de conhecimento e a formação de recursos humanos;
- Participação de grupos de trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de atuação da Secretaria;
- Elaboração de alertas de desastres naturais com o objetivo precípua de salvaguarda de vidas e diminuição da vulnerabilidade social, ambiental e econômica aos desastres naturais;
- Acompanhamento e avaliação de programas, projetos, ações, planos orçamentários e atividades de fomento no âmbito da SEPED.

Os macroprocessos foram conduzidos de forma articulada e contínua em diversas frentes que asseguraram a implementação de ações estruturadas em redes e programas de pesquisa que têm apoiado, por meio de editais (chamadas públicas) e ações orçamentárias, a capacidade instalada das instituições, o fortalecimento de grupos de pesquisa e a formação de recursos humanos.

Tabela 2: Quadro 3.8 – Macroprocessos Finalísticos das Coordenações da SEPED

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Articular com as Coordenações técnicas os processos metodológicos, administrativos, gerenciais e demais áreas de atuação da SEPED; Coordenar as atividades na formulação de previsões orçamentárias para a elaboração dos Projetos de Leis Orçamentárias (PLOAs).</p>	<p>- acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira dos programas, ações e dos planos orçamentários, sob a responsabilidade da SEPED; - solicitar, acompanhar e avaliar as informações das áreas técnicas responsáveis pelo gerenciamento dos programas, iniciativas e metas sob a responsabilidade da SEPED e registrar/publicar no Sistema Intregado de Planejamento e Orçamento (SIOP).</p>	<p>Acompanhamento e Avaliação das atividades administrativas</p>	<p>Coordenações técnicas da SEPED, Institutos do MCTI e Universidades parcerias</p>	<p>Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa</p>
<p>Estruturação e implantação de projetos, programas e redes de pesquisa para geração de conhecimento científico, tecnológico e de inovação com vistas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais.</p>	<p>No que tange a esse macroprocesso, em 2015, a CGEC coordenou e realizou o acompanhamento técnico e administrativo das seguintes redes de pesquisa que possuem estrutura no âmbito do MCTI, a saber: i) Programa de Grande Escala da Biosfera e Atmosfera na Amazônia (LBA); ii) Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio); iii) Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (GEOMA); iv) Rede de Pesquisas para o Uso Sustentável e Conservação do Cerrado (ComCerrado); v) Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte); vi) Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro-Oeste). Além de cumprir com os compromissos assumidos nas chamadas públicas que apoiam esses programas e redes, com base em diagnóstico realizado por consultoria independente, iniciou o processo de reestruturação do PPBio com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas.</p>	<p>Apoio a projetos de pesquisa de desenvolvimento e da inovação tecnológica</p>	<p>Comunidade científica por meio do CNPq, Institutos do MCTI e Universidades Federais</p>	<p>Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistema e Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade (CGBD)</p>
<p>Articulação nacional e internacional para implantação de projetos e programas nas áreas de gestão de ecossistemas, conservação, monitoramento e uso sustentável da biodiversidade dos diversos biomas brasileiros.</p>	<p>A articulação com organismos nacionais e internacionais tem contribuído para o incremento dos recursos financeiros, a ampliação da geração de conhecimento e da formação de recursos humanos, a extensão das áreas geográficas de abrangência e o atendimento às demandas regionais e nacionais. Assim, em 2015, foram estabelecidas importantes parcerias com as agências nacionais e internacionais de fomento para dar continuidade aos projetos, programas e redes nacionais coordenadas pela CGEC, bem como para o estabelecimento e fortalecimento de projetos internacionais: i) Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr); ii) Programa Amazon Face; iii) Projeto GEF Mata Atlântica - Recuperação e proteção dos serviços de clima e biodiversidade do corredor sudoeste da Mata Atlântica brasileira; iv) Projeto FIP-MCTI - Sistemas integrados de monitoramento da cobertura vegetal, da ocorrência de incêndios florestais e da emissão associada de GEE no bioma Cerrado; v) Rede de monitoramento de gases de efeito estufa, de variáveis climáticas e de fluxos de energia na Amazônia brasileira: subsídios para prognósticos de mudanças climáticas globais (ATTO).</p>			

<p>Integração das iniciativas do MCTI com outros Ministérios por meio da participação em órgãos colegiados</p>	<p>A CGEC além de participar de 27 colegiados, participa em Delegações Representativas do Governo Brasileiro e Tratados Internacionais, tais como: a Convenção de Diversidade Brasileira (CDB), a Comissão Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Protocolo de Nagoya e a Plataforma Intergovernamental Político-Científica sobre a Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES).</p>			
<p>Os macroprocessos finalísticos conduzidos pela CGBS ao longo de 2015 buscaram, em consonância com sua competência legal e técnica, alcançar os objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015)</p>	<p>Definição de estratégias para a implementação de programas, projetos, ações e atividades de fomento, objetivando diversificar e ampliar a base de conhecimento científico, tecnológico e de inovação, com vistas à geração de produtos, processos e serviços em Biotecnologia, Saúde e Agropecuária; Articulação com instituições federais e estaduais para estruturação de redes de pesquisa que promovam a geração de conhecimento, a formação de recursos humanos e prestação de serviços; Participação em Conselhos, Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de atuação da CGBS; Os macroprocessos foram conduzidos de forma articulada e contínua em diversas frentes que asseguraram a implementação de ações estruturadas em redes e programas de pesquisa que têm apoiado, por meio chamadas públicas e encomendas, a capacidade instalada das instituições, o fortalecimento de grupos de pesquisa e a formação de recursos humanos.</p>	<p>Apoio a projetos de pesquisa de desenvolvimento e da inovação tecnológica</p>	<p>Comunidade científica por meio do CNPq, Institutos do MCTI e Universidades Federais</p>	<p>Coordenação-Geral de Biotecnologia e Saúde</p>
<p>Elaboração da Terceira Comunicação Nacional e Relatórios de Atualização Bial (BUR, sigla em inglês de <i>Biennial Update Reports</i>)</p>	<p>Esforço coordenado pelo MCTI, envolvendo a participação de diversas instituições e especialistas de todas as regiões do país, para elaborar documentos que atendam ao compromisso do país, como integrante da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de elaborar, atualizar e prover à Conferência das Partes inventários nacionais de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal. Além disso, apresenta os avanços científicos sobre a modelagem regional da mudança do clima e o atual estágio das políticas públicas voltadas para a mitigação das emissões de GEE e de adaptação às mudanças climáticas.</p>	<p>Terceira Comunicação Nacional e Relatório de Atualização Bial</p>	<p>Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima</p>	<p>Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima</p>
<p>Apoio à Rede Brasileira de Pesquisa em Mudanças Climáticas – Rede CLIMA</p>	<p>Acompanhamento e avaliação da atuação da Rede CLIMA e de suas sub-redes, contemplando a articulação para captação de recursos a serem empregados no fomento de pesquisas em mudanças climáticas. Promoção da articulação da Rede CLIMA em torno da elaboração de documentos e outros subsídios à atuação da SEPED/MCTI (em âmbito nacional) e da diplomacia brasileira (em âmbito internacional), como por exemplo a Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Apoio administrativo à secretaria-executiva da Rede CLIMA; contribuição à gestão e a iniciativas próprias da Rede CLIMA, como por exemplo, a eleição do Coordenador e Vice Coordenador;</p>	<p>Apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica na área de mudanças climáticas</p>	<p>Instituições e pesquisadores da Rede CLIMA e Setor público</p>	<p>Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima</p>

	<p>indicação do Comitê Científico; e a elaboração de projetos integrativos: i. seguranças hídrica, energética e alimentar; ii. dimensão humana; e iii. modelagem climática.</p> <p>Coordenação de edições do marco legal, como a revisão da Portaria MCT nº 728, de 20 de novembro de 2007, que trata da criação da Rede CLIMA.</p>			
Apoio ao funcionamento da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC)	<p>Prestação de apoio administrativo aos trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima para, em última instância, emitir a Carta de Aprovação para Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Geração de subsídios para a tomada de decisão do MCTI durante o ciclo de análise de Projetos do MDL.</p>	<p>Apoio administrativo à CIMGC, atas e pareceres técnicos, envio de Carta de Aprovação de Projetos de MDL</p> <p>Publicação Status de Projetos de MDL no Brasil</p>	<p>Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e Setores público, acadêmico e privado</p>	
Execução do Projeto Opções de Mitigação	<p>Por meio de estudos técnicos, o Projeto articula diversos atores governamentais com o objetivo de reforçar a capacidade técnica do Governo para a implementação de suas ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa nos principais setores econômicos (indústria, energia, transportes, residencial e serviços, gestão de resíduos, uso da terra e florestas), de modo a contribuir para a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos planos setoriais e nacional, bem como para sua revisão.</p>	<p>Estudos técnicos sobre as opções de mitigação de gases de efeito estufa no país</p>	<p>Setor público</p>	
Coordenação da criação e implantação do SISMOI	<p>Por meio de um extenso processo participativo, o MCTI busca levantar informações sobre os bancos de dados existentes no país e identificar indicadores-chaves que forneçam aos governos e aos atores interessados e/ou afetados pelas mudanças climáticas informações essenciais que possibilitarão melhor avaliação sobre as vulnerabilidades dos sistemas físicos, biológicos e socioeconômicos às mudanças climáticas.</p>	<p>Plataforma digital contendo informações sobre os impactos das mudanças climáticas</p>	<p>Setores público, acadêmico e privado</p>	
Implementação do Mecanismo Tecnológico da Convenção no Brasil	<p>Esforço do MCTI para implementar mecanismo que possibilitará o gerenciamento de propostas de transferência de tecnologia a serem apresentadas ao Centro de Tecnologia de Clima, em conformidade com as circunstâncias e prioridades do Brasil.</p>	<p>Estudo sobre as necessidades de tecnologia, na inovação; promoção de parcerias público-privadas; fomento de atividades de pesquisa e desenvolvimento; e mobilização de centros tecnológicos e redes nacionais, regionais e internacionais.</p>	<p>Setores privado e acadêmico</p>	
Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa	<p>Elaboração e publicação de documento que permite o acompanhamento do cumprimento do compromisso nacional voluntário para a redução das emissões de gases de efeito estufa, conforme estabelecido no Art. 11 do Decreto no 7.390/2010.</p>	<p>Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa</p>	<p>Setores público, acadêmico e privado</p>	

Coordenação do desenvolvimento do Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE)	Esforço do MCTI para desenvolver plataforma digital que deverá disponibilizar informações relativas aos Inventários Nacionais, bem como as informações relacionadas a outras iniciativas de contabilização de emissões de gases de efeito estufa, cujos dados dos gráficos e tabelas poderão ser exportados em formato “xls”. As informações poderão dar suporte à tomada de decisão no âmbito de políticas, planos, programas e projetos na área de mudanças climáticas – no que tange a geração de conhecimento científico e adoção de medidas de mitigação.	Plataforma digital contendo informações atualizadas sobre emissões de gases de efeito estufa no Brasil	Setores acadêmico, público e privado	
Articulação e promoção de atividades de pesquisa e disseminação de conhecimentos ligados à Meteorologia, Climatologia e Hidrologia	A identificação de áreas prioritárias de investimento em pesquisa em Meteorologia, Climatologia e Hidrologia; a formulação de termos de referência (TRs) de projetos de pesquisa; o diálogo junto às agências de fomento à pesquisa (CNPq e FINEP) e envio dos TRs; a divulgação das chamadas públicas originadas dos TRs; e o acompanhamento das chamadas públicas.	Apoio a projetos de pesquisa de desenvolvimento e da inovação tecnológico	Comunidade científica por meio do CNPq, Institutos do MCTI e Universidades Federais	Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia
Apoio à Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos	A identificação de necessidades das atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia; diálogo com instituições interessadas; participação nas oficinas de elaboração do PPA 2016-2019; e o acompanhamento de chamadas públicas			
Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.	Este macroprocesso, inserido no Objetivo 0997 do Programa 2046 do Plano Mais Brasil (PPA 2012-15) visa apoiar as seguintes iniciativas: Elaboração e aprovação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos; Criação e implementação INPOH como instrumento para a execução e fomento de uma Política em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e apoio a projetos de grande envergadura, objetivando o desenvolvimento de pesquisa científica nas Ciências do Mar.	Elaboração de políticas públicas e apoio à infraestrutura nacional para o desenvolvimento das ciências oceânicas no Brasil	Sociedade Civil, comunidade científica, órgãos e autarquias do Poder Executivo	Coordenação para Mar e Antártica
Desenvolver pesquisa científica nas Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.	Neste macroprocesso, inserido no Objetivo 0558 do Programa 2046 do Plano Mais Brasil (PPA 2012-15), o MCTI tem a iniciativa de implantar projetos de pesquisas e gerenciamento das informações de caráter científico no âmbito das ilhas oceânicas do Brasil.	Apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento e de inovação tecnológica	Comunidade científica, Universidades e Centros de Pesquisa	
Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.	Neste macroprocesso, inserido no Objetivo 0560 do Programa 2046 do Plano Mais Brasil (PPA 2012-15), o MCTI tem a iniciativa de fomentar o aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha.			
Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.	Neste macroprocesso, inserido no Objetivo 0561 do Programa 2046 do Plano Mais Brasil (PPA 2012-15), o MCTI tem como iniciativas: Geração de séries temporais de dados suficientes para a construção de cenários, julgados essenciais para a redução de vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos e de mudanças climáticas; Operacionalização de Redes de Observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos e desenvolvimento de outros			

	projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento dos oceanos e do clima.			
Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada e de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.	Neste macroprocesso, inserido no Objetivo 0564 do Programa 2046 do Plano Mais Brasil (PPA 2012-15), o MCTI tem a iniciativa de fomentar projetos de pesquisa multidisciplinares e multi-institucionais, inclusive internacionais, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, incluindo seu sistema de avaliação e acompanhamento, e aquisição de equipamentos científicos			
Projeto Pluviômetros nas Comunidades	Introdução da cultura da percepção de riscos de desastres naturais no Brasil, envolvendo a população que vive em áreas de risco, fortalecendo as capacidades locais de enfrentamento de eventos adversos.	Apoio a projetos de pesquisa de desenvolvimento e da inovação tecnológico	Sociedade civil e a comunidade científica	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
Projeto Pluviômetros Automáticos	Ampliar a rede de monitoramento pluviométrico no Brasil, para melhorar a previsão de desastres naturais e reduzir os danos socioeconômicos e ambientais.			
Projeto Radares Meteorológicos	Os radares produzirão informações necessárias para a elaboração de alertas sobre possíveis desastres associados à precipitação.			
Projeto Estações Hidrológicas	Desenvolver sistemas pilotos de alerta de cheias e enxurradas e de alerta de movimentos de massa no Brasil considerando metodologias que usam observações de precipitação por redes de pluviômetros automáticos e radares meteorológicos, bem como previsões meteorológicas de curtíssimo e curto prazo.			
Projeto Sensores Geotécnicos	Implantação de uma rede de coleta automática de dados de deslocamentos de pontos observados, em áreas de risco a movimentos de massa (<i>i.e.</i> : fluxos gravitacionais de massa) através de Estações Totais Robotizadas e de Conjuntos de Monitoramento Geotécnico para o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN.			
Sistema de Previsão de Risco de Colapso de Safras no Semiárido	Implantação de uma rede de coleta automática de dados agrometeorológicos e de umidade do solo (PCDAgro e PCDAqua) do CEMADEN, voltada para o monitoramento de eventos agrometeorológicos deflagradores de desastres naturais na região semiárida brasileira.			
Projeto SALVAR	O SALVAR, sistema utilizado pelos operadores para auxílio no monitoramento teve sua versão 2.0 beta lançada em setembro de 2012 e após ajustes fechou o ano com a versão 2.1 funcionando em ambiente operacional.			

3.9 Atuação das Coordenações da SEPED

COORDENAÇÃO GERAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PARA A PESQUISA

A Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa (CGAA) (de acordo com o art. 5º do regimento interno) tem como missão subsidiar o Secretário nas definições estratégicas para a implementação dos programas, projetos e nas atividades de fomentos nas áreas de atuação da SEPED, bem como promover a articulação entre as Coordenações Gerais em processos metodológicos, administrativos e gerenciais.

Finalidades e Competências:

- coordenar as atividades na formulação de previsões orçamentárias para a elaboração dos Projetos de Leis Orçamentárias (PLOAs);
- acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira dos programas, ações e dos planos orçamentários, sob a responsabilidade da SEPED;
- consolidar e publicar no portal do Tribunal de Contas da União (TCU) os Relatórios Anuais de Gestão da Secretaria;
- solicitar, acompanhar e avaliar as informações das áreas técnicas responsáveis pelo gerenciamento dos Programas, Iniciativas, Metas, Ações e Planos Orçamentários, sob a responsabilidade da SEPED e registrar/publicar no Sistema Intregado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE ECOSSISTEMAS

A Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC) da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED) tem como missão subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades de fomento na área de Ecossistemas, bem como promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em biodiversidade.

Contribui para a geração de estudos e pesquisas sobre a biodiversidade brasileira e a caracterização de elementos relevantes para o funcionamento dos ecossistemas, englobando o ambiente físico e biótico, a dinâmica temporal, espacial e social que possam subsidiar a definição de políticas públicas em CT&I para conservação e exploração sustentável dos recursos naturais. Busca, ainda, induzir a elaboração de modelos que estabeleçam as relações adequadas entre os fatores ambientais e a biodiversidade, considerando as alterações das comunidades florísticas e faunísticas e as mudanças ambientais.

Finalidades e Competências

Por meio da Portaria MCT nº 755/2006, foram definidas as seguintes competências da CGEC:

I - auxiliar na formulação de políticas e na definição de estratégias e procedimentos para a implementação dos programas sob sua responsabilidade;

II - auxiliar na formulação de políticas de cooperação internacional que venham apoiar as ações internas de sua competência e acompanhar a implementação dessas políticas;

III - elaborar, coordenar e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira das ações, programas, projetos e atividades sob sua responsabilidade;

IV - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;

V - elaborar e coordenar planos operativos, relatórios estatísticos e gerenciais de execução dos programas sob sua responsabilidade;

VI - promover atividades de pesquisa e disseminação de conhecimentos ligados ao meio ambiente;

VII - acompanhar, oferecer subsídios e apoiar a implementação da Política Nacional de Biodiversidade e da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica;

VIII - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

Planejamento da CGEC

O planejamento estratégico da CGEC tem escopo de atuação definido em consonância com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015), mais especificamente com os programas prioritários para os setores portadores de futuro / fomento à economia verde / biodiversidade.

A ENCTI, para as áreas de biodiversidade e ecossistemas, enfatiza o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação com base na biodiversidade, a gestão da informação e disponibilização pública de dados, e capacitação de recursos humanos e de instituições, com o objetivo

estratégico de ampliar o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros e a biodiversidade associada e apoiar o desenvolvimento tecnológico e inovação para agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural.

No que tange ao Plano Plurianual (PPA), as ações da CGEC inserem-se no Programa 2018 – Biodiversidade, Objetivo 0191 - Promover o desenvolvimento de CT&I, aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando à conservação, à valoração e ao uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros. Nesse contexto, a CGEC é responsável pela Ação 20VD – CT&I para pesquisa, desenvolvimento, conservação, valoração e sustentabilidade dos recursos naturais, a qual abrange 10 Planos Orçamentários (POs).

As atividades inerentes aos projetos, programas e redes de pesquisa são executadas pelos técnicos da CGEC, de acordo com a formação e experiência profissional, com o apoio de um assistente administrativo e de duas secretárias. A Coordenadora Geral além de gerenciar todas as atividades da CGEC, é responsável pela definição de estratégias, políticas e articulações necessárias ao bom desempenho da Coordenação.

As limitações para execução das atividades referem-se, principalmente, aos recursos financeiros disponibilizados que são insuficientes à condução das pesquisas e dos processos de gestão envolvidos. É importante ressaltar que os recursos, em sua totalidade, são destinados à realização de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação, não havendo possibilidade de se utilizar uma porcentagem para apoiar as atividades de gestão. Assim, as atividades de acompanhamento e avaliação (A&A) e a realização das reuniões dos Conselhos Diretores e dos Comitês Científicos ficam prejudicadas. Essas iniciativas, cujas despesas abrangem essencialmente a aquisição de passagens e diárias, devem ser custeadas pela SEPED. Entretanto, são atividades que comprometem o limite da Secretaria para tal fim.

Macroprocessos de Apoio da Coordenação:

- repasso de recursos orçamentários e financeiros. Para implementar e dar continuidade à execução dos projetos, programas e redes de pesquisa, a CGEC repassa os recursos orçamentários e financeiros às instituições parceiras, por meio de “Termos de Execução Descentralizada (TED)” e do estabelecimento de Termo de Parceria (TP). No exercício de 2015, foram repassados recursos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Além disso, foi apoiado o Termo de Parceria (TP) nº 13.0002.00/2012, celebrado entre o MCTI e o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), em dezembro/2012, com vigência prorrogada até dezembro/2016. Cabe informar esse TP é acompanhado por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (*Siconv*).

- lançamento de chamadas públicas e encomendas. A maioria das iniciativas e ações apoiadas pela CGEC são implementadas por meio de chamadas públicas e encomendas. Para tanto, esta Coordenação precisa trabalhar em estreita parceria com as agências de fomento, principalmente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para elaboração e análise de Termos de Referência, minutas de chamadas públicas e encomendas, notas técnicas, estruturação de Comitê *Ad Hoc*, entre outros. Em 2015, não foram lançadas novas Chamadas Públicas, mas foi dada continuidade a três chamadas publicadas em 2013: i) Chamada MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal - Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia N ° 79/2013; ii) Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal N° 68/2013 -

Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia – LBA; iii) Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal N° 67/2013 – Coleções Biológicas.

- acompanhamento e avaliação (A&A) dos projetos, programas e redes de pesquisa. A finalidade do acompanhamento e da avaliação é proporcionar o controle estratégico, possibilitando o redirecionamento contínuo em busca de ações e resultados mais apropriados. Nessa perspectiva, os diversos projetos, programas e redes de pesquisa da CGEC são acompanhados e avaliados por meio da elaboração e análise de relatórios técnicos, de visitas *in loco* e de seminários de apresentação de resultados e impactos com a participação de consultores independentes. Em novembro/2015, foram realizadas as reuniões de avaliação do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) e da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma). No que tange ao Termo de Parceria n° 13.0002.00/2012, com o Centro de Pesquisa do Pantanal, as atividades de A&A são realizadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), coordenada pela CGEC, conforme Portaria MCTI n° 798 de 16 de agosto de 2013. Assim, foram realizadas duas reuniões da CAA: uma em março e outra em setembro/2015.

- celebração de termo de parceria. Em dezembro de 2012, foi formalizado o Termo de Parceria n° 13.0002.00/2012 com o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), cujo Plano de Trabalho prevê a execução do Projeto “Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental”. A vigência do referido TP era de dezembro/2012 a dezembro/2015, mas foi prorrogada até dezembro/2016.

- elaboração de documentos de projetos internacionais. Com o apoio de organismos internacionais, em especial o Global Environment Facility (GEF), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estão em negociação e/ou em execução projetos internacionais, com vigência de 2013 até 2015, 2016, 2018 e 2019. Esses projetos demandam o preenchimento e análise de diversos formulários, relatórios e outros documentos de projeto, específicos de cada organismo internacional. Nesse sentido, a CGEC, em 2015, além de preparar esses documentos, participou de reuniões de negociação e de missões de supervisão.

COORDENAÇÃO GERAL DE BIOTECNOLOGIA E SAÚDE

A CGBS tem suas atividades voltadas à elaboração e execução de políticas nas áreas de Biotecnologia, Saúde e Agropecuária. A Biotecnologia, área inovadora, transversal e na fronteira do conhecimento, apresenta sempre novas demandas, podendo-se destacar o crescente número de países interessados em cooperar com o Brasil, tendo em vista a competência técnica de nossos cientistas e nossa megabiodiversidade, fonte genética de “matéria-prima” para diversos produtos e processos. A Saúde, por sua vez, é uma área cujas diversas demandas estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico voltado à solução de problemas nacionais, que abrangem desde as doenças infecciosas, notadamente as tropicais negligenciadas, até toda a cadeia de desenvolvimento de fármacos e medicamentos, incluindo aqueles para doenças crônicas típicas de países desenvolvidos. Durante 2015, destacou-se a atuação desta Coordenação junto ao Ministério da Saúde no processo de seleção de novos projetos de propostas de PDPs e no processo de avaliação e acompanhamento de propostas de PDPs em andamento no âmbito do Comitê Técnico de Avaliação e do Comitê Deliberativo, instituídos pela Portaria GM/MS nº 2.531, de 12 de novembro de 2014. A CGBS abarca ainda temas afeitos à agropecuária, importante setor do país, responsável por grande parte do PIB e que o Brasil se destaca pela alta produtividade resultante da tecnologia de ponta.

A diversidade de temas, atividades e parceiros envolvidos com a Coordenação requer um planejamento cuidadoso das ações, de forma a viabilizar o alcance das metas. Ao final de 2014, a CGBS iniciou o planejamento para 2015, que foi concluído tão logo o limite de empenho da Lei Orçamentária Anual – LOA foi estabelecido. Apesar de haver um planejamento inicial, ao longo do ano foram necessários ajustes tendo em vista novas demandas provenientes dos parceiros envolvidos, bem como as prioridades estabelecidas pelas novas autoridades que dirigiram o MCTI e a SEPED durante o ano. Um exemplo é a execução do orçamento do PO 0005 da ação orçamentária 20US. A aplicação do recurso foi determinada a partir de deliberação do Conselho Diretor da Rede de Resíduos e Contaminantes – RRC.

Importa notar que a CGBS tem atuado em sintonia com parceiros ministeriais, em especial MAPA, MS, MRE e MDIC, e outras instituições a eles vinculadas particularmente EMBRAPA, FIOCRUZ, INMETRO, respectivamente. Ademais foram desenvolvidas diversas iniciativas em conjunto com o CNPq que resultaram no lançamento de chamadas públicas nas áreas de atuação desta Coordenação.

Neste contexto, este relatório visa apresentar as atividades realizadas pela Coordenação ao longo do exercício de 2015.

Finalidades e Competências

A CGBS tem por finalidade formular políticas e definir estratégias e procedimentos para a implementação dos programas sob sua responsabilidade, que visem ao desenvolvimento científico, tecnológico propiciem a inovação em Biotecnologia, Saúde e Agropecuária. Sua missão é promover o fortalecimento destas áreas, com base no aproveitamento de oportunidades regionais, nacionais e internacionais, de modo a diversificar e ampliar a base de conhecimento científico- tecnológico, com vistas à geração de produtos, processos e serviços em benefício da sociedade, em consonância com as orientações estratégicas do MCTI e das políticas de Estado em vigor.

A Biotecnologia abarca quatro grandes áreas temáticas, quais sejam, Agrícola, Saúde, Ambiental e Industrial. Assim, a CGBS busca exercer um protagonismo nas ações de P,D&I para Biotecnologia, Saúde e Agropecuária apesar dos recursos orçamentários limitados disponíveis para uma área na fronteira do conhecimento, o que demanda investimentos iniciais de grande monta.

A área da Saúde é bastante ampla e os recursos destinados à P,D&I sob a gestão da CGBS para este tema ainda estão aquém das demandas para este setor. Ainda assim, foi possível realizar ações, contando, principalmente, com a parceria com o Ministério da Saúde.

Já no tema de Agropecuária, a CGBS tem atuado em parceria com o MAPA e o MDA e tem contribuído tecnicamente com importantes ações, de abrangência nacional, com destaque à gestão e ao investimento nas atividades da Rede de Resíduos e Contaminantes.

Macroprocessos de Apoio da Coordenação:

Os macroprocessos foram conduzidos de forma articulada e contínua em diversas frentes que asseguraram a implementação de ações estruturadas em redes e programas de pesquisa que têm apoiado, por meio chamadas públicas e encomendas, a capacidade instalada das instituições, o fortalecimento de grupos de pesquisa e a formação de recursos humanos.

Os macroprocessos finalísticos possuem desdobramentos nas áreas de atuação temática da CGBS conforme o detalhamento que se segue.

A Rede Nacional de Métodos Alternativos – RENAMA é uma iniciativa que combina inovação, por meio do desenvolvimento tecnológico de métodos alternativos ao uso de animais, e prestação de serviços para a indústria. Esta é, portanto, uma rede estratégica para o Brasil, que foi instituída em 2011 pelo MCTI e é composta por um núcleo central (LNBio/CNPEM, INCQS/FIOCRUZ e INMETRO – coordenador) e laboratórios associados. Esta rede atende a importantes demandas, especialmente do setor farmacêutico. Tanto o é que o Programa de Fármacos e Complexo Industrial da Saúde da ENCTI tem entre suas ações o “fomento ao desenvolvimento de métodos alternativos ao uso de animais de experimentação”. Neste sentido, no exercício de 2015, foram apoiados três projetos visando à consolidação e ao fortalecimento da Rede, por meio de projetos de capacitação de laboratórios, padronização de procedimentos, implementação de métodos e desenvolvimento e validação de novas metodologias alternativas.

A cooperação com a Argentina tem sido considerada estratégica para o Brasil, não apenas do ponto de vista comercial, como também científico e tecnológico. O Centro Brasileiro Argentino de Biotecnologia – CBAB completou 29 anos de sua criação em 2015 e segue sendo uma das parcerias de maior destaque o Brasil mantém com Argentina em CT&I. Durante o exercício de 2015, em parceria com o CNPq, foi lançada uma chamada pública para seleção de propostas de cursos em temáticas de biotecnologia, no âmbito do Centro. As bases desta chamada, bem como os temas envolvidos emanaram de decisão do Conselho Binacional do Centro, que tem a CGBS como ponto focal e Secretaria Técnica. Conforme estabelece a Lei Nº 12.527/2011, as atas das reuniões do CBAB estão disponíveis ao público no Portal do MCTI. Ainda no âmbito do CBAB, buscamos encontrar soluções que viabilizem a entrada do Uruguai como membro pleno, demanda esta recorrente e do interesse do Brasil. As negociações encontram-se agora no âmbito das chancelarias do Brasil e da Argentina, enquanto, na prática, o Uruguai vem participando ativamente do Centro.

A Rede de Resíduos e Contaminantes – RRC é a principal ação da CGBS na área de agropecuária. Em 2014, a RRC foi reformulada (Portaria no 1373, de 16 de dezembro de 2014),

com renovação de sua vigência até 2018 e o Cetene foi incluído entre os Laboratórios Centrais. Na mesma reformulação, foi ampliado o escopo de objetivos da Rede, para que a mesma atue em especificações de referência para produtos fitossanitários destinados à produção orgânica e agroecológica, no contexto do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). No exercício de 2015, destinou-se recursos ao Cetene, com o objetivo de consolidar a integração deste laboratório à Rede e desenvolver rotinas e validação de técnicas e métodos associados à qualidade dos produtos orgânicos no mercado brasileiro.

A CGBS acompanha e atua junto à Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO. Esta Rede foi instituída em 2004, com o objetivo de formar competências, para atender aos desafios da pesquisa e do ensino na área de Biotecnologia, visando promover, desenvolver e aprimorar a inovação nos Estados do Nordeste, Espírito Santo e demais regiões do Brasil e do exterior. Não por acaso, inspirou o surgimento de outras redes regionais de biotecnologia (Bionorte, Pró-Centro-Oeste e Biosul). No exercício de 2015, houve reunião do Conselho Diretor, que deliberou pela recondução da coordenação da rede, bem como de seu Comitê Científico. Ainda durante o exercício, foi realizada uma avaliação das redes de biodiversidade e biotecnologia, no âmbito da SEPED, sendo que a RENORBIO foi a única rede gerida pela CGBS que participou do estudo. A partir dos resultados apresentados pela consultoria contratada, infere-se que os impactos da RENORBIO demonstram, não só um incremento da contribuição científica em biotecnologia, mas um começo da mudança cultural dos pesquisadores para a geração de bioprodutos e bioprocessos que possam beneficiar outros setores da sociedade, além do acadêmico, como o social, econômico, político, meio ambiente. Ressalte-se que nos últimos cinco anos, a CGBS vem trabalhando com afinco no fortalecimento desta Rede.

Rede de Recursos Biológicos (Rede CRB-Br) – Recursos biológicos são estratégicos, uma vez que as diversas coleções reúnem a “matéria prima” essencial ao avanço da biotecnologia: a variabilidade genética. A criação e consolidação desta Rede é uma das estratégias abordadas na ENCTI 2012-2015. No exercício de 2013, a consolidação da Rede CRB-Br se deu por meio de uma ação transversal do FNDCT, que apoiou o projeto “Consolidação da Rede Brasileira de Centro de Recursos Biológicos”, no valor de R\$ 6,0 milhões. Até o final do exercício de 2015, os recursos aprovados para este projeto não haviam sido repassados em sua totalidade. Em 2014, a Rede CRB-Br foi institucionalizada no âmbito do MCTI, por meio da Portaria Nº 409, de 15 de abril de 2014. No exercício de 2015, viu-se a necessidade de reformular a Portaria, o que demandou articulação com os diversos órgãos e instituições envolvidas com a Rede. Ao final do exercício, encaminhou-se à Consultoria Jurídica do MCTI uma minuta de nova Portaria que regulamente a atuação desta rede.

Rede Nacional de Bioinformática – Ação prevista na ENCTI 2012-2015. A CGBS iniciou a estruturação desta Rede em 2013, com a identificação dos laboratórios centrais, que incluiriam o LNCC (unidade de pesquisa do MCTI), o LNBio/CNPEM (OS qualificada pelo MCTI) e a ICB/UFMG. Por meio de ação transversal do FNDCT, foram destinados R\$ 2,0 milhões, que foram investidos na compra de equipamentos de uso compartilhado. A Rede, ainda em fase de estruturação, já promoveu algumas ações: (i) diagnóstico dos grupos de pesquisa em bioinformática no Brasil; (ii) realização de 10 cursos de capacitação em diversos temas relativos à bioinformática, no LNCC. A CGBS está articulando uma aproximação com a Secretaria de Políticas de Informática – SEPIN do MCTI, com o objetivo de tornar a ação desta Rede mais robusta. A análise do relatório final colaborará para eventuais ajustes antes da institucionalização desta rede.

Rede Biosul – Em 2014, deu-se início às ações para a estruturação da Rede Biosul por meio da descentralização de R\$ 250 mil provenientes da ação orçamentária 20UU-PO 0001 para executar o projeto “Apoio à estruturação da Rede Biosul”, com o objetivo de estabelecer uma rede de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) em biotecnologia, na região Sul do País, com capacidade para articular e facilitar o fluxo de ativos biotecnológicos, promovendo a interação da academia com o setor empresarial. Os pontos focais da Rede começaram então um processo de pesquisa e busca de articulação com os atores envolvidos nessa temática na região sul. Em março de 2015, foi realizado o primeiro workshop da Rede Biosul, em Florianópolis, SC, com a presença de representantes das instituições parceiras do projeto, bem como do MCTI. Ainda no exercício de 2015, foram realizadas mais duas videoconferências e uma reunião presencial em Porto Alegre em 20 de agosto de 2015, para tratar do documento base da Rede, bem como para prospecção junto às Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) da região a fim de verificar um possível apoio na estruturação da Biosul.

Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) – A CGBS tem participação ativa no Comissão Técnica de Avaliação (CTA) e no Comitê Deliberativo (CD) das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo – PDP. Esta política, liderada pelo Ministério da Saúde, envolve a cooperação entre instituições públicas e entidades privadas para desenvolvimento, transferência de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do País em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS. O objetivo é reduzir a dependência produtiva e tecnológica para atender às necessidades de saúde da população brasileira a curto, médio e longo prazos, seguindo os princípios constitucionais do acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde por meio da racionalização do poder de compra do Estado. Esta política também visa à promoção do desenvolvimento tecnológico e o intercâmbio de conhecimentos para a inovação no âmbito das instituições públicas e das entidades privadas, contribuindo para o desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde – CEIS.

Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do MERCOSUL – A CGBS atua junto à Comissão Plataforma BIOTECSUL – CPB, vinculada à Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do MERCOSUL – RECyT. No primeiro semestre de 2015, o Brasil assumiu a presidência protempore do MERCOSUL, o MCTI coordenou a RECyT e a CGBS coordenou a CPB. A “Plataforma Regional de Métodos Alternativos do MERCOSUL” (PREMASul) foi a única proposta nova de projeto apresentada no âmbito da RECyT. Este projeto foi pactuado com os parceiros ao longo da presidência brasileira, por meio de videoconferências. Como resultado de nossa coordenação mais simplificada e também mais próxima dos parceiros, a PREMASul foi aprovada para envio ao Grupo de Cooperação Internacional do MERCOSUL de maneira mais célere comparativamente aos demais projetos propostos pelos países sócios. O projeto Biotech II continua em andamento e em 2015 foi lançada uma chamada de projetos, conforme o previsto.

Diálogos Setoriais – Diálogos Setoriais – A CGBS tem trabalhado na implantação do Observatório de Inovação em Biotecnologia (OIB), conforme previsto na Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI). O OIB terá como objetivo organizar e sistematizar dados, coletar informações e fornecer estudos analíticos dos dados gerados, com vistas a contribuir na elaboração e execução das políticas públicas de inovação. Para isso, em 2015, dando continuidade às ações de cooperação junto ao Observatório de Bioeconomia da União Europeia, ocorridas em 2014, foi aprovado um novo projeto no âmbito dos Diálogos Setoriais, intitulado “*Establishment of the Observatory for Innovation in Biotechnology in Brazil and its interaction with the EU Bioeconomy Observatory II*”, com o objetivo de estreitar as relações entre os entes que compõem o observatório brasileiro com os seus pares europeus. Esse projeto teve início em outubro de 2015 e prevê a realização de duas missões técnicas (uma

Brasil-Europa e outra Europa-Brasil), as quais serão realizadas em fevereiro e em maio de 2016, respectivamente.

Ainda no âmbito dos Diálogos Setoriais, a CGBS iniciou uma nova ação, desta vez tendo como foco o tema métodos alternativos ao uso de animais. No exercício de 2015, foi aprovada e realizada uma missão técnica à Europa, com o objetivo de aproximar pesquisadores brasileiros que atuam na área de métodos alternativos de pesquisadores europeus, de forma a somar esforços no desenvolvimento e validação de novas metodologias. Para 2016, está prevista a realização de uma Missão Técnica Europeia ao Brasil.

Outras cooperações internacionais – Durante o exercício de 2015, algumas parcerias internacionais tiveram destaque. Buscando o fortalecimento da participação do Brasil no ***ICGEB (Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia)***, foi lançada uma chamada pública em nosso país, para selecionar projetos de pesquisadores brasileiros em colaboração com pesquisadores de um dos três componentes centrais do ICGEB. A Chamada CNPq 18/2015 – ICGEB possibilitou o financiamento de 6 (seis) projetos colaborativos dentre os 31 (trinta e um) projetos elegíveis recebidos pelo CNPq. Ainda no exercício de 2015, deu-se andamento à cooperação com o ***Departamento de Biotecnologia (DBT) da Índia***. Foi lançada a segunda chamada pública conjunta com os indianos para promoção de pesquisa bilateral em biotecnologia. A Chamada MCTI/CNPq/DBT N ° 17/2015 possibilitou o financiamento de 6 (seis) projetos colaborativos dentre os 44 (quarenta e quatro) projetos elegíveis recebidos pelo CNPq. Ademais, merecem destaque as cooperações com Canadá, China, Estados Unidos da América e Índia.

Além das ações de articulação, que resultam em gestões e projetos futuros, a CGBS utilizou os recursos da ação orçamentária 20UU para garantir algumas dessas ações, especialmente aquelas relativas às chamadas públicas. Maior detalhamento quanto ao investimento orçamentário será dado no item “Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados”.

COORDENAÇÃO PARA MAR E ANTÁRTICA

A Coordenação-Geral para Mar e Antártica (CMA) apoia a ciência, a tecnologia e a inovação em áreas relacionadas à estrutura e função dos ecossistemas marinhos e aos processos oceanográficos, incluindo as interações com a atmosfera e a utilização sustentável dos recursos naturais marinhos. Também apoia a realização de pesquisas multidisciplinares e de excelência internacional sobre a região Antártica e área adjacente, por meio do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, cujo propósito é o de compreender os fenômenos locais presentes e pretéritos, suas interações, influências e inter-relações globais, bem como seus efeitos sobre as condições meteorológicas no território brasileiro.

Finalidades e Competências

A Portaria MCT nº 755, de 03.10.2006, delega à Coordenação para o Mar e Antártica as seguintes competências:

“Art. 12.

I - coordenar conforme diretrizes traçadas pelo Departamento de Políticas e Programas Setoriais, as ações de formulação de estratégias e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia do Mar e implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia para a Antártica;

II - acompanhar e assistir tecnicamente nas implementações das deliberações do Comitê Nacional de Pesquisa Antártica – CONAPA;

III - acompanhar os assuntos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM;

IV - auxiliar o Departamento na atribuição ministerial de Instituição Designada junto à Comissão Oceanográfica Intergovernamental – COI/UNESCO;

V - auxiliar o Departamento na formulação, implementação e acompanhamento de políticas e ações de cooperação nacional e internacional no âmbito dos programas e projetos sob sua responsabilidade; e

VI - representar a Secretaria, nas Subcomissões e Grupos de Trabalho, instituídos no âmbito da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM, quando designado.”

Em âmbito nacional, a SEPED/CMA representa o MCTI na Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM), que reúne 14 ministérios e órgãos setoriais do Estado, em consonância com os objetivos e princípios da Política Nacional dos Recursos do Mar (PNRM), cuja execução é norteadada pelos Planos Setoriais para os Recursos do Mar (PSRM), atualmente em sua nona versão. Internacionalmente, é a Instituição Nacional Designada da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), órgão da UNESCO, que tem por objetivo o desenvolvimento e a promoção de programas internacionais de investigação oceanográfica e o estabelecimento do sistema operacional global de observação dos oceanos.

No âmbito interno, a CMA/SEPED coordena dois comitês consultivos que subsidiam o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação nas políticas públicas voltadas à pesquisa, desenvolvimento e inovação na zona costeira, nos oceanos e na Antártica, a saber: Comitê de Ciências do Mar (CCM) e Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA). O primeiro atua na proposição e elaboração de políticas e planos de apoio às pesquisas costeiras, marinhas e oceânicas. O

segundo se constitui no fórum governamental responsável por promover, apoiar e acompanhar o desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas brasileiras na Antártica, no âmbito do PROANTAR, em conformidade com os acordos e diretrizes internacionais para a condução de atividades exploratórias naquele continente.

Em parceria com a Marinha do Brasil, esta Coordenação fornece apoio à execução de pesquisas oceanográficas de caráter global, multidisciplinar e integrado, com emprego do Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul (Laboratório Nacional Embarcado – LNE). Os projetos conduzidos a bordo do LNE são aprovados por mérito, contemplam instituições de ensino e pesquisa de todo o Brasil e realizam estudos de larga escala, em consonância com prioridades estabelecidas pelo Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM). Além disso, foi estabelecido um Acordo de Cooperação entre o MCTI, a Marinha do Brasil, a Petrobras e a Vale, por meio do qual foi adquirido o Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo) Vital de Oliveira, com o estado da arte em equipamentos científicos que apoiarão a pesquisa oceanográfica nacional no Atlântico Sul e Tropical, disponibilizado em 2015.

Esta Coordenação também atua no fomento à cooperação internacional, principalmente no que concerne à realização de pesquisas inovadoras e de maior envergadura para a compreensão da dinâmica em escala macro de processos oceanográficos e meteorológicos no Atlântico Sul e Tropical, ainda pouco estudados, e para explorar as possibilidades de bio e geoprospecção em águas internacionais.

Macroprocessos de apoio

Inicialmente, descrevemos abaixo os macroprocessos estabelecidos pelo Programa 2046, a saber:

Programa 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Este Programa, inserido no “Plano Mais Brasil” em 2011, visa prover os meios e mecanismos pelos quais se apoiará o desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de conhecimento relacionadas à estrutura e função de ecossistemas marinhos costeiros e oceânicos, inclusive interações com a atmosfera, bem como suas aplicações e implicações para o uso sustentável dos recursos naturais. Soma-se a isso o apoio à pesquisa brasileira na Antártica, de forma a respaldar a condição do Brasil de Membro Consultivo do Tratado da Antártica. O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação é responsável pelo Objetivo 0997 tendo, contudo, participação ativa em outros Objetivos do mesmo Programa, atuando de forma direta nas iniciativas descritas abaixo:

Objetivo 0558

Macroprocesso

Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Meta sob responsabilidade do MCTI

Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas.

Iniciativa 0250

Implantação de projetos de pesquisas e gerenciamento das informações de caráter científico no âmbito das ilhas oceânicas.

Resultados alcançados

O Edital CNPq Nº 39/2012 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas - apoia, desde 2012, 30 (trinta) projetos de pesquisa. Em 2013 foi lançado o Edital MCTI/CNPq/FNDCT Nº62/2013 –

“Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas”, com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação na região das ilhas oceânicas existentes no Atlântico Sul, com ênfase para os projetos na área da oceanografia de mar aberto, bem como o monitoramento do CO₂ na interface oceano-atmosfera, naquelas regiões. A Chamada, com recursos na ordem de R\$ 7.000.000,00 a serem dispendidos em três anos, e aprovou 07 (sete) projetos de pesquisa. Em 2015 foi lançado o Edital CNPq 15/2015 – Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas, com recursos no valor global estimado de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), tem como objeto dar continuidade e ampliar o apoio a projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, no âmbito do Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas, a serem executados nas regiões do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO) e da Ilha da Trindade e Arquipélago de Martim Vaz (PROTRINDADE). Nesse Edital foram aprovados 10 (dez) projetos de pesquisa. Além deste total de 47 (quarenta e sete) projetos apoiados pelos editais referidos, outros 09 (nove) projetos, vinculados a editais diversos, compõem o rol de pesquisas realizadas nas Ilhas Oceânicas, a saber: SISBIOTA-Mar (03 Projetos), Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT (01 Projeto), Editais CAPES (03 Projetos) e CNPq (02 Projetos). Em 2014 não houve contratação de novos projetos dada limitação orçamentária deste MCTI. Somados, estes 56 projetos totalizam o cumprimento da meta em aproximadamente 94%.

Objetivo 0560

Macroprocesso

Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Meta sob responsabilidade do MCTI

Ampliar para 40 o número de projetos integrados no âmbito das pesquisas multidisciplinares existentes sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha.

Iniciativa 025F

Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha;

Resultados alcançados

No final de 2013 foram encerrados os Editais MCT/CNPq/CT PETRO N° 39/2009 e CT HIDRO/AÇÃO TRANSVERSAL LEI MCT/CNPq N° 07/2010, que apoiaram dezessete projetos na área da Biotecnologia Marinha. Também em 2013, foi lançado o Edital MCTI/CNPq/FNDCT N°63/2013 – “Estruturação de uma Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha”, com o objetivo de selecionar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, estruturados em Redes de Pesquisa em Biotecnologia Marinha. A Chamada, com recursos na ordem de R\$ 6.000.000,00 a serem dispendidos em três anos, recebeu quinze propostas de Redes, mas apenas quatro foram aprovadas, contemplando treze projetos individuais, distribuídos em todas as Regiões Brasileiras. Os recursos do Edital foram repassados, pelo CNPq, em junho de 2015 para o pagamento de capital e custeio. No total foram pagos aproximadamente 57% dos recursos previstos no Edital. Além destes 30 projetos apoiados, há outros 40 projetos atualmente vigentes sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha, seja na Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO (13 projetos), nas Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs (12 projetos), em outros editais do CNPq (08 projetos) e CAPES (05 projetos) ou nos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT (2 projetos). Cabe destacar que o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) implantaram o primeiro curso de mestrado e doutorado em Biotecnologia Marinha do País, o que acarretará no aumento gradativo de projetos na área. Por fim, informamos que a meta visa atender à Iniciativa 025F - Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha. Apesar das dificuldades financeiras, a meta prevista foi totalmente

superada, além disso, o Edital 63/2013 foi o primeiro voltado à estruturação de uma rede de pesquisa em biotecnologia marinha no país. Está prevista para o primeiro trimestre de 2016 a reunião de estruturação da rede de pesquisa em Biotecnologia Marinha, que contará com a participação dos coordenadores de projeto, além do MCTI, CNPq e SECIRM.

Objetivo 0561

Macroprocesso

Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Metas

Ampliar para 40 o número médio de Dispositivos Fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil;

Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação;

Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação previstas pelo GOOS/Brasil.

Iniciativa 025N

Geração de séries temporais de dados suficientes para a construção de cenários, julgados essenciais para a redução de vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos e de mudanças climáticas;

Operacionalização de Redes de Observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos e desenvolvimento de outros projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento dos oceanos e do clima.

Resultados alcançados

Apesar da apuração da Meta não ser de responsabilidade direta do MCTI, apoiamos, em 2015, a coleta de dados do Projeto PIRATA, pelo qual é possível a construção de cenários, julgados essenciais para a redução de vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos e de mudanças climáticas. Além disso, através de apoio ao Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta) foi instalada a primeira estação maregráfica, nas proximidades do Molhe Oeste da Barra de Rio Grande (RS). Foram instaladas outras duas boias meteo-oceanográficas, no Paraná e em Santa Catarina.

Objetivo 0564

Macroprocesso

Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada e de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Meta sob responsabilidade do MCTI

Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do PROANTAR no período 2012-2015;

Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do PROANTAR no período 2012-2015;

Alcançar o número de 100 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do PROANTAR publicados em periódicos e revistas internacionais indexados e de alto índice de impacto no período 2012-2015.

Iniciativa 025T

Fomento a projetos de pesquisa multidisciplinares e multi-institucionais, inclusive internacionais, no âmbito do PROANTAR, incluindo seu sistema de avaliação e acompanhamento, e aquisição de equipamentos científicos.

Resultados alcançados

De forma a melhor aferir o número de publicações produzidas por pesquisadores antárticos, é desejável analisar em primeira instância o apoio que vem sendo prestado aos projetos contratados pelo CNPq. Em 2013, foi lançado o Edital MCTI/CNPq/FNDCT nº 64/2013, com o propósito de selecionar propostas que visem contribuir significativamente para a produção científica brasileira de qualidade, bem como incentivar a cooperação internacional no âmbito do PROANTAR. Foram aprovados 19 (dezenove) projetos de pesquisa, com valor global de R\$ 13.800.000,00 (Treze milhões e oitocentos mil Reais) para dispêndio em três anos. Encontram-se em vigência 19 (dezenove) projetos de pesquisa vinculados ao Edital MCTI/CNPq nº64/2013, mais dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, a saber, o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA).

Como resultado de consultas aos coordenadores dos projetos hoje vigentes no PROANTAR, identificou-se que, desde 2012 até o segundo semestre de 2015, foram formados 52 (cinquenta e dois) doutores, 96 (noventa e seis) mestres e publicados aproximadamente 242 (duzentos e quarenta e dois) trabalhos científicos, superando amplamente as metas previamente estabelecidas.

Objetivo 0997 – sob responsabilidade do MCTI

Macroprocesso

Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

Metas

Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes;

Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH);

Instalar e implementar o INPOH até 2014.

Iniciativas

0487 - Elaboração e aprovação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos;

0488 - Criação e implementação INPOH como instrumento para a execução e fomento de uma Política em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e apoio a projetos de grande envergadura, objetivando o desenvolvimento de pesquisa científica nas Ciências do Mar.

Resultados alcançados

O presente objetivo foi inserido no Programa Mar, Zona Costeira e Antártica motivado pela necessidade identificada pela comunidade científica de se definir diretrizes básicas de CT&I para os Oceanos e buscar o incremento do setor pela implantação de infraestruturas que possibilitassem o avanço da pesquisa marinha no Brasil. Iniciou-se o processo de discussão de uma proposta de Política de CT&I para os Oceanos no âmbito do Comitê de Ciências do Mar (CCM), órgão de assessoramento ao MCTI, que, após ser reestruturado em 2012, constituiu uma Força Tarefa em 2013, para compilar e estudar os aspectos essenciais de tal Política. No entanto, esta meta não foi completa, inicialmente pela restrição orçamentária que impediu a realização de reuniões do CCM em 2014 e 2015 e também pela elaboração do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e outras políticas públicas mais abrangentes na área de CT&I. Aguarda-se momento político ideal e orçamento disponível para retomar a questão, com base nas novas diretrizes do Poder Público.

No que tange à implantação de infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima, no período de 2012 a 2015, uma aquisição com significativo impacto para a pesquisa oceanográfica brasileira é o novo navio de Pesquisa “Vital

de Oliveira”, projeto decorrente de uma parceria público-privada estabelecida entre o MCTI, a Marinha do Brasil, a PETROBRAS e a VALE S.A. O navio, uma das cinco mais avançadas plataformas de pesquisa oceânica do mundo, conta com equipamentos científicos de ponta, tais como medidores de CO₂, salinidade, instrumentos de geologia de fundo, e um submarino controlado pelo navio, dentre outros equipamentos, permitindo a condução eficaz de pesquisa oceanográfica de qualidade internacional no Atlântico Sul e Tropical e águas internacionais de interesse do País. Em sua viagem ao Brasil, foi realizado o Cruzeiro Científico Inaugural: Comissão FORSA – Following Ocean Rings in the South Atlantic, com a participação de pesquisadores da FURG, INPE, UERJ, UFPE e UFSM que realizaram medições meteoceanográficas numa região caracterizada pela formação de vórtices de água mais quente e salina que “vaza” do Oceano Índico para o Atlântico Sul, por meio da Corrente das Agulhas, dados inéditos para este Oceano.

Objeto da Iniciativa 0488 “Criação e implementação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH)”, ressalta-se que a Associação Civil Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) foi criada em maio de 2013, como resultado de amplo debate entre Governo, Academia e Setor Privado, iniciado em 2011, e que resultou na definição de que, para a consecução de seus objetivos, o INPOH deveria adotar o modelo de Organização Social, sob a supervisão do MCTI, e contando com a atuação dos Ministérios da Defesa, da Pesca e Aquicultura e a Secretaria de Portos do Governo Federal. Além destes, integram o INPOH representantes da Sociedade Civil, do Setor Privado e da Academia, envolvidos com a temática do Instituto. Mediante a troca dos titulares das Pastas, bem como da reestruturação dos Ministérios, nova pactuação do projeto INPOH se fez necessária, tendo ocorrido em 2015. Ocorre que o resultado do julgamento do STF acerca do modelo de OS altera significativamente os trâmites de contratação e qualificação, ainda em discussão na Casa Civil. Assim, de forma a adequar-se à nova realidade normativa e institucional, no sentido de buscar os meios de implementação do INPOH em futuro próximo, considera-se aguardar a regulamentação da contratação de OS para finalizar o processo de instalação do INPOH. Ressalta-se que há uma minuta de Contrato de Gestão em fase avançada de elaboração, já tendo havido rodada de negociação entre as Pastas. Em paralelo, o MCTI, com uma visão de futuro sobre o macroprojeto do INPOH, instituiu uma equipe de consultores de notório saber, contratados para cada área específica de atuação do INPOH, para, em última análise, elaborar proposta de uma Agenda Científica e de um Plano de Implementação, incluindo um minucioso levantamento do estado da arte de suas áreas, bem como a identificação de lacunas, potencialidades e parcerias estratégicas. O resultado completo destas análises constitui arcabouço técnico-científico de alta qualidade que permitirá a implementação do INPOH assim que for possível atender às normas. Entende-se que as discussões ocorridas para determinação do escopo de atuação, das fases de implantação, dos elementos iniciais da minuta de Contrato de Gestão, da composição e estrutura dos Conselhos do INPOH compõem o Planejamento Estratégico de criação do INPOH. Somados à proposta de Plano de Implementação elaborada pelos consultores, a ser analisada pelo Conselho de Administração do INPOH, temos todos os elementos deste Planejamento.

Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI)

Passamos então a tratar dos macroprocessos finalísticos desta Coordenação em acordo com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015).

Colocar a pesquisa oceanográfica brasileira no patamar internacional e compreender o papel do Atlântico Sul nas mudanças climáticas projetadas para o final deste século é o objetivo estabelecido à Coordenação para Mar e Antártica perante a ENCTI. Tal instrumento de Planejamento Estratégico preconiza sete macroprocessos à Coordenação, conforme abaixo:

1. Elaboração e aprovação da Política Nacional em CT&I para os Oceanos:

Executado conforme a Meta 1 do Objetivo 0997, do Programa 2046 do PPA 2012-15, bem como aderente ao item I do Art. 12 da PO MCTI 755/06, descritos anteriormente.

2. Criação do Instituto Nacional de Pesquisa sobre os Oceanos (INPOH), no âmbito do MCTI, para promover e aumentar as pesquisas na área de Ciências do Mar:

Executado conforme as Metas 2 e 3 do Objetivo 0997, do Programa 2046 do PPA 2012-15, bem como reflexo do item V do Art. 12 da PO MCTI 755/06, descritos anteriormente.

3. Aquisição de novos navios de pesquisa sob governança do INPOH:

Considerando-se que o INPOH ainda está em fase de implementação, foram concluídas as negociações para a aquisição de um novo navio de pesquisa oceanográfica, já em estágio de construção, com o acompanhamento da Marinha do Brasil que, até a presente data, é a instituição nacional que dispõe de infraestrutura logística e pessoal qualificado para manutenção e operação de navios de pesquisa no País.

A aquisição do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira, parceria público-privada estabelecida entre o MCTI, a Marinha do Brasil, a PETROBRAS e a VALE S.A, prevê a tempestiva ampliação da infraestrutura para a pesquisa científica marinha, com atividades iniciadas em 2015.

4. Implantação do laboratório nacional de calibração de instrumentos e sensores:

Em 2013, foi contratada, por processo seletivo amparado por programa instituído entre MCTI e UNESCO, instituição especializada em Instrumentação e Tecnologia Oceânica para elaborar um documento analítico acerca das necessidades nacionais de manutenção e calibração de instrumentos oceânicos e desenvolvimento de tecnologias oceânicas nacionais em atendimento à pesquisa e desenvolvimento. O documento finalizado em 2014 aborda os desafios presentes, lacunas de conhecimento e de tecnologias, apontando formas de apoio a esta ação, por meio das atividades que serão implementadas pelo INPOH, que tem como uma de suas metas estabelecer um laboratório com essas características.

5. Ampliação do número de projetos de pesquisa desenvolvidos sobre a interação oceano-atmosfera e Antártica:

Executado conforme os Objetivos 0558, 0561 e 0564, do Programa 2046 do PPA 2012-15, bem como reflexo dos itens II, III e V do Art. 12 da PO MCTI 755/06, descritos anteriormente.

6. Fomento e ampliação de pesquisas de excelência internacional sobre a região Antártica e sua área adjacente, por meio do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e suas implicações para o Atlântico Sul:

Executado conforme o Objetivo 0564, do Programa 2046 do PPA 2012-15, bem como reflexo dos itens II, III e V do Art. 12 da PO MCTI 755/06, descritos anteriormente.

7. Estabelecimento de instrumentos de cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas oceanográficas e na região antártica:

Estabelecidos instrumentos de Acordos internacionais visando a cooperação técnico-científica com os seguintes países: Chile, Argentina, Canadá, Estados Unidos, União Europeia, Alemanha, Japão, Índia, África do Sul e Reino Unido.

COORDENAÇÃO GERAL DE MUDANÇAS GLOBAIS DE CLIMA

Desde 1994, cabe ao MCTI, por meio da CGMC, a responsabilidade pela coordenação e supervisão da implementação dos compromissos e obrigações assumidos com a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (doravante Convenção), inclusive do Protocolo de Quioto, os quais visam a estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático.

Dentre os compromissos assumidos, estão sob a responsabilidade direta da GCMC/MCTI a elaboração da Comunicação Nacional do Brasil à Convenção; o secretariado executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), responsável, dentre outras atividades, pela aprovação dos projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo; e, mais recentemente, o ponto focal responsável pelo gerenciamento de propostas brasileiras de projetos e estratégias relacionadas ao desenvolvimento e à transferência de tecnologias que darão suporte às ações de mitigação e adaptação no país.

A Comunicação Nacional contém a contextualização da realidade nacional, em sessão denominada “Circunstâncias Nacionais”, bem como os inventários nacionais de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal. Sua elaboração resulta de um esforço multidisciplinar, envolvendo instituições e especialistas de todas as regiões do país, mobilizadas por meio de contratos e parcerias.

Sob a égide da Convenção, o Protocolo de Quioto definiu metas obrigatórias de redução de emissão de gases de efeito estufa para os países industrializados que o ratificaram. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) permite que países industrializados com compromissos legais de redução possam abater parte de seus compromissos comprando reduções certificadas de emissão (créditos de carbono) oriundas de projetos de MDL implementados em países em desenvolvimento. Os projetos de MDL devem implicar em reduções de emissões adicionais àquelas que ocorreriam em sua ausência, garantindo benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo para a mitigação da mudança global do clima. É papel da CIMGC enquanto Autoridade Nacional Designada, atestar o caráter voluntário do envolvimento dos participantes de projetos de MDL e a contribuição das atividades de projeto para o desenvolvimento sustentável do País. À CGMC cabe o papel de Secretaria Executiva da CIMGC e a prestação de apoio administrativo aos trabalhos desse colegiado.

No eixo temático de tecnologia da Convenção estão contempladas ações voltadas para o desenvolvimento e a transferência de tecnologias que deem suporte a iniciativas de mitigação e adaptação, especialmente em países em desenvolvimento. Assim, foi definido o Mecanismo Tecnológico que se caracteriza por uma abordagem dinâmica, focada na capacitação, na avaliação das necessidades de tecnologia, na inovação, na promoção de parcerias público-privadas, no fomento de atividades de pesquisa e desenvolvimento, e na mobilização de centros tecnológicos e redes nacionais, regionais e internacionais. A CGMC iniciou recentemente sua atuação como Entidade Nacional Designada (END) brasileira para o Centro e a Rede de Tecnologia e Clima (CTCN, em inglês), estrutura criada para estimular a cooperação tecnológica e para melhorar o desenvolvimento e a transferência de tecnologias e ajudar países em desenvolvimento, a seu pedido, de acordo com as suas respectivas capacidades e suas circunstâncias e prioridades nacionais.

No que se refere ao marco legal e institucional doméstico, a CGMC apoia a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima por meio da participação ativa em reuniões dos principais fóruns de articulação institucional. Ademais,

promove ações que buscam incentivar, apoiar, divulgar e coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico afetos às mudanças do clima.

Dessa forma, merece destaque o fato de toda a atuação da CGMC ser pautada pelo estado da arte em conhecimento científico e tecnológico, tão necessário para o desenvolvimento de ações que promovam a mitigação da emissão de gases de efeito estufa, a adoção de estratégias de adaptação e a redução das vulnerabilidades frente aos efeitos e impactos causados pelas mudanças climáticas. Assim, é vista com seriedade a produção de informações para formulação e acompanhamento das políticas públicas sobre mudanças climáticas, ilustradas pelas seguintes iniciativas acompanhadas ou executadas pela CGMC:

- Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA) – de abrangência nacional, a Rede Clima envolve dezenas de grupos de pesquisa em universidades e institutos de pesquisa pública e privados;
- Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas – criado a partir da experiência do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês de *International Panel on Climate Change*), tem por objetivo compilar e sistematizar informações técnico-científicas disponíveis sobre mudanças climáticas relevantes no país. Em 2013 foram lançados os primeiros Relatórios de Avaliação;
- Construção do Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre (BESM, sigla em inglês de *Brazilian Earth System Model*) – com a finalidade de projetar as mudanças climáticas decorrentes de ações antrópicas e naturais em escalas global e regional, o modelo está sendo desenvolvido e testado por um grupo de instituições lideradas pelo INPE, no âmbito da Rede CLIMA. Trata-se de um passo sólido que possibilitou ao Brasil contribuir para a elaboração do Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC AR5);
- Projeto Opções de Mitigação – a elaboração de cenários de emissões futuras de gases de efeito estufa bem como o desenvolvimento de estudos sobre opções de mitigação e custos de abatimento são de importância fundamental para a implementação da Política Nacional. Assim, espera-se que o Projeto “Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil”, aprovado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, sigla em inglês de *Global Environment Facility*) e executado pela CGMC em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), venha reforçar a capacidade técnica do Governo para a implementação de suas ações de mitigação de emissões nos principais setores econômicos (indústria, energia, transportes, residencial e serviços, gestão de resíduos, uso da terra e florestas), de modo a contribuir para a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos planos setoriais e nacional, bem como para sua revisão. O montante de recursos externos captados por este projeto é de US\$ 4.180.000,00;
- Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas – o Sistema está sendo concebido a partir de um extenso processo participativo que busca levantar informações sobre os bancos de dados existentes no país e identificar indicadores-chaves que forneçam aos governos e aos atores interessados e/ou afetados pelas mudanças climáticas informações essenciais que possibilitarão uma avaliação sobre as vulnerabilidades dos sistemas físicos, biológicos e socioeconômicos às mudanças climáticas.

Finalidades e Competências

Compete à CGMC subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para: mitigação e adaptação às mudanças climáticas, implementação de atividades relacionadas à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima no Brasil incluindo o Protocolo de Quioto e aprovação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento

Limpo (MDL); elaboração da Comunicação Nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima que inclui o Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Planejamento da CGMC

Entre as responsabilidades e atribuições da CGMC podem ser destacados seis eixos de atuação que direcionam as ações de execução dos processos finalísticos da CGMC:

1. Elaboração da Terceira Comunicação Nacional

A Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima é composta de quatro partes que contemplam o estado da arte em mudança do clima no país. A primeira parte dessa Comunicação Nacional apresenta as circunstâncias nacionais e especiais e arranjos institucionais do Brasil, a qual procura apresentar um panorama geral, levando-se em consideração a complexidade decorrente de sua dimensão continental, bem como suas prioridades de desenvolvimento. Também nesta primeira parte se encontram informações acerca de transferência de tecnologia; educação, treinamento e conscientização pública; formação de capacidade nacional e regional; e relato sobre as dificuldades financeiras, técnicas e de capacitação para a execução da Terceira Comunicação Nacional. A segunda parte apresenta as providências previstas ou já implementadas no país referentes à mitigação à mudança do clima. A terceira parte apresenta as providências previstas ou já implementadas no país referentes à adaptação à mudança do clima, expondo o conhecimento científico sobre impactos, riscos e vulnerabilidades às mudanças climáticas no Brasil. A quarta parte compreende o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal, referente ao período de 1990 a 2010, resultado da consolidação de 16 relatórios setoriais de referência desenvolvidos por instituições de excelência no país bem como por especialistas de grande reconhecimento, e informações adicionais obtidas junto a diversas entidades. Além disso, é apresentado também um livreto com o Sumário Executivo da Terceira Comunicação Nacional. A elaboração da Terceira Comunicação Nacional, bem como do Terceiro Inventário, contou com a realização de reuniões técnicas com participação de representantes de outros ministérios. A fim de garantir a transparência a esse processo de preparação, o documento foi disponibilizado para os membros da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) e para consulta pública a especialistas de outubro de 2014 a janeiro de 2015, bem como foram realizadas reuniões bilaterais, acompanhadas pela Casa Civil, com diferentes ministérios para consolidação de comentários e discussão técnica, ocorridas de abril a junho de 2015. A consulta pública a especialistas e o envio dos relatórios aos membros da CIMGC representaram oportunidade de análise e manifestação não só de outros ministérios, bem como de todos os especialistas interessados. Por ocasião da consulta pública foram encaminhados 472 comentários, com participação de 18 instituições.

A previsão de divulgação da Terceira Comunicação Nacional para o primeiro semestre de 2015 não foi atendida devido à necessidade de ampliar as discussões técnicas e políticas a respeito do conteúdo da Comunicação Nacional no âmbito do Governo Federal – tendo em vista a alta sensibilidade das informações relativas às emissões de gases de efeito estufa, em particular em momento em que há negociação de relevante marco internacional – com realizações de reuniões com os ministérios afins ao tema da mudança global de clima (MMA, MRE, Casa Civil, MF, MAPA, MDIC, MME).

Adicionalmente, em atendimento à recente exigência da Convenção do Clima de elaboração dos

Relatórios de Atualização Bienal (BUR, sigla em inglês de *Biennial Update Reports*), o governo brasileiro submeteu seu primeiro Relatório de Atualização Bienal à Convenção do Clima em dezembro de 2014. Este primeiro BUR apresentou, além dos resultados do inventário de emissões antrópicas por fontes e remoção por sumidouros, os componentes relacionados às ações de mitigação e seus efeitos, ao apoio financeiro recebido em relação à mudança global do clima e ao MRV (mensuração, relato e verificação) doméstico. A estrutura deste documento foi desenvolvida com base na decisão da Convenção, adequando-a às circunstâncias nacionais e aos programas e ações desenvolvidos no país. Para a elaboração do primeiro BUR foi necessário um esforço interministerial (MMA, MF, MPOG, MAPA, MME, MCidades, MDIC) com apoio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, liderado pelo MCTI e MRE, além do apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 2015, conforme previsto pela Convenção do Clima, este Relatório de Atualização Bienal passou por processo de consulta e análise internacional realizada por uma equipe de especialistas técnicos estrangeiros. Essa consulta e análise iniciou-se em maio de 2015, tendo sua primeira etapa concluída em fevereiro de 2016 por meio da consolidação do documento de acordo com os esclarecimentos e contribuições prestadas pelo governo ao longo do ano.

Para a elaboração da Terceira Comunicação Nacional, e mais recentemente para o BUR, a CGMC é responsável pela execução do Projeto PNUD BRA/10/G32 (valor total de US\$ 5.720.000,00, recursos externos do GEF, que tem por metas: (i) permitir ao Governo do Brasil melhorar os dados de emissão disponíveis, realizando pesquisa orientada e fortalecendo a capacidade técnica e as instituições para ações de mitigação e adaptação; (ii) e ajudar o Governo do Brasil a realizar as atividades necessárias à preparação da Terceira Comunicação Nacional, em conformidade com a Convenção. Esta iniciativa, conta ainda com o financiamento da ação orçamentária 20VA, Planos Orçamentários: 0003 e 0004.

O Projeto para elaboração da Quarta Comunicação Nacional e Relatórios de Atualização Bienal à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima já foi aprovado e conta com um recurso internacional do GEF de US\$ 7,5 milhões. A previsão é que este projeto inicie tão logo a Terceira Comunicação Nacional seja submetida a UNFCCC.

1.1. Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa

A responsabilidade da elaboração e publicação das estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, conforme estabelecido no Art. 11 do Decreto 7.390/2010, bem como do aprimoramento da metodologia de cálculo da projeção de emissões, é de grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O último relatório foi apresentado em 2014 (“Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil” – 2^a edição) e considerou as premissas metodológicas descritas no Segundo Inventário Brasileiro de Emissões.

A terceira edição das Estimativas consideraram os aprimoramentos metodológicos apresentados nos Relatórios de Referências setoriais do Terceiro Inventário Brasileiro, disponibilizados para consulta pública de outubro/2014 a janeiro/2015. Às planilhas de cálculo deste Terceiro Inventário (1990-2010) foram acrescentados os dados públicos disponíveis, para o período de 2011 a 2014, considerando para o cálculo de emissões os mesmos parâmetros e fatores de emissão de seus Relatórios de Referência, resultados de um trabalho científico mais apurado. Em relação à segunda edição, foram incorporados todos os aprimoramentos metodológicos e atualizações de dados apresentados no Terceiro Inventário.

Essa edição atualizada das Estimativas foi submetida, em fevereiro de 2016, à análise de especialistas ligados à Rede CLIMA, como parte do processo de controle e garantia de qualidade

das emissões setoriais. Os comentários recebidos foram analisados pela equipe e incorporados, quando pertinentes ao escopo do exercício.

As Estimativas foram elaboradas com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio de supervisores especialistas em análise de emissões de gases de efeito estufa. O lançamento das Estimativas está previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2016.

1.2. Coordenação do desenvolvimento do SIRENE

Diante da constatação da necessidade de se aperfeiçoar os processos de gestão das informações relacionadas às iniciativas de contabilização de emissões de gases de efeito estufa, está em processo final de operacionalização o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE).

Esta plataforma tem por missão conferir segurança, perenidade e transparência ao processo de confecção de inventários de emissões de gases de efeito estufa, e também ser suporte à tomada de decisão no âmbito de políticas, planos, programas e projetos na área de mudanças climáticas – no que tange a geração de conhecimento científico e adoção de medidas de mitigação. Os resultados das emissões de gases de efeito estufa poderão ser exportados em formato “xls”.

Em decorrência do adiamento da submissão do Terceiro Inventário à Convenção do Clima, o lançamento do SIRENE se dará no primeiro semestre de 2016, quando então se apresentará as informações relativas aos resultados de emissões deste inventário nacional e das estimativas anuais atualizadas.

2. Secretaria Executiva da CIMGC

A CGMC exerce o papel de Secretaria Executiva da CIMGC (SEXEC/CIMGC) e presta o apoio administrativo aos trabalhos desse colegiado. Em 2015, a SEXEC/CIMGC organizou e conduziu sete reuniões da CIMGC, sendo seis ordinárias e uma extraordinária. Além disso, realizou, por meio de contratação de consultoria, o desenvolvimento de dois estudos técnicos voltados a subsidiar a operacionalização das atividades da CIMGC: 1) Organização dos dados necessários às publicações dos fatores de emissão do Sistema Interligado Nacional, estruturação das planilhas de trabalho, documentação da série histórica e da rotina de cálculos, simulação em atividades de projeto registradas do uso do fator de emissão da margem de operação simples ajustada e treinamento da equipe técnica da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima (CIMGC); e 2) Organização das informações e atualização do conteúdo técnico relativo ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e à Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima (CIMGC) disponível no sítio de Mudanças Climáticas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

2.1. Ciclo de análise de Projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O ciclo de análise de projetos de MDL é gerenciado pela Secretaria Executiva da CIMGC/CGMC. Em 31 de dezembro de 2015, o Brasil atingiu um total de 432 atividades de projeto aprovadas pela CIMGC, sendo 339 já registradas pelo Conselho Executivo do MDL, quantidade equivalente a 4,4% do total global, ocupando a 3ª posição no ranking mundial em número de projeto registrados. Em termos de estimativa de redução de emissões de gases de efeito estufa para o primeiro período de obtenção de créditos, associada aos projetos de MDL registrados, até 31 de dezembro de 2015, o Brasil ocupava a terceira posição, sendo responsável pela redução potencial de cerca de 375 milhões toneladas de CO₂eq o que corresponde a 4,9% do potencial total mundial. No Brasil, os projetos da área de hidrelétrica (micro, pequenas e grandes

centrais hidrelétricas) contribuem com 27,7% do total de redução potencial de emissões, seguidos pelos de biogás (18,6%), de usinas eólicas (16,5%), de aterro sanitário (14,8%) e de biomassa energética (12,1%).

3. Projeto Opções de Mitigação

Em 2015, foram realizadas sete sessões ordinárias do Comitê Técnico Consultivo do Projeto, nas quais foram apresentados e discutidos os produtos técnicos gerados pelas equipes de pesquisadores parceiros, que compreenderam: cenários de baixo carbono e respectivos custos de abatimento para todos os setores estudados; três rodadas de modelagem integrada econômica-energética das opções de mitigação, gerando cenários de baixo carbono integrados, considerando a economia brasileira como um todo; modelagem de impactos de políticas de baixo carbono sobre a economia brasileira e sua competitividade; identificação de instrumentos de políticas públicas para a redução de emissões de GEE. A partir dos resultados técnicos obtidos até então, o projeto gerou subsídios à formulação da pretendida contribuição nacionalmente determinada (iNDC) do Brasil para o pós-2020, os quais foram primeiramente apresentados como relatórios técnicos ao CTC e posteriormente consolidados e apresentados pelo MCTI em sessão da CIMGC e em reuniões específicas com MRE, MMA e MF, no mês de setembro. Os estudos setoriais sobre opções de mitigação foram concluídos ao final de 2015. Ao longo do ano, foram também realizadas sessões de treinamento a respeito dos diversos setores e da análise integrada, tendo setores público e privado como alvo, com os seguintes conteúdos: em março, “Tecnologias de baixo carbono aplicáveis aos setores-chave do Brasil”; em maio e agosto, “Construção de cenários de baixo carbono” e “Integrando a modelagem energética e a modelagem econômica”; e em outubro, “Modelagem de custos de abatimento e de curvas de aprendizagem tecnológica” e “Construção de cenários integrados econômico-energético – Modelos CGE e MESSAGE”. Ressalte-se ainda a participação e contribuição do setor industrial em dois *workshops* realizados na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) no segundo semestre: treinamento sobre construção de cenários de baixo carbono para o setor industrial e *workshop* técnico sobre tecnologias e processos inovadores na indústria.

4. Coordenação da criação e implantação do SISMOI

Previsto para ser uma plataforma de acesso público que fornecerá informações sobre impactos das mudanças climáticas nos sistemas biológicos, físicos e socioeconômicos, o desenvolvimento do SISMOI mostrou-se um desafio meandroso pela complexidade da análise de dados e pela necessidade de envolvimento de um grande número de atores. Apesar do atraso da criação do SISMOI, foi dado apoio a projetos que visaram ao fornecimento/geração de informações sobre os impactos ambientais da mudança do clima especialmente relevantes para o planejamento e a tomada de decisão relacionadas à adoção de medidas de mitigação e de adaptação, tais como: o Observatório Nacional de Clima e Saúde, o Simulador de Cenários Agrícolas, o Projeto PIRATA (monitoramento do Oceano Atlântico Sul) e o SiMCosta (Sistema de Monitoramento da Zona Costeira). Além disso, em 2015, o MCTI, com apoio do CNPq, realizou o *workshop* Sistema de Monitoramento de Impactos das Mudanças Climáticas – SISMOI com o objetivo de discutir a implantação de tal sistema. O evento contou com a participação de 65 especialistas e de instituições nacionais e internacionais que forneceram subsídios científicos e técnicos para o desenvolvimento do SISMOI. O debate realizado identificou os setores água, agricultura e saúde como áreas de estudo emergentes e o semiárido como região prioritária, visando limitar a complexidade da análise e garantir o custo-efetividade do sistema em curto prazo. A delimitação do semiárido contemplou ainda suas zonas costeiras por sua grande importância econômica e ambiental. Em relação à governança do sistema, foi apontada a necessidade de definição e

implementação de regras que disciplinam o compartilhamento de dados públicos e que garantam o correto funcionamento do SISMOI. A INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais) deve ser considerada, bem como a série de acordos firmados entre os gestores dos nós de sua rede em temas como formatação dos dados e definição de agenda.

5. Implementação do Mecanismo Tecnológico da Convenção no Brasil

A CGMC, indicada como Entidade Nacional Designada para viabilizar as ações do Centro e Rede de Tecnologia de Clima no Brasil, desde 2014, vêm envidando esforços para operacionalizar sua atuação e, em paralelo, está tomando as providências necessárias para elaboração do Relatório Nacional de Avaliação das Necessidades Tecnológicas para Mudança do Clima do país (*Technology Needs Assessment – TNA*).

Em 2015, a Coordenação apresentou ao *Global Environment Facility* (Fundo Mundial para o Meio Ambiente) proposta de projeto para obtenção de financiamento para execução do TNA. Esse processo encontra-se em fase de avaliação. Além disso, realizou por meio de contratação de consultoria o desenvolvimento de dois estudos: 1) “Compilação e avaliação de informações específicas nos campos técnico, econômico-financeiro, institucional e legal para subsidiar a internalização no Brasil do Mecanismo Tecnológico da Convenção sobre Mudança do Clima”; e 2) “Avaliação de tecnologias para captação, armazenamento e tratamento de água pluvial por meio de análise dos pedidos de patente”.

6. Apoio à Rede CLIMA

A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA tem como missão gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais.

A Rede CLIMA constitui-se em fundamental pilar de apoio às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas criado pelo governo federal, que tem balizado a identificação dos obstáculos e dos catalisadores de ações. Enseja o estabelecimento e a consolidação da comunidade científica e tecnológica preparada para atender plenamente as necessidades nacionais de conhecimento, incluindo a produção de informações para formulação e acompanhamento das políticas públicas sobre mudanças climáticas e para apoio à diplomacia brasileira nas negociações sobre o regime internacional de mudanças climáticas.

Em 2015, a CGMC deu continuidade ao apoio ao processo de reflexão sobre a implementação dos três projetos integrativos da Rede CLIMA: i. segurança hídrica, energética e alimentar; ii. dimensão humana; e iii. modelagem climática.

A CGMC coordenou o processo de eleição do novo coordenador e vice coordenador e da indicação dos membros e da instituição do primeiro comitê científico da Rede CLIMA.

Participação em comissões, comitês, grupos de trabalho apresentando subsídios para tomada de decisão relativas à Política Nacional sobre Mudança do Clima, à atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, elaboração do Plano Nacional de Adaptação, à posição brasileira na Convenção.

A CGMC subsidiou a participação do MCTI nas reuniões do Comitê Interministerial sobre Mudança Climática (CIM) e do Grupo Executivo do CIM (GEx) que discutiram a implementação da Política Nacional e a atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

No âmbito do GEx, a CGMC co-coordena com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) o Grupo de Trabalho de Adaptação (GT Adaptação) criado com o objetivo de estabelecer e estruturar um

conjunto de medidas governamentais de adaptação à mudança do clima, de forma a construir um Plano Nacional de Adaptação (PNA). Em 2015 foram realizadas doze reuniões ordinárias com o objetivo de socializar as informações setoriais que constariam na minuta do Plano, bem como discutir e deliberar sobre a parte geral, metas e demais elementos definidos para a estrutura do PNA. Já no segundo semestre de 2015, a minuta do plano foi submetida para consulta pública, via *website*. Com o objetivo de reforçar o processo de consulta pública, servindo como oportunidade para um maior engajamento da sociedade no processo de elaboração do Plano e coletar subsídios que posteriormente serão avaliados pelo GT, foram realizadas cinco oficinas regionais, em Curitiba, Rio de Janeiro, Fortaleza, Brasília e Manaus as quais contaram com a participação do MCTI.

Em 2015, a CGMC apoiou a participação do MCTI em foros internacionais que tratam de questões relativas às mudanças globais de clima. Dessa forma, acompanhou a eleição da dra. Thelma Krug como vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e participou das reuniões dos órgãos subsidiários, do Grupo de Trabalho da Plataforma de Durban para Ação Fortalecida, bem como da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima ocorridas em 2015.

Especificamente sobre este último tópico, a equipe da CGMC participou da COP-21, ocorrida em Paris, França, quando foi aprovado um novo acordo global – contemplando as metas voluntárias de redução de emissões de GEE – com o objetivo de manter o aquecimento do planeta neste século muito abaixo de 2°C e de conduzir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Todos os países participantes reforçaram a necessidade de valorização do conhecimento técnico-científico como um elemento crucial a ser considerado em todas as etapas do processo de negociação, e principalmente ao longo do processo de implementação do novo acordo. As metas apresentadas pelo Brasil em sua iNDC (pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada, da sigla em inglês) implicam desafios científicos e tecnológicos consideráveis para o seu cumprimento. Em 2016, a prioridade será subsidiar a participação e a defesa dos interesses do Brasil nas reuniões da Convenção do Clima que adotarão as decisões subsequentes necessárias para a implementação e o acompanhamento dos compromissos sob o novo acordo climático de Paris, em especial as contribuições nacionalmente determinadas.

COORDENAÇÃO GERAL DE METEOROLOGIA, CLIMATOLOGIA E HIDROLOGIA

A Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CGMH) tem por finalidade propor, coordenar e acompanhar a política nacional relacionada a Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e soberania do país. Dessa forma, a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED) reuniu sob a CGMH, a coordenação e fomento das atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas a tempo, clima e hidrologia. Assim, visa a apoiar pesquisas em coleta, tratamento e disponibilidade dos dados de previsão de tempo, clima e da evolução hidrológica. Ademais, constitui elemento central e integrador de um sistema maior envolvendo clima, recursos naturais, eventos extremos e mudanças climáticas globais, cuja articulação institucional federal, situa-se no CEMADEN/SEPED/MCTI, no CPTEC/INPE/MCTI, no INMET/MAPA e no CENAD/MI.

Compete à CGMH apoiar os Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos, assim como participar de grupos de trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia conduzidas pelo Ministério. Além disso, a CGMH atua como Secretaria-Executiva da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH), órgão colegiado integrante da estrutura básica do MCTI.

Para exercer seu papel ativo no desenvolvimento nacional e executar sua missão institucional, a CGMH fomenta programas e ações definidas na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI, 2012-2015).

Finalidades e Competências

A Portaria MCT nº 755, de 03.10.2006, delega à Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia as seguintes competências:

- I - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Setoriais na formulação de políticas, definição de estratégias e procedimentos para a implementação dos programas/ações sob sua responsabilidade, bem como auxiliar na formulação e implementação de parcerias com outros Ministérios e instituições afins que compõem o Sistema Nacional de Meteorologia e Clima;
- II - administrar a Rede de Meteorologia e Climatologia e, em articulação com a Coordenação-Geral e Coordenação Técnica do Programa, as ações de “Apoio à Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos - PMTCH”, ou outra que venha a ser determinada;
- III - participar de grupos de trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações em Meteorologia, Climatologia, Hidrologia conduzidas pelo Ministério;
- IV - auxiliar o Departamento na formulação de políticas de cooperação internacional que venham a apoiar as ações internas de sua competência, e acompanhar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;
- V - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira, dos programas/ações sob sua responsabilidade, seus projetos e atividades, propondo medidas para a correção de suas distorções e seu aperfeiçoamento;
- VI - articular e promover atividades de pesquisa e disseminação de conhecimentos ligados à Meteorologia, Climatologia e Hidrologia; e VII - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

Planejamento da coordenação:

No plano estratégico, a responsabilidade da CGMH é articular e promover atividades de pesquisa e disseminar conhecimentos ligados à Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, por meio da publicação de chamadas públicas e encomendas, bem como apoiar os Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos.

Dessa forma, as atividades da CGMH aderem aos objetivos e metas do Plano Plurianual por contribuir para a execução das ações de programas tais como o 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres e o 2050 – Mudanças Climáticas, uma vez que o desenvolvimento da meteorologia nacional e regional fornece subsídios essenciais para o monitoramento das condições ambientais que precedem a ocorrência de desastres naturais, para o desenvolvimento da modelagem atmosférica (previsões de curtíssimo prazo) e também para a inclusão de processos físicos e dinâmicos em modelos de simulação das mudanças climáticas globais. Quatro ações principais nortearam a CGMH em 2015: a) O suporte ao Grupo de Trabalho em Previsão Climática Sazonal, reunindo especialistas em previsão climática do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos-CPTEC/INPE, do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN, do Centro de Ciência do Sistema Terrestre – CCST/INPE e do Instituto de Pesquisas da Amazônia – INPA; b) a condução das reuniões da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia – CMCH, como Secretaria Executiva; c) A gestão e acompanhamento dos convênios nº 083/2010, 093/2010 e 030/2010, todos com a Fundação Hidroex/MG; d) o apoio à formação de recursos humanos na área de ciências climáticas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O plano tático da coordenação-geral envolve a identificação de necessidades dos setores em termos de pesquisa e investimentos, em um horizonte de acompanhamento de médio prazo. Subsequentemente, resulta na formulação, lançamento e acompanhamento de editais voltados à seleção de projetos nas áreas de interesse.

O plano operacional contempla a realização de reuniões da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia; a preparação e apoio logístico para as reuniões do GT em previsão Climática Sazonal; o repasse de recursos e a realização de visitas técnicas para acompanhamento dos repasses na forma de convênio.

Dentre as principais atividades/resultados da CGMH para o ano de 2015, destacam-se: (1) Gestão e acompanhamento da execução de convênios; (2) Devolução de recursos e encerramento do projeto MCT/BID ATN-OC 12460-BR; (2) apoio, suporte e assessoria técnica a Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia – CMCH para elaboração de pauta, convocações e suporte logístico para as reuniões, confecção de atas, publicação de resoluções e portarias, arquivamento de documentos e memória da comissão; (3) Participação em Comissões e Grupos de Trabalho, atuação como representante do MCTI nas comissões e grupos de trabalho internos ao Ministério; (4) Articulação institucional referente às linhas de atuação da CGMH, meteorologia, climatologia, hidrologia e recursos hídricos com as instituições que mantêm atividades na área; (5) Apoio à realização das reuniões do GT em Previsão Climática Sazonal.

Macroprocessos de apoio da coordenação:

Repasse de recursos voluntários relacionados à Meteorologia, Climatologia e Hidrologia:

Tem como processos o recebimento do projeto de repasse (Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos e Convênios); a análise técnica dos projetos; o repasse de recursos;

o acompanhamento e a fiscalização; a análise do cumprimento do objeto dos projetos; e a análise ou encaminhamento da prestação de contas.

Promoção de reuniões no âmbito da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH):

Envolve a elaboração de pauta preliminar para reunião do comitê executivo da CMCH; suporte à reunião do plenário, do comitê executivo, e das câmaras técnicas e elaboração ou revisão das atas; convocação da reunião da CMCH; e revisão da ata da reunião da CMCH;

Manifestação técnica acerca de projetos relacionados à Meteorologia, Climatologia e Hidrologia:

Consiste no recebimento de projetos do setor, bem como análise e emissão de pareceres e notas técnicas.

Participação e colaboração técnica em Grupos de Trabalhos e Programas/Conselhos/Comitê Nacionais e Internacionais:

Atuação de servidores da CGMH como representantes do MCTI nas comissões e grupos de trabalho interministeriais ou externas ao MCTI e como representante da SEPED em grupos de trabalho internos ao Ministério.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, criado por meio do Decreto MCTI nº 7.513, de 01 de julho de 2011 – teve sua implantação ocorrida durante a vigência do PPA 2012 – 2015, no âmbito do Programa Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, cujos objetivos residiam na ampliação do conhecimento público sobre as áreas de risco nos municípios mais críticos, por meio; a) do mapeamento da suscetibilidade geológica-geotécnica aos fenômenos de deslizamentos, inundações e enxurradas; b) do mapeamento dos riscos nas áreas ocupadas; c) da definição de diretrizes para a ocupação urbana segura; e d) do monitoramento com vistas a reduzir a ocupação de áreas de maior vulnerabilidade.

As metas iniciais foram ampliadas quando o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos que resultava na ampliação do número de municípios que o Centro deveria monitorar além de definir um acompanhamento em relação ao impacto da seca no semiárido brasileiro e nos sistemas de abastecimento regionais para os 1.033 municípios da região semiárida do Nordeste.

FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

O CEMADEN/SEPED/MCTI tem como missão desenvolver, testar e implementar um sistema de previsão de ocorrência de desastres naturais em áreas suscetíveis de todo o Brasil. O Centro não só auxilia as ações preventivas, mas possibilita identificar vulnerabilidades no uso e ocupação do solo, com destaque para o planejamento urbano e a instalação de infraestruturas. Atua ainda no aumento da consciência e conseqüente prontidão da população em risco, induzindo ações efetivas e antecipadas de prevenção e redução de danos. As competências do CEMADEN são:

- i. Elaborar alertas de desastres naturais relevantes para ações de proteção e de defesa civil no território nacional;
- ii. Elaborar e divulgar estudos visando à produção de informações necessárias ao planejamento e à promoção de ações contra desastres naturais;
- iii. Desenvolver capacidade científica, tecnológica e de inovação para continuamente aperfeiçoar os alertas de desastres naturais;
- iv. Operar sistemas computacionais necessários à elaboração dos alertas de desastres naturais;
- v. Promover capacitação, treinamento e apoio a atividade de pós-graduação, em suas áreas de atuação; e
- vi. Emitir alertas de desastres naturais para o Centro de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, do Ministério da Integração Nacional, auxiliando o Sistema Nacional da Defesa Civil.

Sua estrutura organizacional, prevista no Regimento Interno, está composta desta forma:

1. Direção;
2. Coordenação de Administração;
3. Coordenação de Relações Institucionais;
4. Coordenação-Geral de Operações e Modelagens;
 - 4.1. Divisão de Monitoramento e Alertas;
5. Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento;
 - 5.1. Divisão de Desenvolvimento de Produtos Integrados.

Cite-se que a Direção, Coordenações e Divisões têm trabalhado em conjunto para cumprir as metas estabelecidas e a missão do Centro, de modo que neste tópico estão sendo tratados os aspectos em nível do CEMADEN, como um todo, e não de forma particionada por Coordenação ou Divisão.

No decorrer do ano de 2015, o Centro continuou executando seus objetivos de curto prazo que, basicamente, concentram-se na instalação de equipamentos adquiridos ao longo dos anos de 2013 e 2014 com vistas a efetiva implantação da rede observacional de monitoramento. No longo prazo, o Centro planeja a uma sede definitiva e sua estruturação administrativa com a admissão de novos servidores públicos efetivos com vistas a alcançar um quantitativo de 180 servidores concursados das carreiras de Ciência e Tecnologia.

Durante o ano de 2015, podem-se registrar como importantes realizações do CEMADEN:

I - Monitoramento

No exercício de 2015, o CEMADEN monitorava 957 municípios, dos quais 740 são da lista dos 821 considerados prioritários. Os 117 municípios restantes foram incorporados pelo Centro, em razão de se dispor das áreas de riscos mapeadas. Ressalta-se que apenas 845 municípios apresentam áreas de risco mapeadas, uma vez que há municípios que apresentam variados processos, outros apenas um, e, ainda, existem municípios que são prioritários, porém não foram mapeados pela entidade responsável, porque apresentavam graus de risco baixo e/ou médio.

Considerando apenas o processo de “deslizamento de massa”, do número total de municípios monitorados (957), o CEMADEN monitora 709 municípios, dos quais 531 compõe a lista de 821 municípios prioritários.

Destaca-se em 2015 o trabalho adicional feito para agrupar os dados de mapeamento das áreas de risco de deslizamentos na plataforma computacional de monitoramento SALVAR desenvolvida no CEMADEN, pois alguns dos mapeamentos foram providos por outras fontes, que consideraram diferentes metodologias e padrões de setorização e cartografia de risco de deslizamentos de massa. As informações padronizadas das áreas de risco de movimento de massa estão integradas e disponibilizadas na plataforma.

O CEMADEN desenvolveu critérios técnicos para a definição dos diferentes graus de confiabilidade da previsão de risco para desastres naturais. Tais critérios levam em conta, basicamente, (i) qualidade/atualidade dos dados de mapeamento de áreas de risco; (ii) existência ou não de pluviômetros próximos às áreas de risco de movimentos de massa; (iii) a distribuição e representatividade espacial dos mesmos em relação às áreas de risco; (iv) existência ou não de dados de radares meteorológicos abrangendo as áreas de risco; (v) disponibilidade em tempo hábil de dados de feedback de campo acerca de informações indicativas de desenvolvimento dos processos superficiais monitorados.

O CEMADEN desenvolveu, ao longo do período de vigência do PPA 2012 - 2015 critérios técnicos para a definição dos diferentes graus de confiabilidade dos alertas de risco para desastres naturais. Os critérios levam em conta basicamente a qualidade/atualidade dos dados de mapeamento de áreas de risco, existência ou não de pluviômetros próximos às áreas de risco de movimentos de massa, a distribuição e representatividade espacial dos mesmos em relação às áreas de risco e existência ou não de dados de radares meteorológicos abrangendo as áreas de risco e disponibilidade em tempo hábil de dados de *feedback* de campo acerca de informações indicativas de desenvolvimento dos processos superficiais monitorados.

O aumento da cobertura por radares meteorológicos, o incremento da rede de pluviômetros automáticos e as novas estações hidrológicas já instaladas e a serem instaladas pelo CEMADEN

ao longo de cursos d'água com áreas de risco, em conjunto com a continuidade dos trabalhos de mapeamento das áreas de risco de inundações e caracterização dos cenários de risco hidrológico, tendem a melhorar sobremaneira a qualidade e a confiabilidade dos alertas para os processos hidrológicos.

A modelagem hidrológica tem sido realizada focando principalmente bacias hidrográficas da região Sudeste, uma vez que nesta região se concentra a maior parte dos municípios com riscos hidrológicos monitorados. Em 2015 dispendeu-se esforço para (i) melhorar a calibração (ajustes/aperfeiçoamento) destes modelos, considerando-se o mesmo número de áreas críticas avaliadas em 2014 (118) pelo CEMADEN; (ii) manutenção da rede observacional hidrológica, com vistas à obtenção de bases de dados para a calibração.

Em termos de desenvolvimento de modelagem geodinâmica e hidrológica, estão sendo efetuadas calibrações diárias do modelo hidrológico distribuído (MHD) para as seguintes bacias: Rio Doce (ES e MG), Paraíba do Sul (SP, RJ e MG), São Mateus e Itapemirim (ES), Jequitinhonha (MG e BA), Velhas e Paraopeba (MG), as quais, em breve, deverão estar operacionalmente integradas à plataforma computacional denominada SALVAR, do CEMADEN. Estas informações serão usadas com modelos meteorológicos, que estão sendo avaliados para previsão de tempo por conjunto. A calibração de um modelo de escorregamentos, com foco na região de Caraguatatuba (SP), também vem ocorrendo com vistas a torná-lo operacional.

A qualidade e melhoria do grau de confiabilidade dos alertas de risco de desastres naturais é diretamente proporcional ao amadurecimento técnico dos Tecnologistas da Sala de Operação do Centro, bem como depende da melhoria da quantidade, qualidade, representatividade espacial e cobertura e periodicidade dos dados das redes observacionais. Os serviços de fornecimento de dados de descargas atmosféricas “Total *Lightning*” e a aquisição de servidores com o objetivo de ampliar a capacidade de armazenamento e processamento de informações do CEMADEN em São José dos Campos também vão ao encontro da excelência almejada pelo centro.

II - Instalações de Equipamentos para Ampliação da Rede Observacional

Com o intuito de expandir a rede de observações de desastres naturais, meta prevista no Eixo Monitoramento e Alerta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, em 2015 foram lançados editais de processos licitatórios para a instalação de 150 estações hidrológicas (PCDHidro) e 9 Conjuntos de Monitoramento de Movimentos de Massa através de Estações Totais Robotizadas (ETRs). As contratações já foram finalizadas, os equipamentos estão em processo de instalação e, alguns, já foram instalados. Quanto ao monitoramento hidrológico, é mantido o termo de cooperação com o CNPq do projeto de pesquisa que contempla a pesquisa a partir de 115 estações hidrológicas em áreas sujeitas a enxurradas e inundações bruscas. Estas estações estão em processo de integração na plataforma SALVAR do CEMADEN, com o intuito de auxiliar os operadores na emissão de alertas. Neste mesmo acordo, também foram instalados instrumentos de monitoramento geotécnico, sensores de umidade do solo e uma estação total robotizada para monitorar movimentação de massa no município de Campos do Jordão, SP.

Atualmente o sistema de monitoramento e alerta conta com sensores instalados em todas as regiões do Brasil, sendo:

a) 3.653 mil pluviômetros, dos quais 2.619 são pluviômetros automáticos e 1.044 pluviômetros semiautomáticos operados pelas próprias comunidades. A licitação para instalação de mais 400 PCDs pluviométricas, no entanto, foi prejudicada pelo contingenciamento orçamentário de 2015. Em razão destas dificuldades, o CEMADEN centrou esforços em melhorias de menor custo para

esta rede, destacando-se dezenas de cursos de capacitação comunitária para a operação de pluviômetros semiautomáticos;

b) 9 radares meteorológicos - entregues entre 2014 e 2015 nas localidades de Natal/RN, Petrolina/PE, Salvador/BA, São Francisco/MG, Jaraguari/MS, Maceió/AL, Almenara/MG, Três Marias/MG e Santa Teresa/ES;

c) 115 plataformas de coletas de dados hidrológicos para monitoramento de bacias hidrográficas de respostas rápidas, que se somarão a novas 150 que já foram contratadas em 2015 para instalação em 2016;

d) 499 plataformas para monitoramento de chuva e água no solo e 92 plataformas de coletas de dados agrometeorológicos instaladas em 2015 para monitoramento do semiárido brasileiro;

e) a instalação em andamento de estações totais robotizadas – ETRs, equipamentos que detectam movimentações em encostas de morros, permitindo, em médio prazo, a melhoria do sistema de monitoramento e alertas para áreas de alto risco suscetíveis a deslizamentos. Em 2015 a instalação já ocorreu nos municípios de Mauá/SP, Santos/SP, Blumenau/SC e Petrópolis/RJ. Ainda nos primeiros meses de 2016 serão instaladas mais 5 ETRs nas cidades de Nova Friburgo/RJ, Teresópolis/RJ, Angra dos Reis/RJ, Recife/PE e Salvador/BA. Estes municípios, somados a Campos do Jordão/SP, totalizarão 10 cidades com áreas de alto risco de deslizamentos monitoradas pelo CEMADEN/MCTI. Tal rede, em conjunto com aqueles já em operação em diferentes organizações públicas, forma o atual sistema de monitoramento necessário para o envio de alertas de desastres naturais. A licitação para instalação de 150 PCDs Geotécnicas, no entanto, foi prejudicada pelo contingenciamento orçamentário de 2015. Tais instalações ocorreriam nas mesmas localidades das ETRs com vistas a refinar a pesquisa com vistas a implementar, em médio prazo, o processo de monitoramento e alertas para áreas de alto risco suscetíveis a deslizamentos.

III - Projetos em Execução/Implantação

Execução: Pluviômetros Automáticos, Pluviômetros nas Comunidades e Radares Meteorológicos;

Implantação: Estações Hidrológicas, Sensores Geotécnicos, Sistema de Previsão de Risco de Colapso de Safras no Semiárido e Salvar 3.0;

Estabelecimento de vários Acordos de Cooperação Técnica com instituições estaduais, federais e privadas, para compartilhamento de conhecimentos, experiências, dados e informações nacionais, regionais e locais, entre outras, os quais tem papel decisivo na qualidade dos alertas precoces de risco de desastres naturais e na gestão dos riscos associados;

IV - Instalação Física do CEMADEN

Dada a importância da construção de sua sede, o Centro emvidou esforços para a construção do Complexo CEMADEN. Em uma primeira etapa, realizou um pregão eletrônico com o objetivo de obter a elaboração de um Projeto Executivo que, de acordo com o inciso X do art. 6º da Lei 8.666/93, é definido como o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Optou-se pela contratação do Projeto Executivo, numa primeira fase, pois o objeto forneceria elementos suficientes para que a construção do Complexo CEMADEN seja efetuada dentro dos parâmetros técnicos que ditam a construção de uma obra de engenharia

dessa magnitude. O Projeto Executivo do Complexo do CEMADEN no Parque Tecnológico de São José dos Campos, foi entregue e aceito pelo CEMADEN em 2014.

Em paralelo, o CEMADEN trabalhou para que sua instalação provisória fosse fixada na cidade de São José dos Campos. Até que o CEMADEN tenha sua sede definitiva, o centro deverá funcionar, em caráter temporário, em área no Parque Tecnológico, conforme Termo de Cessão de Uso firmado com a Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos. Os cortes ocorridos da PLOA 2015, somados ao contingenciamento da LOA 2015 inviabilizaram qualquer iniciativa de licitação com vistas a construção de sede definitiva do CEMADEN.

V – Provedimento de Candidatos Aprovados nos Concursos Públicos

A estruturação do CEMADEN em termos de recursos humanos ocorreu, inicialmente, por meio da contratação de 75 funcionários temporários em 2011 por meio de processo simplificado. Em 2014 e 2015 foram providos, por meio de concurso público, 40 cargos de nível superior das carreiras de Desenvolvimento Tecnológico, 15 em Pesquisa em Ciência e Tecnologia e 20 em Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou, em dezembro de 2015, a chamada de mais 18 concursados do edital de 2013, sendo um (1) para Pesquisa em Ciência e Tecnologia, um (1) para Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia e dezesseis (16) para Desenvolvimento Tecnológico. A presidência autorizou em 2016, mediante decreto, a chamada de mais quatro (4) concursados para Desenvolvimento Tecnológico, o que totalizará um quadro de 97 novos servidores.

VI - Sucessos e Impactos positivos de sua atuação

Com base nas principais realizações acima mencionadas, o CEMADEN/SEPED conseguiu em 2015:

- (i) viabilizar a instalação de mais equipamentos para a rede observacional do CEMADEN;
- (ii) ampliação para 947 o total de municípios monitorados, sendo 740 deles considerados prioritários de um total de 821. Desse modo, o Centro fortaleceu sua atuação no País, projetou-se nacionalmente e atuou em consonância com o que prevê o Programa Temático Gestão de Risco e Resposta a Desastres, integrante do PPA 2012-2015;
- (iii) fortalecimento da relação entre o CEMADEN e o CENAD, pautada no Protocolo de Ação entre o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD/MI) e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI), por meio da Portaria MI/MCTI N° 314, de 17 de outubro de 2012;
- (iv) Estabelecimento de parcerias com várias instituições públicas federais e estaduais (por exemplo, com a Agência Nacional de Águas – ANA, com a Fundação Cearense de Meteorologia – FUNCEME, com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, entre outros), com vistas a aprimorar o sistema nacional de gestão de desastres naturais;
- (v) a cooperação firmada entre Brasil e Japão, por meio de sua agência de cooperação internacional, JICA, para Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais. O intercâmbio de experiências entre técnicos dos dois países ocorreu de forma intensa em 2015 com vistas a fortalecer a capacidade de análise de risco, o aperfeiçoamento do planejamento, o aprimoramento do protocolo de aviso prévio e pode contribuir com melhorias para o Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais; e

(vi) fortalecimento da cooperação entre o CEMADEN, estados e municípios por meio da celebração de Acordos de Cooperação Técnica.

Todas estas ações ocorreram no âmbito do Objetivo 0173 do PPA 2012 – 2015: promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL DA SEPED

4.1 Planejamento Organizacional da SEPED

As atividades desenvolvidas no âmbito da SEPED auxilia o MCTI na definição de estratégias para a implementação de programas, projetos, ações e atividades de fomento, objetivando diversificar e ampliar a base de conhecimento científico, tecnológico e de inovação, com vistas à geração de produtos, processos e serviços em benefício da sociedade.

Nesse contexto articula com instituições federais e estaduais para a estruturação de redes de pesquisa – nacionais e internacionais – que promovam a geração de conhecimento e a formação de recursos humanos, participa de grupos de trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de atuação da Secretaria.

As políticas de governo são implementadas visando o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em áreas de interesse estratégico para o levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em especial em biotecnologia e saúde, biodiversidade, ecossistemas, meteorologia, climatologia e hidrologia, ciências do mar, antártica, mecanismos de desenvolvimento limpo, mudanças climáticas globais e redução dos danos materiais e humanos causados por desastres naturais.

Nesse contexto, conta com a participação de seus gestores e técnicos das **Áreas/Subunidades Estratégicas** de atuação, a saber:

Departamento de Políticas e Programas Temáticos (DEPPT)
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa (CGAA)
Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC)
Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde (CGBS)
Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima (CGMC)
Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CGMH)
Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade (CGBD)
Coordenação para o Mar e Antártica (CMA)

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)
Coordenação-Geral de Operações e Modelagem (CGOM)
Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento (CGPD)

4.1.1 Objetivos do exercício

Para implementação das políticas de Governo a SEPED é responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos Objetivos de Programas de Governo, detalhados a seguir, seus comentários e resultados estão disponível no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), no link (<https://www.siop.planejamento.gov.br/>).

- **Objetivo 0191** - Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros do **Programa 2018 Biodiversidade**;

- **Objetivo 0493** - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais, do **Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação**;
- **Objetivo 0173** - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais, do **Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres**;
- **Objetivo 0997** - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima, do **Programa 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida**;
- **Objetivo 0536** - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades, do **Programa 2050 - Mudanças Climáticas**;
- **Objetivo: 0540** - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA), do **Programa 2050 - Mudanças Climáticas**;
- **Objetivo 0734** - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima, do **Programa 2050 - Mudanças Climáticas**;
- **Objetivo 0990** - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global, do **Programa 2050 - Mudanças Climáticas**.

4.2 Desempenho Orçamentário

Em julho de 2014, o MCTI estabeleceu para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), para as Ações e Planos Orçamentários sob a responsabilidade da SEPED, o limite de R\$ 15.031.100,00 (quinze milhões e trinta um mil e cem reais), para o exercício de 2015. Este limite foi aprovado por meio da Lei 13.115, de 20 de abril de 2015, entretanto, o Decreto n. 8.412, de 26 de fevereiro de 2015 e suas atualizações, havia reduzido o orçamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Seguindo orientação do Decreto n.º 8.412/2015 e suas atualizações, o MCTI reprogramou suas despesas e limitou o Limite de Pagamento (LP) da Secretaria no montante de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais).

Deste total, a SEPED por meio dos seus parceiros realizou despesas/empenhos no exercício corrente o percentual em torno de 94,2% do LP autorizado.

Para o Orçamento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, foi aprovado na LOA/2015 o total de R\$ 38.168.480,00 (trinta e oito milhões cento e sessenta e oito mil e quatrocentos e oitenta reais), entretanto, sua dotação final correspondeu o montante de R\$ 29.097.684,00 (vinte e nove milhões noventa e sete mil e seiscentos e oitenta e quatro reais, devido ao contingenciamento ocorrido no exercício. Comentários adicionais constarão neste relatório, no âmbito das ações 12QB e 20GB.

4.2.1 Execução Física e Financeira das Ações e Planos Orçamentárias de responsabilidade da SEPED:

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE ECOSISTEMAS

Tabela 1: Quadro 4.2.2: Ação 20VD de responsabilidade da SEPED – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20VD			Tipo: ATIVIDADE		
Título	Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros					
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais					
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros					Código: 0191
Programa	BIODIVERSIDADE			Código: 2018		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	240.119/00001					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.313.498,00	6.313.498,00	5.820.575,00	718.559,00	540.000,00	178.559,00	5.102,016,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto apoiado		UN	12		20*	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.260.507,00						

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

*Cabe esclarecer que a meta física foi ultrapassada uma vez que um projeto pode ser apoiado por mais de um PO. Quando efetuado o somatório do montante realizado em todos os POs, um mesmo projeto pode ser contabilizado mais de uma vez.

Desempenho e resultados dos Planos Orçamentários da Ação 20VD

PLANO ORÇAMENTÁRIO – OFSS

Detalhamento de Planos Orçamentários sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas – CGEC (Biodiversidade)

As ações da CGEC inserem-se no Programa **2018** – Biodiversidade, Objetivo **0191** - Promover o desenvolvimento de CT&I, aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando à conservação, à valoração e ao uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Em 2015, a CGEC coordenou a Ação **20VD** – CT&I para pesquisa, desenvolvimento, conservação, valoração e sustentabilidade dos recursos naturais, a qual abrange 10 Planos Orçamentários (POs):

- **0001** - Apoio à modernização de acervos biológicos;
- **0002** - Implantação do Sistema de Informação sobre Recursos Naturais;
- **0003** - Apoio a redes de inventário da biota;
- **0004** - CT&I aplicadas aos conhecimentos tradicionais associados aos recursos biológicos;
- **0005** - Desenvolvimento de pesquisas sobre os ecossistemas do Pantanal;
- **0006** - Desenvolvimento de pesquisas estratégicas para os biomas brasileiros;
- **0007** - Desenvolvimento de ações estratégicas em biodiversidade;
- **0008** - Apoio à Rede de Pesquisas para Conservação e Uso Sustentável do Cerrado;
- **0009** - Apoio a P&D em áreas temáticas da biodiversidade;
- **000A** - Pesquisa e desenvolvimento de métodos, modelos e geoinformação para a gestão ambiental – Geoma.

Em 2015, por meio da Ação 20VD, foram apoiadas iniciativas que contemplam a geração e integração de dados ao Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR), por meio de encomendas via CNPq: i) continuidade do projeto Contribuições do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/PA), do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/AM) e do Museu Nacional (MN/UFRJ/RJ) à implementação do SiBBR – Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira, com a disponibilização e integração de aproximadamente 1,5 milhão de registros da flora e da fauna; ii) continuidade do projeto Contribuições do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ/RJ) à implementação do SiBBR, com o repatriamento de dados, a integração de acervos nacionais ao SiBBR, e o desenvolvimento da Flora Monografada; iii) projeto Contribuições da Rede de especialistas do Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil (CTFB) à implementação do SiBBR, sob coordenação do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP), para inclusão de dados de 33 grupos taxonômicos de metazoários da fauna brasileira; iv) projeto Digitalização e publicação de coleções zoológicas do Brasil, sob coordenação do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP), com a integração de cerca de 350 mil registros de ocorrência de exemplares biológicos; v) projeto Repatriação da informação da fauna brasileira depositada em Museus estrangeiros (REFAUNA) e disponibilização no SiBBR, sob coordenação do INPA/AM, para o repatriamento e a disponibilização de dados e imagens; vi) projeto Informatização da Coleção Entomológica do Museu Nacional para qualificar, digitalizar e integrar ao SiBBR as informações em biodiversidade brasileira oriundas desse acervo; vii) projeto Novos registros sobre a Biodiversidade Brasileira a partir das Coleções Entomológicas da Fundação Oswaldo Cruz, para a integração efetiva dos registros das coleções entomológicas da Fiocruz ao SiBBR, a geração de imagens dos exemplares preservados e disponibilidade de seus dados, metadados e imagens para

a comunidade científica e melhoria das condições gerais de curadoria dos acervos; viii) projeto projeto Contribuição do Museu de Zoologia da USP e do Museu Nacional do Rio de Janeiro à implementação do SiBBr, com a ampliação da capacidade de processamento, transmissão e disponibilização de informações e dados.

Além disso, foi possível contribuir com o projeto Amazon-Face, coordenado pelo INPA, que analisa o impacto do ciclo de carbono e das mudanças climáticas sobre a biodiversidade na Amazônia. Sob a forma de encomenda via CNPq, propiciou o projeto Levantamento de conhecimentos e práticas de povos indígenas e comunidades locais; e o diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos de interesse estratégico para o gerenciamento e uso sustentável desse capital natural do País. Ademais foi apoiado o processo de reestruturação do PPBio com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas que envolve também as demais iniciativas sob coordenação da CGEC/SEPED.

Desempenho e resultados dos Planos Orçamentários

Tabela 2: Quadro 4.2.2.1: Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0001						
Descrição	Apoio à modernização de acervos biológicos						
Ação:	20VD (Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros)						
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais						
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros - Código: 0191						
Programa	BIODIVERSIDADE	Código: 2018			Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VD.0001.0001	244.215,00	244.215,00	227.446,00	0	0	0	227.446,00
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20VD.0001.0001	Coleção biológica informatizada	UN	1		2		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VD.0001.0001							

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Até 2014, os POs 0001, 0003, 0006, 0007, 0008, 0009 e 000A apoiaram a Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 com projetos, estruturados em redes de pesquisa, no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), da Rede ComCerrado e da Rede Geoma. Em 2015, o PO 0001 apoiou o processo de reestruturação do PPBio com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas que envolve também as demais iniciativas sob coordenação da CGEC/SEPED. Numa primeira etapa, foram convidados representantes da academia, governo federal e organizações não-governamentais para discutir as bases desse novo Programa, considerando o papel do MCTI frente aos desafios nacionais e internacionais no campo da biodiversidade e ecossistemas, e o atendimento às Metas Nacionais de Biodiversidade. Posteriormente, a CGEC elaborou uma versão inicial do Programa Nacional que foi discutida com alguns participantes do PPBio em Oficina realizada nos dias 02 e 03 de

dezembro/2015 no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O PO 0001 também apoiou por meio de encomendas via CNPq: 1. a informatização da Coleção Entomológica do Museu Nacional do Rio de Janeiro; 2. a digitalização e publicação de coleções zoológicas do Brasil. Também foi custeado o projeto Amazon-Face, coordenado pelo INPA, com levantamento de dados que são de extrema importância para o PPBio. O Amazon Face representa grande esforço científico para estimular a capacitação científica de instituições de pesquisa no Brasil, bem como reforçar a cooperação com grupos de pesquisa dos Estados Unidos e da Europa, na ciência do ciclo de carbono, mudanças climáticas e seus impactos sobre a biodiversidade na Amazônia.

Vale ressaltar que as coleções abrigam não só os espécimes coletados e estudados, mas também as informações associadas aos indivíduos e às populações de cada espécie. Esses dados biológicos, quando associados a dados climáticos, meteorológicos, edáficos, entre outros, são essenciais tanto para a compreensão da vida no planeta (no passado e no presente) quanto para a projeção de cenários futuros, assim como para o entendimento de padrões de mudanças da biodiversidade e de seus impactos na sociedade, decorrentes da dinâmica dos sistemas naturais ou de intervenções humanas sobre o ambiente.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos orçamentários e financeiros do PO 0001 foram executados por meio de encomendas lançadas pelo CNPq, a saber:

- informatização da Coleção Entomológica do Museu Nacional do Rio de Janeiro no valor de R\$ 114.546,00 em capital;
- digitalização e publicação de coleções zoológicas do Brasil com recursos da ordem de R\$ 60.000,00 em capital.

Além disso, foi apoiado o projeto Amazon-Face, coordenado pelo INPA, envolvendo recursos da ordem de R\$ 52.900,00 em capital.

b) Execução Física das Metas:

Esperava-se apoiar coleção biológica no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio). Como foi iniciado o processo de reestruturação do PPBio, em 2015, resolveu-se apoiar as coleções biológicas que teriam os dados inseridos no Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr). Assim, foi possível apoiar duas coleções, citadas anteriormente. Além disso, conseguiu-se apoiar o Programa Amazon Face com levantamento de dados de extrema importância para o PPBio.

3. Fatores intervenientes:

Como 2015 foi um ano de reestruturação do PPBio com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas, o PO 0001 apoiou a manutenção e informatização de duas coleções de referência do Brasil, além do levantamento de dados importantes ao PPBio.

Tabela 3: Quadro 4.2.2.2: Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0002						
Descrição	Implantação do Sistema de Informação sobre Recursos Naturais						
Ação:	20VD (Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros)						
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais						
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros - Código: 0191						
Programa	BIODIVERSIDADE	Código: 2018			Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VD.0002.0001	1.951.032,00	1.951.032,00	1.814.300,00	439.300,00	420.000,00	19.300,	1.375.000,
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20VD.0002.0001	Sistema de informação implantado	%	1		1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VD.0002.0001	1.048.200,00						

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Em 2015, no âmbito do PO 0002, foram apoiadas diversas iniciativas que contribuíram para a implantação do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR), a saber: i) continuidade do projeto Contribuições do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/PA), do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/AM) e do Museu Nacional (MN/UFRJ/RJ) à implementação do SiBBR – Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira, com a disponibilização e integração de aproximadamente 1,5 milhão de registros da flora e da fauna; ii) continuidade do projeto Contribuições do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ/RJ) à implementação do SiBBR, com

o repatriamento de dados, a integração de acervos nacionais ao SiBBr, e o desenvolvimento da Flora Monografada; iii) projeto Contribuições da Rede de especialistas do Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil (CTFB) à implementação do SiBBr, sob coordenação do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP), para inclusão de dados de 33 grupos taxonômicos de metazoários da fauna brasileira; iv) projeto Digitalização e publicação de coleções zoológicas do Brasil, sob coordenação do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP), com a integração de cerca de 350 mil registros de ocorrência de exemplares biológicos; v) o projeto Repatriação da informação da fauna brasileira depositada em Museus estrangeiros (REFAUNA) e disponibilização no SiBBr, sob coordenação do INPA/AM, para o repatriamento e a disponibilização de dados e imagens.



Figura 1: *site* do SiBBr.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos orçamentários e financeiros do PO 0002 foram executados por meio de encomendas lançadas pelo CNPq, a saber:

- Contribuições do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/PA), do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/AM) e do Museu Nacional (MN/UFRJ/RJ) à implementação do SiBBr – Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira, valor R\$ 263 mil em custeio;
- Contribuições do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ/RJ) à implementação do SiBBr, valor R\$ 400 mil em custeio;
- Contribuições da Rede de especialistas do Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil (CTFB) à implementação do SiBBr, valor R\$ 153.750,00 em custeio;
- Digitalização e publicação de coleções zoológicas do Brasil, sob coordenação do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP), valor R\$ 577.550,00 em custeio.

Também foi possível apoiar, por intermédio do INPA/AM, o projeto “Repatriação da informação da fauna brasileira depositada em Museus estrangeiros (REFAUNA) e disponibilização no SiBBr” no valor de R\$ 420 mil em custeio.

b) Execução Física das Metas:

A meta física foi atingida uma vez que o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr) foi implantado e lançado oficialmente em 2014.

3. Fatores intervenientes:

Não há.

Tabela 4: Quadro 4.2.2.3: Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0003						
Descrição	Apoio a redes de inventário da biota						
Ação:	20VD (Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros)						
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais						
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros - Código: 0191						
Programa	BIODIVERSIDADE		Código: 2018		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VD.0003.0001	1.538.576	1.538.576	1.357.009	80.000,	0,00	80.000,00	1.277.009,00
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20VD.0003.0001	Rede de Inventário apoiado	UN	3		3		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VD.0003.0001	881.715,85						

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Até 2014, os POs 0001, 0003, 0006, 0007, 0008, 0009 e 000A apoiaram projetos, estruturados em redes de pesquisa, no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), da Rede ComCerrado e da Rede Geoma. Em 2015, o PO 0003 apoiou o processo de reestruturação do PPBio com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas que envolve também as demais iniciativas sob coordenação da CGEC/SEPED. Numa primeira etapa, foram convidados representantes da academia, governo federal e organizações não-governamentais para discutir as bases desse novo Programa, considerando o papel do MCTI frente aos desafios nacionais e internacionais no campo da biodiversidade e ecossistemas, e o atendimento às Metas Nacionais de Biodiversidade. Posteriormente, a CGEC elaborou uma versão inicial do Programa Nacional que foi discutida com alguns participantes do PPBio em Oficina realizada nos dias 02 e 03 de dezembro/2015 no Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O PO 0003 também apoiou, por meio de encomendas via CNPq, a ampliação da capacidade de processamento, transmissão e disponibilização de informações e dados, oriundos dos inventários realizados, do Museu de Zoologia da USP e do Museu Nacional da UFRJ. Além disso, foi possível contribuir com o projeto Amazon-Face, coordenado pelo INPA, com levantamento de dados que são de extrema importância para o PPBio, uma vez que analisa o impacto do ciclo de carbono e das mudanças climáticas sobre a biodiversidade na Amazônia; e, com base nas informações geradas pelas redes de pesquisa, para produzir o diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos de interesse estratégico para o gerenciamento e uso sustentável desse capital natural do País, e integrar o Brasil aos diagnósticos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos que estão sendo desenvolvidos pela Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES).

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos orçamentários e financeiros do PO 0003 foram executados por meio de encomendas lançadas pelo CNPq, a saber:

- Contribuição do Museu de Zoologia da USP e do Museu Nacional do Rio de Janeiro à implementação do SiBBr - Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira, valor R\$ 960 mil, sendo R\$ 958.200,00 em custeio e R\$ 1.800,00 em capital;
- Avaliação nacional do estado-da-arte da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos nos moldes da Plataforma Intergovernamental em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), valor R\$ 207.756,00 em custeio.

Além disso, foi apoiado o projeto Amazon-Face, coordenado pelo INPA, envolvendo recursos da ordem de R\$ 242.300,00 em capital.

b) Execução Física das Metas:

A meta física foi atingida uma vez que foram apoiados os inventários realizados no âmbito dos projetos citados anteriormente.

3. Fatores intervenientes:

Não há.

Tabela 5: Quadro 4.2.2.4: Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0004						
Descrição	CT&I aplicadas aos conhecimentos tradicionais associados aos recursos biológicos						
Ação:	20VD (Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros)						
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais						
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros - Código: 0191						
Programa	BIODIVERSIDADE	Código: 2018			Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VD.0004.0001	200.0000,00	200.000,00	200.000,00	0	0	0	200.000,00
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
20VD.0004.0001	Projeto apoiado		UN	1		1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VD.0004.0001							

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Em 2015, o PO 0004 apoiou o projeto “Levantamento de conhecimentos e práticas de povos indígenas e comunidades locais: contribuição aos relatórios da IPBES sobre degradação do solo e conservação da biodiversidade”. Esse projeto, sob a Coordenação da Dra. Manuela Carneiro da Cunha da Universidade de São Paulo (USP), foi encomenda contratada pelo CNPq, com o objetivo de avaliar o status de conservação da biodiversidade e da degradação dos solos, envolvendo povos indígenas e outras comunidades locais (tradicionais), e levando em consideração a complementariedade dos conhecimentos tradicionais e dos conhecimentos científicos.

Os resultados do projeto envolvem: i) identificação e descrição de conhecimentos e práticas que possam contribuir para os relatórios do IPBES; ii) identificação de indicadores locais de avaliação da conservação da biodiversidade e do estado de degradação dos solos; iii) relatórios

de avaliação por comunidade participante; e iv) elaboração de cartilhas e outros materiais informativos.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos orçamentários e financeiros do PO 0004 foram executados por meio de encomenda lançada pelo CNPq, a saber:

- Levantamento de conhecimentos e práticas de povos indígenas e comunidades locais: contribuição aos relatórios da IPBES sobre degradação do solo e conservação da biodiversidade, valor R\$ 200 mil em custeio.

b) Execução Física das Metas:

A meta física prevista foi alcançada uma vez que foi apoiado um projeto para levantamento de conhecimentos e práticas de povos indígenas e comunidades locais.

3. Fatores intervenientes:

Não há.

Tabela 6: Quadro 4.2.2.5: Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0005						
Descrição	Desenvolvimento de pesquisas sobre os ecossistemas do Pantanal						
Ação:	20VD (Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros)						
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais.						
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros - Código: 0191						
Programa	BIODIVERSIDADE		Código: 2018		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VD.0005.0001	611.696,00	546.157,00	508.692,00	0	0		508.692,00
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
20VD.0005.0001	Rede de Pesquisa apoiada		UN	1	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VD.0005.0001	611.696,00		0	Pesquisa apoiada	UN		

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Remanejamento orçamentário no âmbito da Ação 20VD (C, T & I para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros), do Programa 2018, entre os Planos Orçamentários (PO) 0005 para o PO: 000A,

Do PO: 0005 - Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal - Elemento de Despesa 44.90.00 (CAPITAL), no valor de R\$ 65.539,00 (sessenta e cinco mil trezentos e trinta e nove mil reais), Fonte 0100 – PTRES 090.614.

Para o PO: 000A - Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental – GEOMA, Natureza de Despesa 44.90.00 (CAPITAL), no valor de R\$ 65.539,00 (sessenta e cinco mil trezentos e trinta e nove mil reais), Fonte 0100 – PTRES 090.516.

Finalidade do remanejamento: Atender às necessidades do Projeto Amazon Face em adquirir equipamentos para realizar medições de alta precisão de radiação incidente, crescimento de biomassa acima do solo, medições de fotossíntese, respiração vegetal, respiração do solo, crescimento de raízes, entre outros, contribuindo para a manutenção das atividades de campo no

sítio experimental do Projeto, bem como para complementar as informações geradas no âmbito da Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), do Programa de Grande Escala da Biosfera e Atmosfera da Amazônia (LBA), do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) e da Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para a Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado (ComCerrado).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Em 2015, o PO 0005 apoiou, por meio de encomenda via CNPq e sob coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, abrangendo além do Pantanal, com informações geradas pelos projetos da CGEC e redes apoiadas pelo CPP, os biomas Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Campos Sulinos e Zonas Costeiras e Marinhas. Esse diagnóstico é de interesse estratégico para o gerenciamento e uso sustentável desse capital natural do País, e para integrar o Brasil aos diagnósticos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos que estão sendo desenvolvidos pela Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). Esse painel, lançado em 2012, está gerando diagnósticos temáticos de caráter global, bem como diagnósticos regionais. Assim, o momento é oportuno para a organização e realização, bem como de disponibilização para a sociedade em geral, de diagnósticos nacionais e o Brasil, em se tratando do país mais megadiverso do planeta, tem vocação para liderar esse processo. Além do valor estratégico desse passo no cenário internacional, os produtos da ação aqui encomendada orientarão políticas científicas do MCTI, assim como políticas públicas em geral que visem a uma harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação e uso sustentável dos recursos naturais no país.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos orçamentários e financeiros do PO 0005 foram executados por meio de encomenda lançada pelo CNPq, a saber:

- Avaliação nacional do estado-da-arte da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos nos moldes da Plataforma Intergovernamental em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), valor R\$ 508.692,00 em custeio.

b) Execução Física das Metas:

A meta física prevista foi alcançada uma vez que foi apoiada uma avaliação nacional, estruturada em rede que envolvesse todos os biomas, para levantamento do estado-da-arte da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no País. Esse diagnóstico é de interesse estratégico para o gerenciamento e uso sustentável desse capital natural do País, e para integrar o Brasil aos diagnósticos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos que estão sendo desenvolvidos pela Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES).

3. Fatores intervenientes:

É importante ressaltar que o PO 0005 tem apoiado o Termo de Parceria (TP) nº 13.0002.00/2012 com o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP). Devido à baixa execução dos recursos pela OSCIP, a parcela de recursos referente ao ano de 2014, só foi repassada em outubro/2015. Como a vigência do TP era dezembro/2015 e ainda havia um saldo considerável de recursos a serem executados pelo CPP, a CGEC propôs a repactuação de valores do TP. Assim, os recursos de 2015 foram utilizados para apoiar o diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, abrangendo além do Pantanal, com informações geradas pelos projetos da CGEC e redes apoiadas pelo CPP, os biomas Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Campos Sulinos e Zonas Costeiras e Marinhas.

Tabela 7: Quadro 4.2.2.6: Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0006						
Descrição	Desenvolvimento de pesquisas estratégicas para os biomas brasileiros						
Ação:	20VD (Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros)						
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais						
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros - Código: 0191						
Programa	BIODIVERSIDADE		Código: 2018		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VD.0006.0001	152.924,00	152.924,00	130.047,00	100.000,00	100.000,00	0	30.047,00
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
20VD.0006.0001	Pesquisa realizada		UN	1	0	2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VD.0006.0001							

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Até 2014, os POs 0001, 0003, 0006, 0007, 0008, 0009 e 000A apoiaram projetos, estruturados em redes de pesquisa, no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), da Rede ComCerrado e da Rede Geoma. Em 2015, o PO 0006 apoiou o processo de reestruturação do PPBio com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas que envolve também as demais iniciativas sob coordenação da CGEC/SEPED. Numa primeira etapa, foram convidados representantes da academia, governo federal e organizações não-governamentais para discutir as bases desse novo Programa, considerando o papel do MCTI frente aos desafios nacionais e internacionais no campo da biodiversidade e ecossistemas, e o atendimento às Metas Nacionais de Biodiversidade. Posteriormente, a CGEC elaborou uma versão inicial do Programa Nacional que foi discutida com alguns participantes do PPBio em Oficina realizada nos dias 02 e 03 de dezembro/2015 no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O PO 0006 também apoiou o Projeto Amazon-Face, por intermédio do INPA, com levantamento de dados para análise do impacto do

ciclo de carbono e das mudanças climáticas sobre a biodiversidade na Amazônia; e, por meio de encomenda via CNPq e sob coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), produzir o diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, abrangendo os biomas Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Campos Sulinos e Zonas Costeiras e Marinhas. Esse diagnóstico é de interesse estratégico para o gerenciamento e uso sustentável desse capital natural do País, e para integrar o Brasil aos diagnósticos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos que estão sendo desenvolvidos pela Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES).

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos orçamentários e financeiros do PO 0006 foram executados por meio de encomenda lançada pelo CNPq, a saber:

- Avaliação nacional do estado-da-arte da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos nos moldes da Plataforma Intergovernamental em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), valor R\$ 30.047,00 em custeio.

Além disso, foi apoiado o projeto Amazon-Face, coordenado pelo INPA, envolvendo recursos da ordem de R\$ 100.000,00 em custeio.

b) Execução Física das Metas:

A meta física prevista foi superada uma vez que apoiou-se:

- uma avaliação nacional, estruturada em rede que envolvesse todos os biomas, para levantamento do estado-da-arte da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no País;
- o Projeto Amazon-Face, por intermédio do INPA, com levantamento de dados para análise do impacto do ciclo de carbono e das mudanças climáticas sobre a biodiversidade na Amazônia.

3. Fatores intervenientes:

De 2012 a 2014, o PO 0006 apoiou a ampliação do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) para os Campos Sulinos. Por isso, a meta prevista era uma pesquisa realizada. Já em 2015, com os recursos disponibilizados, foi possível apoiar duas pesquisas, superando a meta estabelecida.

Tabela 8: Quadro 4.2.2.7: Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0007						
Descrição	Desenvolvimento de ações estratégicas em biodiversidade						
Ação:	20VD (Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros)						
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais						
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros - Código: 0191						
Programa	BIODIVERSIDADE		Código: 2018		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VD.0007.0001	152.924,00	152.924,00	141.937,00	20.000,00	20.000,00	0	121.934,00
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20VD.0007.0001	Projeto desenvolvido	UN	1	0	2		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VD.0007.0001							

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Até 2014, os POs 0001, 0003, 0006, 0007, 0008, 0009 e 000A apoiaram projetos, estruturados em redes de pesquisa, no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), da Rede ComCerrado e da Rede Geoma. Em 2015, o PO 0007 apoiou o processo de reestruturação do PPBio com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas que envolve também as demais iniciativas sob coordenação da CGEC/SEPED. Numa primeira etapa, foram convidados representantes da academia, governo federal e organizações não-governamentais para discutir as bases desse novo Programa, considerando o papel do MCTI frente aos desafios nacionais e internacionais no campo da biodiversidade e ecossistemas, e o atendimento às Metas Nacionais de Biodiversidade. Posteriormente, a CGEC elaborou uma versão inicial do Programa Nacional que foi discutida com alguns participantes do PPBio em Oficina realizada nos dias 02 e 03 de dezembro/2015 no Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O PO 0007 também apoiou, por meio de encomenda via CNPq e sob Coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, abrangendo os biomas Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Campos Sulinos e Zonas Costeiras e Marinhas. Esse diagnóstico é de interesse estratégico para o gerenciamento e uso sustentável desse capital natural do País, e integrar o Brasil aos diagnósticos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos que estão sendo desenvolvidos pela Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). Além disso, contribuiu com o Projeto “Repatriação da informação da fauna brasileira depositada em Museus estrangeiros (REFAUNA)”, sob a coordenação do INPA, a fim de atender a Deliberação CONABio nº 53, que em seu artigo sétimo cita: promover de forma sistemática a repatriação da informação sobre a biodiversidade brasileira constituindo-se de captação e disseminação de informações associadas a milhões de espécimes da biota brasileira depositadas em coleções de instituições no exterior.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos orçamentários e financeiros do PO 0007 foram executados por meio de encomenda lançada pelo CNPq, a saber:

- Avaliação nacional do estado-da-arte da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos nos moldes da Plataforma Intergovernamental em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), valor R\$ 121.934,00 em custeio.

Também foi possível apoiar, por intermédio do INPA/AM, o projeto “Repatriação da informação da fauna brasileira depositada em Museus estrangeiros (REFAUNA) e disponibilização no SIBBr” no valor de R\$ 20 mil em custeio.

b) Execução Física das Metas:

A meta física prevista foi superada uma vez que foi possível apoiar dois projetos, além da reestruturação do PPBio.

3. Fatores intervenientes:

De 2012 a 2014, o PO 0007 apoiou a ampliação do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) para a Mata Atlântica. A meta foi prevista nesse período, pois a intenção era apoiar uma rede de pesquisa nesse bioma. Já em 2015, com os recursos disponibilizados, foi possível apoiar dois projetos, ultrapassando a meta definida.

Tabela 9: Quadro 4.2.2.8: Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0008						
Descrição	Apoio à Rede de Pesquisas para Conservação e Uso Sustentável do Cerrado						
Ação:	20VD (Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros)						
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais						
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros - Código: 0191						
Programa	BIODIVERSIDADE	Código: 2018			Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VD.0008.0001	270.894,00	270.894,00	252.259,00	0,00	0,00	0	252.259,00
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
20VD.0008.0001	Projeto apoiado		UN	1	0	2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VD.0008.0001							

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Até 2014, os POs 0001, 0003, 0006, 0007, 0008, 0009 e 000A apoiaram projetos, estruturados em redes de pesquisa, no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), da Rede ComCerrado e da Rede Geoma. Em 2015, o PO 0008 apoiou o processo de reestruturação do PPBio com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas que envolve também as demais iniciativas sob coordenação da CGEC/SEPED. Numa primeira etapa, foram convidados representantes da academia, governo federal e organizações não-governamentais para discutir as bases desse novo Programa, considerando o papel do MCTI frente aos desafios nacionais e internacionais no campo da biodiversidade e ecossistemas, e o atendimento às Metas Nacionais de Biodiversidade. Posteriormente, a CGEC elaborou uma versão inicial do Programa Nacional que foi discutida com alguns participantes do PPBio em Oficina realizada nos dias 02 e 03 de dezembro/2015 no Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O PO 0008 também apoiou, por meio de encomenda via CNPq e sob coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, abrangendo além do Cerrado com informações geradas pela Rede ComCerrado, os biomas Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e Zonas Costeiras e Marinhas. Esse diagnóstico é de interesse estratégico para o gerenciamento e uso sustentável desse capital natural do País, e para integrar o Brasil aos diagnósticos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos que estão sendo desenvolvidos pela Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). Esse painel, lançado em 2012, está gerando diagnósticos temáticos de caráter global, bem como diagnósticos regionais. Assim, o momento é oportuno para a organização e realização, bem como de disponibilização para a sociedade em geral, de diagnósticos nacionais e o Brasil, em se tratando do país mais megadiverso do planeta, tem vocação para liderar esse processo. Além do valor estratégico desse passo no cenário internacional, os produtos da ação aqui encomendada orientarão políticas científicas do MCTI, assim como políticas públicas em geral que visem a uma harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação e uso sustentável dos recursos naturais no país. Conseguiu-se contribuir, também, com o projeto Amazon-Face, coordenado pelo INPA, para levantamento de dados que são de extrema importância para o PPBio, uma vez que analisa o impacto do ciclo de carbono e das mudanças climáticas sobre a biodiversidade na Amazônia.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos orçamentários e financeiros do PO 0008 foram executados por meio de encomenda lançada pelo CNPq, a saber:

- Avaliação nacional do estado-da-arte da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos nos moldes da Plataforma Intergovernamental em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), valor R\$ 179.059,00 em custeio.

Além disso, foi apoiado o projeto Amazon-Face, coordenado pelo INPA, envolvendo recursos da ordem de R\$ 73.200,00 em capital.

b) Execução Física das Metas:

A meta física prevista foi superada uma vez que foi possível apoiar dois projetos, além da reestruturação do PPBio.

3. Fatores intervenientes:

De 2012 a 2014, o PO 0008 apoiou a ampliação do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) para o Cerrado. A meta foi prevista nesse período, pois a intenção era apoiar uma rede de pesquisa nesse bioma. Já em 2015, com os recursos disponibilizados, foi possível apoiar dois projetos, ultrapassando a meta definida.

Tabela 10: Quadro 4.2.2.9 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0009						
Descrição	Apoio a P&D em áreas temáticas da biodiversidade						
Ação:	20VD (Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros)						
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais						
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros - Código: 0191						
Programa	BIODIVERSIDADE		Código: 2018		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VD.0009.0001	948.497,00	948.497,00	908.133,00	79.259,00	0,00	79.259,00	828.874,00
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
20VD.0009.0001	Projeto apoiado		UN	1	0	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VD.0009.0001							

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Até 2014, os POs 0001, 0003, 0006, 0007, 0008, 0009 e 000A apoiaram projetos, estruturados em redes de pesquisa, no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), da Rede ComCerrado e da Rede Geoma. Em 2015, o PO 0009 apoiou o processo de reestruturação do PPBio com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas que envolve também as demais iniciativas sob coordenação da CGEC/SEPED. Numa primeira etapa, foram convidados representantes da academia, governo federal e organizações não-governamentais para discutir as bases desse novo Programa, considerando o papel do MCTI frente aos desafios nacionais e internacionais no campo da biodiversidade e ecossistemas, e o atendimento às Metas Nacionais de Biodiversidade. Posteriormente, a CGEC elaborou uma versão inicial do Programa Nacional que foi discutida com alguns participantes do PPBio em Oficina realizada nos dias 02 e 03 de dezembro/2015 no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O PO 0009 também apoiou, por meio de

encomenda via CNPq, os seguintes projetos: i) Novos registros sobre a Biodiversidade Brasileira a partir das Coleções Entomológicas da Fundação Oswaldo Cruz para a integração efetiva dos registros das coleções entomológicas da Fiocruz ao SiBBr, a geração de imagens dos exemplares preservados e disponibilidade de seus dados, metadados e imagens para a comunidade científica e melhoria das condições gerais de curadoria dos acervos; ii) Informatização da Coleção Entomológica do Museu Nacional para qualificar, digitalizar e integrar ao SiBBr as informações em biodiversidade brasileira oriunda desse acervo; iii) Contribuição do Museu de Zoologia da USP e do Museu Nacional do Rio de Janeiro à implementação do SiBBr - Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira para qualificar, disponibilizar e integrar as informações e imagens em biodiversidade brasileira oriundas dos acervos do MZUSP e do MNRJ; diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, abrangendo os biomas Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e Zonas Costeiras e Marinhas. Esse diagnóstico é de interesse estratégico para o gerenciamento e uso sustentável desse capital natural do País, e para integrar o Brasil aos diagnósticos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos que estão sendo desenvolvidos pela Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). Além disso, contribuiu com o Projeto Amazon-Face, por intermédio do INPA, com levantamento de dados para análise do impacto do ciclo de carbono e das mudanças climáticas sobre a biodiversidade na Amazônia.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos orçamentários e financeiros do PO 0009 foram executados por meio de encomendas lançada pelo CNPq, a saber:

- Novos registros sobre a Biodiversidade Brasileira a partir das Coleções Entomológicas da Fundação Oswaldo Cruz, valor R\$ 454.200,00, sendo R\$ 156.300,00 em custeio e R\$ 297.900,00 em capital;
- Informatização da Coleção Entomológica do Museu Nacional, valor R\$ 190.029,00 em custeio;
- Contribuição do Museu de Zoologia da USP e do Museu Nacional do Rio de Janeiro à implementação do SiBBr - Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira, valor R\$ 24 mil em custeio;
- Avaliação nacional do estado-da-arte da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos nos moldes da Plataforma Intergovernamental em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), valor R\$ 238.757,00 em custeio.

Além disso, foi apoiado o projeto Amazon-Face, coordenado pelo INPA, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1.900,00 em capital.

b) Execução Física das Metas:

A meta física prevista foi ultrapassada uma vez que foi possível apoiar cinco projetos citados acima.

3. Fatores intervenientes:

A meta foi estabelecida visando apoiar o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio). Devido ao processo de reestruturação desse Programa, em 2015, com o montante de recursos disponibilizados, resolveu-se apoiar outros cinco projetos, ultrapassando a meta prevista.

Tabela 11: Quadro 4.2.2.10 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	000A						
Descrição	Pesquisa e desenvolvimento de métodos, modelos e geoinformação para a gestão ambiental – Geoma						
Ação:	20VD (Ciência, Tecnologia e Inovação para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros)						
Iniciativa	00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais						
Objetivo	Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros - Código: 0191						
Programa	BIODIVERSIDADE	Código: 2018		Tipo: TEMÁTICO			
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VD.000A.0001	235.940,00	301.479,00	280.755,00	0,00	0,00	0,00	280.755,00
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20VD.000A.0001	Projeto de pesquisa apoiado	UN	1	0	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VD.000A.0001							

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Remanejamento orçamentário no âmbito da Ação 20VD (C, T & I para Pesquisa, Desenvolvimento, Conservação, Valoração e Sustentabilidade dos Recursos Naturais Brasileiros), do Programa 2018, entre os Planos Orçamentários (PO) 0005 para o PO: 000A,

Do PO: 0005 - Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal - Elemento de Despesa 44.90.00 (CAPITAL), no valor de R\$ 65.539,00 (sessenta e cinco mil trezentos e trinta e nove mil reais), Fonte 0100 – PTRES 090.614.

Para o PO: 000A - Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental – GEOMA, Natureza de Despesa 44.90.00 (CAPITAL), no valor de R\$ 65.539,00 (sessenta e cinco mil trezentos e trinta e nove mil reais), Fonte 0100 – PTRES 090.516.

Finalidade do remanejamento: Atender às necessidades do Projeto Amazon Face em adquirir equipamentos para realizar medições de alta precisão de radiação incidente, crescimento de biomassa acima do solo, medições de fotossíntese, respiração vegetal, respiração do solo, crescimento de raízes, entre outros, contribuindo para a manutenção das atividades de campo no sítio experimental do Projeto, bem como para complementar as informações geradas no âmbito da Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), do Programa de Grande Escala da Biosfera e Atmosfera da Amazônia (LBA), do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) e da Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para a Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado (ComCerrado).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Até 2014, os POs 0001, 0003, 0006, 0007, 0008, 0009 e 000A apoiaram projetos, estruturados em redes de pesquisa, no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), da Rede ComCerrado e da Rede Geoma. Em 2015, o PO 000A apoiou o processo de reestruturação do PPBio com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas que envolve também as demais iniciativas sob coordenação da CGEC/SEPED. Numa primeira etapa, foram convidados representantes da academia, governo federal e organizações não-governamentais para discutir as bases desse novo Programa, considerando o papel do MCTI frente aos desafios nacionais e internacionais no campo da biodiversidade e ecossistemas, e o atendimento às Metas Nacionais de Biodiversidade. Posteriormente, a CGEC elaborou uma versão inicial do Programa Nacional que foi discutida com alguns participantes do PPBio em Oficina realizada nos dias 02 e 03 de dezembro/2015 no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O PO 000A também apoiou, por meio de encomenda via CNPq e sob coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, abrangendo os biomas Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e Zonas Costeiras e Marinhas, baseando-se nas informações levantadas pelas diversas redes de pesquisa a exemplo da Rede Geoma. Esse diagnóstico é de interesse estratégico para o gerenciamento e uso sustentável desse capital natural do País, e para integrar o Brasil aos diagnósticos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos que estão sendo desenvolvidos pela Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). A realização do Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos em paralelo com o diagnóstico regional das Américas que já está sendo feito pelo IPBES, permite não só que o Brasil possua uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento sustentável, como tenha um salto de qualidade na contribuição do País a esse esforço internacional.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos orçamentários e financeiros do PO 000A foram executados por meio de encomenda lançada pelo CNPq, a saber:

- Avaliação nacional do estado-da-arte da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos nos moldes da Plataforma Intergovernamental em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), valor R\$ 219.755,00 em custeio.

b) Execução Física das Metas:

Com o lançamento da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, foi propiciada a execução de um projeto de pesquisa, no âmbito da Rede Geoma, relacionado à modelagem dos efeitos do regime de alagamento e da ação antrópica sobre a vegetação das florestas de várzea da calha do

Solimões-Amazonas, no período de 2012 a 2014. Em 2015, foi possível apoiar o diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, abrangendo os biomas Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e Zonas Costeiras e Marinhas.

3. Fatores intervenientes:

Como no exercício de 2015 não havia previsão de repasse de recursos no âmbito da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, o PO 000A apoiou o diagnóstico brasileiro do status da arte de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, baseando-se nas informações levantadas pelas diversas redes de pesquisa a exemplo da Rede Geoma.

foram contratados 16 projetos, estruturados em quatro redes de pesquisa, no valor total de R\$ 4,9 milhões para a Rede Bionorte, e 39 projetos abrangidos por nove redes de pesquisa, com recursos da ordem de R\$ 10,6 milhões, para a Rede Pró-Centro-Oeste. Vale ressaltar que, em 2015, foi possível cumprir com os compromissos assumidos no âmbito da Chamada N° 79/2013.

2. Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA)

O LBA tem por objetivo entender como os ecossistemas da Amazônia e do Cerrado, estudados de maneira integrada – física, biológica e quimicamente - são afetados pelas mudanças climáticas (aumento da concentração de gás carbônico atmosférico, da temperatura do ar e das possíveis modificações do ciclo hidrológico) e como o sistema climático é afetado pelas mudanças de uso da terra nas regiões cobertas por esses ecossistemas. Além da geração de conhecimento científico crucial para a compreensão do funcionamento integrado dos ecossistemas amazônicos, o LBA construiu, ao longo de sua existência, um valioso patrimônio humano, induziu a criação de novos cursos de pós-graduação, núcleos de pesquisa e o fortalecimento dos grupos já existentes nas instituições brasileiras, especialmente na Amazônia.

Em 2013, foi lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal N° 68/2013 Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia – LBA, com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa que contemplassem três linhas de ação de caráter inter e/ou multidisciplinares: 1. o ambiente amazônico em transformação: interações entre o meio físico e biótico, as práticas e mudanças de uso da terra e impactos sociais e ambientais das alterações climáticas; 2. sustentabilidade dos serviços ambientais e os sistemas de produção terrestres e aquáticos; 3. variabilidade Climática e hidrológica. Como resultados dessa Chamada, foram contratados 14 projetos, com vigência de 36 meses e recursos da ordem de R\$ 11 milhões. Em 2015, foram cumpridos os compromissos assumidos no âmbito dessa chamada.

Cabe esclarecer que a infraestrutura de pesquisa do LBA é apoiada com recursos da Ação 20VR, PO 0003, sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa, SCUP/SEXEC/MCTI.

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A articulação com organismos nacionais e internacionais tem contribuído para o incremento dos recursos financeiros, a ampliação da geração de conhecimento e da formação de recursos humanos, a extensão das áreas geográficas de abrangência e o atendimento às demandas regionais e nacionais. Nesse sentido, foram estabelecidas importantes parcerias com as agências nacionais e internacionais de fomento para dar continuidade aos projetos, programas e redes nacionais coordenadas pela CGEC, bem como para o estabelecimento de projetos internacionais, apresentados a seguir:

i) Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr). Este projeto, em parceria com o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), foi lançado em novembro/2014 e objetiva fornecer informações confiáveis e de qualidade, hoje dispersas em diversas instituições nacionais e estrangeiras, em um sistema online para seu uso em pesquisas científicas e na educação. Além disso, pretende garantir o uso de dados sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros na elaboração e na implementação de políticas, facilitando e integrando a informação sobre o tema na tomada de decisão e nos processos de desenvolvimento de políticas públicas. O SiBBr já foi descrito no PO 0002.

ii) Programa Amazon Face. Lançado em maio/2014, é uma iniciativa conjunta do MCTI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que pretende realizar um experimento de enriquecimento por CO₂ ao ar livre (“Free Air CO₂ enrichment – FACE”) que irá simular a composição atmosférica do futuro, em face das mudanças climáticas previstas, e abordar a questão: Como o aumento de CO₂ atmosférico pode afetar a resiliência da floresta Amazônica, a biodiversidade que ela encerra e os serviços ecossistêmicos que ela provê? Em 2015, foi possível realizar medições de alta precisão de temperatura, precipitação, ventos, perfil vertical de CO₂ atmosférico, crescimento das árvores, medições de fotossíntese, respiração vegetal, respiração do solo e crescimento de raízes, com recursos de custeio oriundos do PO 0006 e de capital provenientes dos POs 000A, 0001, 0003, 0008 e 0009, conforme descrito anteriormente.

iii) Recuperação e proteção dos serviços de clima e biodiversidade do corredor sudoeste da Mata Atlântica brasileira – GEF Mata Atlântica. Este projeto complementarará esforços dos governos estaduais de proteção de unidades de conservação e incentivará a participação de proprietários de terras privadas num manejo sustentável da paisagem, por meio da promoção de atividades de restauração ecológica de florestas nativas e regeneração natural. Sob a coordenação da CGEC/MCTI está estruturado em três componentes e envolve instituições de três estados – MG, RJ e SP. Em 2015, foi dada continuação à negociação com o BID para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e do Convênio de Financiamento não-reembolsável.

iv) Sistemas integrados de monitoramento da cobertura vegetal, da ocorrência de incêndios florestais e da emissão associada de GEE no bioma Cerrado. No âmbito do Programa de Investimento Florestal (FIP), o projeto objetiva ampliar a capacidade de resposta e aprimorar a capacidade de ação, principalmente do governo federal (em parceria com os estados) de monitoramento e de controle dos incêndios florestais no cerrado. A geração de informações padronizadas e sistematizadas representará um subsídio fundamental para a tomada de decisão mais criteriosa dos gestores públicos com relação ao uso sustentável dos recursos naturais e consequente redução do desmatamento e degradação das florestas. Em 2015, foram realizadas missões com o Banco Mundial para melhor delineamento do projeto e preparação para submissão da proposta ao Subcomitê do FIP.

v) Rede de monitoramento de gases de efeito estufa, de variáveis climáticas e de fluxos de energia na Amazônia brasileira: subsídios para prognósticos de mudanças climáticas globais (ATTO). No âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha para construção do Amazonian Tall Tower Observatorium – ATTO, tendo como instrumento o Memorando de Entendimento entre o MCTI e o BMBF, assinado em março de 2009, o projeto tem como objetivo ampliar a infra-estrutura técnico-científica para coletar e sistematizar medidas de longo prazo de trocas de gás carbônico, água e energia entre a atmosfera e os ecossistemas da Amazônia, formando uma rede de monitoramento ambiental. No exercício de 2015, foi assinado o contrato de parceria da Torre ATTO (*Amazon Tall Tower Observatory*) entre o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Instituto alemão Max Planck de Química e Max Planck de Biogeoquímica.

COORDENAÇÃO GERAL DE BIOTECNOLOGIA E SAÚDE

Os principais objetivos estratégicos que norteiam a atuação da CGBS estão elencadas na Estratégia Nacional de Ciência, tecnologia e Inovação – ENCTI, com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo em Biotecnologia, Saúde e Agropecuária. Neste contexto e considerando a diversidade de temas, atividades e parceiros envolvidos com a Coordenação, é necessário um planejamento cuidadoso das ações, de forma a viabilizar o alcance das metas.

A CGBS procura seguir o planejado, mas caso seja necessário, possui uma “carta” de ações alternativas capazes de garantir a efetiva execução orçamentária, sempre em aderência com os objetivos estratégicos. Cabe ainda ressaltar que as atividades de CT&I apresentam riscos inerentes e a possibilidade de descontinuidade de alguns projetos não pode ser desconsiderada.

A CGBS sempre inclui em seu planejamento e prioriza a realização de chamadas públicas e eventuais encomendas necessárias à manutenção de programas consolidados e projetos em andamento, tais como o apoio à redes RENAMA, RRC, Renorbio e o lançamento das chamadas públicas do CBAB, uma cooperação mantida com a Argentina por 29 anos, sem solução de continuidade.

Detalhamento de Planos Orçamentários sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde-CGBS

No que tange ao Plano Plurianual (PPA), em 2015, a CGBS coordenou 4 (quatro) Planos Orçamentários (PO), no âmbito das ações: 20UU, 20US e 20V7, que se inserem no Programa **2021** – Ciência, Tecnologia e Inovação, a saber:

- **PO: 0001** – (Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação em Biotecnologia) da ação 20UU (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos);
- **PO: 0002** (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Fármacos e Medicamentos) da ação 20UU (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos);
- **PO: 0005** (Apoio a Pesquisas de Resíduos e Contaminantes) da ação 20US (Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores);
- **PO: 0002** (Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, a Partir da Biodiversidade Amazônica - Na Região Norte) da ação 20V7 (Realização de P, D & I nas Unidades de Pesquisa do MCTI e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs))

Desempenho e resultados dos Planos Orçamentários

Tabela 12: Quadro 4.2.2.11 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0001						
Descrição	Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia						
Ação:	20UU - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos						
Iniciativa	0104 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia						
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais - Código: 0493						
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO Código: 2021 Tipo: TEMÁTICO						
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20UU.0001.0001	3.052.448,00	3.052.448,00	2.811.921,99	2.082.141,99	563.800,	1.518.341,99	729.780,
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20UU.0001.0001	Projeto apoiado	un	3	0	06		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20UU.0001.0001	597.420,00	597.420,00					

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

A ação orçamentária 20UU contribui para a expansão e o fortalecimento da base científica e para a promoção da inovação em biotecnologia, fármacos e medicamentos, de modo a tornar o país mais competitivo a partir da geração de conhecimentos e tecnologias capazes de melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira. Isto se dá por meio do fomento a projetos de P,D&I e gestão, do aprimoramento da infraestrutura e fomento da pesquisa existente no país, da formação e qualificação de recursos humanos, inclusive por intermédio do estabelecimento de cooperações nacionais e internacionais. O planejamento para execução dos recursos foi amplamente discutido e contou a participação de representantes de entidades científicas e com parceiros internacionais.

1. Análise situacional:

A ausência de recursos no FNDCT limitou as ações da CGBS ao longo dos dois últimos anos. Neste sentido, buscamos estabelecer prioridades e levamos em consideração os compromissos assumidos anteriormente.

O CBAB é considerado um programa prioritário de cooperação internacional, dado seu histórico de sucesso de 29 anos. Para cumprir com os compromissos assumidos, investiu-se no pagamento da segunda parcela da chamada pública para projetos de P,D&I lançada em 2014, no âmbito do Centro, no valor de R\$ 500 mil. Chamadas públicas de projetos de P,D&I em cooperação com a Argentina e o Uruguai ocorrem a cada dois anos e prevê-se, para 2016, o lançamento de uma nova chamada. Além disso, anualmente, é lançada uma chamada pública para selecionar cursos de curta duração que serão oferecidos pelo Centro no ano seguinte. No exercício de 2015, foi lançada a chamada pública MCTI/CNPq/CBAB 16/2015, que selecionou e contratou 10 propostas de cursos que serão oferecidos em 2016. Para esta chamada foram investidos R\$ 700 mil.

Além do CBAB, merece destaque a cooperação em biotecnologia com a Índia. Em 2015, foi lançada a chamada pública MCTI/CNPq/DBT nº 17/2015 - Programa de Cooperação Internacional com o Departamento de Biotecnologia da Índia, no valor de R\$ 700 mil. A chamada, cujo escopo previa o apoio a projetos conjuntos de P,D&I nas áreas de biotecnologia agrícola, biotecnologia em saúde e biotecnologia industrial, incluindo escalonamento e processos *downstream* para produtos para saúde, selecionou e contratou 6 (seis) projetos colaborativos dentre os 44 (quarenta e quatro) projetos elegíveis recebidos pelo CNPq. A parceria com a Índia é estratégica, especialmente na área de biotecnologia para a saúde, dada a *expertise* deste país. Espera-se que a colaboração em processos de escalonamento e *downstream* para produtos para a saúde ajude nosso país a transpor esses dois gargalos.

A participação do Brasil como país membro do ICGEB iniciou-se em 1994 como consequência do depósito do Instrumento de Ratificação do Estatuto e do Protocolo do ICGEB em 1990. Nosso país, um dos principais contribuintes do Centro, é também um dos países membros com maior conhecimento em biotecnologia e, por isso, foi constatada a necessidade de fortalecimento desta cooperação. Em 2014, a CGBS intermediou a assinatura de um termo de cooperação entre o MCTI e o CNPq e, como consequência, em 2015 esta parceria concretizou-se com o lançamento da Chamada Pública MCTI/CNPq Nº 18/2015. Foram investidos R\$ 600 mil e contratados seis projetos de P,D&I cujos proponentes foram pesquisadores brasileiros em colaboração com pesquisadores de um dos três componentes centrais do ICGEB (Cidade do Cabo, Trieste e Nova Déli).

A difusão da biotecnologia e a atualização dos profissionais da área também mereceu investimento no exercício de 2015, por meio do apoio ao 6º Congresso Brasileiro de Biotecnologia, organizado pela SBBiotec. Foram executados R\$ 80 mil nesta ação.

Recursos em custeio foram investidos em projetos da RENAMA, no valor de R\$ 263.059,00, que foram adicionados ao PO 0002. Vide detalhamento deste investimento, conforme descrito no PO 0002.

2. Execução das metas quanto:

A respeito do PO 0001 da ação 20UU, devido ao contingenciamento e ao atraso na liberação dos recursos, bem como ao estabelecimento de novas prioridades pela nova administração do MCTI,

a execução financeira teve alguns imprevistos em relação ao planejado inicialmente pela CGBS. No entanto, não houve qualquer impedimento para que se lograsse executar o total de recursos disponível.

A CGBS deu preferência a investimentos decorrentes de concorrência aberta, por meio de chamadas públicas e teve o CNPq como seu principal parceiro na execução das metas. Importante salientar que resultados de investimentos em P,D&I para a sociedade não são imediatos. A CGBS tem buscado apoiar projetos/programas que proporcionem avanços nos gargalos técnicos que ainda permeiam a biotecnologia nacional, bem como investir em grupos de pesquisa ainda em consolidação, tendo em conta o somatório modesto de recursos disponíveis.

A execução financeira ocorreu conforme o quadro a seguir:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Execução Orçamentária e Financeira			
Valor (R\$)	Projeto/ Programa	Tipo de Execução	Resultado
500.000,00	2ª parcela Chamada 07/2014 – CBAB	Chamada Pública	Apoio a 8 projetos de P,D&I no âmbito do CBAB
700.000,00	Chamada MCTI/CNPq/CBAB 16/2015	Chamada Pública	Seleção e contratação de 10 propostas de cursos para oferta no Brasil, em 2016
700.000,00	Chamada MCTI/CNPq/DBT 17/2015	Chamada Pública	Seleção e contratação de 6 projetos conjuntos de P,D&I em cooperação com grupos indianos
600.000,00	Chamada MCTI/CNPq 18/2015	Chamada Pública	Seleção e contratação de 6 projetos conjuntos de P,D&I em cooperação com laboratórios do CIEGB
80.000,00	6º Congresso da Sociedade Brasileira de Biotecnologia	Encomenda	Realização do 6º Congresso Brasileiro de Biotecnologia, de 09 a 13 de novembro, em Brasília, DF
263.059,00	RENAMA	Encomenda	Apoio a três projetos no âmbito da RENAMA

b) Execução Física das Metas:

As metas previstas (apoio a 3 projetos) foram alcançadas, com superação. Ante a ausência de recursos do FNDCT, a CGBS procurou distribuir o recurso em diversas ações, por meio, preferencialmente, de chamadas públicas. A concorrência aberta, com avaliação pelos pares, tem demonstrado eficiência na seleção democrática e isenta de projetos.

3 . Fatores intervenientes:

Sem dúvida, o contingenciamento e o atraso na liberação dos recursos contribuíram negativamente para uma execução descentralizada mais célere. Ademais, fez-se necessário que a nova administração do MCTI tomasse conhecimento a respeito das ações em andamento.

Tabela 13: Quadro 4.2.2.12 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0002						
Descrição	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Fármacos e Medicamentos - Nacional						
Ação:	20UU - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos						
Iniciativa	0104 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia						
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais - Código: 0493						
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO Código: 2021 Tipo: TEMÁTICO						
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20UU.0002.0001	692.497,00	692.497,00	644.993,00	644.993,00	0,00	0	644.993,00
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previs to	Reprogramado (*)	Realizado		
20UU.0002.0001	Projeto apoiado	UN	2	0	3		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20UU.0002.0001			0,00	02 projetos apoiados	Un.	02	

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

O PO 0002 apoiou a RENAMA, Rede de P,D&I que vem obtendo destaque nacional e também internacional em diversos foros, dada sua atuação no desenvolvimento e validação de metodologias que possam substituir o uso de animais de experimentação. Esta é uma iniciativa gestada na CGBS em 2011 e que foi institucionalizada pelo MCTI em 2012. É preciso ressaltar a necessidade de investimentos governamentais nesta rede, pois trata-se de uma área incipiente no Brasil. Ainda que o montante de recursos aplicados esteja aquém do necessário, os resultados obtidos nos primeiros anos foram bastante satisfatórios, culminando com que a ANVISA reconheça e aceite ensaios não clínicos realizados com métodos alternativos nos dossiês de registro de diversos produtos. Outro resultado relevante ao longo dos últimos anos é a aproximação com a indústria, principal beneficiado direto dos métodos desenvolvidos e validados. Merece destaque o início da colaboração com a União Europeia, por meio dos

Diálogos Setoriais. É uma colaboração importante, visto que a União Europeia possui *expertise* na área e foi pioneira na transição para o uso de métodos alternativos, obrigatórios para produtos cosméticos.

Um desdobramento do sucesso da RENAMA foi a proposição brasileira de se instituir no MERCOSUL uma Plataforma Regional de Métodos Alternativos. Apenas o Brasil possui ações relevantes na área e o objetivo é estender a experiência aos países sócios do bloco. Para 2016, prevê-se a realização, no Brasil, de quatro cursos de capacitação em métodos alternativos, de curta duração (40 horas), com vagas para alunos dos países do MERCOSUL. A ação orçamentária 20UU apoiará estes cursos, que serão ofertados pelos laboratórios centrais da Rede (Inmetro, INCQS e LNBio).

2. Execução das metas quanto:

A respeito do PO 0002 da ação 20UU, apesar do contingenciamento e do atraso na liberação dos recursos, não houve qualquer impedimento para que se lograsse êxito ao executar o total do recurso disponível. O repasse dos recursos foi efetuado por meio de encomenda, via CNPq, e foram apoiados três projetos, a saber:

- (i) I - Consolidação da RENAMA por meio da implementação de métodos alternativos reconhecidos pelo CONCEA e disseminação princípios de BPL (Boas Práticas Laboratoriais) para os Laboratórios Associados à Rede;
- (ii) II – Disseminação de Boas Práticas de Cultura Celular e capacitação técnica na rotina de ensaios de Autenticidade e Pureza para detecção de células e micro-organismos contaminantes em culturas celulares e desenvolver e validar métodos para este fim; e
- (iii) III – Implementação do Teste de Inibição Rápida de Focos Fluorescentes (RFFIT) para determinação *in vitro* da potência de imunoglobulinas antirrábicas nos Laboratórios Nacionais de Controle e produção.

Importante destacar que resultados de investimentos em P,D&I não são imediatos e que os recursos de capital deste PO são essenciais para equipar os laboratórios de acordo com as normas BPL (Boas Práticas Laboratoriais), sem as quais não é possível obter resultados de ensaios com a confiabilidade necessária.

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Execução Orçamentária e Financeira		
Unidade	Previsto	Realizado
R\$	644.993,00	644.993,00

Todo o recurso disponibilizado foi descentralizado, por meio do CNPq, na rubrica 44.90.20 – Capital – Auxílio financeiro a pesquisador. Espera-se obter os resultados no final de 2017.

b) Execução Físicas das Metas:

É previsto o apoio a dois projetos. Durante o exercício de 2015, foram apoiados três projetos com o PO 0002 da ação 20UU.

3. Fatores intervenientes:

Sem dúvida, o contingenciamento e o atraso na liberação dos recursos contribuíram negativamente para uma execução descentralizada mais célere, contudo, não houve prejuízo ao

objetivo proposto inicialmente. Ademais, fez-se necessário que a nova administração do MCTI tomasse conhecimento a respeito das ações em andamento.

Tabela 14: Quadro 4.2.2.13 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0005						
Descrição	Apoio à Pesquisa de Resíduos e Contaminantes - Nacional						
Ação:	20US - Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO Código: 2021 Tipo: TEMÁTICO						
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20US.0005.0001	262.155,00	262.155,00	244.172,00	244.172,00	244.172,00	0	0,0
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
20US.0005.0001	Projeto apoiado		un	1	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20US.0005.0001	88.791,00						

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

As ações de P,D&I na área de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal são fundamentais ao País, sob o aspecto de segurança alimentar interna e também para manutenção do programa de exportações de produtos agropecuários. O MCTI, em parceria com o MAPA, coordena a Rede de Laboratórios Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal e Vegetal desde 2008, para o atendimento do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC. Em 2014, a RRC foi reformulada, com ampliação do escopo de seus objetivos, para atendimento às demandas de agricultura orgânica e agroecologia emanadas da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Na reformulação da RRC, o CETENE passou a integrar sua estrutura de Laboratórios Centrais (Portaria Interministerial N° 1373/2014).

A execução deste plano orçamentário foi iniciada no mês de outubro de 2015, por meio de Termo de Execução Descentralizada - TED ao CETENE (Processo MCTI nº 01200.004807/2012-12).

2. Execução das metas quanto:

Os recursos foram aplicados no Projeto: “Apoio a atividades de P, D & I no âmbito da Rede de Resíduos e Contaminantes-RRC”, definido em reunião da Coordenação Executiva da Rede (órgão colegiado composto por representante do MCTI, do MAPA, e dos Laboratórios Centrais da RRC). O objetivo do projeto é integrar ações de P, D & I e prestação de serviços tecnológicos, no âmbito dos Laboratórios Centrais da Rede de Laboratórios de Resíduos e Contaminantes – RRC, contribuindo para a consecução dos objetivos do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. O valor total do projeto é de R\$ 244.172,00. Meta: realização de 300 análises em hortaliças e frutas orgânicas para a avaliação de possível contaminação por agrotóxico. A vigência do projeto vai de 14 de outubro de 2015 a 31 de março de 2017.

Com esse apoio, espera-se realizar 300 análises para avaliação da presença de agrotóxicos em hortaliças e frutas orgânicas. Além disso, espera-se consolidar a participação do CETENE à RRC e; desenvolver, aperfeiçoar e validar rotinas, técnicas e metodologias para monitorar e detectar a presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos orgânicos.

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Execução Orçamentária e Financeira			
Valor (R\$)	Projeto/ Programa	Tipo de Execução	Resultado
244.172,00	RRC	Encomenda	Contratação do projeto “Apoio a atividades de P, D & I no âmbito da Rede de Laboratórios de Resíduos e Contaminantes – RRC”

b) Execução Física das Metas:

Previu-se o apoio a um projeto. A meta foi alcançada e o recurso foi investido conforme acordado entre os membros que compõem a Coordenação Executiva da RRC. O plano de trabalho também foi discutido e aprovado no âmbito da Rede.

3 . Fatores intervenientes:

Sem dúvida, o contingenciamento e o atraso na liberação dos recursos contribuíram negativamente para uma execução descentralizada mais célere. Ademais, fez-se necessário que a nova administração do MCTI tomasse conhecimento a respeito das ações em andamento.

Tabela 15: Quadro 4.2.2.14 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0002						
Descrição	Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA						
Ação:	20V7 - Realização de P, D & I nas Unidades de Pesquisa do MCTI e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)						
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Código: 2021 Tipo: TEMÁTICO						
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20V7.0002.0001	436.926,00	436.926,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Plano Orçamentário – Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20V7.0002.0001	Projeto apoiado	un	1	0	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20V7.0002.0001	435.326,00	0,00	0,00	Apoio a um projeto	Un.	00	

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Negociações acerca de mudanças institucionais no Centro Biotecnologia da Amazônia, ocorridas ao longo do exercício de 2015, contribuíram de forma determinante para a não execução do Plano Orçamentário 0002 da ação 20V7. Os responsáveis por esse PO empreenderam esforços no sentido de viabilizar a execução da ação, contudo os impasses na definição do arranjo institucional comprometeram tal execução.

2. Execução das metas quanto:

Não houve execução orçamentária, resultando na não execução da meta prevista.

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Execução Orçamentária e Financeira			
Valor (R\$)	Projeto/ Programa	Tipo de Execução	Resultado
435.326,00	Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA	Não houve	Não houve

b) Execução Físicas das Metas:

Não executado.

3 . Fatores intervenientes:

Embora a CGBS tenha trabalhado com afinco na viabilização da execução orçamentária, impasses na definição do arranjo institucional do CBA comprometeram a execução deste PO.

COORDENAÇÃO PARA MAR E ANTÁRTIDA

Planejamento da Coordenação:

A Coordenação pauta seu planejamento no cumprimento dos macroprocessos estabelecidos no Programa 2046 do PPA e na ENCTI, conforme descrito na seção anterior. Assim, as ações elencadas como prioritárias levam em consideração o cumprimento de metas e iniciativas já estabelecidas. Abaixo descrevemos sumariamente as principais realizações resultantes do planejamento da unidade.

PRINCIPAIS PROJETOS E REALIZAÇÕES E RESULTADOS

- A Estratégia Nacional para Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) destaca a importância da ciência, a tecnologia e a inovação como eixo estruturante do desenvolvimento do País e estabelece diretrizes que orientaram as ações nacionais e regionais no horizonte de 2012 a 2015. O Programa Oceanos e Zonas Costeiras da ENCTI tem como objetivo colocar a pesquisa oceanográfica brasileira no patamar internacional e compreender o papel do Atlântico Sul nas mudanças climáticas projetadas para o final deste século. Abaixo, estão os principais projetos e realizações da Coordenação para que este objetivo fosse alcançado;

- Aquisição com significativo impacto para a pesquisa oceanográfica brasileira é o novo navio de Pesquisa “Vital de Oliveira”, projeto decorrente de uma parceria público-privada estabelecida entre o MCTI, a Marinha do Brasil, a PETROBRAS e a VALE S.A. O navio, uma das cinco mais avançadas plataformas de pesquisa oceânica do mundo, conta com equipamentos científicos de ponta, tais como medidores de CO₂, salinidade, instrumentos de geologia de fundo, e um submarino controlado pelo navio, dentre outros equipamentos, permitindo a condução eficaz de pesquisa oceanográfica de qualidade internacional no Atlântico Sul e Tropical e águas internacionais de interesse do País. Em sua viagem ao Brasil, foi realizado o Cruzeiro Científico Inaugural: Comissão FORSA – Following Ocean Rings in the South Atlantic, com a participação de pesquisadores da FURG, INPE, UERJ, UFPE e UFSM que realizaram medições meteoceanográficas numa região caracterizada pela formação de vórtices de água mais quente e salina que “vaza” do Oceano Índico para o Atlântico Sul, por meio da Corrente das Agulhas, dados inéditos para este Oceano.

- Criação da Associação Civil Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH), aguardando somente finalização do processo de qualificação em Organização Social, o que requer articulação entre MCTI, SEP, MPOG e Casa Civil. Já há uma minuta de Contrato de Gestão previamente negociada entre as Partes, incluindo metas, objetivos e indicadores, tanto de implantação quanto de resultados;

- Proposta de Agenda Científica e Plano de Implementação do INPOH, elaborada por equipe de consultores de notório saber, envolvendo dezessete cientistas líderes da pesquisa marinha no Brasil, a ser analisada pelo Conselho Científico e pelo Conselho de Administração do INPOH;

- Apoio à proposta de Plano de Trabalho de exploração mineral em águas além da jurisdição nacional, aprovada pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos – ISBA/ONU;

- Inclusão do Brasil, representado pelo MCTI, como único País do Hemisfério Sul a integrar duas propostas de pesquisa marinha perante o programa europeu de fomento à pesquisa Horizon 2020, a saber:

- a) Projeto AtlantOS - Otimização e Melhoria do Sistema Integrado de Observação do Oceano Atlântico;
 - b) Aliança de Pesquisa para o Oceano Atlântico, envolvendo União Europeia, Estados Unidos, Canadá e África do Sul.
- Gestão compartilhada de navios com a Marinha do Brasil, o que inclui a realização de campanha oceanográfica com o Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul, em apoio à projetos de pesquisa englobando grupos de pesquisa de todas as Regiões costeiras do Brasil;
- Coordenação do Programa de Biotecnologia Marinha (BIOMAR) no âmbito da CIRM;
- Fomento à pesquisa por meio da implementação de três Editais de Pesquisa, via CNPq, quais sejam:
- a) Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas – Edital nº 62/2013
 - b) Estruturação de redes de pesquisa em Biotecnologia Marinha – Edital nº 63/2013
 - c) Fomento à pesquisa científica, tecnológica e em inovação no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR – Edital nº 64/2013
- Coordenação técnica dos Programas Científicos das Ilhas Oceânicas, mais especificamente no Arquipélago da São Pedro e São Paulo (PROARQUIPELAGO) e na Ilha da Trindade (PROTRINDADE);
- Apoio a Sistemas de Observação Oceânica, tais como:
- a) Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos – GOOS-Brasil;
 - b) Rede de boias fixas para pesquisa e previsão no Atlântico Tropical (PIRATA);
 - c) Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta);
 - d) Rede de observação por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul e Tropical (PNBOIA);
 - e) Projeto de monitoramento da caracterização da estrutura térmica, a partir de linhas de Alta Densidade de XBT entre o Rio de Janeiro e a Ilha da Trindade (MOVAR).
- Promoção, apoio e acompanhamento do desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas na Antártica, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR);
- Apoio à manutenção do Módulo de coleta de dados remotos Criosfera 1, atuação científica brasileira mais ao Sul do globo e apoio à instalação do Módulo Criosfera 2, prevista para o verão de 2016/17;
- Elaboração de subsídios técnicos relativos aos assuntos oceânicos no âmbito do Sistema da Organização das Nações Unidas, como a proposta brasileira de extensão da Plataforma Continental; o World Ocean Assessment; a negociação do estabelecimento de um instrumento de regulação ao acesso à biodiversidade além das jurisdições nacionais (BBNJ); questões relativas à biodiversidade marinha na Convenção de Diversidade Biológica (CDB), dentre outros;
- Coordenação, do lado brasileiro, dos Grupos de Trabalho em Pesquisa Marinha nas cooperações bilaterais com Canadá, União Europeia, Japão, EUA, França e Alemanha;
- Apoio e acompanhamento da implantação do Núcleo de Estudos Avançados do Mar – NEAM, realizado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

Desempenho e resultados da AÇÃO

Tabela 16: Quadro 4.2.2.15 - Ações 20UV

Identificação da Ação						
Código	20UV			Tipo: ATIVIDADE		
Título	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima					
Iniciativa	0487 - Elaboração e aprovação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos 0488 - Criação e implementação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) como instrumento para a execução e fomento de uma Política em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e apoio à projetos de grande envergadura, objetivando o desenvolvimento de pesquisa científica nas Ciências do Mar					
Objetivo	Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima				Código: 0997	
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida			Código: 2046		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	240.119/00001					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	400.000,00	334.990,31	282.168,40	280.000,00	2.168,40	52.821,91
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto apoiado		UN	1	0	2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

1. Análise situacional:

Com base nos recursos disponibilizados para a Ação 20UV, foram apoiadas duas iniciativas, ambas por meio de Termos de Execução Descentralizadas (TED), dada a especificidade dos resultados desejados.

1. Continuidade da implantação e manutenção do Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta)

O SiMCosta é uma rede integrada de boias meteo-oceanográficas, distribuídas ao longo da costa brasileira, com funcionamento autônomo e capacidade de coletar regularmente variáveis

oceanográficas e meteorológicas, transmitindo-as para uma central de processamento e, imediatamente, disponibilizando os dados processados ao público alvo. O SiMCosta está integrado ao INCT de Ciências do Mar - Centro de Oceanografia Integrada (INCT- Mar COI) e ao INCT para Mudanças Climáticas (ICNT-MC). Através de apoio ao SiMCosta foi instalada a primeira estação maregráfica, nas proximidades do Molhe Oeste da Barra de Rio Grande (RS). Esta iniciativa aportou recursos na ordem de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil Reais) provenientes do PT: 19.571.2046.20UV.0001 (Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima).

2. Continuidade do monitoramento meteoceanográfico do Atlântico tropical através das boias PIRATA – Projeto PIRATABR17

Esta proposta se insere nas atividades previstas no âmbito do Projeto *Prediction and Research Moored Array in Tropical Atlantic – PIRATA*, uma rede de observação composta de boias fundeadas, planejadas de forma a monitorar uma série de variáveis dos processos de interação oceano-atmosfera no oceano Atlântico Tropical. O projeto PIRATA é um programa de cooperação multinacional entre o Brasil, França e Estados Unidos, que dividem as tarefas de implementação e manutenção da rede. Por meio deste Projeto é possível a construção de cenários, julgados essenciais para a redução de vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos e de mudanças climáticas. Esta iniciativa aportou recursos na ordem de R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil Reais), sendo R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil Reais) provenientes do PT: 19.571.2046.20UV.0001 (Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima) e outros R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil Reais) provenientes do PT: 19.571.2050.20VA.0001 – PO: 0006 (Implantação e Operacionalização do Sistema Nacional de Observações Ambientais dos Impactos das Mudanças Climáticas).

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos foram plenamente executados via dois Termos de Execução Descentralizada (TED), a saber:

TED – Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG) – Implantação e manutenção do Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta), com recursos na ordem de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil Reais) provenientes do PT: 19.571.2046.20UV.0001 (Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima).

TED – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Continuidade do monitoramento meteoceanográfico do Atlântico Tropical através das boias PIRATA, com recursos na ordem de R\$355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil Reais), sendo R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil Reais) provenientes do PT: 19.571.2046.20UV.0001 (Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima) e outros R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil Reais) provenientes do PT: 19.571.2050.20VA.0001 – PO: 0006 (Implantação e Operacionalização do Sistema Nacional de Observações Ambientais dos Impactos das Mudanças Climáticas).

b) Execução Físicas das Metas:

Foram apoiadas duas iniciativas, com impacto direto na ciência e tecnologia marinha do Brasil, quais sejam: SiMCosta e Projeto PIRATA, conforme descrito anteriormente.

3. Fatores intervenientes:

A ação 20UV - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima visa desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais. Sua dotação orçamentária anual é insuficiente para a consecução de suas metas. Por conseguinte, a Coordenação para Mar e Antártica busca, ainda de forma incipiente, recursos de outras fontes, de forma a fomentar um programa de desenvolvimento científico e tecnológico em Oceanos e Antártica.

Tabela 17: Quadro 4.2.2.16 – Ações 00OL

Identificação da Ação						
Código	00OL			Tipo: ATIVIDADE		
Título	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica					
Unidade Orçamentária	240.119/00001					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
54.000,00	154.000,00	153.018,92	153.018,92	153.018,92	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			UN	2		2
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Comentários adicionais:

Foi aprovado na Lei de Orçamentária Anual n.º 13.115 de 20 de abril de 2015, um orçamento **inicial** no total de R\$ 54.000,00, ao longo do exercício foi **suplementado** no valor de R\$ 100.000,00, conforme Lei n.º 13.211 de 22 de dezembro de 2015, publicado no DOU 23/12/15, com a finalidade de atender ao pagamento das contribuições Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR) e Comitê Científico de Pesquisa Oceânica (SCOR).

1. Análise situacional da Ação:

Até o ano de 2008, este Ministério, por meio do CNPq, foi responsável pelo pagamento de ambos os comitês. A partir de 2009, por decisão superior, a ação migrou para a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, acompanhada dos recursos financeiros que a apoiavam. A partir de 2015 os pagamentos a Organismos Internacionais voltaram a ser responsabilidade das pastas técnicas. Dessa forma, a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED ficou então responsável pelo pagamento anual do SCAR e do SCOR. Entretanto, em seu ofício n.º 36/2015 SEAIN-MP, a Secretaria de Assuntos Internacionais do MPOG, informou que, efetuou pagamento no valor de USD 1.917,87 (um mil, novecentos e dezessete dólares americanos e oitenta e sete centavos) referentes a parcelas atrasadas de 2013. No mesmo ofício a SEAIN informou ainda que, em razão da falta de recursos orçamentários e financeiros e em razão da mudança de competência de pagamento para organismos de sujeito de direito interno para os

Ministérios de enlace a partir de 2015, não realizou o pagamento do saldo devedor. Dessa forma, a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED ficou então responsável pelo pagamento do SCAR e do SCOR que somaram valores de U\$ 34,200.00 e U\$ 5,002.13, respectivamente, incluídos os valores referentes à 2014 e 2015. Para arcar com tais despesas, foi aprovada uma suplementação no valor de R\$ 100.000,00, conforme Lei n.º 13.211 de 22 de dezembro de 2015, publicado no DOU 23/12/15, com a finalidade de atender ao pagamento das contribuições em atraso. Assim, os pagamentos referentes as contribuições do Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR) e Comitê Científico de Pesquisa Oceânica (SCOR) foram quitadas em 31/12/2015.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos foram plenamente executados.

b) Execução Físicas das Metas:

As contribuições do Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR) e Comitê Científico de Pesquisa Oceânica (SCOR) foram quitadas, inclusive o pagamento das contribuições em atraso.

3 . Fatores intervenientes:

Os pagamentos a Organismos internacionais são realizados em dólares americanos. Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisa Antártica – SCAR, no valor de US\$ 17.100,00 (dezessete mil e cem dólares americanos), e Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisas Oceânicas – SCOR, no valor de US\$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa dólares americanos), totalizando US\$ 19.590,00 (dezenove mil quinhentos e noventa dólares americanos). Apesar das solicitações de pagamento serem encaminhadas em dólares americanos, as ações que suportam esses pagamentos são apoiadas por recursos da LOA, com valores fixos em reais. Assim, a variação cambial da moeda norte americana tem exigido complementações financeiras anuais, que devem ser previstas, no que couber.

COORDENAÇÃO GERAL DE MUDANÇAS GLOBAIS DO CLIMA

A pressão sobre a sociedade imposta pelas mudanças climáticas globais, já em curso e futuras, implica em demanda de desenvolvimento científico e tecnológico para o planejamento de atividades futuras, *inter alia*, em agronegócio, recursos hídricos, saúde humana, e segurança da população em face de eventos extremos. Entre os benefícios para a sociedade estão a geração de informações para desenvolvimento da capacidade de adaptação a novos cenários climáticos, a identificação de riscos e a mitigação dos efeitos associados.

Dentre as principais realizações para o ano de 2015, merecem destaque:

- o desenvolvimento de pesquisas e formação de recursos humanos nas áreas de mitigação, impactos, adaptação à mudança do clima e de modelagem acoplada oceano-atmosfera-biosfera-criosfera-hidrosfera-atividades humanas, inclusive a aquisição, adaptação e desenvolvimento de tecnologias de modelagem, acoplamento de modelos e otimização numérica;
- a implantação de infraestrutura para estabelecimento e desenvolvimento de pesquisas em mudanças climáticas globais dentro do Centro de Ciência do Sistema Terrestre – CCST/INPE; e
- o avanço, pela Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA, na elaboração de três projetos integrativos que devem ser apresentados em 2016 e que nortearão os trabalhos futuros da rede (i. Seguranças Alimentar, Energética, Hídrica; ii. Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas; e iii. Modelagem do Sistema Terrestre).

Registre-se que o valor referente à realização física da meta da ação contempla iniciativas quantificáveis por métricas distintas da unitária (por exemplo, percentual) em seus POs como se tratando de iniciativas apoiadas.

PLANO ORÇAMENTÁRIO – OFSS

No que tange ao Plano Plurianual (PPA), em 2015, a CGMC, coordenou 5 (cinco) Planos Orçamentários (PO) no âmbito da ação 20VA (Apoio à Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados às Mudanças Climáticas), que se inserem no Programa **2050** – Mudanças Climáticas, a saber:

- **PO: 0003** (Rede Clima - Nacional)
- **PO: 0004** (Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa)
- **PO: 0005** (Funcionamento da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima)
- **PO: 0006** (Implantação e Operacionalização do Sistema Nacional de Observações Ambientais dos Impactos das Mudanças Climáticas)
- **PO: 0009** (Transferência de Tecnologia para Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima)

Desempenho e resultados dos Planos Orçamentários

Tabela 18: Quadro 4.2.2.17 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0003						
Descrição	Rede CLIMA - Nacional						
Ação:	20VA - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados às Mudanças Climáticas						
Iniciativa	020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global						
Objetivo	Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades. - Código: 0536						
Programa	MUDANÇAS CLIMÁTICAS		Código: 2050		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VA.0003.0001	436.926,00	436.926,00	406.954,00	328.215,12	0,00	328.215,12	78.738,88
Execução Física da Plano Orçamentário - Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20VA.0003.0001	Projeto apoiado	un	1	0	4		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VA.0003.0001							

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA realiza pesquisas no “estado da arte” sobre: (i) mudanças climáticas, envolvendo o aumento do conhecimento sobre a ciência climática que embasa o entendimento de como o clima, sua variabilidade e extremos estão mudando global e regionalmente, a atribuição de causas (aquecimento global, alterações da cobertura de vegetação, urbanização, etc.) e consequências; (ii) impactos relevantes das mudanças climáticas para a economia, sociedade e ambiente brasileiros, gerando conhecimentos e tecnologias para ações de adaptação para diminuição de vulnerabilidades, aumento da resiliência, principalmente no tocante à segurança hídrica,

energética e de alimento; e, (iii) mitigação das mudanças climáticas através de métricas de avaliação de emissões para todos os setores e tecnologias para sua redução.

Um foco importante da Rede CLIMA é avançar no entendimento dos processos interativos que influenciam o sistema terrestre, que inclui a atmosfera, os oceanos, a vegetação, o gelo, os ecossistemas e os seres humanos. A Rede desenvolve investigação fundamental, para criar a base de conhecimentos científicos a fim de responder perguntas críticas sobre as mudanças no Sistema Terrestre e como o Brasil e o Planeta podem responder a tais mudanças.

Em 2015, a Rede CLIMA progrediu na elaboração de três projetos integrativos que devem ser apresentados em 2016 e que nortearão os trabalhos futuros da rede. São eles:

- Seguranças Alimentar, Energética, Hídrica;
- Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas;
- Modelagem do Sistema Terrestre.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Em 2015, os recursos dos POs 0003 e 0004 apoiaram a geração de conhecimento científico por meio do lançamento da Chamada MCTI/CNPq/ANA Nº 23/2015 – Pesquisa em Mudança do Clima, a qual previu em sua linha 3 o apoio a projetos de pesquisa que promovam a análise dos estoques e fluxos de carbono no solo e na vegetação do Brasil, que contribuirão para o aprimoramento do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa.

b) Execução Físicas das Metas:

Foram selecionados 4 projetos de pesquisa, o que acabou superando a meta física estimada para 2015.

3 . Fatores intervenientes:

Em que pese o fato de que o resultado esperado tenha sido superado, o apoio conferido à Rede tem sido aquém do necessário. Grande parte das atividades realizadas no âmbito da Rede CLIMA só vem sendo viabilizadas por meio da captação de recursos em fundos distintos. Por exemplo, o FNDCT já concedeu cerca de R\$ 30 milhões por meio de dois projetos para o fomento à Rede CLIMA (sendo que parte do recurso se encontra contingenciada).

Considerando sua alta relevância para a formulação de políticas públicas relacionadas à redução de vulnerabilidades e desenvolvimento de estratégias de adaptação e medidas de mitigação, entende-se que o apoio deveria ser assegurado de forma contínua e em proporções substancialmente maiores.

Tabela 19: Quadro 4.2.2.18 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0004						
Descrição	Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa						
Ação:	20VA - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados às Mudanças Climáticas						
Iniciativa	020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global						
Objetivo	Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades. - Código: 0536						
Programa	MUDANÇAS CLIMÁTICAS		Código: 2050		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VA.0004.0001	235.940,00	235.940,00	219.755,00	182.893,88		182.893,88	36.861,12
Execução Física da Plano Orçamentário – Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
20VA.0004.0001	Inventário quadrienal atualizado		un	1	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VA.0004.0001	129.340,00						

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

O Brasil, como país Parte da Convenção sobre Mudança do Clima, assumiu, com base em seu artigo 4º, parágrafo 1º, o compromisso de “elaborar, atualizar periodicamente, publicar e disponibilizar à Conferência das Partes, em conformidade com o artigo 12, inventários nacionais de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, empregando metodologias comparáveis a serem acordadas pelas Conferências das Partes”.

Por conseguinte, o Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa para período 2000-2010 teve sua elaboração concluída. Entretanto, como ele faz parte da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e esta encontra-se na fase de aprovação pelo governo federal, as informações ainda não foram tornadas públicas.

Foram considerados, no referido inventário, o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), os hidrofluorcarbonos (HFCs), os perfluorcarbonos (PFCs) e o hexafluoreto de enxofre (SF₆). Também foram estimadas as emissões dos chamados gases de efeito estufa indireto, como os óxidos de nitrogênio (NO_x), o monóxido de carbono (CO) e outros compostos orgânicos voláteis não metânicos (NMVOC). Os gases acima foram estimados segundo as fontes de emissão, chamadas setores: Energia; Processos Industriais; Uso de Solventes e Outros Produtos; Agropecuária; Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas; e Tratamento de Resíduos.

A elaboração do Inventário envolveu importante parcela da comunidade científica e empresarial brasileira, além de diversos setores governamentais. Em relação aos anos de 1990 a 2005, o Inventário atualiza as informações apresentadas no Segundo Inventário de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal.

Em setores importantes para o Brasil, como a agricultura e uso da terra, mudança do uso da terra e florestas, não existem metodologias facilmente aplicáveis às características nacionais, dado que os fatores de emissão sugeridos pelo IPCC refletem, em grande parte, as condições dos países desenvolvidos e de clima temperado, não se adequando, necessariamente, à realidade brasileira. Dessa forma, foi realizado um grande esforço de obtenção de informação correspondente às condições nacionais, possibilitando a aplicação das metodologias mais detalhadas do IPCC e a obtenção de estimativas mais acuradas e precisas.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Em 2015, os recursos dos POs 0003 e 0004 apoiaram a geração de conhecimento científico por meio do lançamento da Chamada MCTI/CNPq/ANA N° 23/2015 – Pesquisa em Mudança do Clima, a qual previu em sua linha 3 o apoio a projetos de pesquisa que promovam a análise dos estoques e fluxos de carbono no solo e na vegetação do Brasil, que contribuirão para o aprimoramento da elaboração do inventário nacional. Foram aprovados 4 projetos de pesquisa

b) Execução Físicas das Metas:

O Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa antrópicos para período 2000-2010 foi concluído. Entretanto, como ele faz parte da Terceira Comunicação Nacional do Brasil (TCN), e esta encontra-se na fase de aprovação do governo, os dados ainda não puderam ser publicados.

3 . Fatores intervenientes:

Embora o documento para a publicação da TCN e os Relatórios de Referência atinentes ao Terceiro Inventário estejam prontos, a TCN precisa ser aprovada pelo governo antes de ser submetida à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Assim, seguindo procedimentos do governo, a versão final do documento se encontra na Casa Civil da Presidência da República para aprovação. Cabe salientar que esta última versão apresenta contribuições dos Ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, de Minas e Energia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estas pastas ministeriais contribuíram com o processo de revisão final da TCN, uma recomendação da Casa Civil. Desse modo, o compromisso assumido anteriormente junto ao GEF de submeter a TCN até final de agosto de 2015, ficou comprometido. Conquanto, ainda não haja uma data estipulada para a submissão da TCN à UNFCCC, existe a expectativa que a mesma ocorra até não mais tardar em março de 2016.

Tabela 20: Quadro 4.2.2.19 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0005						
Descrição	Funcionamento da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima						
Ação:	20VA - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados às Mudanças Climáticas						
Iniciativa	020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global						
Objetivo	Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades. - Código: 0536						
Programa	MUDANÇAS CLIMÁTICAS	Código: 2050		Tipo: TEMÁTICO			
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VA.0005.0001	210.710,00	210.710,00	196.256,00	0,00	0,00	0,00	196.256,00
Execução Física da Plano Orçamentário – Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
20VA.0005.0001	Atividade realizada		un	1	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VA.0005.0001							

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise Crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Os recursos desse PO apoiaram o desenvolvimento de projeto de pesquisa visando realizar levantamento das tecnologias climáticas existentes em nível nacional e internacional disponíveis para captação, armazenamento e tratamento de água pluvial, especialmente aquelas voltadas à adaptação aos efeitos negativos da mudança do clima para as quais as informações disponíveis encontram-se dispersas, necessitando-se de agregação das mesmas para orientar as decisões na internalização no país do mecanismo tecnológico no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima.

Os resultados esperados ao final da pesquisa são: 1) Relatório de avaliação de tecnologias já depositadas na área de captação de água pluvial; 2) Relatório de avaliação de tecnologias já depositadas na área de armazenamento de água pluvial; e 3) Relatório de avaliação de tecnologias já depositadas na área de tratamento de água pluvial.

Após consultar o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE); e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da

Universidade de Brasília (CDT/UnB), optou-se por executar o projeto em parceria com o CDT/UnB.

O CDT/UnB é oficialmente o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade de Brasília e é responsável por proteger e gerir o patrimônio intelectual gerado na UnB pela transferência de tecnologia, por prestação de serviços especializados e interação da universidade com empresários, empreendedores, governo e sociedade em geral. Os programas, produtos e serviços do Centro apoiam a criação de novos negócios e o desenvolvimento de Projetos de Pesquisa visando estimular o potencial empreendedor e o desenvolvimento de parcerias estratégicas. A equipe técnica do Centro é multidisciplinar, composta por doutores, mestres, especialistas, graduados e de nível médio, com formação em diversas áreas do conhecimento.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos das POs 0005 e 0009 foram descentralizados para o CDT/UnB para o desenvolvimento de projeto de pesquisa visando realizar levantamento das tecnologias climáticas existentes em nível nacional e internacional disponíveis para captação, armazenamento e tratamento de água pluvial, especialmente aquelas voltadas à adaptação aos efeitos negativos da mudança do clima para as quais as informações disponíveis encontram-se dispersas, necessitando-se de agregação das mesmas para orientar as decisões na internalização no país do mecanismo tecnológico no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima. Contudo, no final do mês de dezembro, o CDT/UnB efetuou devolução de recurso orçamentário no valor de R\$ 122.935,90 (cento e doze mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) em favor da SEPED/MCTI, alegando impossibilidade de empenho pelo encerramento de exercício.

b) Execução Físicas das Metas:

A execução das metas físicas tem sido acompanhada por meio de reuniões técnicas periódicas entre a CGMC e o CDT/UnB para ordenamento dos trabalhos. Foram realizadas duas reuniões em novembro de 2015 objetivando o alinhamento contínuo e a verificação das etapas previstas no Plano de Trabalho.

3. Fatores intervenientes:

A execução das atividades propostas no projeto teve início em outubro de 2015 e a sua finalização é prevista para outubro de 2016. No ano de 2015, a definição do valor de contingenciamento por parte do governo federal condicionou um atraso significativo no empenho dos recursos dos Planos Orçamentários, de forma que a Descentralização de Crédito Orçamentário para o CDT/UnB, no valor de R\$ 382.536,00 (PO 0005 + PO 0009), foi efetivada somente em 02 de outubro de 2015, dificultando o empenho dos recursos em tempo hábil. Como consequência, o CDT/UnB efetuou devolução de recurso orçamentário, alegando impossibilidade de empenho pelo encerramento de exercício. Diante o exposto, a CGMC/MCTI agendou reunião com a diretoria do CDT/UnB para definição dos procedimentos que deverão ser tomados para que o projeto possa ser conduzido sem prejuízo dos resultados.

Tabela 21: Quadro 4.2.2.20 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0006						
Descrição	Implantação e Operacionalização do Sistema Nacional de Observações Ambientais dos Impactos das Mudanças Climáticas						
Ação:	20VA - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados às Mudanças Climáticas						
Iniciativa	020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global						
Objetivo	Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades. - Código: 0536						
Programa	MUDANÇAS CLIMÁTICAS		Código: 2050		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VA.0006.0001	2.446.000,00	2.446.000,00	2.212.493,28	1.205.943,71	59.333,71	1.146.610,00	1.006.549,57
Execução Física da Plano Orçamentário – Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20VA.0006.0001	Sistema de observações implantado	%	1	0	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VA.0006.0001	823.486,32						

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

Ao longo da execução do PPA 2012-2015 foram desenvolvidas três linhas de atuação que visaram ao fornecimento/geração de informações sobre os impactos ambientais da mudança do clima especialmente relevantes para o planejamento e a tomada de decisão relacionadas à adoção de medidas de mitigação e de adaptação: a) o avanço do conhecimento e geração de dados; b) a formação de recursos humanos; e c) a definição do modelo conceitual de uma plataforma/sistema de acesso público que forneça informações sobre os impactos da mudança do clima nos sistemas biológicos, físicos e socioeconômicos.

- a) Avanço do conhecimento:

Foi concedido apoio financeiro a projetos de pesquisa que buscam a compreensão da dimensão e da natureza da mudança do clima e a geração de dados que possibilitam a avaliação dos impactos da mudança do clima. Foram priorizados projetos em temas como: ciclo de carbono e fluxo de carbono entre a superfície e a atmosfera do planeta; pesquisas ecológicas de longa duração; e observação da zona costeira do país e do Oceano Atlântico tropical.

Foi fomentada a revisão do estado da arte das estimativas contemporâneas do balanço de carbono em escala decadal no domínio da América do Sul. Desde 1990, houve avanço expressivo no entendimento dos fenômenos de escalas locais e identificação de problemas específicos, especialmente os relacionados aos estoques de carbono nos manejos preconizados pelo Programa Agricultura de Baixo Carbono, ao potencial de mitigação de gases de efeito estufa (GEE) nos sistemas de produção lavoura-pecuária e às estimativas de risco climático para diversas culturas brasileiras.

Ainda sobre o estudo de fluxos de CO₂ foi apoiado o *Workshop* para Planejamento da Rede Brasileira de Medições de GEE com o objetivo de elaborar uma estratégia de construção da Rede e definir sua abrangência e estrutura de funcionamento e execução.

O Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD foi apoiado de forma suplementar por meio da Chamada MCTI/CNPq/FAPs 34/2012, a qual contratou 30 sítios, dos quais 15 abordam em suas pesquisas o tema mudança do clima. Os ecossistemas estudados são bastante diversos, passando por áreas úmidas e de terra firme na Amazônia, fragmentos de Mata Atlântica, planície de inundação, áreas costeiras, campos de altitude, recifes de coral em Abrolhos.

Também foram apoiadas ações que permitiram a instalação de infraestrutura necessária para a realização de pesquisas sobre impactos da mudança do clima na Amazônia e na costa brasileira, tais como:

- a instalação da Torra Alta da Amazônia;
- a instalação de servidor para a divulgação de informações e publicações resultantes do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA);
- a substituição de boias Atlas do Projeto de cooperação multinacional *Prediction and Research Moored Array in Tropical Atlantic* – PIRATA; e
- a aquisição e instalação de boias meteo-oceanográficas e de estações maregráficas na costa brasileira que pertencem ao Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira – SiMCosta.

O apoio aos projetos contribuiu, até o momento, para a publicação de mais de uma centena de artigos científicos. Além disso, colaborou para a geração de dados que alimentam sistemas de informações sobre:

- clima e saúde humana (Observatório Nacional de Clima e Saúde, disponível em <http://www.climasaude.iciq.fiocruz.br/extremos>);
- agricultura (Simulador de Cenários Agrícolas – ScenAgri, informações disponíveis em <https://www.embrapa.br/informatica-agropecuaria/busca-de-projetos/-/projeto/21977/simulacao-de-cenarios-agricolas-futuros-a-partir-de-projecoes-de-mudancas-climaticas-regionalizadas>);
- monitoramento do Oceano Atlântico Tropical (Projeto PIRATA, disponível em <http://www.goosbrasil.org/pirata/>); e
- monitoramento da zona costeira (SiMCosta, disponível em <http://www.simcosta.furg.br/>).

No final de 2015 foram apoiados 26 projetos de pesquisa selecionados pela Chamada MCTI/CNPq/ANA Nº 23/2015 – Pesquisa em Mudança do Clima, que contou também com recursos da Agência Nacional de Águas (ANA), cujos objetivos estão relacionados à previsão e

avaliação dos impactos associados à mudança do clima, especialmente na disponibilidade hídrica e de seus reflexos para a segurança alimentar e energética do Brasil, e à análise dos impactos associados à mudança do clima sobre povos e comunidades vulneráveis e em setores como saúde, biodiversidade, cidades e zonas costeiras.

b) Formação de recursos humanos:

Os projetos apoiados contribuíram para a capacitação e formação de recursos humanos, principalmente em nível de graduação e pós-graduação, por meio da concessão de bolsas auxílio. Dessa forma, o desenvolvimento de dissertações de mestrado e teses de doutorado e o fortalecimento de equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de pesquisa foram apoiados.

A capacitação também foi promovida por meio do apoio, juntamente com o IGBP-Brasil, à realização do curso sobre Acidificação dos Oceanos.

c) Desenvolvimento do sistema

Foi contratada consultoria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE para a realização do estudo “Estado da Arte dos Sistemas de Monitoramento de Impacto das Mudanças Climáticas em Países Selecionados” (disponível em http://www.mct.gov.br/upd_blob/0236/236356.pdf), o qual mostrou que a atribuição de causa dos impactos observados nos ecossistemas e sistemas humanos à mudança climática representa um grande desafio a ser vencido, assim como, apontou para a importância do desenvolvimento de estudos e de indicadores de vulnerabilidade dos sistemas vivos para o aprimoramento dos indicadores de impactos que, em conjunto, permitirão a proposição de medidas de adaptação.

Visando a definição do marco conceitual do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas – SISMOI foram realizadas diversas reuniões. Inicialmente somente com especialistas pesquisadores da Rede CLIMA; em um segundo momento com especialistas brasileiros e estrangeiros; e finalmente com o envolvimento de possíveis usuários do sistema, outros órgãos do governo e a sociedade.

O MCTI em parceria com a Embaixada Britânica e com o apoio do Projeto Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia realizaram em Brasília o *Workshop Internacional Challenges for the Monitoring and Observation of the Impacts of Climate Change* (informações disponíveis em <http://www.youblisher.com/p/1079557-mudancas-climaticas/>). O evento reuniu expertos europeus e brasileiros e promoveu a troca de conhecimento e experiências que vieram a auxiliar na definição das fronteiras e características do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Como resultado, foi definido que o sistema deve fornecer dados de fácil acesso e informação simples. A definição de indicadores e das fontes de dados deve resultar de processos colaborativos e da transferência de dados/conhecimento entre setores e agências. Para garantir transparência e robustez ao conjunto de dados, o inventário e o controle de qualidade são pontos iniciais importantes que permitirão o cálculo de indicadores e o apoio à elaboração de políticas públicas, inclusive do Plano Nacional de Adaptação.

Em 2015 foi realizado um segundo workshop para discutir a implementação do SISMOI. Tal evento contou com a participação de 65 especialistas e de instituições nacionais e internacionais que forneceram subsídios científicos e técnicos para que o MCTI possa viabilizar o desenvolvimento do SISMOI. Em relação à governança do sistema, devem ser definidas e implementadas uma série de regras que disciplinam o compartilhamento de dados públicos e que garantam o correto funcionamento do SISMOI, levando em consideração a INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais) e a série de acordos firmados entre os gestores dos nós de sua rede em temas como formato dos dados e agenda (cadeia de dados e prazos).

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

O MCTI continua investindo na produção de conhecimento científico que poderá subsidiar a avaliação de impactos da mudança do clima em diferentes setores da economia e da sociedade. Nesse sentido, os recursos de 2015 foram repassados ao CNPq para o lançamento da Chamada MCTI/CNPq/ANA Nº 23/2015 – Pesquisa em Mudança do Clima, que também contou com recursos da Agência Nacional de Águas (ANA) e que visou ao apoio de projetos de pesquisa que tratem de: a) previsão e avaliação dos impactos associados à mudança do clima, especialmente na disponibilidade hídrica e de seus reflexos para a segurança alimentar e energética do Brasil; e b) análise dos impactos associados à mudança do clima em outros setores e sobre povos e comunidades vulneráveis. A chamada resultou na seleção de 26 projetos de pesquisa.

b) Execução Físicas das Metas:

A discussão entre especialistas setoriais, acadêmicos e servidores do governo realizada em 2015 evidenciou grandes expectativas tanto do setor público quanto da academia sobre as funcionalidades a serem desenvolvidas pelo SISMOI. O debate realizado identificou os setores água, agricultura e saúde como áreas de estudo emergentes e o semiárido como região prioritária, visando limitar a complexidade da análise e garantir o custo-efetividade do sistema em curto prazo. A delimitação do semiárido contemplou ainda suas zonas costeiras por sua grande importância econômica e ambiental. Essa escala de ambição, que visa abranger um vasto conjunto de dados, indicadores, setores e *trade-offs*, reflete tanto as frustrações dos pesquisadores e tomadores de decisão em relação a crônica lacuna de informações de qualidade em muitos recortes temáticos, quanto a dificuldade de selecionar e priorizar algumas áreas temáticas que seriam detalhadas em um estudo sobre um projeto-piloto para o sistema. Porém, implantar um sistema que aborda uma área tão grande, com uma diversidade de cultura e instituições governamentais municipais e estaduais apresentou-se como um grande desafio a ser vencido. Portanto, 60% da meta foi atingida.

3 . Fatores intervenientes:

Devido ao redirecionamento de atividades prioritárias da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), foram contratados estudos que visavam à implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH). Dessa forma, o cronograma encontra-se atrasado e a meta de implantação do Sistema não foi atingida. Como estratégia para melhorar a articulação dos atores/instituições que deverão ser envolvidos nessa importante iniciativa, deverá ser criado um comitê gestor que contará com a participação dos principais ministérios ligados ao tema.

Tabela 22: Quadro 4.2.2.21 – Plano Orçamentário – OFSS

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0009						
Descrição	Transferência de Tecnologia para Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima						
Ação:	20VA - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados às Mudanças Climáticas						
Iniciativa	020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global						
Objetivo	Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades. - Código: 0536						
Programa	MUDANÇAS CLIMÁTICAS		Código: 2050		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VA.0009.0001	200.000,00	200.000,00	63.334,10	25.050,76	25.050,76	0,00	38.293,34
Execução Física da Plano Orçamentário – Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20VA.0009.0001	Projeto Apoiado	UM	1	0	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20VA.0009.0001	0						

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise Crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

O recurso dessa PO foi utilizado para o desenvolvimento de projeto de pesquisa visando realizar levantamento das tecnologias climáticas existentes em nível nacional e internacional disponíveis para captação, armazenamento e tratamento de água pluvial, especialmente aquelas voltadas à adaptação aos efeitos negativos da mudança do clima para as quais as informações disponíveis encontram-se dispersas, necessitando-se de agregação das mesmas para orientar as decisões na internalização no país do mecanismo tecnológico no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima.

Os resultados esperados ao final da pesquisa são: 1) Relatório de avaliação de tecnologias já depositadas na área de captação de água pluvial; 2) Relatório de avaliação de tecnologias já depositadas na área de armazenamento de água pluvial; e 3) Relatório de avaliação de tecnologias já depositadas na área de tratamento de água pluvial.

Após consultar o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE); e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), optou-se por executar o projeto em parceria com o CDT/UnB.

O CDT/UnB é oficialmente o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade de Brasília e é responsável por proteger e gerir o patrimônio Intelectual gerado na UnB pela transferência de tecnologia, por prestação de serviços especializados e interação da Universidade com empresários, empreendedores, governo e sociedade em geral. Os programas, produtos e serviços do Centro apoiam a criação de novos negócios e o desenvolvimento de Projetos de Pesquisa visando estimular o potencial empreendedor e o desenvolvimento de parcerias estratégicas. A equipe técnica do Centro é multidisciplinar, composta por doutores, mestres, especialistas, graduados e de nível médio, com formação em diversas áreas do conhecimento.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos das POs 0009 e 0005 foram descentralizados para o CDT/UnB visando ao desenvolvimento de projeto de pesquisa visando realizar levantamento das tecnologias climáticas existentes em nível nacional e internacional disponíveis para captação, armazenamento e tratamento de água pluvial, especialmente aquelas voltadas à adaptação aos efeitos negativos da mudança do clima para as quais as informações disponíveis encontram-se dispersas, necessitando-se de agregação das mesmas para orientar as decisões na internalização no país do mecanismo tecnológico no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima. Contudo, no final do mês de dezembro, o CDT/UnB efetuou devolução de recurso orçamentário no valor de R\$ 122.935,90 (cento e doze mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) em favor da SEPED/MCTI, alegando impossibilidade de empenho pelo encerramento de exercício.

b) Execução Físicas das Metas:

A execução das metas físicas tem sido acompanhada por meio de reuniões técnicas periódicas entre a CGMC e o CDT/UnB para ordenamento dos trabalhos. Foram realizadas duas reuniões em novembro de 2015 objetivando o alinhamento contínuo e a verificação das etapas previstas no Plano de Trabalho. Na próxima reunião, agendada para 2016, serão definidos os procedimentos a serem adotados para a continuidade da condução da pesquisa considerando a devolução de parte do recurso orçamentário dada a impossibilidade de empenho do total repassado devido ao encerramento do exercício.

3 . Fatores intervenientes:

A execução das atividades propostas no projeto teve início em outubro de 2015 e a sua finalização é prevista para outubro de 2016. No ano de 2015, a definição do valor de contingenciamento por parte do governo federal condicionou um atraso significativo no empenho dos recursos dos Planos Orçamentários, de forma que a Descentralização de Crédito Orçamentário para o CDT/UnB, no valor de R\$ 382.536,00 (PO 0005 + PO 0009), foi efetivada somente em 02 de outubro de 2015, dificultando o empenho dos recursos em tempo hábil. Como consequência, o CDT/UnB efetuou devolução de recurso orçamentário, alegando impossibilidade de empenho pelo encerramento de exercício. Diante o exposto, a CGMC/MCTI agendou reunião com a diretoria do CDT/UnB para definição dos procedimentos que deverão ser tomados para que o projeto possa ser conduzido sem prejuízo dos resultados.

COORDENAÇÃO GERAL DE METEOROLOGIA, CLIMATOLOGIA E HIDROLOGIA**PLANO ORÇAMENTÁRIO – OFSS**

No que tange ao Plano Plurianual (PPA), em 2015, a CGMH, coordenou o Plano Orçamentário (PO) **0008 (Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento relacionados às Mudanças Climáticas)**, no âmbito da ação 20VA (Apoio à Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados às Mudanças Climáticas), que se inserem no Programa **2050 – Mudanças Climáticas**, a saber:

Desempenho e resultados do Plano Orçamentário**Tabela 23: Quadro 4.2.2.22 – Plano Orçamentário – OFSS**

Identificação do PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)							
Código do PO	0008						
Descrição	Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento relacionados às Mudanças Climáticas						
Ação:	20VA - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados às Mudanças Climáticas						
Iniciativa	020W - Consolidação da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais 020X - Fomento a pesquisas no âmbito de impactos, adaptação e vulnerabilidades das mudanças climáticas						
Objetivo	Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades. - Código: 0536						
Programa	MUDANÇAS CLIMÁTICAS		Código: 2050		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	240119/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20VA.0008.0001	190.000,00	190.000,00	84.332.37	84.332.37	84.332.37	0	0,00
Execução Física da Plano Orçamentário – Metas							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
20VA.0008.0001	Projeto apoiado	un	1		1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Identificação da Ação/PO/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Análise crítica do Plano Orçamentário:

1. Análise situacional:

A finalidade desse crédito é o de apoiar as atividades da coordenação e parte dele refere-se aos ajustes finais da execução do projeto financiado pelo BID para treinamento e capacitação na área de Mudanças Climáticas.

As atividades do projeto “Apoio à formação de recursos humanos em clima e eventos climáticos extremos provocados por mudanças globais do clima” foram finalizadas em 2014. Em 2015, foram devolvidos ao BID parte dos recursos do projeto. Como ocorreu variação da taxa cambial em que o real perdeu valor frente ao dólar, foi necessário aportar R\$ 84.332,37.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

O orçamento da fonte 0100, Ação/PO 20VA.0008 no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), foi utilizado parcialmente pela CGMH como devolução ao BID pela desvalorização cambial dos recursos aportados no âmbito do projeto MCT/BID ATN-OC 12460-BR, no total de R\$ 84.332,37.

b) Execução Físicas das Metas:

Encerramento financeiro do projeto MCT/BID ATN-OC 12460-BR.

3 . Fatores intervenientes:

Desempenho e resultados DAS AÇÕES

Tabela 24: Quadro 4.2.2.23 - Ação 20GB – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20GB			Tipo: ATIVIDADE		
Título	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais					
Iniciativa	00FQ Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento					
Objetivo	Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais					Código: 0173
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres			Código: 2040	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	240.224/00001					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.300.000,00	17.015.742,00	11.127.753,08	7.065.896,75	6.965.929,76	99.966,99	4.061.856,33
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Área de risco monitorada		un	821	0	740	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
483.962,63	9.442,97	474.519,66	Área de risco monitorada	un	845	

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório: ((Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090575, 090576, 090594)

Análise crítica da Ação:

1. Análise situacional:

O orçamento inicial da Ação 20GB, foi aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) n.º 13.115, de 20 de abril de 2015, o total de R\$ 5.300.000,00, ainda no decorrer do exercício de 2015, foram realizadas suplementações e cancelamentos orçamentárias, de acordo com o Decreto de 2 de setembro de 2015, publicada no DOU de 03/09/15, que acrescentou na Ação 20GB (Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais), o total de R\$ 19.000.000,00, na Natureza de Despesa (ND) 33.90, fonte 100 sendo este orçamento reduzido da Ação 12QB (Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais), o total de R\$ 19.000.000,00, ND 44.90, fonte 100. Porém é importante destacar que os R\$ 19,0 milhões de dotação

orçamentária não se refletiram em R\$ 19,0 milhões de limite autorizado pelo MCTI, fato que inviabilizou a sua completa execução pelo CEMADEN.

Em 7 de dezembro de 2015, por meio da Portaria do MPOG n. 556, (DOU de 08/12/15) página 84 e 85, a Ação 20GB (Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais), foi SUPLEMENTADA em R\$ 2.139.392,00, ND 33.90, fonte 100 e CANCELAMENTO de orçamento no total de R\$ 9.423.650,00 ND 33.90, fonte 100, com seu orçamento final em 2015, o total de R\$ 17.015.742,00.

Após alterações, a dotação final aprovada para a Ação 20GB foi de R\$ 17.015.742,00. Importante destacar que do valor da dotação da Ação 20GB foi disponibilizado pela Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do MCTI para o CEMADEN o limite de R\$ 11.262.741,00. O valor empenhado foi de R\$ 11.127.753,08, ou seja, praticamente 100% de execução orçamentária em relação ao limite autorizado pelo MCTI.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

Seguindo a orientação da Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015 o CEMADEN apresentou em 08/05/2015, por ocasião da primeira rodada de alterações orçamentárias da SOF, a solicitação de alteração orçamentária - alteração do Grupo de Natureza da Despesa de “4 – Investimentos” para “3 - Outras Despesas Correntes”, no valor de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais).

Tal solicitação foi aprovada por meio do Decreto de 2 de setembro de 2015, publicado no DOU de 03/09/15, que acrescentou na Ação 20GB (Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais), o total de R\$ 19.000.000,00, na Natureza de Despesa (ND) 33.90, fonte 100 sendo este orçamento reduzido da Ação 12QB (Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais), o total de R\$ 19.000.000,00, ND 44.90, fonte 100. Porém é importante destacar que os R\$ 19,0 milhões de dotação orçamentária não se refletiram em R\$ 19,0 milhões de limite autorizado pelo MCTI. Dessa forma a execução orçamentária do CEMADEN teve como referência o limite autorizado pela CGOF/SPOA/MCTI.

Os recursos orçamentários da Ação 20GB foram alocados na manutenção do monitoramento e alertas 24h/dia, 365 dias/ano para os municípios mais vulneráveis à ocorrência de desastres no Território Nacional, monitoramento realizado por meio das Salas de Operação de São José dos Campos e de Cachoeira Paulista. Foram empregados recursos na manutenção das condições de trabalho operacional, de pesquisa, apoio de tecnologia de informação, e administração do Centro, incluindo contratos de prestação de serviços de manutenção de plataformas de coletas de dados (PCDs), serviços de instalação de PCDs Hidrológicas, pagamento de pessoal, serviços de logística de funcionamento do Centro, cumprimento de parcerias institucionais bem como o cumprimento de metas estabelecidas junto à Casa Civil e PPAs, no escopo dos projetos estruturantes do Centro.

b) Execução Físicas das Metas:

Em dezembro de 2015 o CEMADEN monitorava 957 municípios, dos quais 740 são da lista dos 821 considerados prioritários no escopo do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais. Os 217 municípios restantes foram incorporados pelo Centro, em razão de se dispor das áreas de riscos mapeadas. Ressalta-se que apenas 845 municípios apresentam áreas de risco mapeadas, uma vez que há municípios que apresentam variados processos, outros apenas

um, e, ainda, existem municípios que são prioritários, porém não foram mapeados pela entidade responsável, porque apresentavam graus de risco baixo e/ou médio.

Considerando somente o processo “deslizamento de massa”, do número total de municípios monitorados (957), o CEMADEN monitora 709 municípios, dos quais 531 compõe a lista de 821 municípios prioritários.

Destaca-se que trabalho adicional foi feito para agrupar os dados de mapeamento das áreas de risco de deslizamentos na plataforma computacional de monitoramento SALVAR desenvolvida no CEMADEN, pois alguns dos mapeamentos foram providos por outras fontes, que consideraram diferentes metodologias e padrões de setorização e cartografia de risco de deslizamentos de massa. As informações padronizadas das áreas de risco de movimento de massa estão integradas e disponibilizadas na plataforma.

O CEMADEN desenvolveu critérios técnicos para a definição dos diferentes graus de confiabilidade da previsão de risco para desastres naturais. Tais critérios levam em conta, basicamente, (i) qualidade/atualidade dos dados de mapeamento de áreas de risco; (ii) existência ou não de pluviômetros próximos às áreas de risco de movimentos de massa; (iii) a distribuição e representatividade espacial dos mesmos em relação às áreas de risco; (iv) existência ou não de dados de radares meteorológicos abrangendo as áreas de risco; (v) disponibilidade em tempo hábil de dados de feedback de campo acerca de informações indicativas de desenvolvimento dos processos superficiais monitorados.

3 . Fatores intervenientes:

O CEMADEN apresentou justificativa à CGOF para a 3ª rodada de créditos suplementares da SOF, em 06/11/2015, solicitando ampliação do crédito no valor de R\$ 5.453.000,00, em conformidade com a orientação da Portaria nº 16, de 29 de abril de 2015. Em 7 de dezembro de 2015, por meio da Portaria do MPOG n. 556, (DOU de 08/12/15) houve aprovação da alteração orçamentária. Porém tal crédito foi disponibilizado pela CGOF somente no dia 30/12/2015 razão pela qual não houve tempo hábil para sua execução. Tal fato acarretou atrasos na expansão da rede observacional do CEMADEN, com a não instalação dos equipamentos adquiridos tais como PCDs Hidrológicas, Geotécnicas, Estações Totais Robotizadas – ETRs, PCDs Aqua e Agrometeorológicas. Impactou ainda na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das Plataformas de Coleta de Dados instaladas em todo o território nacional.

Apesar dos cortes realizados em alguns projetos e parcerias o CEMADEN investiu da ordem de R\$ 3,3 milhões em serviços de manutenções de plataformas de coletas de dados e R\$ 1,7 milhões na instalação de PCDs Hidrológicas com o orçamento 2015 disponível.

Tabela 25: Quadro 4.2.2.24 – Ação 12QB – OFSS

Identificação da Ação						
Código	12QB			Tipo: ATIVIDADE		
Título	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN					
Iniciativa	00FM Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais					
Objetivo	Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais				Código: 0173	
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres			Código: 2040		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	240.224/00001					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.868.480,00	12.081.942,00	9.856.035,00	7.539.631,99	7.466.568,99	73.063,00	2.316.403,85
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Centro implantado		%	30	0	20	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
23.743.657,58	21.702.528,13	2.039.940,03	Centro implantado	% execução	25	

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório: ({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090575, 090576, 090594)

Análise crítica da Ação:

1. Análise situacional:

O orçamento do exercício de 2015 da Ação 12QB.0001 – Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – Nacional do Programa 2040 (Gestão de Riscos e Respostas a Desastres) é de R\$ 32.868.480,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais), assim distribuídos R\$ 9.268.480,00 (nove milhões, duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais) no Grupo de Natureza da Despesa 3 - ODC e R\$ 23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil reais) no Grupo de Natureza da Despesa 4 - INV.

Durante a tramitação da Proposta Orçamentária da União para 2015 (PLOA 2015), o Programa 2040 (Gestão de Riscos e Respostas a Desastres) sob responsabilidade do MCTI/SEPED/CEMADEN, teve uma redução bastante significativa em seu orçamento, seja em recursos de custeio, seja em investimento. Na Ação 12QB.0001 o recurso previsto inicialmente na PLOA era de R\$ 29,2 milhões em custeio e de R\$ 65,0 milhões em Investimento. Por ocasião

da tramitação final da PLOA, tais recursos foram reduzidos para R\$ 9.268.480,00 (custeio) e R\$ 23.600.000,00 (investimento). Por outro lado não houve redução no quantitativo das metas físicas das Ações previstas na LOA.

Assim, na tramitação da PLOA 2015, houve um corte de 68,26% em custeio e de 63,69% em investimento fato esse que trouxe impactos negativos relevantes nas atividades de manutenção do Centro, bem como no planejamento da infraestrutura e da expansão das ações do CEMADEN cujo propósito é dotar de infraestrutura e ampliar a rede de observação para atuar na previsão de ocorrência de desastres naturais em áreas suscetíveis de todo o Brasil.

2. Execução das metas quanto:

a) Execução Orçamentária e Financeira:

O orçamento inicial da Ação 12QB, foi aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) n.º 13.115, de 20 de abril de 2015, o total de R\$ 32.868.480,00, ainda no decorrer do exercício de 2015, foi realizado uma redução orçamentária de R\$ 19.000.000,00, ND 44.90, fonte 100, conforme Decreto de 2 de setembro de 2015, publicada no DOU de 03/09/15, com a finalidade de suplementar a Ação 20GB (Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais).

Em 7 de dezembro de 2015, por meio da Portaria do MPOG n. 556, (DOU de 08/12/15) página 84 e 85, na Ação 12QB, foi realizada outra CANCELAMENTO no total de R\$ 1.786.538,00, ND 44.90, fonte 100, assim seu orçamento final em 2015, correspondeu o total de R\$ 12.081.942,00.

Os recursos orçamentários da Ação 12QB foram alocados na manutenção do monitoramento e alertas 24h/dia, 365 dias/ano para os municípios mais vulneráveis à ocorrência de desastres no Território Nacional, monitoramento realizado por meio das Salas de Operação de São José dos Campos e de Cachoeira Paulista. Foram empregados recursos na celebração de Termo de Parceria com o INPE/CPTEC de forma a viabilizar a aquisição de equipamentos para armazenamento dos dados produzidos pelos modelos de previsão de tempo, clima e ambientais para utilização conjunta INPE-CEMADEN. Além disso, foram empregados recursos na manutenção das condições de trabalho operacional, de pesquisa, apoio de tecnologia de informação, e administração do Centro, incluindo contratos de prestação de serviços de manutenção de plataformas de coletas de dados (PCDs), cumprimento de parcerias institucionais bem como o cumprimento de metas estabelecidas junto à Casa Civil e PPAs, no escopo dos projetos estruturantes do Centro.

b) Execução Físicas das Metas:

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN foi criado por meio do Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011, e dada a urgente necessidade de estabelecer o Centro com a maior celeridade possível, com vistas a prover monitoramento e alertas de desastres naturais antes da estação chuvosa na região Sudeste do país, naquele ano, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI avaliou que o espaço oferecido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE/MCTI, em Cachoeira Paulista, SP, para as instalações provisórias do CEMADEN, constituía opção viável. As instalações disponibilizadas pelo INPE foram dimensionadas considerando-se a meta de monitorar 286 municípios até o final de 2014, tendo sido realizado ainda concurso público para contratação temporária de 75 profissionais no final de 2011. No decorrer de 2012, as metas foram ampliadas para 821

municípios prioritários e, devido à severidade da seca que impactou o semiárido (envolvendo mais 1.033 municípios), houve expansão nos compromissos acerca dos focos de monitoramento do CEMADEN, associando-se, também, com uma maior expansão da rede de coleta de dados ambientais.

Após reflexões e discussões comparativas entre várias localidades e municípios, iniciaram-se tratativas com vistas a averiguar a viabilidade de estabelecimento da sede definitiva do CEMADEN – Complexo do CEMADEN - em São José dos Campos. Nesta perspectiva, obteve-se o apoio da Prefeitura Municipal de São José dos Campos – SP, que culminou com a doação de área municipal situada no Parque Tecnológico do município para a construção da estrutura definitiva do CEMADEN, doravante denominada “Complexo Técnico/Administrativo CEMADEN”, garantida pela Lei Municipal nº 8.917, de 22 de março 2013.

Após procedimento licitatório foi celebrado contrato com a empresa AE Arquitetura e Consultoria Ltda. cujo o objeto é o Projeto Executivo do Complexo do CEMADEN no Parque Tecnológico de São José dos Campos. O projeto foi entregue e aceito pelo CEMADEN em junho/2014. De posse do projeto executivo o CEMADEN deverá elaborar nova proposta de edital para a contratação de empresa para a construção do Complexo Técnico/Administrativo do CEMADEN. O novo edital deverá ser submetido e aprovado pela Consultoria Jurídica do MCTI antes do seu lançamento.

O CEMADEN, até dezembro de 2013, fazia parte do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Assim sendo, em 26/11/2013 foi publicado o Aviso de Licitação no Diário Oficial da União referente ao RDC-003/2014 para contratação de empresa para elaboração do Projeto Executivo e execução das obras/serviços de engenharia para construção do Complexo Técnico/Administrativo do CEMADEN/MCTI, no Parque Tecnológico de São José dos Campos, SP – com abertura de proposta para 17/12/2013.

A sessão pública do RDC Eletrônico transcorreu dentro da normalidade administrativa requerida porém, transcorrida a fase de lances, duas licitantes apresentaram suas propostas. A primeira empresa licitante foi desclassificada por apresentar proposta de valor inexequível. A segunda empresa foi desclassificada por não apresentar a documentação no tempo estabelecido. Não obtendo sucesso com as duas licitantes que apresentaram propostas, pelo não atendimento ao Edital, a Administração decidiu por cancelar o item e optar para que novo processo licitatório fosse instaurado e uma nova licitação realizada. Ocorre que, findo o ano de 2013, o CEMADEN deixou de fazer parte do PAC e, conseqüentemente, não poderia realizar licitação na modalidade RDC.

Dada a importância da construção de sua sede, o Centro envidou esforços para a construção do Complexo CEMADEN. Em uma primeira etapa, realizou um pregão eletrônico com o objetivo de obter a elaboração de um Projeto Executivo que, de acordo com o inciso X do art. 6º da Lei 8.666/93, é definido como o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Optou-se pela contratação do Projeto Executivo, numa primeira fase, pois o objeto forneceria elementos suficientes para que a construção do Complexo CEMADEN seja efetuada dentro dos parâmetros técnicos que ditam a construção de uma obra de engenharia dessa magnitude.

Assim, foi realizado o Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2014 que, após transcorridas as fases legais do procedimento licitatório culminou com a homologação da proposta da empresa A.E. Arquitetura e Consultoria Ltda. como vencedora. Foi então celebrado contrato com a empresa e o objeto do contrato, o Projeto Executivo do Complexo do CEMADEN no Parque Tecnológico de São José dos Campos, foi entregue e aceito pelo CEMADEN em junho/2014.

Dessa forma o Centro hoje dispõe de um projeto executivo completo e com isso será elaborado um novo Edital para a contratação de empresa para a construção do Complexo Técnico/Administrativo do CEMADEN.

Até que o CEMADEN tenha sua sede definitiva, o centro deverá funcionar, em caráter temporário, em área no Parque Tecnológico, conforme Termo de Cessão de Uso firmado com a Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos.

3 . Fatores intervenientes:

Em razão dos cortes realizados no Orçamento do CEMADEN por ocasião da tramitação da PLOA 2015, fez-se necessária a redução orçamentária de R\$ 19.000.000,00, ND 44.90, fonte 100, conforme Decreto de 2 de setembro de 2015, publicada no DOU de 03/09/15, com a finalidade de suplementar a Ação 20GB (Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais) de forma a custear execução de alguns serviços essenciais ao pleno funcionamento das instalações do CEMADEN em São José dos Campos tais como serviços de manutenção de plataformas de coleta de dados, serviços de transmissão de dados, contrato de Suporte de TI 24x7 (essencial para o Serviço de Operação do CEMADEN), serviço de limpeza predial, manutenção de licenças de software IDL (essencial para o Serviço de Operação do CEMADEN) dentre outros.

Assim, o corte orçamentário ocorrido na tramitação da PLOA 2015, da ordem de 68,26% em custeio e de 63,69% em investimento, trouxe impactos negativos relevantes nas atividades de manutenção do Centro, bem como no planejamento da infraestrutura e da expansão das ações do CEMADEN. Também trouxe impacto na expansão da rede observacional, com a não instalação dos equipamentos adquiridos: PCDs Agrometeorológicas, Estações Totais Robotizadas – ETRs e equipamentos geotécnicos.

4.3. Objetivos estabelecidos no PPA e resultados alcançados do Monitoramento Temático de responsabilidade da SEPED

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade	
OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de CT&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.	
I - ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO: Considerando o papel fundamental que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) possui no fomento à pesquisa científica e tecnológica, tentou-se alinhar essa agenda com o objetivo maior de promoção da conservação, da valoração e do uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros. A geração de dados científicos foi orientada de forma a permitir que o País possa implementar efetivamente suas políticas e cumprir os compromissos assumidos nos cenários nacional e internacional. Nesse sentido, foram apoiadas diversas iniciativas com foco na biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos, bem como na sistematização e disponibilização de dados e informações gerados, a saber: i) o processo de reestruturação do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) com vistas à elaboração do Programa Nacional de Pesquisa em Biodiversidade e Ecossistemas que envolve também as demais iniciativas sob coordenação da CGEC/SEPED/MCTI. Numa primeira etapa, foram convidados representantes da academia, governo federal e organizações não-governamentais para discutir as bases desse novo Programa, considerando o atendimento às Metas Nacionais de Biodiversidade. Posteriormente, a CGEC elaborou uma versão inicial do Programa Nacional que está sendo discutida com diversos atores; ii) o processo de integração de das bases de dados sobre a biodiversidade do País ao Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR), lançado oficialmente em novembro/2014. Nesse sentido, aproximadamente 1,5 milhão de registros da flora e da fauna foram disponibilizados e integrados ao Sistema; o repatriamento de dados foi propiciado e a Flora Monografada foi desenvolvida; dados de 33 grupos taxonômicos de metazoários da fauna brasileira foram incluídos e cerca de 350 mil registros de ocorrência de exemplares biológicos integrados ao SiBBR; iii) além das ações citadas anteriormente, também foi iniciada a fase piloto e o planejamento da Fase I do projeto Amazon Face; foi estabelecida a agenda científica e as prioridades para os próximos 10 anos do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA); foi possível sintetizar os avanços alcançados da modelagem ambiental pela comunidade científica que atua na Amazônia e avaliar as necessidades de integração dos diferentes programas de pesquisa voltados para esse bioma; foi iniciado o primeiro diagnóstico nacional sobre a biodiversidade brasileira e os serviços ecossistêmicos associados. Esse diagnóstico coloca o Brasil em posição de vanguarda entre os países megadiversos e marca o compromisso do País com a implementação da Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos; foi apoiada a avaliação do status de conservação da biodiversidade e da degradação dos solos, envolvendo povos indígenas e outras comunidades locais (tradicionais), levando em consideração a complementariedade dos conhecimentos tradicionais e dos conhecimentos científicos.	
META 1: Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CGEC/SEPED
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: Essa meta foi ultrapassada em 2014. No exercício de 2015, foram apoiadas iniciativas, no âmbito do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR), que propiciarão, até dezembro/2016, aumentar significativamente o número de registros disponibilizados, a saber: i) continuidade do projeto Contribuições do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/PA), do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/AM) e do Museu Nacional (MN/UFRJ/RJ) à implementação do SiBBR – Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira; ii) continuidade do projeto Contribuições do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ/RJ) à implementação do SiBBR, com o repatriamento de dados e o desenvolvimento da Flora Monografada; iii) projeto Contribuições da Rede de especialistas do Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil (CTFB) à implementação do SiBBR, sob coordenação do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP); iv) projeto Digitalização e publicação de coleções zoológicas do Brasil, sob coordenação do Museu de Zoologia da USP (MZUSP/SP); v) projeto Repatriação da informação da fauna brasileira depositada em Museus estrangeiros (REFAUNA) e disponibilização no SiBBR, sob coordenação do INPA/AM.	
META QUANTIFICÁVEL? SIM OU NÃO. (Classificação quanto ao tipo e Meta: Quantificável ou não quantificável)	
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: Quantidade alcançada: 580.000 Espécimes biológicas	
META QUANTIFICÁVEL? SIM OU NÃO. (Classificação quanto ao tipo e Meta: Quantificável ou não quantificável) sim	
META 2: Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada Informações Básicas	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CGEC/SEPED
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: (Foi possível catalogar 104.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada. Vale ressaltar que de acordo com o Catálogo da Fauna, lançado em dezembro/2015, foi determinado o número de espécies de invertebrados descritas para o Brasil, com cerca de 104.000 espécies, o que demonstra a impossibilidade de se atingir a meta proposta de 250.000 no prazo estabelecido.	

QUANTIDADE ALCANÇADA: (104.000 Espécies de invertebrados)	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	
META 3: Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CGEC/SEPED
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: (A listas já foram concluídas)	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 100%	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	
META 4: Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CGEC/SEPED
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: Foram protegidas cerca de 30% das coleções zoológicas, botânica e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas. Vale ressaltar que a meta de 80% não foi atendida no prazo do PPA, pois não existe um diagnóstico preciso sobre o número de coleções (incluindo zoológicas, herbários e coleções microbiológicas) existentes no País. Há indicação que esse número pode ser superior a 500 coleções.	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 30%	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	
Considerações: A quantidade não foi alterada uma vez que não existe um diagnóstico preciso sobre o número de coleções (incluindo zoológicas, herbários e coleções microbiológicas) existentes no País. Há indicação que esse número pode ser superior a 500 coleções. Fonte: SIOP - extraído em 02/03/2015	

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação
OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.
I - ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO: A Biotecnologia abarca quatro áreas temáticas principais: Agropecuária, Saúde, Ambiental e Industrial. A CGBS busca viabilizar ações de P,D&I em Biotecnologia, apesar da insuficiência de recursos para uma área de fronteira do conhecimento. Abaixo, as principais realizações no período: A - Chamada em PD&I em medicamentos fitoterápicos: lançada em 2013, teve demanda total de 263 propostas, sendo selecionados 10 projetos, perfazendo um total de R\$ 3.685.198,00, com desembolsos em 2013 e 2014. B - O LNBio concluiu a primeira etapa do projeto de implantação da plataforma biotecnológica de produção de esteróides. C - Apoio à gestão da Renorbio: foram destinados R\$ 300 mil em custeio, com o objetivo de dar continuidade às ações da Rede. D - Chamada para apoio a projetos RENAMA: Os modelos desenvolvidos/implementados poderão ser utilizados para avaliar os mecanismos de ação, a efetividade e a toxicidade de substâncias relevantes para saúde humana. Foi lançada uma chamada em 2012, no valor de R\$ 1,1 milhão, que selecionou 9 projetos. E - Apoio a gestão e a projetos P,D&I para a RENAMA. Em 2014, foram apoiados 2 projetos: Vetores virais para desenvolvimento de ensaios in vitro (R\$ 290 mil) e; Validação do método de HET-CAM (R\$ 296 mil). Em 2015, 3 projetos foram apoiados: Gestão e Internalização de Metodologias Alternativas ao Uso de Animais; Certificação de Células para uso em testes; Internalização de Metodologia para Teste de Potência Produtos Imunobiológicos, no valor de R\$ 908.052,00. F – CBAB – No período, foram investidos: (i) 2012 – Chamada para seleção de projetos de P,D&I e encomenda para apoio à gestão do Centro (R\$ 525.497,00); (ii) Chamadas públicas para seleção de cursos de curta duração, em 2013 (R\$ 600 mil), 2014 e 2015 (R\$ 700 mil/ano); (iii) 2014 – Chamada para seleção de projetos de P,D&I (R\$ 976.300,00). G - Projeto Papilomavírus Bovino – Instituto Butantan: Foram destinados R\$ 147 mil, em 2012, para desenvolvimento de vacina e kit diagnóstico. H - Chamada para seleção de projetos em P,D&I de bioprodutos e bioprocessos para a saúde humana: área estratégica para o país. Os recursos aplicados (R\$ 1,3 milhões) ainda estão aquém da demanda e das necessidades do país. I - Cooperação Internacional com o Canadá: No campo da Biotecnologia, foram apoiados 5 projetos nos temas de doenças neurodegenerativas e infecciosas, totalizando R\$ 400 mil em custeio, além de significativo aporte do Programa CsF. J - Apoio à gestão e estruturação da Rede Biosul de Biotecnologia: iniciou-se a estruturação da Rede, com o objetivo de promover P,D&I e aumentar a interface entre a pesquisa das ICTs e o setor privado, por meio de edital do CNPq no valor de R\$ 250 mil. K - Apoio ao evento BIO Latin America 2014 (R\$ 25 mil): o evento abordou diversos temas na área de biotecnologia, com destaque para a apresentação das potencialidades das empresas e tecnologias inovadoras de biociências, proporcionando oportunidades de contatos, negócios e parcerias. O apoio ao evento viabilizou a realização de uma sessão paralela sobre a experiência europeia na

instituição do Observatório Europeu de Bioeconomia.

L - No âmbito do CT-BIOTEC foram apoiadas 7 chamadas públicas:

- 1 - Chamada pública conjunta Brasil-Holanda para Pesquisa e Inovação em Bioeconomia - Convênio CNPq/NWO
- 2 - P,D&I na produção de vacinas recombinantes para promoção da saúde humana e animal
- 3 - Engenharia de Sistemas Biológicos
- 4 - Chamada pública sobre espécies vegetais
- 5 - P,D&I em Biotecnologia para solução de problemas ambientais
- 6 - Novas Terapias Portadoras de Futuro
- 7 - P,D&I para a produção de biocombustíveis a partir de microalgas

M – Rede CRB-Br - No exercício de 2013, a consolidação da Rede CRB-Br se deu por meio de uma ação transversal do FNDCT, que apoiou o projeto “Consolidação da Rede Brasileira de Centro de Recursos Biológicos”, no valor de R\$ 6,0 milhões. Até o final do exercício de 2015, os recursos aprovados para este projeto não haviam sido repassados em sua totalidade. A Rede CRB-Br foi institucionalizada no MCTI, por meio da Portaria N° 409/2014. Em 2015, reformulou-se a Portaria, que está sob análise da CONJUR/MCTI.

N – Rede Nacional de Bioinformática – A estruturação desta Rede iniciou-se com a identificação dos laboratórios centrais (2013), que incluiriam o LNCC, o LNBio/CNPEM e o ICB/UFG. Foram destinados R\$ 2,0 milhões, que foram investidos na compra de equipamentos de uso compartilhado. A Rede já promoveu algumas ações: (i) diagnóstico dos grupos de pesquisa em bioinformática no Brasil; (ii) realização de 10 cursos de capacitação.

O – Contratação de 6 projetos por meio da Chamada Pública MCTI/CNPq N° 18/2015 - Programa de Cooperação com o Centro Internacional para Engenharia Genética e Biotecnologia – CIEGB, no valor de R\$ 600.000,00.

P - Contratação de 5 projetos da Chamada Pública N° 12/2013, no valor de R\$ 1,4 milhão e contratação de 6 projetos da Chamada Pública MCTI/CNPq/DBT n° 17/2015 - Programa de Cooperação Internacional com o Departamento de Biotecnologia da Índia, no valor de R\$ 700.000,00.

Q – Apoio ao evento 6° Congresso Brasileiro de Biotecnologia, “Fronteiras da Biologia” em Brasília, no período de 9 a 13 de novembro de 2015, com público aproximado de 400 pessoas, entre cientistas, professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, empresários, gestores e organizadores da política de biotecnologia brasileira.

META 2: Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: INPI / WIPO e CGBS/SEPED
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: Entre 2008 e 2011, período do PPA anterior, houve um total de 1.095 pedidos de patentes em biotecnologia. Em 2012, o número de pedidos de patentes em biotecnologia foi de 207. Em meados de 2017 será possível obter o número de patentes solicitadas durante o ano de 2015, quando poderemos calcular o número total de patentes e verificar o cumprimento da meta. Neste momento, portanto, não é possível avaliar o cumprimento da meta, pois os dados estão incompletos devido ao prazo de sigilo dos documentos (18 meses) para a sua indexação nas bases de dados do INPI. Considerações: Devido ao período de sigilo das patentes (18 meses) não é possível a quantificação da meta neste momento. Em 2011 o total de patentes em Biotecnologia foi de 314, já o resultado parcial de 2012 é de 207.	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 0 % Considerações: Devido ao período de sigilo das patentes (18 meses) não é possível a quantificação da meta neste momento. Em 2011 o total de patentes em Biotecnologia foi de 314, já o resultado parcial de 2012 é de 207. Anexo: Anexo_da_Meta_019E_do_Objetoivo_0493_do_Programa_2021__Monitoramento_2012_2015_12_02_15_.docx Assunto: No arquivo anexo, encontram-se os comentários completo do QUANTIDADE ALCANÇADA, devido o texto conter caracteres acima do quantitativo permitido.	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	

Fonte: SIOP - extraído em 02/03/2015

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres
OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.
1 - ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO: A intensificação da ação humana no meio ambiente, potencializado pelo crescimento demográfico e pela falta de planejamento urbano acumulado ao longo de décadas, culminou em situações recorrentes de população de regiões vulneráveis suscetíveis aos riscos de desastres naturais. A magnitude e os efeitos do desastre natural ocorridos nos últimos anos demandaram do governo federal a criação de um programa de gestão de risco e desastres naturais com vários objetivos. A criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), pelo Decreto n° 7.513 de 1° de julho de 2011, adveio da necessidade de se desenvolver um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade. Tal sistema, por sua vez, depende de um conhecimento adequado da suscetibilidade e vulnerabilidade dos ambientes e dos agentes deflagradores dos riscos naturais gerados pelas organizações parceiras do Programa 2040. Por fim, para o funcionamento de um sistema de previsão de desastres naturais era essencial a implementação de uma vasta rede observacional integrada com vistas a monitorar e emitir alertas diante de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos. O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais vem, desde 2011, estruturando uma rede observacional com vistas a criar um sistema robusto de suporte a decisões e alertas de desastres naturais que permita o monitoramento de áreas de risco

em tempo real. Ao mesmo tempo, o MCTI promoveu a estruturação do CEMADEN em termos de recursos humanos capacitados para o funcionamento de tal sistema, inicialmente com a contratação de funcionários temporários – CTDs – e, posteriormente, com a contratação de funcionários públicos efetivos. A estruturação em ambas as frentes é relatada a seguir.

Atualmente o sistema de monitoramento e alerta conta com sensores instalados em todas as regiões do Brasil, sendo 3.653 mil pluviômetros, dos quais 2.619 são pluviômetros automáticos e 1.044 pluviômetros semiautomáticos operados pelas próprias comunidades. Em relação a estes últimos foram oferecidos dezenas de cursos de capacitação comunitária para a sua operação, com a participação, desde 2013, de cerca de 800 pessoas. Além dos pluviômetros, a rede conta com 9 radares meteorológicos; 114 plataformas de coletas de dados hidrológicos para monitoramento de bacias hidrográficas de respostas rápidas, que se somarão a novas 150 que já foram contratadas em 2015 para instalação em 2016; 499 plataformas para monitoramento de chuva e água no solo e 92 plataformas de coletas de dados agrometeorológicos para monitoramento do semiárido brasileiro. A instalação de estações totais robotizadas – ETRs, equipamentos que detectam movimentações em encostas de morros, permitindo, em médio prazo, a melhoria do sistema de monitoramento e alertas para áreas de alto risco suscetíveis a deslizamentos foi contratada em 2015, sendo que a instalação já ocorreu nos municípios de Mauá/SP, Santos/SP, Blumenau/SC e Petrópolis/RJ. Ainda nos primeiros meses de 2016 serão instaladas mais 5 ETRs nas cidades de Nova Friburgo/RJ, Teresópolis/RJ, Angra dos Reis/RJ, Recife/PE e Salvador/BA. Estes municípios, somados a Campos do Jordão/SP, totalizarão 10 cidades com áreas de alto risco de deslizamentos monitoradas pelo CEMADEN/MCTI. Tal rede, em conjunto com aqueles já em operação em diferentes organizações públicas, forma o atual sistema de monitoramento necessário para o envio de alertas de desastres naturais.

A estruturação do CEMADEN em termos de recursos humanos ocorreu, inicialmente, por meio da contratação de 75 funcionários temporários em 2011 por meio de processo simplificado. Em 2014 foram providos, por meio de concurso público, 40 cargos de nível superior das carreiras de Desenvolvimento Tecnológico, 15 em Pesquisa em Ciência e Tecnologia e 20 em Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou, em dezembro de 2015, a chamada de mais 18 concursados do edital de 2013, sendo um (1) para Pesquisa em Ciência e Tecnologia, um (1) para Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia e dezesseis (16) para Desenvolvimento Tecnológico. A presidência deve autorizar em 2016, mediante decreto, a chamada de mais quatro (4) concursados para Desenvolvimento Tecnológico, o que totalizará um quadro de 97 novos servidores.

As metas definidas para o objetivo de promover a estruturação do sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais foram satisfatoriamente atendidas. A implantação do CEMADEN ocorreu por meio da instalação de uma ampla rede observacional e pela estruturação mínima do centro em termos de recursos humanos. A consolidação da rede observacional de monitoramento de desastres vem ocorrendo por meio da instalação contínua de diversas fontes de dados – entre eles, sobre chuva, umidade do solo, movimentação de encostas, nível dos rios – em áreas vulneráveis. Os esforços associados de pesquisas, desenvolvimento tecnológico, inovação, parcerias com estados e municípios, educação e percepção do risco, também vêm contribuindo para o surgimento de um sistema de monitoramento e alerta de desastres naturais no mesmo patamar de excelência daqueles observados nos países mais desenvolvidos. A meta de monitorar 821 municípios críticos previamente definidos foi atendida em mais de 90%, uma vez que a rede alcançou 740 destas áreas. Considerando outras localidades além das prioritárias, o alcance total do monitoramento é de 1.038 municípios.

A expectativa para o próximo PPA (2016-2019) é a continuidade da ampliação da rede observacional do CEMADEN por meio de serviços e instalação de equipamentos já contratados em 2015 e que serão concluídos em 2016. Também há a expectativa da contratação de serviços de instalação de outras plataformas de coleta de dados em vários municípios, incluindo 81 prioritários para se alcançar 100% da meta proposta em relação aos 821 municípios críticos. Por outro lado, o alcance atual do monitoramento já alcança 1.038 municípios. Para se completar a estruturação do CEMADEN em termos de recursos humanos, é necessária a realização de um novo concurso para que o centro complete o rol de competências que ele ainda não dispõe até o momento. Por fim, destaca-se a manutenção, no novo PPA 2016 – 2019, da meta de se substituir a sede provisória do CEMADEN por uma sede definitiva que atenda plenamente as necessidades físicas para um melhor funcionamento deste centro.

META 1: Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CEMADEN/SEPED
--	--

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META:
A modelagem hidrológica tem sido realizada considerando principalmente bacias hidrográficas da região Sudeste, uma vez que na região Sudeste se concentra a maior parte dos municípios monitorados pelo CEMADEN. Espera-se para o próximo ano a realização da modelagem hidrológica considerando outras bacias situadas nas demais regiões do Brasil. Além disso, houve a inclusão de novos municípios monitorados nas bacias já estudadas da região Sudeste, aumentando com isso o número de áreas críticas modeladas. Em termos de desenvolvimento de modelagem geodinâmica e hidrológica, estão sendo efetuadas calibrações diárias do modelo hidrológico distribuído (MHD) para as seguintes bacias: Rio Doce (ES e MG), Paraíba do Sul (SP, RJ e MG), São Mateus e Itapemirim (ES), Jequitinhonha (MG e BA), Velhas e Paraopeba (MG), as quais, em breve, deverão estar operacionalmente integradas à Plataforma computacional denominada SALVAR, do CEMADEN. Estas informações serão usadas com modelos meteorológicos que estão sendo avaliados para previsão de tempo por conjunto. Também está sendo realizada a calibração de um modelo de escorregamentos sobre a região de Caraguatatuba (SP), o qual está sendo finalizado para se tornar operacional.

META QUANTIFICÁVEL
Sim

QUANTIDADE ALCANÇADA:
118 Áreas críticas

DATA DE REFERÊNCIA:
31/12/2015

META 2: Monitoramento e alerta para municípios com riscos de	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CEMADEN/SEPED
---	--

deslizamentos de massa	
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: Atualmente o CEMADEN conta com uma base de dados de mapeamentos de setores de risco para 845 municípios do território nacional. Há municípios que apresentam variados processos, outros apenas um, e, ainda, existem municípios que são prioritários, porém não foram mapeados pela entidade responsável, porque apresentavam graus de risco baixo e/ou médio. Para o processo “deslizamento de massa” o CEMADEN monitora 709 municípios, dos quais 531 compõe a lista de 821 municípios prioritários. Alcançando o monitoramento dos municípios prioritários, será contínua a inserção de outros municípios para monitoramento e alerta do CEMADEN. Ressalta-se que trabalho adicional foi feito para agrupar os dados de mapeamento das áreas de risco de deslizamentos na plataforma computacional de monitoramento SALVAR, pois alguns dos mapeamentos foram providos por outras fontes, que consideraram diferentes metodologias e padrões de setorização e cartografia de risco de deslizamentos de massa. As informações das áreas de risco de movimento de massa estão integradas e disponibilizadas na plataforma. Esta plataforma conta com diversos dados e informações que auxiliam os operadores do CEMADEN na emissão dos alertas. Vencida as dificuldades técnicas de consolidação dos dados de diferentes fontes e escalas, o trabalho de inserção dos mapeamentos tem sido realizado de forma rápida, uma vez que a maioria dos mapeamentos é feitos pela CPRM, seguindo um mesmo padrão. O CEMADEN desenvolveu critérios técnicos para a definição dos diferentes graus de confiabilidade dos alertas de risco para desastres naturais. Os critérios levam em conta basicamente a qualidade/atualidade dos dados de mapeamento de áreas de risco, existência ou não de pluviômetros próximos às áreas de risco de movimentos de massa, a distribuição e representatividade espacial dos mesmos em relação às áreas de risco e existência ou não de dados de radares meteorológicos abrangendo as áreas de risco e disponibilidade em tempo hábil de dados de feedback de campo acerca de informações indicativas de desenvolvimento dos processos superficiais monitorados.	
META QUANTIFICÁVEL: SIM	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 709 municípios	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	
META 3: Monitoramento e alerta para municípios com riscos de inundações e enxurradas	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CEMADEN/SEPED
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: Atualmente o CEMADEN conta com uma base de mapeamentos de setores de risco para 845 municípios do território nacional. Conforme mencionado, há municípios que apresentam variados processos, outros apenas um, e ainda existem municípios que são prioritários porém não foram mapeados pela entidade responsável, porque apresentavam graus de risco baixo e/ou médio. Para o processo de inundação e enxurradas, o CEMADEN monitora 653 municípios, dos quais 560 compõe a lista de 821 municípios prioritários. O aumento da cobertura por radares meteorológicos, o incremento da rede de pluviômetros automáticos e as novas estações hidrológicas já instaladas e a serem instaladas pelo CEMADEN ao longo de cursos d’água com áreas de risco, em conjunto com a continuidade dos trabalhos de mapeamento das áreas de risco de inundações e caracterização dos cenários de risco hidrológico, tendem a melhorar sobremaneira a qualidade e a confiabilidade dos alertas para os processos hidrológicos. A qualidade e melhoria do grau de confiabilidade dos alertas de risco de desastres naturais é diretamente proporcional ao amadurecimento técnico dos analistas da sala de operação de monitoramento e alerta do Centro, bem como depende da melhoria da quantidade, qualidade, representatividade espacial e cobertura e periodicidade dos dados das redes observacionais.	
META QUANTIFICÁVEL: Sim	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 653 municípios	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	

Fonte: SIOP - extraído em 02/03/2015

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida
OBJETIVO: 0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.
1 - ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO: Em termos das diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, está ainda em curso a elaboração de uma Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, após reformulação do Comitê de Ciências do Mar (CCM), órgão de assessoramento ao MCTI, com este mandato. Após ter sido constituída uma Força Tarefa no âmbito do CCM, dando início ao processo de elaboração de tal Política, não foi possível realizar as reuniões presenciais que permitiram negociar seu texto final, por motivos de restrição orçamentária. Ademais, o arcabouço legal que lida com as atividades de CT&I no país sofreu alterações, que demandam nova revisão da minuta. Ao final de 2015 os trabalhos estavam com um percentual de conclusão de 45%. Assim, não houve avanço em termos de execução da meta, até o presente momento, motivo pelo qual se optou por remover a meta do novo PPA até que se construa o momento político necessário para avançar na elaboração de um política para a pesquisa nos oceanos. Este objetivo visa atender à Iniciativa 0487 “Elaboração e aprovação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos”.

No que tange à implantação de infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima, objeto da Iniciativa 0488 “Criação e implementação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) como instrumento para a execução e fomento de uma Política em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e apoio a projetos de grande envergadura, objetivando o desenvolvimento de pesquisa científica nas Ciências do Mar”, ressalta-se que a Associação Civil Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) foi criada em 2013, como resultado de amplo debate entre Governo, Academia e Setor Privado, iniciado em 2011, e que resultou na definição de que, para a consecução de seus objetivos, o INPOH deveria adotar o modelo de Organização Social, sob a supervisão do MCTI, e contando com a atuação dos Ministérios da Defesa, da Pesca e Aquicultura e a Secretaria de Portos do Governo Federal. Além destes, integrarão o INPOH representantes da Sociedade Civil, do Setor Privado e da Academia, envolvidos com a temática do Instituto. Como decorrência, encontra-se em tramitação a Exposição de Motivos Interministerial e a minuta de Decreto Presidencial que a acompanha, já obtidos os pareceres favoráveis de todas as Pastas envolvidas, estando o processo no Ministério do Planejamento. Mediante a troca dos titulares das Pastas, bem como da reestruturação dos Ministérios, nova pactuação do projeto INPOH se fez necessária, tendo ocorrido em 2015. Ocorre que o resultado do julgamento do STF acerca do modelo de OS altera significativamente os trâmites de contratação e qualificação, ainda em discussão na Casa Civil. Assim, de forma a adequar-se à nova realidade normativa e institucional, no sentido de buscar os meios de implementação do INPOH em futuro próximo, considera-se aguardar a regulamentação da contratação de OS para finalizar o processo de instalação do INPOH, caso adequado. Ressalta-se que há uma minuta de Contrato de Gestão em fase avançada de elaboração, já tendo havido rodada de negociação entre as Pastas. Em paralelo, o MCTI, com uma visão de futuro sobre o macroprojeto do INPOH, instituiu uma equipe de consultores de notório saber, contratados para cada área específica de atuação do INPOH, para, em última análise, elaborar proposta de uma Agenda Científica e de um Plano de Implementação, incluindo um minucioso levantamento do estado da arte de suas áreas, bem como a identificação de lacunas, potencialidades e parcerias estratégicas. O resultado completo destas análises constitui arcabouço técnico-científico de alta qualidade que permitirá a implementação do INPOH assim que for possível atender às normas.

META 1:
Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO:
COMA/SEPED

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META:

O Comitê de Ciências do Mar (CCM), órgão de assessoramento ao MCTI, tem a incumbência de propor uma Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos. Desde 2013 tem-se aventado o cumprimento da meta sem sucesso. Uma discussão inicial foi executada sem no entanto ter havido possibilidade de reunir tal comitê por restrições orçamentárias. Sem tais reuniões, não foi possível dar prosseguimento às negociações das características básicas de tal Política e tampouco proceder à elaboração do texto da minuta. Com tais resultados, optou-se por remover a meta do novo PPA e continuar os trabalhos de tal política em face à aprovação de outros instrumento legais relevantes, como o novo Marco de CT&I. Dada a nova realidade, este MCTI considera que a retomada das ações de cumprimento à meta serão essenciais para a construção de um texto atual e condizente à nova realidade do País.

META QUANTIFICÁVEL

Sim

QUANTIDADE ALCANÇADA:

45

DATA DE REFERÊNCIA:

31/12/2015

META 2:
Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH).

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO:
COMA/SEPED

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META:

Meta já cumprida em 2014, sem alterações. O INPOH encontra-se em fase de qualificação como organização social perante o poder público. Seu estatuto, discutido entre seus membros e aprovado quando da criação da Associação Civil INPOH, aborda os elementos do planejamento estratégico de sua criação, como se dará sua estrutura, organização e áreas de atuação. Adicionalmente, com uma visão de futuro sobre o macroprojeto do INPOH, o MCTI, instituiu uma equipe de consultores de notório saber, contratados para cada área específica de atuação do INPOH, para, em última análise, elaborar proposta de uma agenda científica e de um plano de implementação, incluindo um minucioso levantamento do estado da arte de suas áreas, bem como a identificação de lacunas, potencialidades e parcerias estratégicas. O resultado completo destas análises está disponível no MCTI para consultas e será levado integralmente à apreciação do Conselho de Administração do INPOH, constituindo subsídios imprescindíveis ao seu planejamento estratégico. Entende-se que as discussões ocorridas para determinação do escopo de atuação, das fases de implantação, dos elementos iniciais da minuta de contrato de gestão, da composição e estrutura dos Conselhos do INPOH compõem o planejamento estratégico de criação do INPOH. Somados à proposta de plano de implementação elaborada pelos consultores, a ser analisada pelo Conselho de Administração do INPOH, temos todos os elementos deste planejamento. Assim, considera-se a meta cumprida, ressaltando que a conclusão e aprovação do planejamento estratégico do INPOH cabe ao seu Conselho de Administração.

META QUANTIFICÁVEL

Sim

QUANTIDADE ALCANÇADA:

100

DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	
META 3: Instalar e implementar o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias até 2014	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: COMA/SEPED
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: O INPOH nasce da necessidade histórica de preencher a lacuna de conhecimento sobre os oceanos e hidrovias e seus efeitos sobre a sociedade, desenvolvendo tecnologias que atendam ao setor, fomentando a indústria nacional e permitindo a inovação, que gerará forte impacto sobre a economia e o bem estar. Para a consecução de seus objetivos, discutiu-se adotar o modelo de Organização Social, com a supervisão do MCTI e apoio das Pastas de Defesa, Pesca e Aquicultura e Portos do Governo Federal. Além destes, integram o INPOH representantes da Sociedade Civil, do Setor Privado e da Academia, envolvidos com a temática do Instituto. Assim, foram tramitadas as minutas de Exposição de Motivos Interministerial e de Decreto Presidencial para análise das Pastas envolvidas, tendo havido a assinatura dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Pesca e Aquicultura, da Defesa e da Secretaria de Portos da Presidência, estando o processo em discussão no MPOG e Casa Civil. Arranjos institucionais seriam impostos a alguns dos parceiros e, mediante a troca dos titulares das Pastas, bem como da reestruturação dos Ministérios, nova pactuação do projeto INPOH se fez necessária, tendo ocorrido em 2015. Ocorre que o resultado do julgamento do STF acerca do modelo de OS altera significativamente os trâmites de contratação e qualificação, ainda em discussão na Casa Civil. Assim, deve-se adequar à nova realidade normativa e institucional, no sentido de buscar os meios de implementação do INPOH em futuro próximo, considera-se aguardar a regulamentação da contratação de OS para finalizar o processo de instalação do INPOH, caso adequado.	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	

Fonte: SIOP - extraído em 02/03/2015

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas
OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.
1 - ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO: O Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre (BESM, anteriormente denominado Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global) tem como objetivo gerar cenários de mudanças climáticas em escala global (em toda a superfície terrestre) e fornecer condições de contorno lateral e da superfície do mar para modelos regionais gerarem cenários de mudanças climáticas regionalizados (sobre um continente ou país – por exemplo, América do Sul e Brasil) decorrentes de ações antrópicas (provocadas pelas ações do homem) e naturais. O projeto do BESM é organizado em torno de um grupo multi-institucional e interdisciplinar de modelagem do sistema climático global (todas as variáveis que determinam o clima do planeta) coordenado pelo INPE, com participação de universidades e centros de pesquisa nacionais, redes estaduais de pesquisa e colaboração internacional. Esse grupo conta com os recursos de supercomputação (supercomputador Tupã, para processamento geração dos cenários) de última geração da Rede CLIMA e Programa FAPESP de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG), e é responsável por disponibilizar e facilitar o uso dos cenários para a comunidade científica nacional, principalmente para as demais sub-redes da Rede CLIMA e do PFPMCG. O BESM constitui-se, assim, em um projeto transversal, ou seja, que interage com as demais sub-redes temáticas da Rede CLIMA e do PFPMCG, que utilizam seus cenários e projeções para aplicá-los em suas áreas de pesquisa. As pesquisas dos últimos anos têm permitido uma evolução significativa do acoplamento oceano-atmosfera-biosfera globais, com ênfase nos processos relativos à convecção atmosférica sobre a Amazônia e seus impactos na circulação atmosférica global, com atenção ao acoplamento oceano-atmosfera na bacia do Oceano Atlântico Tropical. Foi testada a implementação do modelo de aerossóis Hamburg Aerosol Model (HAM) na componente atmosférica do BESM, i.e., o modelo global atmosférico do INPE/CPTEC. No que tange à modelagem de processos de superfície continental, que engloba a área de agricultura, fogo (queimadas), foi melhorada a representação dos ecossistemas da América do Sul no modelo INLAND, que presentemente é capaz de considerar mapeamentos de usos da terra e, quando acoplado ao modelo BESM, permitirá fazer simulações do clima futuro considerando cenários de usos da terra. A componente de hidrologia continental (modelo THMB) foi acoplada ao modelo INLAND e se encontra em testes de paralelismo no ambiente computacional do INPE, a qual permitirá a assimilação das descargas fluviais pela componente Oceano do modelo. O desenvolvimento do BESM também permitiu a compleição de cenários de mudança climática com a versão BESM2.3, com 7 cenários de 100 anos cada, até 2100, e 50 cenários de 30 anos cada, até 2035. Os cenários globais do BESM foram utilizados como condições de contorno para o modelo Eta para gerar cenários de mudanças climáticas regionais para o clima presente e para o clima futuro, os quais foram utilizados na Terceira Comunicação Nacional de Mudanças Climáticas. Foi também gerada uma nova versão do BESM, utilizando a última versão do modelo atmosférico global do CPTEC acoplado ao modelo global oceânico MOM4p1 (BESM2.5), além da substituição do componente oceânico MOM4p1 pelo MOM5, da qual resultou a mais recente versão do modelo, BESM2.6, ainda em testes. Foram gerados novos cenários de mudanças climáticas globais com a versão BESM2.5, os quais constam de: (i) uma integração de controle com concentração constante de CO2 atmosférico a níveis pré-industriais (i.e. 280 ppmv) de 300 anos de extensão, (ii) uma integração histórica de 1850 a 2005, com níveis observados de concentração de CO2 atmosférico, e três cenários de mudanças climáticas com (iv) quadruplicação da concentração de CO2 atmosférico (que passou a 1200 ppmv) por um período de 150 anos, e (v) integrações seguindo o protocolo CMIP5 de concentração de CO2 atmosférico segundo os cenários RCP4.5 e RCP8.5, ambos entre os anos de 2005 e 2100, totalizando 800+ anos de cenários com a versão BESM2.5. A maior interação com outras sub-redes da Rede CLIMA em 2015 continua contribuindo com avanços no desenvolvimento do

BESM. Em contribuição sinérgica com as pesquisas da Rede CLIMA, o BESM provê novas simulações e contribui com novos resultados de projeções de mudanças climáticas.	
META 1: Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CGMC/SEPED
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: O BESM é composto por quatro grandes componentes, que têm interferência significativa nas alterações climáticas: Atmosfera (massas de ar quente e frio, nuvens, regime de chuvas etc.), Oceano (fenômenos como o El Niño e La Niña), Superfície (parte terrestre, uso da terra, vegetação, hidrologia) e Química (composição) da atmosfera e aerossóis. Esses componentes constituem as variáveis essenciais para a produção de cenários de mudanças climáticas futuras, com ênfase no Brasil e América do Sul. O estágio atual de desenvolvimento do modelo BESM conta com o acoplamento dos modelos componentes Atmosfera (AGCM/CPTEC), Oceano (OGCMMOM5/NOAA GFDL), Gelo Marinho (ISI/GFDL) e Superfície (SSIB), via acoplador de fluxos FMS (NOAA/GFDL). Nesta fase do modelo somente o modelo componente oceânico conta com modelo de ciclo de carbono (TOPAZ). Futuramente serão implantados modelos de ciclo de carbono nos modelos atmosférico (MOZART do NCAR) e de superfície (INLAND/INPE), este último ainda em fase de testes de acoplamento via acoplador de fluxos FMS. Quanto à componente de química e aerossóis, foi implementada a computação dos efeitos diretos dos aerossóis moda grossa no AGCM/CPTEC, encontrando-se ainda em desenvolvimento a implementação da computação dinâmica de aerossóis. A implementação da componente de superfície se encontra atrasada devido a perda de pessoal-chave do projeto no processo de substituição de servidores CDT do INPE por novo concurso público federal. A implementação da componente de química da atmosfera e aerossóis se encontra atrasada, devido à substituição da equipe. Além desses, o caminho anteriormente optado de implantação da componente de aerossóis do modelo Hamburg Aerosol Model (HAM) se mostrou inviável, tendo-se então optado por seguir um caminho alternativo de implementação de ambas componentes de química e aerossóis atmosféricos do NCAR, ou seja os modelos MOZART e MAM, respectivamente; que se encontram em curso. Também durante o último ano foram realizados testes para o acoplamento do modelo de superfície INLAND ao acoplador de fluxos FMS, utilizando-se como método auxiliar o acoplamento ao modelo CM2.1 do GFDL (que utiliza o acoplador FMS e o modelo de superfície MOM5, os mesmos do BESM). Esta parte do desenvolvimento do BESM se encontra em curso. Estima-se que foram alcançados 80% do desenvolvimento do modelo BESM originalmente envisioned.	
META QUANTIFICÁVEL? SIM OU NÃO. sim	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 80	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	
OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).	
1 - ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO: A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA) foi instituída pelo MCT no final de 2007 e tem como objetivo principal gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais. Foi reconhecida pela Lei nº 12.187/2009 como um dos instrumentos institucionais para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima. A Rede congrega aproximadamente 350 pesquisadores de 80 instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões brasileiras e é dividida em 15 sub-redes de pesquisa. A Rede CLIMA tinha, até dezembro de 2014, 95 bolsas de pesquisa vigentes e 594 bolsas de pesquisa encerradas. Durante o período de 2012 a 2013, a Rede CLIMA desenvolveu as seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> • execução de projetos de pesquisa que resultaram em trabalhos que contribuam para a elaboração dos relatórios do Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas e para a contribuição inédita do país ao quinto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima); • Publicação de artigos científicos, livros e capítulos de livros: <ul style="list-style-type: none"> o 199 artigos publicados em revistas científicas (127 internacionais e 72 nacionais); o 9 livros e 18 capítulos de livros. • Desenvolvimento da biblioteca digital da Rede CLIMA; • Disseminação de conhecimento através dos relatórios científicos http://redeclima.ccst.inpe.br/index.php/ciencia-para-todos/relatorios-de-atividades/revista http://climacom.mudancasclimaticas.net/ e em eventos organizados tanto pela academia quanto pela sociedade civil por meio do lançamento de cartilhas e vídeos educativos – “O futuro que queremos: Economia Verde (disponível em http://issuu.com/magnostudio/docs/o_futuro_que_queremos/ ou em http://youtu.be/dr5dueiANhI), Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza” (com versão em língua inglesa); e “Pegada Ecológica: Qual é a Sua?” (disponível em http://issuu.com/magnostudio/docs/pegada-ecologica) acompanhado de um teste online para detectar a pegada ecológica do indivíduo (disponíveis na internet – www.suapegadaecologica.com.br). • Realização da Conferência Nacional de Mudanças Climáticas Globais (Conclima), em setembro de 2013, em São Paulo, quando foram apresentados os resultados das pesquisas da Rede; • Contribuição da Rede CLIMA na elaboração do Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. • Contribuição para capacitação de pessoas por meio da concessão de 358 bolsas de pesquisa. • Em 13/12/2013, conforme Portaria 1.295 de 16/12/2013, teve início a vigência da nova fase da Rede CLIMA (Rede CLIMA 	

2). Entretanto, os recursos (parciais) para a operacionalização das atividades só foram liberados em 22/05/2014. Esse atraso prejudicou significativamente a continuidade dos trabalhos planejados para este primeiro semestre. Ainda assim, foi possível realizar algumas atividades previstas e de grande repercussão.

Em 2014, os principais resultados da Rede CLIMA foram:

- Início das atividades de 2 sub-redes (mudanças dos usos da Terra e Divulgação Científica);
- Contribuição à elaboração e conclusão do relatório da Terceira Comunicação Nacional;
- Conclusão de nova versão do sítio da Rede CLIMA, disponível em <http://redeclima.ccst.inpe.br>

Dentre as ações de disseminação de conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, destacam-se:

- Realização da conferência internacional Adaptation Futures, em maio de 2014, em Fortaleza, quando as pesquisas da Rede CLIMA foram apresentadas para a comunidade científica do Brasil e de diversos países do exterior;
- Realização do workshop com os coordenadores das sub-redes e representantes do MCTI, para discussão sobre a contribuição da Rede CLIMA para a Terceira Comunicação Nacional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas;
- Lançamento e início das atividades da sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas, cujo marco foi a representação da Rede CLIMA na 66ª Reunião da SBPC (22 a 26 de julho de 2014, Rio Branco, AC).
- Reunião do projeto integrativo Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas
- Desenvolvimento da Biblioteca digital – esta foi concretizada, porém, está suspensa devido a atualização no sistema.

Estamos tendo dificuldades na contratação de uma pessoa que possa ficar responsável pela verificação e atualização das publicações. Dentre as ações de disseminação, a Rede CLIMA esteve presente na SBPC em São Carlos e teve participação na elaboração e acompanhamento do projeto FNDCT.

Em 2015 houve reuniões dos projetos integrativos: Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica Energética e Alimentar. Um dos produtos será um paper. No caso do PI de Dimensões Humanas, tem como princípios norteadores o teste de práticas adaptativas e a identificação de seus gargalos técnicos institucionais e culturais. Faz-se necessário compreender como a incerteza climática afeta as políticas públicas e as estratégias de adaptação e quais são os princípios conceituais que precisam ser levados em conta para que as escolhas sejam robustas frente à incerteza. No que se refere ao PI de Segurança Hídrica, Energética e Alimentar, o paper abordará a análise dos impactos econômicos da geração de energia elétrica solar no semiárido.

No fim do ano de 2015 ocorreu a reunião anual dos Coordenadores, oportunidade em que foi votado o novo Coordenador e Vice Coordenador da Rede CLIMA.

Em 2015, conforme previsto e já explanado, houve encontros e reuniões;

As subredes foram contempladas com bolsas e foram disponibilizados novos recursos para ações em 2016;

Não houve publicação de relatório, bem como não houve aquisição de equipamentos para interação. Com relação ao relatório, devido a transição de Coordenação e algumas publicações de paper e artigos estarem pendentes, aguardamos a formalização e finalização destes para que a publicação seja a mais

atualizada possível, como este processo burocrático é demorado, em 2016 será publicado o relatório compilando os anos de 2014 e 2015.

<p>META 1: Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas</p>	<p>INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CGMC/SEPED</p>
--	--

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META:
As bases de dados de várias sub-redes, listadas abaixo, necessitam de estrutura de TI para serem integradas em uma única plataforma. Tal estrutura ainda não está disponível atualmente na instituição sede, entretanto, já foi iniciado a busca por profissionais para a realização do trabalho.

- Dados de cenários climáticos futuros produzidos pelo Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que já vêm sendo utilizados pela Rede CLIMA (acesso: <http://dadosclima.ccst.inpe.br/>).
- Observatório Nacional de Clima e Saúde, que reúne e conjuga informações de diversas naturezas com o objetivo de facilitar a análise da relação entre clima e saúde. Para tal são necessários dados ambientais, climáticos, epidemiológicos, socioeconômicos e de saúde pública. Estes dados são coletados e disponibilizados por diferentes instituições, porém de maneira dispersa, o que dificulta a sua análise de forma integrada. Nesse sentido, o Observatório atua como um mediador disponibilizando, de forma livre e gratuita por meio de um site interativo, um grande conjunto de dados, estudos, metodologias e resultados. Essas informações possibilitam alertar e acompanhar situações de emergência na saúde oriundas de eventos climáticos, além de permitir acompanhar tendências no longo prazo das mudanças ambientais e climáticas (acesso em: <http://www.climasaude.icict.fiocruz.br/>).
- SCenAgri – Simulação de Cenários Agrícolas Futuros.
- SiMCosta – Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (acesso: <http://www.simcosta.furg.br/portal/>).
- WebRESNAT - criado em março de 2012 pelo IVIG/UFRJ dentro da Sub-Rede de Mudanças Climáticas e Energias Renováveis, tem a finalidade de disponibilizar informações de emissões de gases de efeito estufa em reservatórios hidrelétricos e ambientes naturais (acesso: <http://webresnat.ivig.coppe.ufrj.br/>).
- NEREUS – Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (acesso: <http://www.usp.br/nereus/?fontes=dados-matrizes>).

Uma vez estruturadas as bases de dados das diversas sub-redes, o próximo passo é integrá-las e disponibilizá-las via web. Em relação à disponibilização de dados das pesquisas da Rede CLIMA para o público amplo, foi concluída a nova versão do site da Rede na Internet. Em <http://redeclima.ccst.inpe.br> estão disponíveis vídeos com a apresentação de todas as sub-redes e suas linhas de pesquisa, vídeos e cartilhas educacionais, publicações, relatórios de atividades e outros documentos.

A implantação do projeto depende da contratação de equipe especializada em TI, já fizemos os remanejamentos necessários e estamos trabalhando para que em 2016 consigamos a contratação da equipe especializada para proceder com a integração da plataforma.

META QUANTIFICÁVEL? SIM OU NÃO.

sim	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 60	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	
META 2: Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CGMC/SEPED
<p>ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: Em relação à fase anterior da Rede CLIMA, o Plano de Ação foi elaborado conforme proposto. O Plano de Ação da nova fase da Rede CLIMA (Rede CLIMA2) está em fase de conclusão, dependendo da submissão para aprovação do Conselho Diretor. Entretanto, algumas ações já foram realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dezembro/ 2014 – 1a Reunião do Conselho Diretor • Indicação dos membros do Conselho Científico • Nomeação do vice-coordenador <p>A agenda científica está sendo planejada. Para a Rede CLIMA 2, a meta era cumprir 50% do Plano de Ação ao longo do ano de 2015. O plano de ação foi concluído e está para aprovação na próxima reunião do Conselho Científico, para então ser publicado. Os principais pontos focais abordam os objetivos do PPA, bem como uma agenda Científica, além da nova distribuição de recursos que foi necessária após o avanço dos projetos. A não conclusão desta fase se deu devido ao processo de transição que foi oficializado somente após a reunião de Coordenação em meados de novembro de 2015.</p>	
META QUANTIFICÁVEL? SIM OU NÃO. Sim	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 30	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	
OBJETIVO: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.	
<p>1 - ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO: Ao longo da execução do PPA 2012-2015 foram desenvolvidas três linhas de atuação que visaram ao fornecimento/geração de informações sobre os impactos ambientais da mudança do clima especialmente relevantes para o planejamento e a tomada de decisão relacionadas à adoção de medidas de mitigação e de adaptação.</p> <p>a) a) Avanço do conhecimento: Foi concedido apoio financeiro a projetos de pesquisa que buscam a compreensão da dimensão e da natureza da mudança do clima e a geração de dados que possibilitam a avaliação dos impactos da mudança do clima. Foram priorizados projetos em temas como: ciclo de carbono e fluxo de carbono entre a superfície e a atmosfera do planeta; pesquisas ecológicas de longa duração; e observação da zona costeira do país e do Oceano Atlântico tropical. Foi fomentada a revisão do estado da arte das estimativas contemporâneas do balanço de carbono em escala decadal no domínio da América do Sul. Como resultado, a absorção de carbono por processos naturais predominou até a década de 1970. Para a América do Sul, a partir da década de 1980, notou-se balanço continental com perdas de carbono para atmosfera, simultaneamente com o aumento das oscilações associadas ao clima. Na década de 1990, foi observado balanço próximo da neutralidade, por meio da compensação das perdas de carbono para atmosfera oriundas das emissões por queima de combustíveis fósseis e desmatamento, pela absorção de carbono em áreas de florestas primárias. Desde então, houve avanço expressivo no entendimento dos fenômenos de escalas locais e identificação de problemas específicos, especialmente os relacionados aos estoques de carbono nos manejos preconizados pelo Programa Agricultura de Baixo Carbono, ao potencial de mitigação de gases de efeito estufa (GEE) nos sistemas de produção lavoura-pecuária e às estimativas de risco climático para diversas culturas brasileiras. Ainda sobre o estudo de fluxos de CO2 foi apoiado o Workshop para Planejamento da Rede Brasileira de Medições de GEE com o objetivo de elaborar uma estratégia de construção da Rede e definir sua abrangência e estrutura de funcionamento e execução. O workshop contou com a participação de especialistas em medições de gases de efeito estufa – GEE dos vários ecossistemas brasileiros e de especialistas estrangeiros que contribuem com a rede mundial (GAW/WMO), seja na gestão de banco de dados públicos e de política de compartilhamento, seja na estrutura de rede de monitoramento regional. O Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD foi apoiado (de forma complementar) por meio da Chamada MCTI/CNPq/FAPs 34/2012, a qual contratou 30 sítios, dos quais 15 abordam em suas pesquisas o tema mudança do clima. Os ecossistemas estudados são bastante diversos, passando por áreas úmidas e de terra firme na Amazônia, fragmentos de Mata Atlântica, planície de inundação, áreas costeiras, campos de altitude e recifes de coral em Abrolhos. Também foram apoiadas ações que permitiram a instalação de infraestrutura necessária para a realização de pesquisas sobre impactos da mudança do clima na Amazônia e na costa brasileira, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a instalação da Terra Alta da Amazônia; • a instalação de servidor para a divulgação de informações e publicações resultantes do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), disponíveis em http://lba2.inpa.gov.br; • a substituição de boias Atlas do Projeto de cooperação multinacional Prediction and Research Moored Array in Tropical Atlantic – PIRATA; • e a aquisição e instalação de boias meteo-oceanográficas e de estações maregráficas na costa brasileira que pertencem ao 	

Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira – SiMCosta.

O apoio aos projetos contribuiu, até o momento, para a publicação de mais de uma centena de artigos científicos. Além disso, colaborou para a geração de dados que alimentam sistemas de informações sobre:

- clima e saúde humana (Observatório Nacional de Clima e Saúde, disponível em <http://www.climasaude.icict.fiocruz.br/extremos>);
- agricultura (Simulador de Cenários Agrícolas – ScenAgri, informações disponíveis em <https://www.embrapa.br/informatica-agropecuaria/busca-deprojetos/-/projeto/21977/simulacao-de-cenarios-agricolas-futuros-a-partir-de-projecoes-de-mudancas-climaticas-regionalizadas>);
- monitoramento do Oceano Atlântico Tropical (Projeto PIRATA, disponível em <http://www.goosbrasil.org/pirata/>); e
- monitoramento da zona costeira (SiMCosta, disponível em <http://www.simcosta.furg.br/>).

No final de 2015 foram apoiados 26 projetos de pesquisa selecionados pela Chamada MCTI/CNPq/ANA Nº 23/2015 – Pesquisa em Mudança do Clima, que contou também com recursos da Agência Nacional de Águas (ANA), cujos objetivos estão relacionados à previsão e avaliação dos impactos associados à mudança do clima, especialmente na disponibilidade hídrica e de seus reflexos para a segurança alimentar e energética do Brasil, e à análise dos impactos associados à mudança do clima sobre povos e comunidades vulneráveis e em setores como saúde, biodiversidade, cidades e zonas costeiras.

b) b) Formação de recursos humanos:

Os projetos apoiados contribuíram para a capacitação e formação de recursos humanos, principalmente em nível de graduação e pós-graduação, por meio da concessão de bolsas. Dessa forma, o desenvolvimento de dissertações de mestrado e teses de doutorado e o fortalecimento de equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de pesquisa foram apoiados. Projetos de pesquisa da Rede CLIMA foram especialmente contemplados:

- Monitoramento de GEE;
- Observatórios Ecohidrológicos;
- Prejuízos Agrícolas;
- Rede Sul Brasileira de Fluxos Superficiais e Mudanças Climáticas (Sulflux); e
- Observatório Nacional de Clima e Saúde.

A capacitação também foi promovida por meio do apoio, juntamente com o IGBP-Brasil, à realização do curso sobre Acidificação dos Oceanos. O curso buscou preencher a lacuna de conhecimento em relação aos impactos da acidificação dos oceanos sobre os ecossistemas marinhos e suas medições. Um dos desdobramentos importantes foi a criação de um grupo de pesquisa colaborativa, o BROA (Brazilian Ocean Acidification Group), uma rede de pesquisadores voltada para o estabelecimento de sistemas de observação a longo prazo que irá possibilitar a compreensão da variabilidade espacial dos parâmetros físicos e biogeoquímicos relacionados ao sistema CO₂ na água do mar em diferentes escalas (local, regional, inter-regional).

c) c) Desenvolvimento do sistema

Foi contratada consultoria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE para a realização do estudo “Estado da Arte dos Sistemas de Monitoramento de Impacto das Mudanças Climáticas em Países Selecionados” (disponível em http://www.mct.gov.br/upd_blob/0236/236356.pdf), o qual mostrou que a atribuição de causa dos impactos observados nos ecossistemas e sistemas humanos à mudança climática representa um grande desafio a ser vencido, assim como apontou para a importância do desenvolvimento de estudos e de indicadores de vulnerabilidade dos sistemas vivos para o aprimoramento dos indicadores de impactos que, em conjunto, permitirão a proposição de medidas de adaptação.

Visando a definição do marco conceitual do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas – SISMOI foram realizadas diversas reuniões. Inicialmente somente com especialistas pesquisadores da Rede CLIMA; em um segundo momento com especialistas brasileiros e estrangeiros; e finalmente com o envolvimento de possíveis usuários do sistema, outros órgãos do governo e a sociedade.

O MCTI, em parceria com a Embaixada Britânica e com o apoio do Projeto Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia, realizou em Brasília o Workshop Internacional Challenges for the Monitoring and Observation of the Impacts of Climate Change (informações disponíveis em <http://www.youblisher.com/p/1079557-mudancas-climaticas/>). O evento reuniu expertos europeus e brasileiros e promoveu a troca de conhecimento e experiências que vieram a auxiliar na definição das fronteiras e características do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Como resultado, foi definido que o sistema deve fornecer dados de fácil acesso e informação simples.

Em 2015 foi realizado um segundo workshop para discutir a implementação do SISMOI. Tal evento contou com a participação de 65 especialistas e de instituições nacionais e internacionais que forneceram subsídios científicos e técnicos para que o MCTI possa viabilizar o desenvolvimento do SISMOI. O debate realizado identificou os setores água, agricultura e saúde como áreas de estudo emergentes e o semiárido como região prioritária, visando limitar a complexidade da análise e garantir o custo-efetividade do sistema em curto prazo. A delimitação do semiárido contemplou ainda suas zonas costeiras por sua grande importância econômica e ambiental.

META 1:
Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO:
CGMC/SEPED

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META:

Trata-se de uma meta amparada por uma nova ação orçamentária. Assim, em 2012, foram realizadas reuniões para discutir o desenho do sistema a ser desenvolvido com a participação de especialistas de diversas áreas. A partir das conclusões obtidas em tais reuniões, foram identificadas e apoiadas atividades da Rede CLIMA em andamento que possuem aderência ao objetivo geral do sistema e que devem gerar dados que deverão ser incorporados no Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas.

Em 2013, tomando como base o estudo desenvolvido pelo CGEE que elencou questões-chaves do sistema de monitoramento – necessidade de atendimento às principais vulnerabilidades climáticas do país, indicadores monitorados no mundo, premissas para a eleição de indicadores, estruturas de governança de sistemas existentes no mundo e sua forma de operacionalização – foi contratado um consultor para coordenar e elaborar proposta de metodologia de sistematização de informações e de critérios necessários para a

definição de indicadores a serem utilizados no monitoramento dos impactos observados no âmbito do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Além disso, apoiou-se a instalação de uma rede de marégrafos que possibilitará o monitoramento de variações nas marés da costa brasileira.

Em 2014, a substituição do consultor contratado e a dificuldade em realizar reuniões temáticas entre profissionais, gestores e pesquisadores das diversas áreas do conhecimento que deverão compor o Sistema causaram atraso considerável no cronograma de planejamento do Sistema e no desenvolvimento de seu marco conceitual. Apesar das dificuldades, por meio de um processo participativo, a estrutura teórica do Sistema foi definida. Durante o Workshop Internacional Challenges for the Monitoring and Observation of the Impacts of Climate Change houve discussão sobre o conjunto de dados necessários para o monitoramento de impactos e as lacunas existentes. O Sistema deverá focar na integração e harmonização dos dados existentes para calcular indicadores-chaves.

A discussão entre especialistas setoriais, acadêmicos e servidores do governo realizada em 2015 evidenciou grandes expectativas tanto do setor público quanto da academia sobre as funcionalidades a serem desenvolvidas pelo SISMOI. Essa escala de ambição, que visa abranger um vasto conjunto de dados, indicadores, setores e trade-offs, reflete tanto as frustrações dos pesquisadores e tomadores de decisão em relação a crônica lacuna de informações de qualidade em muitos recortes temáticos, quanto a dificuldade de selecionar e priorizar algumas áreas temáticas que seriam detalhadas em um estudo sobre um projeto-piloto para o sistema. Porém, implantar um sistema que aborda uma área tão grande, com uma diversidade de cultura e instituições governamentais municipais e estaduais apresentou-se como um grande desafio a ser vencido. Devido ao redirecionamento de atividades prioritárias da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED, foram contratados estudos que visaram à implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN e do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias – INPOH. Dessa forma, a implementação do projeto não pode ser iniciada e a meta não pode ser plenamente atendida.

META QUANTIFICÁVEL? SIM OU NÃO.

Sim

QUANTIDADE ALCANÇADA:

60

DATA DE REFERÊNCIA:

31/12/2015

OBJETIVO:

0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

1 - ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO:

Com o objetivo de expandir a previsão do tempo, da qualidade do ar e do clima (2012 a 2015) foi necessário dar continuidade aos desenvolvimentos e refinamentos no sistema de assimilação de dados nas previsões numéricas de tempo e clima, assim como na melhoria dos processos operacionais para a geração e disponibilização de dados e produtos meteorológicos e climáticos.

A assimilação de dados visa obter o cenário atual (análise) mais realista possível, permitindo assim que o modelo atmosférico realize a previsão do cenário futuro (previsão) com o menor erro. Em 2015 o sistema de assimilação de dados globais do CPTEC/INPE funcionou em modo de produção operacional e o seu desempenho foi avaliado diariamente.

Durante a vigência deste PPA novos modelos numéricos foram implementados com maior resolução espacial e temporal e melhorias na representação dos parâmetros físicos. Neste tópico, é relevante ressaltar a implantação e testes dos modelos de previsão numérica ETA e WRF em resoluções horizontais de até 1 km com saídas horárias e novas versões do modelo de previsão e de química atmosférica BRAMS e CATT-BRAMS, com resolução espacial de 5 km.

Em 2015 houve a implementação de um novo modelo global de previsão numérica de tempo com alta-resolução (20 km), e a implementação da previsão climática por conjuntos de vários modelos numéricos (multi-model ensemble).

Com relação à parte operacional houve continuidade do aprimoramento dos sistemas de monitoramento da recepção e armazenamento de dados meteorológicos com a elaboração periódica de boletins de acompanhamento e a utilização do sistema MARS (Meteorological Archival and Retrieval System) do ECMWF (European Centre for Medium-Range Weather Forecasts). A partir de 2015, com a nomeação de novos meteorologistas aprovados no concurso de 2014, iniciou-se o trabalho de turnos de 24 horas ininterruptos na sala de previsão e situação meteorológica do CPTEC/INPE, o que permitiu a divulgação antecipada das previsões meteorológicas para a sociedade.

Destaca-se que, ao longo do período deste PPA, um dos maiores desafios enfrentados pelo CPTEC foi prover apoio meteorológico e previsões de tempo para a Copa do Mundo de 2014 e preparativos para previsão de ondas e correntes para os jogos olímpicos 2016. Este trabalho foi realizado em conjunto com o CEMADEN e a Marinha do Brasil, e para executá-lo foi preciso montar um esquema especial de trabalho, disponibilizando meteorologistas para atendimentos especiais de monitoramento e avisos meteorológicos. Também foi necessário implementar sistemas de processamento de dados e modelos numéricos específicos para disponibilização de informações para o MCTI e para a Casa Civil.

META 1:

Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO:

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META:

A meta foi cumprida no final de 2012 com o desenvolvimento de uma ferramenta que permite definir uma área conforme a necessidade do usuário. Desta forma não há limite para o número de regiões que podem ser analisadas de forma independente.

Após o cumprimento desta meta o trabalho com técnicas objetivas aplicadas às previsões climáticas sazonais teve continuidade ao longo de todo PPA-2012-2015, com a implementação de previsão numérica por conjuntos ("multi-model ensemble") para o clima e de um sistema aprimorado para o monitoramento das condições climáticas para o país, como o monitoramento da estação chuvosa (<http://clima1.cptec.inpe.br/estacaochuvosa/pt>), e produtos específicos para índice padronizado de precipitação (SPI) (<http://clima1.cptec.inpe.br/indice/pt> e <http://clima1.cptec.inpe.br/spi/pt>).

Cabe salientar que o trabalho de operacionalização de uma nova versão do modelo climático não pode ser finalizado devido às restrições de pessoal e falta de disponibilidade do supercomputador. A implementação de um novo modelo climático demanda o

processamento retroativo de pelo menos 30 anos de previsões com 3 parametrizações diferentes. O processo de substituição dos funcionários temporários por concursados (e o posterior bloqueio judicial de parte destas vagas) afetou os trabalhos de implementação de novos sistemas no CPTEC de forma crítica.	
META QUANTIFICÁVEL? SIM OU NÃO. Sim	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 10 regiões.	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	
META 2: Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO: CGMC/SEPED e INPE
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: Esta meta foi cumprida superando o desafio de atingir um índice de acerto superior ao esperado (75%) nas previsões de tempo para 4 a 5 dias de antecedência. No caso, o critério de avaliação foi a taxa de acerto das previsões numéricas de pressão atmosférica na superfície e na altitude de 500 mb (milibares). Estes resultados são decorrentes da implantação de novos modelos com maior resolução espacial e uma representação mais realística da atmosfera. Durante este período a melhor resolução dos modelos do CPTEC passou de 20km (modelos ETA e BRAMS) para 5 km (modelo BRAMS) e 15 km (modelo ETA). O aumento na resolução levou a uma melhoria apreciável nos índices de acerto de variáveis como a pressão atmosférica na superfície, quando comparados com dados observados em estações de superfície, efeito devido também pela melhor representação da topografia no modelo.	
META QUANTIFICÁVEL? SIM OU NÃO. Sim	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 83%	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	
META 3: Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO:
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA META: O desafio de aumentar o índice de acerto da previsão de precipitação foi alcançado. Para mensurar essa melhoria, durante o período 2012-2015 o CPTEC/INPE implementou novos sistemas para avaliar e monitorar a acurácia das previsões numéricas. O acesso aos resultados se dá através do endereço (http://avaliacaodemodelos.cptec.inpe.br/). Existem várias formas e índices para avaliação de acurácia de uma previsão, e também uma discussão sobre a referência que se deve adotar para avaliação da existência ou não de melhorias. Estes fatores devem ser formalmente explicitados no estabelecimento de uma meta. Para o caso desta em questão foram adotados índices como o ETS (Equitable Threat Score - índice de avaliação de precipitação) e RMSE (Raiz do Erro Quadrático Médio). Também foi usado como referência a acurácia dos modelos que já estavam em operação no CPTEC antes de 2012. As melhorias foram obtidas graças à implementação de novos modelos numéricos de previsão, em particular o BRAMS 05 Km que apresentou melhorias significativas em relação aos modelos anteriores, de resolução menor. O CPTEC/INPE prossegue com o desenvolvimento de novos modelos e o aumento da resolução temporal e espacial, investindo em pesquisa e atualizações do código de previsão numérica de tempo, em busca contínua pela melhoria da qualidade dos produtos oferecidos para a sociedade. Cabe salientar que melhorias no Centro só serão possíveis com a disponibilidade de um supercomputador atualizado, com alta capacidade de processamento e correspondente capacidade de armazenamento de dados.	
META QUANTIFICÁVEL? SIM OU NÃO. Sim	
QUANTIDADE ALCANÇADA: 50%	
DATA DE REFERÊNCIA: 31/12/2015	

Fonte: SIOP - extraído em 02/03/2015

4.4 Demonstrativos da execução das Ações e Planos Orçamentos da SEPED e do CEMADEN

Tabela 26: Demonstrativo da execução das das Ações e Planos Orçamentos da SEPED – UG 240.119/00001

Ação Governo	Plano Orçamentário	Objetivo Programa	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	RPPProcessado	NPNProcessado
00OL	000U	0910	48.500,00	134.500,00	133.522,38	133.522,38	133.522,38		
	000V		5.500,00	19.500,00	19.496,54	19.496,54	19.496,54		
SUBTOTAL			54.000,00	154.000,00	153.018,92	153.018,92	153.018,92	0,00	0,00
20US	0005	0400	262.155,00	262.155,00	244.172,00	244.172,00	244.172,00		
20UU	0001	0493	3.052.448,00	3.052.448,00	2.811.921,99	2.082.141,99	563.800,00	1.518.341,99	729.780,00
	0002		692.497,00	692.497,00	644.993,00	644.993,00		644.993,00	
SUBTOTAL			3.744.945,00	3.744.945,00	3.456.914,99	2.727.134,99	563.800,00	2.163.334,99	729.780,00
20UV	0000	0560	500.000,00	400.000,00	334.990,31	282.168,40	280.000,00	2.168,40	52.821,91
20V7	0002	0403	436.926,00	436.926,00	0,00	0,00	0,00		
20VA	0003	0536	436.926,00	436.926,00	406.954,00	328.215,12		328.215,12	78.738,88
	0004		235.940,00	235.940,00	219.755,00	182.893,88		182.893,88	36.861,12
	0005		210.710,00	210.710,00	196.256,00				196.256,00
	0006		2.446.000,00	2.446.000,00	2.212.493,28	1.205.943,71	59.333,71	1.146.610,00	1.006.549,57
	0008		190.000,00	190.000,00	84.332,37	84.332,37			
	0009		200.000,00	200.000,00	63.344,10	25.050,76	25.050,76		38.293,34
SUBTOTAL			3.719.576,00	3.719.576,00	3.183.134,75	1.826.435,84	168.716,84	1.657.719,00	1.356.698,91
20VD	0001	0191	244.215,00	244.215,00	227.446,00				227.446,00
	0002		1.951.032,00	1.951.032,00	1.814.300,00	439.300,00	420.000,00	19.300,00	1.375.000,00
	0003		1.538.576,00	1.538.576,00	1.357.009,00	80.000,00		80.000,00	1.277.009,00
	0004		200.000,00	200.000,00	200.000,00				200.000,00
	0005		611.696,00	546.157,00	508.692,00				508.692,00
	0006		159.724,00	159.724,00	130.047,00	100.000,00	100.000,00		30.047,00
	0007		152.924,00	152.924,00	141.934,00	20.000,00	20.000,00		121.934,00
	0008		270.894,00	270.894,00	252.259,00				252.259,00
	0009		948.497,00	948.497,00	908.133,00	79.259,00		79.259,00	828.874,00
	000A		235.940,00	301.479,00	280.755,00				280.755,00
	SUBTOTAL			6.313.498,00	6.313.498,00	5.820.575,00	718.559,00	540.000,00	178.559,00
TOTAL GERAL			15.031.100,00	15.031.100,00	13.192.805,97	5.951.489,15	1.949.707,76	4.001.781,39	7.241.316,82

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório:({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634).

Tabela 27: Demonstrativo da execução das Ações do CEMADEN – UG 240.224/00001

Ação Governo	Plano Orçamentário	Objetivo Programa	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	RPPProcessado	NPNProcessado
12QB	0001	0173	32.868.480,00	12.081.942,00	9.856.035,84	7.539.631,99	7.466.568,99	73.063,00	2.316.403,85
20GB	0001		300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0002		5.000.000,00	16.715.742,00	11.127.753,08	7.065.896,75	6.965.929,76	99.966,99	4.061.856,33
TOTAL			38.168.480,00	29.097.684,00	20.983.788,92	14.605.528,74	14.432.498,75	173.029,99	6.378.260,18

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório: ({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090575, 090576, 090594)

Tabela 28: Despesas por Modalidade de Contratação – das Ações e Planos Orçamentários da SEPED

Unidade Orçamentária:		Código UO: 240119		UGO: 00001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	298.079,52		54.575,14		
a) Convite			54.575,14		
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	298.079,52				
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	691.309,33	1.222.877,18	691.309,33	1.222.877,18	
h) Dispensa	690.076,34	1.222.877,18	690.076,34	1.222.877,18	
i) Inexigibilidade	1.232,99		1.232,99		
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros	4.962.100,30	7.405.249,98	1.203.823,29	6.723.620,68	
6. Total (1+2+3+4+5)	5.951.489,15	8.628.127,16	1.949.707,76	7.946.497,86	

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório: ({Item Informação} = DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO), DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)) E ({Mês Lançamento} = DEZ/2015) E ({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634)

Tabela 29: Despesas por Modalidade de Contratação – das Ações do CEMADEN

Unidade Orçamentária:		Código UO: 240.224		UGO: 00001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.668.847,31	10.234.734,67	6.495.817,32	10.234.734,67	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	6.668.847,31	10.039.279,83	6.495.817,32	10.039.279,83	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		195.454,84		195.454,84	
2. Contratações Diretas (h+i)	3.753.228,19	3.726.869,16	3.753.228,19	3.726.869,16	
h) Dispensa	3.132.165,85	2.836.819,29	3.132.165,85	2.836.169,29	
i) Inexigibilidade	621.064,34	890.049,87	621.062,34	890.049,87	
3. Regime de Execução Especial	85.957,84	17.704,06	85.957,84	17.704,06	
j) Suprimento de Fundos	85.957,84	17.704,06	85.957,84	17.704,06	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros (Não se aplica – item 8)	4.097.495,40	7.165.564,05	4.097.495,40	7.165.564,05	
6. Total (1+2+3+4+5)	14.605.528,74	21.144.871,94	14.432.498,75	21.060.292,06	

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório: ({Item Informação} = DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO), DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)) E ({Mês Lançamento} = DEZ/2015) E ({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E (PTRES = 090575, 090576, 090594)

Tabela 30: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa das Ações e Planos Orçamentários da SEPED

Unidade Orçamentária:				Código UO: 240.119			UGO: 00001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (20) (18) (39)	5.319.173,01	5.576.970,11	3.399.483,01	4.783.050,11	4.120.660,00	793.920,00	1.008.589,13	4.155.108,44
2º elemento de despesa (18) (39) (20)	4.120.660,00	4.012.471,88	1.249.925,11	548.009,22	1.979.690,00	3.464.462,66	582.300,00	548.009,22
3º elemento de despesa (39) (41)	1.346.124,02	1.046.920,00	153.019,92	1.000.980,00	96.198,91	45.940,00	153.018,92	1.000.980,00
Demais elementos do grupo	309.217,94	586.157,00	126.577,11	0	29.621,91	586.157,00	124.408,71	0
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
1º elemento de despesa (20)	1.584.940,00	1.599.215,65	1.001.094,00	1.556.924,65	583.846,00	42.291,00	81.391,00	1.503.237,02
2º elemento de despesa (39)	431.300,00	100.000,00	81.391,00	0	431.300,00	100.000,00	0,00	0
3º elemento de despesa (52)	81.391,00	65.539,00	0,00	0	0,00	65.539,00	0,00	0
Demais elementos do grupo	0,00	6.094,00	0,00	6.094,00	0,00	0	0,00	6.094,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório: ({Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E ({Mês Lançamento} = DEZ/2015) E ({Item Informação} = DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS, DESPESAS PAGAS) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090582, 090586, 090592, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634)

Tabela 31: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – das Ações do CEMADEN

Unidade Orçamentária:				Código UO: 240.224			UGO: 00001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (39)	13.336.866,64	14.713.247,94	9.538.208,10	7.582.984,45	3.798.658,54	7.130.263,49	9.376.048,23	7.552.435,14
2º elemento de despesa (4)	3.545.383,78	6.423.247,82	3.545.383,78	5.971.450,72	1.784.800,00	451.797,10	3.545.383,78	5.971.450,72
3º elemento de despesa (18)	1.784.800,00	5.971.450,72	683.279,68	0	94.774,52	2.034.000,00	672.409,56	0
Demais elementos do grupo	1.685.080,50	2.015.452,57	838.657,18	1.934.837,99	68.369,12	80.614,58	838.657,18	1.922.359,57
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
1º elemento de despesa (52)	631.658,00	13.460.701,10	0,00	3.823.248,66	631,658,00	9.637.452,44	0,00	3.823.248,66
2º elemento de despesa (39)	0,00	526.365,02	0,00	526.365,02	0,00	0	0,00	526.365,02
3º elemento de despesa ()	0,00	195.454,84	0,00	195.454,84	0,00	0	0,00	195.454,84
Demais elementos do grupo	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial/Setorial Contábil/MCTI - Filtro do relatório: ((Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N) = PERTENCE) E ((Mês Lançamento) = DEZ/2015) E ((Item Informação) = DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS, DESPESAS PAGAS) E (PTRES = 090575, 090576, 090594)

4.5 Restos a pagar de exercício anteriores

Tabela 32: Restos a Pagar Processados

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	689.925,43	689.342,57	582,86	0,00
2013	150.444,00	0,00	150.444,00	0,00
2012	38.216,69	16.800,00	0,00	21.416,69
2011	264.225,35	66.850,00	197.375,35	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	6.519.555,07	4.290.833,18	195.300,97	2.033.420,92
2013	1.076.013,60	680.555,26	47.635,00	347.823,34
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	634.879,69	33.745,08	601.134,61	0,00

Fonte: Siafi Gerencial – Setor Contabil do MCTI - ({Item Informação} = RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS, RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS, RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS, RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS, RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A PAGAR) E ({Mês Lançamento} = DEZ/2015) E ({Unidade Orçamentária} = 24101:MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO)

Tabela 33: Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - CEMADEN

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	84.579,88	84.579,88	0,00	0,00
2013	3.231,37	3.231,37	0,00	0,00
2012	6.146.380,53	5.734.732,50	0,00	411.648,03
2011	200.000,00	200.000,00		
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	19.476.760,60	16.864.105,05	1.106.596,43	1.506.059,12
2013	6.572.619,67	5.689.889,14	12.329,34	870.401,19
2012	8.137.910,03	6.780.690,00	0,00	1.357.220,03

Fonte: Siafi Gerencial – Setor Contabil do MCTI - ({Item Informação} = RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS, RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS, RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS, RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS, RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A PAGAR) E ({Mês Lançamento} = DEZ/2015) E ({Unidade Orçamentária} = 24101:MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO)

4.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

Tabela 34: Execução descentralizada com transferência de recursos

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED					
CNPJ:	01.263.896/0028-84					
UG/GESTÃO:	240.119/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Execução Descentralizada	15	19	6	12.955.454,68	14.754.514,00	2.382.092,00
Termo de Parceria	0	1	1	0,00	611.696,00	611.696,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	15	20	7	12.955.454,68	14.754.514,00	2.382.092,00

Fonte: CGAA/SEPED

Análise:

No exercício de 2015, a SEPED (UG: 240.119) celebrou 15 (quinze) Termos de Execução Descentralizada (TED), totalizando R\$ 12.955.454,68. O maior número dessas parcerias, foram firmadas com o CNPq, para apoio a projeto de pesquisas com a finalidade de contratação de bolsas e auxílio a pesquisadores.

Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Tabela 35: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas SEPED

Unidade Concedente				
Nome: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento –SEPED/MCTI				
CNPJ: 01.263.896/0028-84		UG/GESTÃO: 240.119/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Termo de Parceria	Termo de Execução Descentralizada	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0,00
		Montante Repassado	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	15
		Montante Repassado	0,00	12.955.454,68
Exercício anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	24
		Montante Repassado	611.696,00	16.676.606,00

Fonte: CGAA/SEPED

Análise do processo de descentralização:

As transferências dos recursos orçamentários da SEPED são realizadas através de Termos de Execução Descentralizada-TED, e em seu maior volume essas parcerias foram celebradas com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. Essas transferências têm a finalidade de custear despesas com o pagamento de bolsas para pesquisadores no elemento de despesa (33.90.18) e auxílio a pesquisa, elemento de despesa (33.90.20). Além do CNPq foram celebradas parcerias com os Institutos de Pesquisas (INPE, INPA e CETENE), ambos vinculados à estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e com as Universidades Federais (FURG, UFPE e UnB).

As parcerias firmadas pela SEPED, com recursos orçamentários das Ações e PO's são realizadas através de Termos de Execução Descentralizadas (TED), normatizado por meio da Portaria MCTI n.º 682 de 04/04/2014.

Cada transferência, é analisada pela área técnica das coordenações da SEPED, que elaboram nota técnica de acordo com o Plano de Trabalho e o TED, e submete ao coordenador do setor para assinatura do Termo pelo o Secretário da SEPED, as peças produzidas farão parte de um processo, para emissão de extrato que é disponibilizado na página do MCTI, link (<http://www.mcti.gov.br/termo-de-execucao-descentralizada-ted->), para consulta.

Em relação às prestações de contas, a SEPED solicita, por meio de ofícios aos dirigentes máximos das unidades parceiras, antes do vencimento estabelecidos nos TED, a apresentação do relatório do cumprimento do objeto/relatório de prestação de contas, porém, se o projeto não tiver sido concluído ser solicitada sua prorrogação para conclusão do projeto.

Para tanto, vale ressaltar que encontram TED com prazo já expirados, entretanto, a SEPED já notificou as unidades parceiras para apresentarem o relatório de cumprimento do objeto, para análise da área técnica responsável pelo acompanhamento desses projetos.

Tabela 36: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas CEMADEN

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN/SEPED/MCTI					
CNPJ:	01.263.896/0026-12					
UG/GESTÃO:	240.224/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Termo de Execução Descentralizada TED	5	5	3	5.686.436,48	12.752.000,00	10.286.000,00
Convênio						
Contrato de repasse						
...						
Totais				5.686.436,48	12.752.000,00	10.286.000,00

Fonte: CEMADEN/SEPED

Tabela: Quadro A – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas

Unidade Concedente				
Nome: Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN/SEPED/MCTI				
CNPJ: 01.263.896/0026-12		UG/GESTÃO: 240.224/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Termo de Parceria	Termo de Execução Descentralizada	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0,00
		Montante Repassado	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	5
		Montante Repassado	0,00	5.686.436,48
Exercício anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	10
		Montante Repassado	0,00	23.038.000,00

Fonte: CEMADEN/SEPED

4.7 Acompanhamento de Termo de Parceria nos termos da Lei n.º 9.790/99

Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela SEPED

Além dos programas e redes citados anteriormente, a CGEC acompanha o Termo de Parceria (TP) estabelecido, em 2012, com o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), cujo plano de trabalho prevê a execução do Projeto “Ciência e Sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental”. A vigência desse TP era de 2012 a 2015. Entretanto, como ainda havia um saldo considerável de recursos a serem executados pelo CPP, o MCTI atendeu a solicitação de prorrogação até dezembro/2016.

Com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade sócio-econômico-ecológica da planície pantaneira, buscando a melhoria da qualidade de vida das populações locais, foi estabelecido um plano de trabalho para o TP com execução por meio de sete componentes:

i) Lei do Pantanal – o CPP vem realizando estudos sobre a planície pantaneira, mas ainda há necessidade de sistematizar, disponibilizar e debater esse conhecimento com o público, a fim de contribuir com o PLS 750/2011 e na definição de outros marcos regulatórios;

ii) uso e gestão de recursos pesqueiros do Pantanal – a aprovação da Lei 9794/2012, no Estado de Mato Grosso, suscitou debates e controvérsias na comunidade científica e nos setores de turismo e pesca de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O CPP viu nesse fato uma janela de oportunidades para a produção de dados científicos para abonar ou desacreditar os propósitos dessa Lei;

iii) agregação de valor a produtos da pesca e da pecuária pantaneira - essa questão já vem sendo abordada por pesquisadores das Redes Pesca e Pecuária do CPP com resultados satisfatórios. Entretanto, tendo em vista a importância da geração de produtos de alto valor agregado a partir da pecuária e pesca pantaneira, estudos adicionais estão sendo realizados de forma a possibilitar o surgimento de produtos competitivos no mercado;

iv) rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: resposta a diferentes cenários de mudanças climáticas (ClimBAP) – o CPP, por meio do Projeto Sinergia (Sistema Internacional de Estudos sobre Recursos Hídricos e Gerenciamento de Impactos devido ao Aquecimento Global da Bacia do Paraguai), formou uma rede de colaboradores de todos os países da BAP com o intuito de propor melhores soluções para lidar com os efeitos adversos das mudanças climáticas. Nesta nova etapa, o CPP tem apoiado a constituição de uma rede de governança em BAP para catalisar a criação de mecanismos de adaptação às mudanças climáticas em nível municipal;

v) capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal - como o turismo pode acarretar diversos impactos ambientais negativos, comprometendo o funcionamento ecossistêmico e os serviços ambientais oferecidos pelo bioma, o CPP tem apoiado projetos que abordem essa questão a fim de que o turismo se configure em oportunidade e não ameaça;

vi) caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do Município de Poconé na microrregião do Alto Paraguai - desde o primeiro Termo de Parceria (2004) com o MCTI, o CPP tem produzido conhecimentos para respaldar a tomada de decisão no que tange à sustentabilidade da planície pantaneira, com foco nas principais atividades econômicas da região – pesca e pecuária. Esses estudos originaram-se em demandas das comunidades de pescadores e pecuaristas, por meio de diversos *workshops*. Com o amadurecimento da relação com essas comunidades ao longo do tempo, verificou-se que há necessidade de conhecer a dinâmica social de pescadores e pecuaristas do Pantanal. O CPP tem realizado um estudo piloto sobre essa dinâmica social na região de Poconé - MT;

vii) gestão e apoio logístico – a execução das atividades previstas requer diversas ações como planejamento e apoio na realização de *workshops* e reuniões de avaliação científica e de gestão, acompanhamento na execução de projetos, apoio logístico para a realização de expedições a campo, elaboração de convênios com instituições parceiras, aquisição de diversos materiais, além de um rigoroso sistema de controle garantindo dessa forma o uso adequado dos recursos públicos.

Tabela 37: Termo de Parceria vigente no exercício

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	05.220.369/0001-23		
	Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal		
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	XII - estudos, pesquisa desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades supramencionadas.		
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	Foi criado o Manual interno de Procedimentos Análogos, publicado na pagina da OSCIP www.cppantanal.org.br		
Informações do Termo de Parceria	Número	13.0002.00/2012		
	Data Celebração	28 de dezembro de 2012		
	Registrado no SICONV?	Sim		
	Forma de Escolha da Entidade Parceira	Excepcionar, com esteio no inciso III do art. 23 do Decreto 3100/99 e do art. 9º da Portaria Interministerial nº 507 de 24 de novembro de 2011, a exigência de realização de chamamento público pelo órgão estatal para escolha da entidade privada sem fins lucrativos, para a celebração de Termo de Parceria com o Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP, tendo em vista que o projeto, atividade ou serviço objeto do mencionado ajuste já está sendo realizado adequadamente com a mesma entidade privada há pelo menos cinco anos, com as respectivas prestações de contas devidamente aprovadas.		
	Objeto	Consolidação das Redes de Pesquisa sobre Ecossistemas do Pantanal, visando ao uso sustentável da região do Pantanal, à formação de recursos humanos e ao apoio à tomada de decisão para a definição de políticas públicas.		
	UJ Parceira	Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	
		UG SIAFI	240101	
	Período Vigência	Início	28/12/2012	
		Fim	31/12/2015	
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	R\$ 2.446.784,00	
Da Entidade		R\$ 0,00		

Tabela 38: Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal		
CNPJ	05.220.369/0001-23		
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro		Julho	
Fevereiro		Agosto	
Março		Setembro	
Abril		Outubro	
Maió		Novembro	611.696,00*
Junho		Dezembro	
Total		Total	

Fonte: PO 0005 da Ação 20 VD do PPA.

* Foi verificado que do total de recursos do exercício de 2013 (R\$ 611.696,00), repassados ao CPP em 2014, tinham sido executados R\$ 210.309,78 (financeiro) até 30 de junho/2015, o que

correspondia a 34,38%. Em outubro/2015, o CPP informou à CGEC/SEPED/MCTI que o valor executado alcançou 70,86%, ou seja, R\$ 433.473,91. Assim, a terceira parcela de recursos financeiros, no valor de R\$ 611.696,00, relativa ao exercício de 2014, foi repassada ao CPP em novembro/2015, e para que o objeto do Termo de Parceria pudesse ser cumprido, a vigência do projeto foi prorrogada até 31 de dezembro/2016.

Tabela 39: Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência (financeiro)

Exercícios	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00) (financeiro)
2015	01	611.696,00
2014	01	611.696,00
2013	01	611.696,00
2012	01	,00

Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

Com o intuito de proceder ao acompanhamento e avaliação do grau de resultado do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012, foi instituída a Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), por meio da Portaria MCTI nº 798, de 16 de agosto de 2013, a qual realiza reuniões semestrais. Em 2015, foram realizadas duas reuniões da CAA, uma em março e outra em setembro.

Tabela 40: Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Membros da Comissão			Ato de Designação
Nome	CPF	Órgão que Representa	
Claúdia Morosi Czarneski	491.861.401-91	CGEC/SEPED/MCTI - Titular	Portaria nº 798/2013
Tatiana Lube Pirovane de Andrade	087.210.227-04	CGEC/SEPED/MCTI - Suplente	Portaria nº 798/2013
Rodrigo Henrique Macedo Braga	702.987.262-20	CGEC/SEPED/MCTI - Titular	Portaria nº 08/2014
Maria Cristina Vianna Braga	807.542.441-72	CGEC/SEPED/MCTI - Suplente	Portaria nº 08/2014
Marinêz Isaac Marques	208.461.001-00	CPP - Titular	Portaria nº 798/2013
Fábio Edir dos Santos Costa	123.548.048-81	CPP - Suplente	Portaria nº 798/2013
Andréa Ferreira Portela Nunes	808.482.067-20	Conselho Ministerial de Políticas Públicas do MCTI – Titular	Portaria nº 798/2013
Alfredo de Souza Mendes	143.513.901-15	Conselho Ministerial de Políticas Públicas do MCTI – Suplente	Portaria nº 798/2013

Tabela 41: Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
*Situação da Análise:			**Decisão:		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada 			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência 		

Vale esclarecer que a parte referente à prestação de contas está sob a responsabilidade da Divisão de Convênios (DCON/SPOA) deste MCTI. Em outubro/2014, o CPP solicitou a liberação da segunda parcela, referente ao exercício de 2013, uma vez que a execução financeira da primeira

parcela (2012) atingiu o percentual exigido (70%). Do valor recebido - R\$ 611.696,00, foram executados R\$ 431.396,60, correspondendo a 70,52%. Em outubro/2015, o CPP informou à CGEC/SEPED/MCTI que o valor executado alcançou 70,86%, ou seja, R\$ 433.473,91. Assim, a terceira parcela de recursos financeiros, no valor de R\$ 611.696,00, relativa ao exercício de 2014, foi repassada ao CPP em novembro/2015. Cabe, ainda, ressaltar, que a CGEC acompanha esse Termo de Parceria pelo SICONV e por fazer parte da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA).

Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria

Para o exercício de 2015, os principais resultados apresentados pelo CPP compreendem: realização de três oficinas com o tema “Subsídios científicos e técnicos para uma política de Áreas Úmidas para o Estado de Mato Grosso”; realização de duas palestras: “Delimitação das Áreas Úmidas” e “Marco Científico para Política de Gestão e Proteção do Pantanal: premissas do conhecimento de Áreas Úmidas e Convenção Ramsar”; publicação de nove notícias e quatorze entrevistas sobre os trabalhos realizados no âmbito do TP em sites e jornais, além da participação em audiência pública e reunião sobre o bioma Pantanal; orientação de estudantes de doutorado e de mestrado; criação de uma plataforma web (www.pescarias.cppantanal.org.br) para interface com usuários no que se refere ao manejo de pesca de peixes migradores; elaboração de cartilha com informações sobre a importância das cabeceiras para a reprodução dos peixes mais visados nas pescarias; capacitação de 144 pessoas nas oficinas realizadas, envolvendo palestras e dias de campo sobre “Mudanças Climáticas”, em escolas municipais e estaduais e no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT); realização de oficina de aplicação da metodologia da capacidade de suporte do turismo, com a participação de 24 representantes do segmento do turismo, empresários, poder público municipal e estadual, pesquisadores e operadores de turismo local; aplicação de 22 diferentes *surveys* a pecuaristas e pescadores na região de Poconé – MT; estabelecimento de parceria com a Universidade de Geórgia (USA), para desenvolvimento do Projeto “Como os peixes auxiliam as plantas e mantêm a biodiversidade das florestas: as implicações da sobrepesca no Pantanal Norte”, promovendo um aporte financeiro de R\$ 28.850,32.



Figura 3: Capacitação de professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, da etnia Terena, no Município de Dois Irmãos do Butiti, em Mato Grosso do Sul.

Pela análise do relatório da CAA, verificou-se que o CPP tem conseguido enfrentar os desafios e superar as dificuldades, demonstrando evolução em relação às notas: 5,90 (insuficiente) em 2013 para 7,16 (satisfatório) em 2014. Entretanto, ainda há necessidade de envidar esforços para

executar os recursos financeiros disponibilizados. Cabe esclarecer que a nota referente ao exercício de 2015 será aferida na reunião da CAA que ocorrerá em abril/2016.

Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira

Tabela 42: COMPONENTE 1 - Lei do Pantanal

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal	CNPJ	05.220.369/0001-23
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Número de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade (NEFIPS).		
Fórmula de Cálculo	Número de eventos promovidos no componente. Consideram os eventos produzidos somente entre pesquisadores, e também eventos onde pesquisadores e não pesquisadores participam.		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	Anual.		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	3	
	Realizada	8	
	% Realização	266	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	266
		2013	100
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 1	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (IDRS)		
Fórmula de Cálculo	<p>Número total de matérias divulgadas para o grande público</p> $\sum P * N / NPE$ <p>Fórmula detalhada: $[(n^{\circ} M_{+3} \times 3) + (n^{\circ} M_2 \times 2) + (n^{\circ} M_1 \times 1)] / NPE$</p> <p>Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocação e conferência produzidas pelos membros desse Componente.</p> <p>M = Número de matérias</p> <p>NPE = Número de doutores e mestres do componente</p> <p>P = peso onde P vale</p> <p>3: acima de 3 autores</p> <p>2: para 2 autores</p> <p>1: para 1 autor</p>		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada	1,0	
	Realizada	1,2	
	% Realização	120	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	120
		2013	80
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 2	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 3			
Nome	Número de ações realizadas para auxiliar na formulação de propostas ao debate sobre a Lei do Pantanal		

Fórmula de Cálculo	Número de proposições feitas por parlamentares oriundas dos trabalhos do CPP relacionadas a este componente, e matérias publicadas (Internet, imprensa escrita e eletrônica) por terceiros. Bem como solicitações diretas encaminhadas ao CPP para auxiliar na formulação de propostas ao debate sobre a Lei do Pantanal.		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 3			
Meta do Exercício	Pactuada	4	
	Realizada	7	
	% Realização	175	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	175
		2013	100
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 3	A meta foi atingida e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		

Fonte: relatórios do CPP e da CAA.

COMPONENTE 2 - Uso e gestão de recursos pesquiros do Pantanal

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal	CNPJ	05.220.369/0001-23
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Índice de formação de recursos humanos (IFRH).		
Fórmula de Cálculo	$IFRH = (NED * 3) + (NEM * 2) + (NEO * 1) / NPA$ <p>NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestrados NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente.</p>		
Unidade de Medida	%º		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	1,0	
	Realizada	1,2	
	% Realização	120	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	120
		2013	160
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 1	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Índice total de publicações (INTP).		
Fórmula de Cálculo	<p>Número total das publicações</p> $\sum P * N / NPE$ <p>Fórmula detalhada: $[(n^\circ M_{+3} \times 3) + (n^\circ M_2 \times 2) + (n^\circ M_1 \times 1)] / NPE$</p> <p>Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo expandido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro.</p> <p>M = Número de matérias NPE = Número de doutores e mestres do componente P = peso onde P vale 3: acima de 3 autores 2: para 2 autores 1: para 1 autor</p>		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual.		

Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada	0,5	
	Realizada	1,5	
	% Realização	300	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferiação em abril/2016
		2014	300
		2013	0
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 2	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 3			
Nome	Número cumulativo de rotinas de abordagem / protocolos / ações elaboradas para diferentes contextos de uso e gestão de recursos pesqueiros (NCRAP)		
Fórmula de Cálculo	Número de “protocolos” ou “rotinas de abordagem” para guiar a adequação dos sistemas de manejo da pesca para fins alimentar, turístico e comercial atualmente em vigor no Pantanal, levando em conta as particularidades ambientais e sociais do sistema pesqueiro pantaneiro. O cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa de protocolos ou rotinas de abordagens elaboradas e publicadas pelo CPP sobre distintas adaptações dos sistemas de manejo da pesca para fins alimentar, turístico e comercial.		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 3			
Meta do Exercício	Pactuada	1	
	Realizada	0	
	% Realização	0	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferiação em abril/2016
		2014	0
		2013	0
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 3	A meta não foi atingida. A consecução da meta está atrelada à produção de resultados concretos, que possam embasar tais procedimentos. Acredita-se que a produção de protocolos/rotinas/recomendações deve requerer um volume maior de dados do que os coletados até o momento, de maneira a se ter mais segurança na elaboração de tais documentos de forma definitiva e com caráter orientativo.		

Fonte: relatórios do CPP e da CAA.

COMPONENTE 3 - Agregação de valor a produtos da pesca e da pecuária pantaneira

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal	CNPJ	05.220.369/0001-23
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Índice de formação de recursos humanos (IFRH)		
Fórmula de Cálculo	$IFRH = (NED*3) + (NEM*2) + (NEO*1) / NPA$ NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestres NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	1,6	
	Realizada	2,75	
	% Realização	171	
% de Realização da Meta de Exercícios	Exercícios	2015	Aferiação em abril/2016
		2014	171

Anteriores		2013	100
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 1	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Índice total de publicações (INTP)		
Fórmula de Cálculo	<p>Número total das publicações $\sum P * N / NPE$ Fórmula detalhada: $[(n^{\circ} M_{+3} \times 3) + (n^{\circ} M_2 \times 2) + (n^{\circ} M_1 \times 1)] / NPE$ Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo expandido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. M = Número de matérias NPE = Número de doutores e mestres do componente P = peso onde P vale 3: acima de 3 autores 2: para 2 autores 1: para 1 autor</p>		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada	1,5	
	Realizada	3,92	
	% Realização	261	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	261
		2013	106
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 2	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 3			
Nome	Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (IDRS)		
Fórmula de Cálculo	<p>Número total de matérias divulgadas para o grande público $\sum P * N / NPE$ Fórmula detalhada: $[(n^{\circ} M_{+3} \times 3) + (n^{\circ} M_2 \times 2) + (n^{\circ} M_1 \times 1)] / NPE$ Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocação e conferência produzidas pelos membros desse Componente. M = Número de matérias NPE = Número de doutores e mestres do componente P = peso onde P vale 3: acima de 3 autores 2: para 2 autores 1: para 1 autor</p>		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 3			
Meta do Exercício	Pactuada	2,5	
	Realizada	1,42	
	% Realização	56	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	56
		2013	128
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 3	A meta não foi atingida. O CPP acredita que a dificuldade esteja relacionada ao fato da forma como é feito o cálculo para aferir o indicador, pois dificilmente pesquisadores que não tenham titulação de doutores poderão contribuir para realizações de ações como esta.		

Caracterização do Indicador 4			
Nome	Número cumulativo de produtos tecnológicos derivados do pescado / boi do Pantanal (NCPDP)		
Fórmula de Cálculo	Contagem cumulativa de produtos derivados do pescado/boi produzidos pelos pesquisadores do componente. Produtos: alimento, produto do couro ou outro susceptível de ser comercializado em larga escala.		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 4			
Meta do Exercício	Pactuada	2	
	Realizada	3	
	% Realização	150	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	150
		2013	100
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 4	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		

Fonte: relatórios do CPP e da CAA.

COMPONENTE 4 - Rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: resposta a diferentes cenários de mudanças climáticas (ClimBAP)

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal	CNPJ	05.220.369/0001-23
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Índice atores capacitados (INAC)		
Fórmula de Cálculo	$INAC = NAC / NLC$ NAC = Número de atores capacitados. É o número de atores capacitados nas oficinas de estruturação da ClimBAP NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP		
Unidade de Medida	%º		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	10	
	Realizada	39	
	% Realização	390	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	390
		2013	0
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 1	Ao longo de 2014, foram promovidos dois eventos envolvendo participantes das três comunidades participantes da rede, as capacitações foram: a) Oficina Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Orgânicos de Grandes Geradores, realizada nos 30 setembro e 1 de outubro de 2014, no Espaço Vitoria, Cuiabá-MT. Nesta oficina foram capacitados 23 pessoas; b) Seminário de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá, realizado no dia 08 de outubro de 2014, na sede do SEBRAE, Cuiabá-MT, ao final do seminário foram capacitados 94 pessoas. As atividades resultaram na capacitação de 117 pessoas. Assim, a meta firmada (10) foi superada, este indicador atingiu 39.		
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Índice de eventos acontecendo na ClimBAP (IE)		
Fórmula de Cálculo	$IE = E / NLC$ E = Quantidade de eventos acontecendo na ClimBAP. Consideram-se conferências, palestras, eventos culturais, eventos científicos organizados em totalidade ou parte pelos participantes do ClimBAP NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a		

	ClimBAP		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada	1,7	
	Realizada	2,67	
	% Realização	157	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	157
		2013	100
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 2	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 3			
Nome	Índice de projetos e planos na ClimBAP (INP)		
Fórmula de Cálculo	<p>INP = NP / NLC</p> <p>NP = Número de projetos e planos na ClimBAP. É o número de projetos propostos, aceitos, financiados, em implementação ou implantados que resultam da iniciativa de membros da ClimBAP e que visam mitigar ou adaptar a mudança climática. Os planos locais de ação frente a mudança climática são incluídos</p> <p>NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP</p>		
Unidade de Medida	%°		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 3			
Meta do Exercício	Pactuada	0	
	Realizada	0	
	% Realização	0	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	0
		2013	0
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 3	Para o ano de 2014 a meta proposta foi zero, tendo em vista que a estruturação da rede, com o envolvimento das comunidades, precede a elaboração de projetos.		

Fonte: relatórios do CPP e da CAA.

COMPONENTE 5 - Capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal	CNPJ	05.220.369/0001-23
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Número de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade (NEFIPS)		
Fórmula de Cálculo	Número de eventos promovidos no componente. Considera eventos produzidos somente entre pesquisadores e também eventos onde pesquisadores e não pesquisadores participam.		
Unidade de Medida	N°		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	3	
	Realizada	3	
	% Realização	100	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	100
		2013	100

		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 1	A meta foi atingida e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Índice total de publicações (INTP)		
Fórmula de Cálculo	<p>Número total das publicações $\sum P * N / NPE$ Fórmula detalhada: $[(n^{\circ} M_{+3} \times 3) + (n^{\circ} M_2 \times 2) + (n^{\circ} M_1 \times 1)] / NPE$ Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo expandido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. M = Número de matérias NPE = Número de doutores e mestres do componente P = peso onde P vale 3: acima de 3 autores 2: para 2 autores 1: para 1 autor</p>		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada	0,5	
	Realizada	0	
	% Realização	0	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2015
		2014	0
		2013	0
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 2	A meta não foi atingida. Segundo o CPP, o Componente conta com quatro pesquisadores doutores, no entanto como se trata de uma linha de ação nova, implementada no segundo semestre de 2013, os pesquisadores não tiveram tempo hábil para a publicação de artigos científicos.		
Caracterização do Indicador 3			
Nome	Índice de divulgação de ações e resultados para a sociedade (IDARS)		
Fórmula de Cálculo	<p>Número total de matérias divulgadas para o grande público $\sum P * N / NPE$ Fórmula detalhada: $[(n^{\circ} M_{+3} \times 3) + (n^{\circ} M_2 \times 2) + (n^{\circ} M_1 \times 1)] / NPE$ Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocação e conferência produzidas pelos membros desse Componente. M = Número de matérias NPE = Número de doutores e mestres do componente P = peso onde P vale 3: acima de 3 autores 2: para 2 autores 1: para 1 autor</p>		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 3			
Meta do Exercício	Pactuada	4	
	Realizada	3,25	
	% Realização	81	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	81
		2013	75
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 3	A meta não foi atingida em sua totalidade. A CAA tem feito recomendações para que o CPP envie esforços para executar as atividades e os recursos no prazo estabelecido.		

Fonte: relatórios do CPP e da CAA.

COMPONENTE 6 - Caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do Município de Poconé na microrregião do Alto Paraguai

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal	CNPJ	05.220.369/0001-23
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Índice de formação de recursos humanos (IFRH)		
Fórmula de Cálculo	$\text{IFRH} = (\text{NED} * 3) + (\text{NEM} * 2) + (\text{NEO} * 1) / \text{NPA}$ <p>NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestres NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente</p>		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	1,0	
	Realizada	1,5	
	% Realização	150	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	150
		2013	104
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 1	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Índice total de publicações (INTP)		
Fórmula de Cálculo	<p>Número total das publicações $\sum P * N / \text{NPE}$ Fórmula detalhada: $[(\text{n}^\circ M_{+3} * 3) + (\text{n}^\circ M_2 * 2) + (\text{n}^\circ M_1 * 1)] / \text{NPE}$ Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo expandido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. M = Número de matérias NPE = Número de doutores e mestres do componente P = peso onde P vale 3: acima de 3 autores 2: para 2 autores 1: para 1 autor</p>		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada	0,5	
	Realizada	0,75	
	% Realização	150	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	150
		2013	0
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 2	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 3			
Nome	Número de surveys aplicados em oficinas/assembleias		
Fórmula de Cálculo	Números de surveys aplicados pelos pesquisadores do componente em relação à dinâmica social dos atores pantaneiros nas oficinas (assembleias) previstas nos componentes 1, 4, 5.		
Unidade de Medida	%		

Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 3			
Meta do Exercício	Pactuada	6	
	Realizada	13	
	% Realização	216	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	216
		2013	100
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 3	A meta foi ultrapassada. Segundo o CPP, o fato de o indicador ter sido largamente superado justifica-se pela necessidade, verificada pela equipe durante o andamento dos trabalhos, de refinar e reaplicar alguns dos instrumentos, assim como elaborar e aplicar novos questionários (não previstos inicialmente) para validar as informações obtidas.		

Fonte: relatórios do CPP e da CAA.

COMPONENTE 7 - Gestão e apoio logístico

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal	CNPJ	05.220.369/0001-23
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Número de ações gerenciais realizadas (NAGR)		
Fórmula de Cálculo	Número de ações gerenciais realizadas pelo CPP = - Documentos elaborados; - Workshops, Seminários, Expedições, Congressos, Reuniões Técnicas; - Contratos realizados; - Publicações - Divulgações, etc.		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	12	
	Realizada	14	
	% Realização	116	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em bril/2016
		2014	116
		2013	118
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 1	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do CPP.		
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Número de projetos, programas, prestação de serviços e ações formalizadas (NPPA)		
Fórmula de Cálculo	Número de projetos, programas, prestações de serviços e ações desenvolvidas em parceria formal com instituições nacionais e estrangeiras que não sejam do CPP no ano.		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada	2	
	Realizada	6	
	% Realização	300	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	300
		2013	0
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador	A meta foi ultrapassada e a comprovação encontra-se no relatório de atividades do		

2	CPP.		
Caracterização do Indicador 3			
Nome	Número de avaliações realizadas por consultores externos (NACE)		
Fórmula de Cálculo	Número de Seminários, workshops, Visitas Técnicas ou outras atividades realizadas pelo CPP para acompanhamento e avaliações dos projetos.		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 3			
Meta do Exercício	Pactuada	1	
	Realizada	0	
	% Realização	0	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	0
		2013	100
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 3	A meta não foi atingida. Segundo o CPP, devido ao atraso na implementação dos projetos, pois parte dos projetos foram implementados a partir de maio de 2013. Tendo em vista que todos os projetos tiveram a sua metodologia referendada por consultores ad hoc e, considerando o tempo demandado para a estruturação das equipes e início com atraso nas atividades, a coordenação do CPP, com base no princípio da economicidade, não viu razão para remunerar ad hocs nesse momento, já que, como dito acima, os projetos já tiveram as suas metodologias referendadas por ad hocs e os dados produzidos até o momento, na avaliação da coordenação da OSCIP, ainda não justificam novos gastos com avaliação ad hoc.		
Caracterização do Indicador 4			
Nome	Alavancagem de recursos externos no exercício (ARE)		
Fórmula de Cálculo	Recursos externos alavancados no exercício dividido pelos recursos repassados pelo MCTI ao CPP no âmbito do TP no exercício, multiplicados por 100.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 4			
Meta do Exercício	Pactuada	100	
	Realizada	221	
	% Realização	221	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	Aferição em abril/2016
		2014	221
		2013	0
		2012	Não há, uma vez que o projeto teve início em dezembro de 2012.
Análise do Indicador 4	Segundo o CPP, o aporte financeiro externo recebido pela Oscip totalizou a quantia de R\$2.715.499,00, o que representa 221,96% do valor recebido do MCTI, superando dessa forma a meta estabelecida.		

Fonte: relatórios do CPP e da CAA.

4.8 Informações sobre indicadores de desempenho operacional da SEPED

Resultados das metas e dos indicadores institucionais de gestão da SEPED, estabelecidos por meio da Portaria n.º 09, de 17/06/2015, para o período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Tabela 43: Indicadores de Desempenho

Unidade Coordenação	Denominação da Meta	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
CGAA	Meta 1: Elaborar relatórios mensais referentes a execução orçamentária e financeira de recursos sob a responsabilidade da SEPED	UN	9	8	Mensal	relatórios mensais elaborados
	Meta 2: Aprimorar o processo de elaboração e publicação do Relatório Anual de Gestão da SEPED	UN	1	1	Anual	relatório de Gestão elaborado
CGBS	Meta 1: Aprimorar a gestão da execução orçamentária	%	85%	114,28%	Anual	(número de projetos apoiados / número de projetos previstos) x 100
CGEC	Meta 1: Aprimorar a gestão da execução orçamentária.	%	85%	100%	Anual	(número de projetos apoiados / número de projetos previstos) x 100
	Meta 2: Monitorar, avaliar os resultados e produzir informações gerenciais sobre projetos nas áreas de Gestão de Ecossistemas e Biodiversidade	UN	2	2	Anual	somatório dos projetos monitorados e avaliados
	Meta 3: Proceder ao acompanhamento e avaliação do grau de resultado do Termo de Parceria com o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP)	UN	2	2	Anual	somatório das reuniões da CAA realizadas
CGMC	Meta 1: Elaborar informações acerca da implementação da UNFCCC ao Secretariado da Convenção	Relatório	1	0	Bienal	Registro junto ao Ministério das Relações Exteriores
	Meta 2: Elaborar e divulgar informações acerca de estimativas de emissões de gases de efeito estufa	Relatório	1	0	Anual	Publicação no portal do MCTI
	Meta 3: Aprimorar assistência direta e imediata à CIMGC	UN	1	1	Anual	(número de projetos analisados/número de projetos recebidos)
CGMH	Meta 1: Atender acima de 90% das demandas recebidas	%	90%	100%	Anual	(número de demandas atendidas / número total de demandas) x 100
CMA	Meta 1: Monitorar, aprimorar o processo de análise de resultados e taxa de atendimento às demandas institucionais, relativas às ciências oceânica e antártica.	%	90%	96%	Anual	(número de demandas atendidas/número total de demandas) x 100

Portaria publicada em: (<http://intranet.mct.gov.br/index.php/content/view/131.html?dia=&mes=&ano=>), **Boletim de Serviço n.º 5** – 15/03/2016, páginas 20 a 25.

Obs.: Conteúdo completo encontra-se nos anexos deste relatório

5. GOVERNANÇA

Descrição das estruturas de governança

Comitê Permanente de Acompanhamento e Avaliação de Transferências Orçamentárias e Financeiras (CPAT)

A SEPED, através da Portaria SEPED n.º 14, de 22 de julho de 2014, instituiu o Comitê Permanente de Acompanhamento e Avaliação de Transferências Orçamentárias e Financeiras (CPAT) com a finalidade de assessorar o Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento na elaboração e implantação de metodologias, procedimentos e rotinas para o acompanhamento de execução e a avaliação de políticas, programas, projetos, ações e atividades que envolvam transferências orçamentárias e financeiras, nas áreas de atuação da SEPED.

São atribuições do CPAT o estabelecimento de metodologias e procedimentos destinados:

- I. ao acompanhamento das ações e dos planos orçamentárias sob responsabilidade da SEPED;
- II. a avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira dos projetos e atividades que tratem de transferências orçamentárias e financeiras sob responsabilidade da SEPED;
- III. ao estabelecimento de controle internos que sejam aplicáveis ao acompanhamento da execução orçamentário-financeira dos recursos alocados nas ações e nos planos orçamentários sob responsabilidade da SEPED;
- IV. a prevenção, detecção e gerenciamento dos riscos relacionados a execução orçamentárias e financeiras sob responsabilidade da SEPED.

A atuação do CPAT deve resultar na criação de:

- I. normas relativas à gestão das transferências voluntárias, com adequação de particularidades e identificação de pontos críticos;
- II. mecanismos aplicáveis ao controle de prazos de análise, liberações e prestações de contas relativos as transferências voluntárias sob responsabilidade da SEPED;
- III. mecanismos que permitam o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação de riscos, identificando atividades e pontos críticos.

Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O sistema de correição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI encontra-se sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, mais especificamente por sua Assessoria de Procedimentos Disciplinares – APDIS, sendo suas atividades regidas pelos normativos a seguir elencados:

- Decreto n° 5.480, de 30/06/2005, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D548-9.htm);
- Portaria CGU n° 1.043, de 24/07/2007, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e dá outras providências (<http://www10.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/CGU/2007/1043.htm>);

- Portaria MCTI nº 111, de 07/03/2008, que trata da implementação da Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, no âmbito do MCTI (http://www.cgu.gov.br/Correicao/CguPad/arquivos/portaria_111_2008.pdf);
- Portaria MCTI nº 80, de 18/11/2009, que padroniza o fluxo dos procedimentos disciplinares, no âmbito da Administração Central do MCTI.

Em 2015, foi concluído o processo de implantação do arquivo próprio, recomendação feita pela Corregedoria-Geral da União - CGU em seu Relatório de Inspeção Correcional (Processo nº 00190.50220/2012-54), passando desde então a centralizar e controlar todos os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito do Ministério.

Adicionalmente, a Unidade passou a contar com um terceiro servidor em sua força efetiva de trabalho e capacitou sete novos servidores em cursos presenciais e virtuais oferecidos tanto pela CGU como pela Advocacia-Geral da União – AGU, de forma assim a auxiliar o Ministério em suas demandas.

Gestão de riscos e controles internos

Quadro – Avaliação do Sistema de Controles Internos da SEPED

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão*.					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos**.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade***.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas****.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
<p>No sentido de melhorar os seus controles internos o MCTI publicou as seguintes instrumentos: Portaria nº 397/2012, que institui e regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação do Ministério e dispõe sobre a gestão dos Programas constantes do Plano Plurianual 2012-2015 e das ações da Leis Orçamentárias Anuais; e a Portaria nº 682/2014, que disciplina a descentralização de créditos orçamentários e financeiros.</p> <p>No âmbito da SEPED, estas iniciativas foram complementadas com as publicação das portarias: n.º 14/2014, que fixa as metas e os indicadores institucionais de gestão da para o período compreendido entre os dias 1o de janeiro e 31 de dezembro de 2014, cujo resultado encontra-se anexo a este Relatório, e a de nº 15/2014, que institui o Comitê Permanente de Acompanhamento e Avaliação das Transferências Orçamentárias e Financeiras (CPAT) da Secretaria, o qual tem envidado esforços para o cumprimento de sua missão.</p> <p>A partir das iniciativas acima citadas, pode-se afirmar que a avaliação do Funcionamento dos Controles Internos da SEPED estão sendo aprimoradas nas duas áreas que melhor representam o negócio da SEPED, quais sejam o acompanhamento dos Programas e Ações sob sua responsabilidade e as transferências voluntárias.</p> <p>A SEPED, na qualidade de Unidade Jurisdicionada, compartilha com as demais unidades do MCTI, tanto na submissão à legislação vigente no que se refere ao subitem 2.1 <i>Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos</i>, como no monitoramento de ações e planos orçamentários registrados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).</p>					

Notas:

- (*) Não houve até momento a ocorrência de riscos identificados nas atividades firmadas pela SEPED;
- (**) Caso haja ocorrência de fraudes ou danos ao herario, os processos serão conduzidos pelo MCTI;
- (***) As normas seguidas pela SEPED são comuns a todo o MCTI;
- (****) SIM. A SEPED, segue a política estabelecida pelo o MCTI.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Descrição dos canais de acesso do cidadão à unidade jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas e os resultados decorrentes.

Um dos canais de acesso da SEPED é a Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que está sob a responsabilidade da Secretaria Executiva deste Ministério (<http://www.mcti.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao>), é um instrumento para promover a participação popular, a transparência e a eficiência no serviço público. Visa estreitar a integração entre sociedade e governo, na busca da melhoria dos serviços públicos. É o canal para enviar sua manifestação - críticas, denúncias, elogios, reclamações ou sugestões - sobre os serviços que o Ministério presta, em suas áreas de competência.

Forma de Atuação da Ouvidora do MCTI:

- Recebe e analisa as manifestações do cidadão;
- Identifica e constata sua pertinência;
- Localiza a área competente;
- Encaminha as manifestações aos órgãos do Ministérios, às entidades vinculadas e controladas e às unidades de pesquisa responsáveis pelo assunto;
- Solicita, quando for o caso, resposta das áreas competentes;
- Encaminha, no âmbito de suas competências, a resposta final ao demandante;
- Propõe a implementação de medidas administrativas para sanar deficiências, pela adoção de medidas de prevenção, repressão ou supressão de práticas inadequadas.

O caminho para acessar a atuação da SEPED e suas áreas de conhecimentos, encontra-se disponível no Portal do MCTI, no link: (<http://www.mcti.gov.br/estrutura-organizacional>). Outro canal que a Secretária mantém com a sociedade e o e-mail institucional (seped@mcti.gov.br).

Mecanismos de transparências das informações relevantes sobre a atuação da SEPED

Visando o processo de transparência das atividades, a SEPED disponibiliza os Relatórios de Gestão (RG) e os extratos dos Termos de Execução Descentralizadas (TED's), no portal do MCTI, para consulta da sociedade e suas instituições parceiras.

Relatório de Gestão (RG):

(http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/304642/Secretaria_de_Politicass_e_Programas_de_Pesquisa_e_Desenvolvimento_SEPED.html)

Termos de Execução Descentralizadas (TED's):

(<http://www.mcti.gov.br/termo-de-execucao-descentralizada-ted->)

7.3 Demonstrações contábeis exigidos pela Lei n.º 4.320/64, (item 7.7 da Portaria 321/15), da SEPED (UG 240119/00001) e CEMADEN (240224/00001):

7.3.1 Demonstrações contábeis exigidos pela Lei n.º 4.320/64, (item 7.7 da Portaria 321/15), da SEPED (UG 240119/00001):



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO: **BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS**
 SUBTÍTULO: **240119 - SECRET.DE POLIT.E PROGR.DE PESQ.E DESENVOLVIM**
 ORGÃO SUPERIOR: **24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO**
 EXERCÍCIO: **2015**
 PERÍODO: **Anual**
 EMISSÃO: **29/02/2016**

Tabela 1: BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS DA SEPED

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	79.113,59	-	PASSIVO CIRCULANTE	24.693,18	2.917.732,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	79.113,59	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	23.868,59	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	824,59	2.917.732,29
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	79.113,59	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	79.113,59	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	79.113,59	3.017.732,29	PASSIVO FINANCEIRO	79.113,59	3.117.732,29
ATIVO PERMANENTE	-	-3.017.732,29	PASSIVO PERMANENTE	-	-100.000,00
SALDO PATRIMONIAL		3.017.732,29	SALDO PATRIMONIAL		-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	10.220.085,98	4.112.284,65
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	10.220.085,98	4.112.284,65
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	10.220.085,98	4.112.284,65
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	10.220.085,98	4.112.284,65

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-

Fonte: CCPF/CGOF/SPOA/MCTI

7.3.2 Demonstrações contábeis exigidos pela Lei n.º 4.320/64, (item 7.7 da Portaria 321/15), do CEMADEN (240224/00001):



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO: **BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS**
 SUBTÍTULO: **240224 - CENTRO NAC.DE MONIT.E ALERT.DE DESASTRES NATU**
 ORGÃO SUPERIOR: **24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO**
 EXERCÍCIO: **2015**
 PERÍODO: **Anual**
 EMISSÃO: **29/02/2016**

Tabela 2: BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS DO CEMADEN

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	698.790,22	532.020,83	PASSIVO CIRCULANTE	200.952,42	7.391.017,26
Caixa e Equivalentes de Caixa	654.904,85	532.020,83	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	74.252,42	5.768.317,26
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	126.700,00	1.622.700,00
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	43.885,37	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	116.244.161,50	100.259.574,39	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	200.952,42	7.391.017,26
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	115.907.180,71	99.922.593,60			
Bens Móveis	114.044.680,68	98.060.093,57			
Bens Móveis	120.365.156,24	99.047.351,83			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-6.320.475,56	-987.258,26			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	1.862.500,03	1.862.500,03			
Bens Imóveis	1.862.500,03	1.862.500,03			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	336.980,79	336.980,79			
Softwares	336.980,79	336.980,79			
Softwares	336.980,79	336.980,79			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	116.942.951,72	100.791.595,22	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	116.942.951,72	100.791.595,22

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	654.904,85	31.322.674,84	PASSIVO FINANCEIRO	5.220.082,43	54.878.332,42
ATIVO PERMANENTE	116.288.046,87	69.468.920,38	PASSIVO PERMANENTE	-	-23.743.657,58
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	111.722.869,29	69.656.920,38

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.873.853,77	3.873.853,77	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	83.350.790,80	96.538.336,99
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.873.853,77	3.873.853,77	Execução dos Atos Potenciais Passivos	83.350.790,80	96.538.336,99
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.873.853,77	3.873.853,77	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	4.373.600,00	2.192.000,00
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	78.977.190,80	94.346.336,99
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	3.873.853,77	3.873.853,77	TOTAL	83.350.790,80	96.538.336,99

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.395.957,55
Recursos Vinculados	-1.169.220,03
Operação de Crédito	-1.357.220,03
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	188.000,00
TOTAL	-4.565.177,58

Fonte: CCPF/CGOF/SPOA/MCTI

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO DE PESSOAS

8.1 Gestão de Pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da SEPED e do CEMADEN

Tabela 51: Quadro – Força de Trabalho da SEPED e CEMADEN

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	139	19	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	139	19	13
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	132	17	11
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	3	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	4	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	-	39	0	8
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	3	1	2
4. Empregados Públicos	-	2	0	0
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	-	183	3	23

Fonte: CGRH/SPOA/SECEC/MCTI - SIAPE – Situação apurada em 31/12/15

Tabela 52: Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	-	139
1.1. Membros de poder e agentes políticos		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	139
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	132
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	4
2. Servidores com Contratos Temporários	-	39
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	3
4. Empregados Públicos	-	2
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	-	183

Fonte: CGRH/SPOA/SECEC/MCTI - SIAPE – Situação apurada em 31/12/15

Tabela 53: Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	24	9	4
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	24	9	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	16	6	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	1	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	4	1	1
1.2.4. Sem Vínculo	-	3	1	1
1.2.5. Aposentados	-	0	0	1
1.2.6. Empregados Públicos	-	0	0	0
2. Funções Gratificadas	-	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	24	9	4

Fonte: CGRH/SPOA/SECEC/MCTI - SIAPE Extrator de Dados - Situação em 31/12/2015

8.2 Demonstrativo de despesas com Pessoal

Tabela 54: Quadro – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2015	8.291.718,60		7.891.879,72	230.132,40		31.920,00			
	2014	7.451.221,56		8.718.478,8	62.663,16		71.854,32			
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada REQ/EX.PROV/DESCENT										
Exercícios	2015	945.204,36				33.150,00				
	2014	1.441.300,80				84.352,30				
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015	190.175,16								
	2014	360.702,24								
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2015	2.975.850,00								
	2014	3.543.887,52								
Empregados Públicos										
Exercícios	2015	66.720,00								
	2014	59.280,00								

Fonte: CGRH/SPOA/SECEC/MCTI - SIAPE – Situação apurada em 31/12/15

8.3 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Tabela 55: Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	3	7	9	7	36.923,78
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	3	7	0	0	36.923,78

Fonte: CGRH/SPOA/SECEC/MCTI – Situação apurada em 31/12/15

8.4 Gestão de Patrimônio Imobiliário do CEMADEN/MCTI

Frota de Veículos Automotores de Propriedade do CEMADEN

O CEMADEN, pautado na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências, elaborou um Guia de Orientações e Boas Práticas de Prestação de Serviço ao CEMADEN, o qual foi entregue a cada motorista que presta serviços ao Centro. O Guia, além das informações sobre as boas práticas que devem ser seguidas pelos funcionários, contém informações importantes acerca das providências quanto à manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais que compõem a frota do CEMADEN.

O CEMADEN dispõe hoje de 23 veículos em sua frota própria:

Tabela 56: Frota de veículo própria do Cemaden

Ref.	Marca	Modelo	Placa	Categoria
1	Citroën	C4 Lounge	FTP-3896	Passeio
2	Chevrolet	Spin LT 1.8	DKI-8285	Passeio
3	Chevrolet	Spin LT 1.8	DKI-8288	Passeio
4	Volkswagen	Voyage 1.6 City	DKI-8263	Passeio
5	Volkswagen	SpaceFox Trend GII	DKI-8267	Passeio
6	Volkswagen	SpaceFox Trend GII	DKI-8265	Passeio
7	Bramont	Mahindra	DKI-8264	Utilitário
8	Bramont	Mahindra	DKI-8268	Utilitário
9	Bramont	Mahindra	DKI-8269	Utilitário
10	Bramont	Mahindra	DKI-8270	Utilitário
11	Bramont	Mahindra	DKI-8271	Utilitário
12	Bramont	Mahindra	DKI-8272	Utilitário
13	Bramont	Mahindra	DKI-8273	Utilitário
14	Bramont	Mahindra	DKI-8274	Utilitário
15	Bramont	Mahindra	DKI-8275	Utilitário
16	Bramont	Mahindra	DKI-8276	Utilitário
17	Bramont	Mahindra	DKI-8277	Utilitário
18	Bramont	Mahindra	DKI-8278	Utilitário
19	Peugeot	Boxe M33OM 23S	DKI-8261	Passageiro/VAN
20	Citroën	Jumper	DKI-8266	Passageiro/VAN
21	Volkswagen	13-190 E Constellation	DKI-8259	Caminhão – 2 eixos
22	Volkswagen	8160 DRC	DKI-8279	Caminhão – 2 eixos
23	Iveco	Vertis 130V19	DKI-8280	Caminhão – 2 eixos

Fonte: CAD/CEMADEN

Com a realização do concurso para provimento de cargos da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, do Quadro de Pessoal do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, foi criado em 2014 o Núcleo de Infraestrutura e Logística, com a atribuição, entre outras, de cuidar da Logística de Transportes do CEMADEN.

Esta atividade busca uma administração eficiente e eficaz da frota de veículos próprios, assim como a gestão do contrato de prestação de postos de serviço de motorista e, também da contratação de tecnologia da informação na administração da frota de veículos do CEMADEN, notadamente nas questões de abastecimento de combustíveis,

manutenção preventiva e corretiva, além de fornecimento de peças por meio de rede credenciada.

a) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do CEMADEN

Em função das atividades desenvolvidas pelo CEMADEN, a formação e gestão da frota de veículos, são de caráter estratégico para o Centro. Em 2015, o CEMADEN realizou a expansão de sua rede observacional, com a implantação de equipamentos de monitoramento, ação essa que requer uma estrutura de transporte eficiente e com governança própria, face à urgência no atendimento das demandas.

No que se refere à implantação das estações de monitoramento, os veículos são utilizados nas visitas de identificação dos locais onde serão instalados os pluviômetros e outros sensores e também no acompanhamento das instalações realizadas por terceiros. Já no aspecto da operação, os veículos são usados na manutenção de equipamentos (pluviômetros, radares, transmissores e outros) que, por alguma razão, param de operar e que necessitam de reativação no espaço de tempo mais breve possível.

O regular funcionamento dos equipamentos é fator primordial na estrutura de monitoramento e alertas e, por essa razão, a existência de frota com governança própria é de fundamental importância, de forma a garantir qualidade e produtividade nas atividades do Centro.

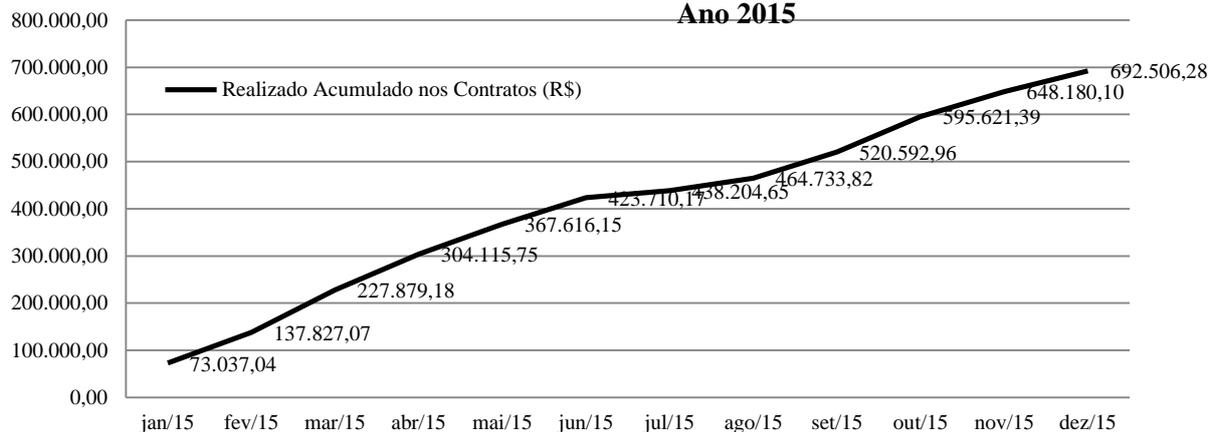
b) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

Tabela 57: CONSOLIDADO TRANSPORTE & LOGISTICA - CEMADEN - Contratos Terceirizados – 2015

Mês	Realizado nos contratos					Total Mensal nos Contratos	Realizado Acumulado nos Contratos (R\$)
	Motoristas		Objetiva Adm e Serviços (02.0009.00/2015)	Combustíveis e Manutenção			
	Santa Lucia (02.0008.00/2014)	Santa Lucia (02.0023.00/2014)			NUTRICASH (02.0004.00/2012)	Prime (02.0015.00/2015)	
Total	234.880,21	34.500,35	128.287,08	147.419,32	147.419,32	692.506,28	1.036.681,94
jan/15	38.559,20	3.403,68		15.537,08	15.537,08	73.037,04	73.037,04
fev/15	38.052,49	3.580,22		11.578,66	11.578,66	64.790,03	137.827,07
mar/15	40.494,46	3.702,69		22.927,48	22.927,48	90.052,11	227.879,18
abr/15	45.809,86	3.087,07		13.669,82	13.669,82	76.236,57	304.115,75
mai/15	42.553,54	692,18		10.127,34	10.127,34	63.500,40	367.616,15
jun/15	29.410,66	5.551,98		10.565,69	10.565,69	56.094,02	423.710,17
jul/15		5.289,34		4.602,57	4.602,57	14.494,48	438.204,65
ago/15		5.596,79		10.466,19	10.466,19	26.529,17	464.733,82
set/15		3.596,40	23.875,72	14.193,51	14.193,51	55.859,14	520.592,96
out/15			39.228,05	17.900,19	17.900,19	75.028,43	595.621,39
nov/15			33.922,27	9.318,22	9.318,22	52.558,71	648.180,10
dez/15			31.261,04	6.532,57	6.532,57	44.326,18	692.506,28

Fonte: CAD/CEMADEN

CONSOLIDADO TRANSPORTE & LOGISTICA CEMADEN
Contratos Terceirizados
Ano 2015



Fonte: CAD/CEMADEN

Tabela 58: Total Consolidado de Despesas de TRANSPORTE com os Contratos Terceirizado e Pagamento de Seguros – CEMADEN – Ano 2015

Contratos Terceirizados	Seguro de Veículos	Seguro Obrigatório
R\$ 1.036.681,94	R\$ 65.620,00	-
Total Geral	R\$ 1.102.301,94	

Fonte: CAD/CEMADEN

c) Plano de substituição da frota:

O CEMADEN, por meio da Coordenação de Administração, já realiza o gerenciamento de custos da frota e faz intervenções para garantir a melhoria de desempenho nas atividades operacionais.

Assim, considerando que a frota do CEMADEN é recente, a coordenação está executando planejamento de formação da frota e que deverá contemplar parâmetros para a tomada de decisão sobre a renovação em data futura.

d) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Conforme já mencionado, o regular funcionamento dos equipamentos é fator primordial na estrutura de monitoramento e alertas do CEMADEN e, por essa razão, a existência de frota com governança própria é de fundamental importância, de forma a garantir qualidade e produtividade nas atividades do Centro. No CEMADEN, existem equipes específicas responsáveis por equipamentos diferentes que compõem o sistema de monitoramento.

Por outro lado, os custos de locação de veículos de maior porte, como é o caso dos veículos utilitários utilizados pelo CEMADEN, são muito altos, fator preponderante para que o Centro tenha sua frota própria.

8.4.1 Distribuição espacial dos Bens Imóveis de uso especial locados de terceiros

Tabela 59: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELO CEMADEN	DESPESAS NO EXERCÍCIO	
			EXERCÍCIO 2015	OBRAS DE MELHORIA
BRASIL	UF 1 SÃO PAULO	1		
	São José dos Campos	1	120.999,51	618.317,97
Total		1	120.999,51	618.317,97

Fonte: CAD/CEMADEN

O CEMADEN está instalado no Parque Tecnológico de São José dos Campos/SP, em regime de Cessão de Uso (com ônus) e em caráter provisório, visto que existe um projeto para construção de prédio próprio neste mesmo município.

8.5 Contratações de consultores na modalidade “PRODUTO”

Tabela 60: Quadro: Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais na COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE ECOSISTEMAS – CGEC

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
“Política de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil”			PROJETO 914BRZ2018		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA288/2015					
Objetivo da Consultoria: Colaborar com a elaboração de um diagnóstico sobre a situação atual das seguintes redes e programas de pesquisa em biodiversidade e biotecnologia apoiados no âmbito da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED): Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), Rede de Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), Rede de Pesquisas para Conservação e Uso Sustentável do Cerrado (ComCerrado), Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Rede Pró-Centro-Oeste), Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte) e Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/02/2015	17/07/2015	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico apresentando uma versão inicial do diagnóstico, contendo informações sintetizadas e comparadas sobre os seguintes aspectos referentes às redes e programas de pesquisa da SEPED.			10/04/2015	R\$ 30.000,00	
Produto 2: Documento técnico apresentando indicadores que irão servir para a elaboração de planejamentos estratégicos para as Redes. A versão final do diagnóstico deverá dar ênfase nos aspectos técnicos.			17/07/2015	R\$ 30.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Zeide Lucia Gusmão Cunha Gomes			CPF: 513.149.085-53		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Análise crítica:

Em consonância com o solicitado no edital, o primeiro produto apresentou a versão inicial do diagnóstico, contendo informações sintetizadas e comparadas sobre as redes e programas de pesquisa da SEPED, tais como: missão, objetivos, metas, abrangência, contexto de criação, atividades desenvolvidas, histórico da expansão e do crescimento, estrutura de governança, arranjo institucional de execução, formas de fomento às atividades e volume de recursos repassados, resultados apresentados desde o contexto de sua criação, formas de transferência de conhecimento e de resultados gerados a partir das atividades das redes/programas, apropriação dos resultados pelos diversos setores (privado, governamental, entre outros). Esse produto foi entregue e aprovado em abril/2015.

Em agosto de 2015, a consultora apresentou o segundo produto com foco nas seguintes questões: i) pontos fortes e fracos relacionados ao funcionamento das redes e ao desenvolvimento dos programas; ii) atuação das redes e do desenvolvimento dos programas no que tange à identificação de zonas de sobreposição, peculiaridades e zonas de convergência; iii) oportunidades de sinergia exploradas ou passíveis de exploração; iv) impacto dos resultados gerados pelas Redes e Programas.

Pela análise dos produtos entregues, constatou-se que foram elaborados em conformidade com as atividades descritas no Termo de Referência. Esse produto está auxiliando a Seped na concepção de um novo programa de ciência, tecnologia e inovação em Biodiversidade e Ecossistemas, sendo concebido pela reestruturação das iniciativas mais bem-sucedidas, de forma a ampliá-las em escopo e em alcance, com exploração de sinergias, definição de metas e em um novo modelo de avaliação, fomento e de governança.

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE				PNUMA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gerenciamento e Uso de Informações para Ampliar a Capacidade Brasileira em Conservar e Utilizar a Biodiversidade - SiBBr				SB-000687	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2015-ROLAC-BR-01					
Objetivo da Consultoria: A contratação do Especialista em Informática na Biodiversidade tem a finalidade de viabilizar o desenvolvimento e implementação de funcionalidades do SISBIO para permitir o compartilhamento de dados de ocorrência de espécies com o SiBBr e suas aplicações, assim contribuindo diretamente para <i>que as informações estejam organizadas, qualificadas e integradas ao Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr)</i> – resultado 1 do Projeto					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/05/2015	13/05/2016	60.000	42.692,30	18.461,54	18.461,54
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1. Formulários on-line para a seleção da autorização/licença do SISBIO à qual o relatório será vinculado/preenchido e com as instruções gerais para preenchimento do relatório de atividades no SISBIO				09/06/2015	R\$ 9.230,77
Produto 2. Formulário on-line para preenchimento de informações sobre a efetiva realização das atividades previstas, da continuidade ou não do projeto e do tempo de carência para liberar os dados para acesso público.				29/07/2015	R\$ 9.230,77
Produto 3. Formulário on-line para descrever (em formato textual) os resultados e a discussão do projeto científico realizado, bem como as informações relevantes para a gestão da biodiversidade e/ou cavernas.				15/09/2015	R\$ 8.076,92
Produto 4. Formulário online para descrever (em formato textual) os resultados e as informações relevantes para a gestão das unidades de conservação				31/10/2015	R\$ 8.076,92

Produto 5. Formulário on-line para emissão de um Extrato de todos os dados vinculados a um determinado relatório de atividades.	22/12/2015	R\$ 8.076,92
Produto 6. Ferramenta de validação dos dados preenchidos (com base nos dados mínimos exigidos) e indicação ao pesquisador dos itens pendentes de correção.	22/03/2016	R\$ 8.076,92
Produto 7. Implementação de mecanismos para disponibilização dos dados do SISBio no SiBBr. Fazer o mapeamento dos campos DarwinCore na Base de Dados do SISBio, bem como implementar mecanismos de interoperabilidade, tais como o Internet Publishing Tool (IPT), visando a colheita e a publicação dos dados do SISBio no âmbito do SIBBR, considerando os períodos de carência dos dados definidos pelo pesquisador, de acordo com o regramento de disponibilização de dados do SISBIO.	10/05/2016	R\$ 9.230,77
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Daniel Fonseca Ataíde	CPF: 079.688.36450	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		
Produtos entregues até o momento: 1 e 2		
Identificação da Organização Internacional Cooperante		
Nome da Organização	Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE	PNUMA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica		
Título do Projeto	Código	
Gerenciamento e Uso de Informações para Ampliar a Capacidade Brasileira em Conservar e Utilizar a Biodiversidade - SiBBr	SB-000687	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”		
Código do Contrato: 2015-ROLAC-BR-03		
Objetivo da Consultoria: A contratação do Especialista em Informática na Biodiversidade tem a finalidade de viabilizar o desenvolvimento e implementação de funcionalidades do SISBIO para permitir o compartilhamento de dados de ocorrência de espécies com o SiBBr e suas aplicações, assim contribuindo diretamente para <i>que as informações estejam organizadas, qualificadas e integradas ao Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr)</i> – resultado 1 do Projeto		
Período de Vigência		Remuneração
Início	Término	Total Previsto no Contrato
14/05/2015	13/05/2016	60.000
		Total Previsto no Exercício
		42.692,30
		Total pago no Exercício
		9.230,77
		Total pago até o Final do Exercício
		9.230,77
Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1. Formulário online para inclusão de atividades realizadas.	09/06/2015	R\$ 9.230,77
Produto 2. Formulário online para inclusão de localidades onde as atividades foram realizadas	29/07/2015	R\$ 8.076,92
Produto 3. Formulário online para inclusão táxons e de suas coordenadas de ocorrência, provenientes das atividades realizadas.	15/09/2015	R\$ 8.076,92
Produto 4. Ferramenta para inclusão em blocos de coordenadas de ocorrência de táxons, por meio de upload de planilha, contemplando validação de nomenclatura taxonômica (com base em lista de referência) e coordenada geográfica (com base nos limites de município, UF ou unidade de conservação)	31/10/2015	R\$ 9.230,77
Produto 5. Formulário on-line para upload de arquivos	22/12/2015	R\$ 6.923,08

referentes a publicações e manutenção de metadados relacionados		
Produto 6. Ferramenta para importação de dados da Plataforma Lattes, como, por exemplo, dados cadastrais do pesquisador e/ou publicações científicas, possibilitando o aproveitamento desses dados no preenchimento dos formulários do SISBIO.	22/03/2016	R\$ 9.230,77
Produto 7. Formulário on-line que permita identificar e selecionar dados de registro de espécimes já preenchidos em outros sistemas que tenham integração com o SIBBR, para fins de importação ou consulta dos dados que precisam ser preenchidos no relatório de atividades do SISBIO.	10/05/2016	R\$ 9.230,77
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Yonatha Alves Almeida	CPF:	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		
Produtos entregues até o momento: 1		
Identificação da Organização Internacional Cooperante		
Nome da Organização	Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE	PNUMA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica		
Título do Projeto	Código	
Gerenciamento e Uso de Informações para Ampliar a Capacidade Brasileira em Conservar e Utilizar a Biodiversidade - SiBBr	SB-000687	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”		
Código do Contrato: 2015-ROLAC-BR-03		
Objetivo da Consultoria: A contratação do Especialista em Informática na Biodiversidade tem a finalidade de viabilizar o desenvolvimento e implementação de funcionalidades do SISBIO para permitir o compartilhamento de dados de ocorrência de espécies com o SiBBr e suas aplicações, assim contribuindo diretamente para <i>que as informações estejam organizadas, qualificadas e integradas ao Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr)</i> – resultado 1 do Projeto		
Período de Vigência		Remuneração
Início	Término	Total Previsto no Contrato
Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício
Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício	
14/05/2015	13/05/2016	60.000
		42.692,30
		9.230,77
		9.230,77
Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Texto		
Produto 1. Formulário online para inclusão de atividades realizadas.	09/06/2015	R\$ 9.230,77
Produto 2. Formulário online para inclusão de localidades onde as atividades foram realizadas	29/07/2015	R\$ 8.076,92
Produto 3. Formulário online para inclusão táxons e de suas coordenadas de ocorrência, provenientes das atividades realizadas.	15/09/2015	R\$ 8.076,92
Produto 4. Ferramenta para inclusão em blocos de coordenadas de ocorrência de táxons, por meio de upload de planilha, contemplando validação de nomenclatura taxonômica (com base em lista de referência) e coordenada geográfica (com base nos limites de município, UF ou unidade de conservação	31/10/2015	R\$ 9.230,77
Produto 5. Formulário on-line para upload de arquivos referentes a publicações e manutenção de metadados relacionados	22/12/2015	R\$ 6.923,08

Produto 6. Ferramenta para importação de dados da Plataforma Lattes, como, por exemplo, dados cadastrais do pesquisador e/ou publicações científicas, possibilitando o aproveitamento desses dados no preenchimento dos formulários do SISBIO.	22/03/2016	R\$ 9.230,77
Produto 7. Formulário on-line que permita identificar e selecionar dados de registro de espécimes já preenchidos em outros sistemas que tenham integração com o SIBBR, para fins de importação ou consulta dos dados que precisam ser preenchidos no relatório de atividades do SISBIO.	10/05/2016	R\$ 9.230,77
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Yonatha Alves Almeida	CPF: 067.138.324-82	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		
Produtos entregues até o momento: 1		
Identificação da Organização Internacional Cooperante		
Nome da Organização	Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE	PNUMA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica		
Título do Projeto	Código	
Gerenciamento e Uso de Informações para Ampliar a Capacidade Brasileira em Conservar e Utilizar a Biodiversidade - SiBBr	SB-000687	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”		
Código do Contrato: 2015-ROLAC-BR-11		
Objetivo da Consultoria: O objetivo específico é a contratação de um Consultor para subsidiar, em forma de <i>white paper</i> , a discussão sobre indicadores para o cumprimento das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 referentes ao Objetivo Estratégico E “Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação” (metas 17 a 20), assim como os conceitos que envolvem essas metas. Nesse grupo, destaca-se a meta 19, diretamente relacionada à implementação do SiBBr: “Até 2020, as bases científicas, e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seu valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido ampliados e compartilhados, e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente transferidos e aplicados. Até 2017 a compilação completa dos registros já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres, estará finalizada e disponibilizada em bases de dados permanentes e de livre acesso, resguardadas as especificidades, com vistas à identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e grupos taxonômicos”.		
Período de Vigência		Remuneração
Início	Término	Total Previsto no Contrato
07/05/2015	07/07/2016	20.000
		Total Previsto no Exercício
		20.000,00
		Total pago no Exercício
		20.000,00
		Total pago até o Final do Exercício
		20.000,00
Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1. Versão final do White Paper. Documento revisado em Word, de aproximadamente 50 páginas, incluindo os ajustes e complementações acordadas sobre a 1ª versão, os elementos pré-textuais (apresentação, sumário, resumo executivo), texto e os elementos pós-textuais (as referências bibliográficas, os anexos e a lista de siglas). - os desafios e recomendações discutidos em reunião; - todos os elementos gráficos necessários para o bom entendimento do texto (boxes, gráficos, tabelas, fotos). A versão final do produto 1 deverá ser disponibilizada com antecedência de pelo menos uma semana da Oficina.	15/06/2015	R\$ 10.000

Versão preliminar do produto 1: dia 26/05/2015 (e que será devolvida para o consultor no dia 29/05/2015 para realizar a consolidação das contribuições do Painel). A versão consolidada do produto 1 com contribuições do Painel: 3/06/2015 (uma semana antes do evento)					
Produto 2. Apresentação, em Power Point, do conteúdo do White Paper. A apresentação deverá ter aproximadamente 15 slides, contendo os principais pontos abordados no White Paper, para apresentação pelo consultor durante a Oficina em junho de 2015		15/06/2015	R\$ 4.000,00		
Produto 3. Proposta de versão final de conceitos e indicadores referente às metas do objetivo estratégico E - Documento revisado em Word, de aproximadamente 50 páginas, incluindo: - os ajustes e complementações acordadas na Oficina, a ser realizada em junho de 2015; - os desafios e recomendações discutidos em reunião; - todos os elementos gráficos necessários para o bom entendimento do texto (boxes, gráficos, tabelas, fotos).		29/06/2015	R\$ 6.000,00		
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ronaldo Weigand Junior		CPF: 08.363.116.807			
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Os produtos foram entregues satisfatoriamente					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização		Sigla			
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE		PNUMA			
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto		Código			
Gerenciamento e Uso de Informações para Ampliar a Capacidade Brasileira em Conservar e Utilizar a Biodiversidade - SiBBr		SB-000687			
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2015-ROLAC-BR-06					
Objetivo da Consultoria: O objetivo específico é a contratação de um Especialista em Informação sobre Biodiversidade para realizar um levantamento de requisitos (levantamento de demandas por informação em biodiversidade) junto a usuários selecionados e um levantamento e análise de bases de dados junto às potenciais instituições parceiras que sejam tanto provedoras de dados quanto consumidoras de informações em biodiversidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/05/2015	05/10/2016	36.000	36.000,00	36.000	36.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Relatório apresentando o Plano de Trabalho, Metodologia e Cronograma das atividades a serem executadas visando a elaboração dos produtos 02, 03, 04 e 05, constantes neste termo de referência, revisado e aprovado, no formato MS-WORD ou compatível. O Plano de trabalho deverá conter entre outros itens pertinentes: (a) a lista das instituições detentoras de bases de dados a serem visitadas com justificativas para a escolha; (b) um modelo de entrevista não estruturada que será ajustado de acordo com a necessidade do SiBBr.			15/05/2015	R\$ 3.600	
Produto 2. Relatório parcial contendo o levantamento de			04/06/2015	R\$ 9.000	

requisitos constante no Resultado I do item 1.2 , no formato MS-WORD ou compatível;		
Produto 3. Relatório final contendo os Resultados I, II, III do item 1.2, no formato MS-WORD ou compatível;	24/06/2015	R\$ 7.200
Produto 4. Relatório parcial contendo o Resultado IV do item 1.2, no formato MS-WORD ou compatível;	25/07/2015	R\$ 7.200
Produto 5. Relatório final contendo os Resultados IV e V do item 1.2, no formato MS-WORD ou compatível.	21/08/2015	R\$ 9.000
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Rafael Fonseca Ataíde	CPF: 268.516.258-57	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Os produtos foram entregues satisfatoriamente		

Análise Crítica:

Cabe ressaltar que todos os consultores contratados por intermédio do PNUMA apresentam produtos para contribuir com a implantação do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr).

O SIBBr é uma plataforma online desenvolvida com o objetivo de estimular e facilitar a publicação, integração, acesso e o uso da informação sobre a biodiversidade brasileira, subsidiando pesquisas e apoiando o processo de formulação de políticas públicas e tomada de decisões associadas à conservação e ao seu uso sustentável.

Até o momento, os produtos entregues pelos consultores foram avaliados como satisfatórios e tem auxiliado na disponibilização, integração e compartilhamento de dados e informações sobre a biodiversidade do País ao SIBBr.

Tabela 1: Quadro: Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais na [COORDENAÇÃO-GERAL DE MUDANÇAS GLOBAIS DE CLIMA – CGMC](#)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro Das Nações Unidas sobre Mudança do Clima					BRA/10/G32
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2014/000576					
Objetivo da Consultoria: O trabalho do consultor consiste em apoiar os líderes da Sub-rede Recursos Hídricos da Rede CLIMA, em colaboração com os consultores de modelagem e processamento de dados e de mapeamento de vulnerabilidade, de modo a analisar os impactos e a vulnerabilidade do setor recursos hídricos às mudanças de clima no Brasil. Isto deverá resultar no cálculo de índices de vulnerabilidade do setor recursos hídricos as mudanças de clima, que depois deverão ser mapeados no nível nacional					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/10/2014	30/01/2015	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

Produto 1: Relatório descrevendo e mostrando as variáveis climáticas e hidrológicas e de recursos hídricos solicitadas pela sub-rede Recursos Hídricos da Rede Clima, calculadas a partir das saídas do modelo regional Eta 20 km rodados com o modelo global HadGEM2 ES do IPCC e/ou BESM, cenários RCP4.5 e 8.5, para o presente 1961-90 e o futuro 2010-40, 2041-70 e 2071-2100. As variáveis poderão ser derivadas por bacia hidrográfica ou município, com uma resolução temporal (dados diários, mensais, anuais, decadais) e formato (texto, Excel, NetCDF) segundo solicitado pelo pessoal da Sub Rede Recursos Hídricos da Rede CLIMA.		30/10/2014	24.000,00
Produto 2: Relatório descrevendo os índices usados e metodologias para avaliar a vulnerabilidade dos Recursos Hídricos às mudanças climáticas. O relatório deverá incluir os resultados derivados indicando as variáveis requeridas por cada grupo a serem calculadas das saídas do Eta 20 km, usando os modelos utilizados em forma digital (resultados espacializados em resolução apropriada para análise, tabelas, gráficos, diagramas, conforme apropriado), disponibilizada em meio que permita fácil acesso à comunidade externa.		30/12/2014	22.000,00
Produto 3: Relatório descrevendo os mapas de vulnerabilidade dos Recursos Hídricos às mudanças de clima e em coordenação com os pesquisadores da sub-rede Recursos Hídricos da Rede CLIMA.		30/01/2015	26.000,00
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Alfredo Ribeiro Neto			CPF: 365.494.873-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: contrato aditivado até 15 de abril de 2015 O produto 1 foi entregue em 24 de dezembro de 2014. Devido ao encerramento do prazo para pagamento pelo PNUD, o pagamento foi realizado em janeiro de 2015. Os demais produtos foram entregues e, após análise, foram pagos em abril de 2015.			
Código do Contrato: 2014/000455			
Objetivo da Consultoria: O trabalho do consultor consiste em apoiar os líderes da Sub-rede Zonas Costeiras da Rede Clima, em colaboração com os consultores de modelagem e processamento de dados e de mapeamento de vulnerabilidade, de modo a analisar os impactos e a vulnerabilidade do setor zonas costeiras às mudanças de clima no Brasil.			
Período de Vigência		Remuneração	
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
08/09/2014	28/11/2014	36.000,00	12.000,00
		12.000,00	12.000,00
Insumos Externos			
Passagens e diárias			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Relatório descrevendo e mostrando as variáveis climáticas, hidrológicas e oceanográficas solicitadas pela Sub-rede Zonas Costeiras da Rede CLIMA, obtidas/calculadas a partir das saídas do modelo regional Eta 20 km rodados com o modelo global BESM, cenários RCP4.5 e 8.5, para o presente 1961-90 e o futuro 2010-40, 2041-70 e 2071-2100. As variáveis poderão ser derivadas em ponto de grade ou município, com uma resolução temporal (dados diários, mensais, anuais, decenais) e formato (texto, Excel, NetCDF) segundo solicitado pelo pessoal da Sub-rede Zonas Costeiras da Rede CLIMA.		20/09/2014	13.000,00

<p>Produto 2: Relatório descrevendo os índices usados e metodologias para avaliar a vulnerabilidade da zona costeira brasileira às mudanças climáticas, juntamente com pesquisadores da Sub-rede Zonas Costeiras da Rede CLIMA e consultores em mapeamento de vulnerabilidade. O relatório deverá incluir os resultados derivados indicando as variáveis requeridas por cada grupo a serem calculadas das saídas do Eta 20 km, usando os modelos utilizados em forma digital (resultados espacializados em resolução apropriada para análise, tabelas, gráficos, diagramas, conforme apropriado), disponibilizada em meio que permita fácil acesso à comunidade externa.</p>		30/09/2014	11.000,00
<p>Produto 3: Relatório descrevendo os mapas de vulnerabilidade da zona costeira brasileira às mudanças do clima, gerados pelos consultores de mapeamento de vulnerabilidade, sob a coordenação de pesquisadores da Sub-rede Zonas Costeiras da Rede CLIMA.</p>		10/10/2014	12.000,00
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Daniela Faggiani Dias		CPF: 364.990.178-17	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 1 foi entregue e após ajustes o pagamento foi realizado em abril de 2015.			
Código do Contrato: 2014/000431			
Objetivo da Consultoria: O trabalho dos consultores consiste em apoiar os líderes da Sub-rede Zonas Costeiras da Rede Clima, em colaboração com os consultores de modelagem e processamento de dados e de mapeamento de vulnerabilidade, de modo a analisar os impactos e a vulnerabilidade do setor zonas costeiras às mudanças de clima no Brasil. Isto deverá resultar no cálculo de índices de vulnerabilidade do setor zonas costeiras e ecossistemas naturais às mudanças de clima, que depois deverão ser mapeados em nível nacional.			
Período de Vigência		Remuneração	
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
1/9/2014	30/10/2014	36.000,00	23.000,00
		Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
		23.000,00	23.000,00
Insumos Externos			
Passagens e diárias			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
<p>Produto 1: Relatório descrevendo e mostrando as variáveis climáticas, hidrológicas e oceanográficas solicitadas pela Sub-rede Zonas Costeiras da Rede CLIMA, obtidas/calculadas a partir das saídas do modelo regional Eta 20 km rodados com o modelo global HadGEM2 ES do IPCC AR5, cenários RCP4.5 e 8.5, para o presente 1961-90 e o futuro 2010-40, 2041-70 e 2071-2100. As variáveis poderão ser derivadas em ponto de grade ou município, com uma resolução temporal (dados diários, mensais, anuais, decenais) e formato (texto, Excel, NetCDF) segundo solicitado pelo pessoal da Sub-rede Zonas Costeiras da Rede CLIMA.</p>		10/9/2014	13.000,00
<p>Produto 2: Relatório descrevendo os índices usados e metodologias para avaliar a vulnerabilidade da zona costeira brasileira às mudanças climáticas, juntamente com pesquisadores da Sub-rede Zonas Costeiras da Rede CLIMA e consultores em mapeamento de vulnerabilidade. O relatório deverá incluir os resultados derivados indicando as variáveis requeridas por cada grupo a serem calculadas das saídas do Eta 20 km, usando os modelos utilizados em forma digital (resultados espacializados em resolução apropriada para análise, tabelas, gráficos,</p>		20/9/2014	11.000,00

diagramas, conforme apropriado), disponibilizada em meio que permita fácil acesso à comunidade externa.					
Produto 3: Relatório descrevendo os mapas de vulnerabilidade da zona costeira brasileira às mudanças do clima, gerados pelos consultores de mapeamento de vulnerabilidade, sob a coordenação de pesquisadores da Sub-rede Zonas Costeiras da Rede CLIMA.		30/9/2014			12.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Paulo Henrique Gomes de Oliveira Sousa				CPF: 634.612.853-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 1 foi entregue e pago em 2014. Os produtos 2 e 3 foram entregues. Após ajustes, os pagamentos foram liberados.					
Código do Contrato: 2014/000511					
Objetivo da Consultoria: O trabalho dos consultores consiste em apoiar a coordenação da Sub-rede Agricultura da Rede CLIMA, em colaboração com os consultores de modelagem e processamento de dados e de mapeamento de vulnerabilidade, de modo a analisar os impactos e a vulnerabilidade do setor agrícola às mudanças de clima no Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/9/2014	27/2/2015	36.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório descrevendo e mostrando as variáveis climáticas e hidrológicas solicitadas pela Sub-rede Agricultura da Rede CLIMA, calculadas a partir das saídas do modelo regional Eta 20 km aninhado com o modelo global HadGEM2ES do IPCC AR5, cenários RCP4.5 e 8.5, para o presente 1961-2005 e o futuro 2010-40, 2041-70 e 2071-2100. As variáveis poderão ser derivadas em ponto de grade ou município, com uma resolução temporal (dados diários, mensais, anuais, decadais) e formato (texto, Excel, Geotiff, NetCDF) segundo solicitado pelo pessoal da Sub-rede Agricultura da Rede CLIMA.			23/10/2014	8.000,00	
Produto 2: Relatório descrevendo os índices e metodologias usados para avaliar a vulnerabilidade da agricultura às mudanças climáticas, juntamente com os pesquisadores da Sub-rede Agricultura da Rede CLIMA e dos consultores em mapeamento de vulnerabilidade. O relatório deverá incluir os resultados derivados indicando as variáveis requeridas por cada grupo a serem calculadas das saídas do Eta 20 km-HadGen2ES, usando os modelos utilizados em forma digital (resultados espacializados em resolução apropriada para análise, tabelas, gráficos, diagramas, conforme apropriado).			22/12/2014	12.000,00	
Produto 3: Relatório descrevendo os mapas de vulnerabilidade do setor agrícola às mudanças de clima gerados a partir das projeções do modelo Eta 20 km-HadGEM2ES pelos consultores de mapeamento de vulnerabilidade, e em coordenação com os pesquisadores da Sub-rede Agricultura da Rede CLIMA.			27/2/2015	16.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Eduardo de Moraes Pavão				CPF: 357.485.908-24	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

O produto 1 foi entregue e pago em novembro de 2014. O produto 2 foi entregue e pago em janeiro de 2015. O produto 3 foi entregue e pago em março de 2015.					
Código do Contrato: 2014/000503					
Objetivo da Consultoria: Fornecer apoio técnico à execução do projeto, especialmente no que se refere ao acompanhamento das parcerias a serem firmadas; ao controle físico e financeiro do projeto e à produção de relatórios técnicos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
1/10/2014	30/4/2015	50.000,00	50.000,00	13.000,00	13.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte I, bem como controle financeiro atualizado do projeto.			10/10/2014	11.000,00	
Produto 2: Elaboração e consolidação do Relatório de Progresso do projeto BRA/10/G32 para submissão no sistema SIGAP/ABC, referente ao segundo semestre de 2014 (julho a dezembro).			15/12/2014	5.000,00	
Produto 3: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte II, bem como controle financeiro atualizado do projeto.			5/1/2015	8.000,00	
Produto 4: Elaboração e consolidação do Relatório de Progresso do GEF (PIR) do projeto BRA/10/G32; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto.			16/2/2015	6.000,00	
Produto 5: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte III, bem como controle financeiro atualizado do projeto.			23/3/2015	8.000,00	
Produto 6: Relatório final contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto, bem como controle financeiro atualizado do projeto.			30/4/2015	12.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Anna Beatriz de Araújo Almeida				CPF: 011.045.251-86	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 2 e 3 foram entregues e pagos em março de 2015. Os produtos 1 e 4 foram entregues. Após análise, foram solicitados alguns ajustes. Aguardando liberação para pagamento. Os demais produtos serão entregues até o final do contrato, aditivado até 30/03/2016.					

Código do Contrato: 2014/000493					
Objetivo da Consultoria: O trabalho do consultor consiste em apoiar pesquisadores da Embrapa Informática Agropecuária e o consultor na área agrícola da Sub-rede Agricultura da Rede Clima no aprimoramento do sistema por meio da manutenção e ajuste de suas funcionalidades, inclusão ferramentas para a automatização da importação de novos dados de projeção climática para os bancos de dados do sistema					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/9/2014	27/2/2015	36.000,00	20.000,00	28.000,00	28.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Base de dados contendo as variáveis solicitadas pelos pesquisadores em agricultura, necessária para a geração de relatório do consultor na área agrícola da Sub-rede Agricultura da Rede Clima e para a execução do SCenagri.			23/10/2014	8.000,00	
Produto 2: Ferramenta de importação de novos dados de projeção climática do ETA 20km e sistema SCenAgri ajustado.			22/12/2014	12.000,00	
Produto 3: Sistema SCenAgri com modelo ETA 20km incorporado, validado testado e aprovado.			27/2/2015	16.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Vera Aparecida Figueiredo				CPF: 064.531.036-05	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 1 foi entregue e pago em 2014. Os produtos 2 e 3 foram entregues e pagos em 2015.					
Código do Contrato: 2014/000053					
Objetivo da Consultoria: O trabalho tem por objetivo desenvolver interface WEB para apresentação dos produtos relacionados aos cenários de mudanças climáticas e habilitar pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), da Rede CLIMA, do Programa FAPESP de Pesquisas em Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG) e gestores de políticas públicas no uso do framework Earth System Grid Federation – ESGF, implementado no INPE por meio do Projeto de Cooperação Internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), BRA/10/G32 – Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/3/2015	30/4/2015	45.000,00	45.000,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Apresentação e workshop sobre as funcionalidades e utilização do ambiente ESGF-INPE – Earth System Grid Federation para os pesquisadores do INPE.			31/3/2015	10.000,00	
Produto 2: Apresentação e workshop sobre as funcionalidades e utilização do ambiente ESGF-INPE – Earth System Grid Federation implementado no INPE para os pesquisadores da Rede CLIMA e Programa			5/4/2015	10.000,00	

FAPESP de Pesquisas em Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG).					
Produto 3: Desenvolvimento de interface WEB para apresentação dos produtos gerados pelo modelo BESM e sua estrutura de disponibilização de dados através do ambiente ESGF-INPE.		15/4/2015		16.000,00	
Produto 4: Apresentação para gestores de políticas públicas e representantes de órgãos de governo e sociedade, em Brasília, sobre os dados disponibilizados no ambiente de software ESGF e suas aplicações.		30/4/2015		9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Wanderley Oliveira Mendes				CPF: 032.472.698-86	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 1 foi entregue e pago em 2015. O contrato foi aditivado até 30/03/2016. Questões técnicas relacionadas à segurança digital no ambiente de supercomputação no INPE têm impedido o consultor a dar continuidade à elaboração dos produtos contratados.					
Código do Contrato: 2014/000087					
Objetivo da Consultoria: O trabalho tem por objetivo revisão e edição final das versões da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), devendo o profissional contratado ser responsável por garantir a qualidade, precisão, correção e clareza dos textos em inglês, no âmbito do projeto.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
1/6/2015	1/10/2015	57.750,00	57.750,00	57.750,00	57.750,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Edição de documento referente à Terceira Comunicação Nacional a ser disponibilizado pela coordenação ao consultor(a) (Previsão: 100 laudas).			10/6/2015	3.000,00	
Produto 2: Edição de documento referente à Terceira Comunicação Nacional a ser disponibilizado pela coordenação ao consultor(a) (Previsão: 500 laudas)			15/6/2015	15.000,00	
Produto 3: Edição de documento referente à Terceira Comunicação Nacional a ser disponibilizado pela coordenação ao consultor(a) (Previsão: 500 laudas).			30/6/2015	15.000,00	
Produto 4: Edição de documento referente à Terceira Comunicação Nacional a ser disponibilizado pela coordenação ao consultor(a) (Previsão: 500 laudas).			15/7/2015	15.000,00	
Produto 5: Versão de documento referente à Terceira Comunicação Nacional a ser disponibilizado pela coordenação ao consultor(a) (Previsão: 150 laudas).			23/7/2015	2.250,00	
Produto 6: Edição de material de apoio à Terceira Comunicação Nacional (Previsão: 500 laudas, com entregas parciais de 125 laudas cada).			30/7/2015	7.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Mariane Arantes Rocha de Oliveira				CPF: 865.857.891-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Todos os produtos foram entregues e pagos em 2015. O contrato foi aditivado até 30 de março de 2016 e rescindido a pedido da consultora em 11 de fevereiro de 2016.					

Análise Crítica

A principal justificativa para a contratação de consultores na modalidade produto diz respeito à necessidade da geração de subsídios que possuam rigor científico ou de produtos que tratem de temas de grande especificidade, atendendo a demandas de caráter inconstante. Desse modo, os consultores são contratados conforme a necessidade de produção de informações que preencham lacunas existentes, tanto em termos de pesquisa científica e tecnológica, quanto em termos técnicos, ensejando, portanto, parcerias principalmente com a academia.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

No exercício de 2015 a Controladoria Geral da União (CGU), por meio do seu portal fez 8 (oito) recomendações a SEPED, as quais estão em elaboração para análise e aprovação do gestor para posterior envio e postagem no Sistema Monitor da CGU.

Detalhamento das recomendações:

1. Recomenda-se à SEPED que aprimore os controles internos aplicáveis à gestão dos seus Programas e Ações, de forma a contemplar procedimentos de prevenção e detecção de riscos.
2. Recomenda-se à SEPED proceder à análise dos processos, rotinas e fluxos referentes à gestão das transferências voluntárias, com vistas a identificar pontos críticos que possam impactar negativamente o seu desempenho.
3. Recomenda-se à SEPED que, com base nas informações obtidas a partir do atendimento à recomendação 1 desta constatação, aprimore as normas utilizadas para a gestão das transferências voluntárias com vistas a adequá-las à estrutura e ambiente próprios dessa Secretaria, definindo responsabilidades, prazos e rotinas de controle e monitoramento das transferências.
4. Recomenda-se à SEPED a adoção de metodologia de avaliação de riscos, com o intuito de conhecer os riscos, a possibilidade de sua ocorrência e o potencial impacto na realização dos objetivos da Unidade e, adicionalmente, divulgar entre os servidores a importância dos procedimentos de controles como instrumentos de prevenção de riscos na realização das atividades diárias.
5. Que sejam instituídos procedimentos para controle de prazos de análise dos documentos e para o planejamento da avaliação das transferências.
6. Que sejam instituídos procedimentos para normatizar a realização de fiscalizações das transferências sob a responsabilidade da SEPED.
7. Elaborar procedimentos de controle interno para monitorar a elaboração do Relatório de Gestão da SEPED dos próximos exercícios, de forma a evitar a ocorrência de inconformidades na apresentação dos resultados da gestão.
8. Recomenda-se à SEPED implementar rotina interna que contemple a estratégia de execução para os Programas e Ações de sua responsabilidade, abrangendo planejamento anual e avaliação periódica.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO

PORTARIA N.º 09, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Fixa as metas e os indicadores institucionais de gestão da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento para o período compreendido entre janeiro a dezembro de 2015.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 do Regimento Interno da Secretaria de Políticas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED, aprovado pela Portaria MCT n° 755, de 3 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de outubro de 2006, resolve:

Art. 1º Fixar, na forma do Anexo I, desta Portaria, as metas e os indicadores institucionais de gestão da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento para o período compreendido entre janeiro a dezembro de 2015.

Parágrafo Único. As metas e os indicadores institucionais de gestão serão fixadas para as Coordenações a seguir relacionadas:

- I. Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistema e Biodiversidade (CGEC);
- II. Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa (CGAA);
- III. Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima (CGMC);
- IV. Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CGMH);
- V. Coordenação-Geral de Biotecnologia e Saúde (CGBS);
- VI. Coordenador para o Mar e Antártica (COMA).

Art. 2º O período para apuração dos resultados das metas e indicadores tratados nesta Portaria encerra-se no dia 31 de janeiro de 2016.

Parágrafo 1º Caberá a cada Coordenação da Secretaria a apuração dos seus resultados.

Parágrafo 2º As Coordenações deverão comunicar os resultados apurados à Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa até o dia 31 de janeiro de 2016, para efeitos de consolidação.

Art. 3º A divulgação dos resultados das metas e indicadores dar-se-á por portaria do Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento a ser publicada até o dia 29 de fevereiro de 2016.

Parágrafo Único. Os resultados das metas e indicadores integrarão o devido Relatório de Gestão da Secretaria.

Art. 4º As metas e os indicadores institucionais de gestão para o período compreendido entre janeiro a dezembro de 2015, deverão ser publicados até o dia 29 de fevereiro de 2016.

Parágrafo Único. A definição das metas e dos indicadores institucionais de gestão deverá ser subsidiada por uma reflexão estratégica da qual participarão o Secretário e o Diretor da Secretaria Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e também os titulares das Coordenações e/ou seus respectivos substitutos.

Art. 5º Revogar a Portaria n.º 14, de 22 de julho de 2014, publicada no Boletim de Serviço do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação de 31 de julho de 2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

Secretário

Anexo I

Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa (CGAA)

Meta 1: Elaborar relatórios mensais referentes a execução orçamentária e financeira de recursos sob a responsabilidade da SEPED.

INDICADOR		
1- Relatórios mensais elaborados		
Fórmula de cálculo: Somatório dos Relatórios elaborados		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Mensal	Fonte: SIAFI
Período: abril a dezembro 2015		
Valor de referência: 09	Valor apurado:	
Comentário situacional:		

Meta 2: Aprimorar o processo de elaboração e publicação do Relatório Anual de Gestão da SEPED

INDICADOR		
1 - Relatório de Gestão Anual – 2014		
Fórmula de cálculo: Relatório de Gestão Anual publicado		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Anual	Fonte: Registro no <i>site</i> do Tribunal de Contas da União - TCU
Período: janeiro a março de 2015		
Valor de referência: 01	Valor apurado:	
Comentário situacional:		

Coordenação-Geral de Biotecnologia e Saúde (CGBS)

Meta 1: Aprimorar a gestão da execução orçamentária

INDICADOR		
1 - Eficácia na gestão e aprimoramento do processo orçamentário sob responsabilidade da Coordenação		
Fórmula de cálculo: (número de projetos apoiados / número de projetos previstos) x 100		
Unidade de medida: Percentual	Periodicidade: Anual	Fonte: SigMCTI
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência: 85%	Valor apurado:	
Comentário situacional:		

Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistema (CGEC)

Meta 1: Aprimorar a gestão da execução orçamentária

INDICADOR		
1 - Eficácia na gestão e aprimoramento do processo orçamentário sob responsabilidade da Coordenação		
Fórmula de cálculo: (número de projetos apoiados / número de projetos previstos) x 100		
Unidade de medida: Percentual	Periodicidade: Anual	Fonte: SigMCTI
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência: 85%	Valor apurado:	
Comentário situacional:		

Meta 2: Monitorar, avaliar os resultados e produzir informações gerenciais sobre projetos nas áreas de Gestão de Ecossistemas e Biodiversidade.

INDICADOR		
Número de projetos monitorados e avaliados pela CGEC		
Fórmula de cálculo: somatório dos projetos monitorados e avaliados		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Anual	Fonte: Arquivos da CGEC, Relatórios e Pareceres
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência: 2	Valor apurado:	
Comentário situacional:		

Meta 3: Proceder ao acompanhamento e avaliação do grau de resultado do Termo de Parceria com o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP).

INDICADOR		
Número de reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), instituída pela Portaria MCTI nº 798/2013.		
Fórmula de cálculo: somatório das reuniões da CAA realizadas.		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Anual	Fonte: Relatórios da CAA
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência: 2	Valor apurado:	
Comentário situacional:		

Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CGMH)

Meta 1: Atender acima de 90% das demandas recebidas

INDICADOR		
Percentual de demandas recebidas atendidas		
Fórmula de cálculo: (número de demandas atendidas / número total de demandas) x 100		
Unidade de medida: Percentual	Periodicidade: Anual	Fonte: Sistema Interno de Controle de Demandas
Período: janeiro a dezembro 2014		
Valor de referência: 90%	Valor apurado:	
Comentário situacional:		

Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima (CGMC)

Meta 1: Elaborar informações acerca da implementação da UNFCCC ao Secretariado da Convenção

INDICADOR		
Relatórios Técnicos elaborados		
Fórmula de cálculo: Registro junto ao Ministério das Relações Exteriores		
Unidade de medida: Relatório	Periodicidade: Bienal	Fonte: Ministério das Relações Exteriores
Período: janeiro de 2015 a dezembro de 2016		
Valor de referência: 1	Valor apurado:	
Comentário situacional:		

Meta 2: Elaborar e divulgar informações acerca de estimativas de emissões de gases de efeito estufa

INDICADOR		
Relatório de Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa elaborado e divulgado		
Fórmula de cálculo: Publicação no portal do MCTI		
Unidade de medida: Relatório	Periodicidade: Anual	Fonte: Portal do MCTI
Período: janeiro a dezembro de 2015		
Valor de referência: 1	Valor apurado:	
Comentário situacional:		

Meta 3: Aprimorar assistência direta e imediata à CIMGC

INDICADORES		
1 – Projetos de MDL analisados		
Fórmula de cálculo: (número de projetos analisados/número de projetos recebidos)		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Anual	Fonte: SIGMDL
Período: janeiro a dezembro de 2015		
Valor de referência: 1	Valor apurado:	
2 – Atas das reuniões da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima elaboradas		
Fórmula de cálculo: (número de atas elaboradas/número de reuniões realizadas)		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Anual	Fonte: Relatório de gestão da CGMC
Período: janeiro a dezembro de 2015		
Valor de referência: 1	Valor apurado:	
Comentário situacional:		

Coordenador para o Mar e Antártica (CMA)

Meta 1: Monitorar, aprimorar o processo de análise de resultados e taxa de atendimento às demandas institucionais, relativas às ciências oceânica e antártica.

INDICADOR		
Percentual de demandas recebidas, analisadas e atendidas		
Fórmula de cálculo: (número de demandas atendidas/número total de demandas) x 100		
Unidade de medida: Percentual	Periodicidade: Anual	Fonte: Próton (sistema de protocolo)
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência:	Valor apurado:	
Comentário situacional:		



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO

PORTARIA N.º 01, DE 14 DE MARÇO DE 2016

Publica os resultados das metas e dos indicadores institucionais de gestão da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, estabelecidos por meio da Portaria n.º 09, de 17/06/2015, para o período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 do Regimento Interno da Secretaria de Políticas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED, aprovado pela Portaria MCT n.º 755, de 3 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de outubro de 2006, resolve:

Art. 1º Publicar, na forma do Anexo I, desta Portaria, os resultados alcançados das metas e os indicadores institucionais de gestão da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, relativos ao período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, em conformidade com a Portaria n.º 09, de 17/06/2015, publicada no Boletim de Serviço do MCTI n.º 12 de 30 de junho de 2015, pags. 51 a 57, link: (<http://intranet.mct.gov.br/index.php/content/view/131.html?dia=&mes=6&ano=2015>).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAILSON B. DE ANDRADE
Secretário

Anexo I

Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa (CGAA)

Meta 1: Elaborar relatórios mensais referentes a execução orçamentária e financeira de recursos sob a responsabilidade da SEPED.

INDICADOR		
2- Relatórios mensais elaborados		
Fórmula de cálculo: Somatório dos Relatórios elaborados		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Mensal	Fonte: SIAFI
Período: abril a dezembro 2015		
Valor de referência: 09		Valor apurado: 8
Comentário situacional: Em 2015, foram realizadas consulta no SIAFI Gerencial e emitidos 8 relatórios referente a execução orçamentária e financeira das Ações e Planos Orçamentários de responsabilidade da SEPED. Nível de consulta: SIAFI Gerencial: (({Mês Lançamento} = E ({Item Informação} = DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO), DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO), DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO), PROVISAO RECEBIDA, DESTAQUE RECEBIDO)) E (PTRES = 090516, 090539, 090541, 090553, 090569, 090575, 090576, 090582, 090586, 090592, 090594, 090599, 090602, 090605, 090609, 090612, 090614, 090616, 090617, 090621, 090624, 090626, 090630, 090631, 090633, 090634) E ({Categoria Econômica Despesa} = 3:DESPESAS CORRENTES, 4:DESPESAS DE CAPITAL).		

Meta 2: Aprimorar o processo de elaboração e publicação do Relatório Anual de Gestão da SEPED

INDICADOR		
1 - Relatório de Gestão Anual – 2014		
Fórmula de cálculo: Relatório de Gestão Anual publicado		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Anual	Fonte: Registro no <i>site</i> do Tribunal de Contas da União – TCU
Período: janeiro a março de 2015		
Valor de referência: 01		Valor apurado: 01
Comentário situacional: Com o encerramento do exercício de 2014, em 09/01/2015, a CGAA/SEPED, encaminhou as Coordenações Gerais da SEPED, formulários para preenchimento conforme estabelecido na Portaria/TCU n.º 90/2014, de 16/04/14, com vista a subsidiar a consolidação do Relatório de Gestão da SEPED-2014, com prazo de retorno em 13/02/15, em 06/04/2015, foi postada o Relatório de Gestão da SEPED 2014, no portal do Tribunal de Contas da União (TCU). Obs.: O prazo final para postagem do Relatório de Gestão de 2014 no site do TCU foi prorrogado para 30/04/2015.		

Coordenação-Geral de Biotecnologia e Saúde (CGBS)

Meta 1: Aprimorar a gestão da execução orçamentária

INDICADOR		
1 - Eficácia na gestão e aprimoramento do processo orçamentário sob responsabilidade da Coordenação		
Fórmula de cálculo: (número de projetos apoiados / número de projetos previstos) x 100		
Unidade de medida: Percentual	Periodicidade: Anual	Fonte: SigMCTI
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência: 85%		Valor apurado: $8 / 7 \times 100 = 114,28\%$
Comentário situacional: Com os recursos orçamentários sob gestão da CGBS foi possível apoiar o lançamento de três chamadas públicas via CNPq além de apoiar quatro projetos por meio de encomendas via CNPq e 1 projeto por meio de TED ao CETENE.		

Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistema (CGEC)

Meta 1: Aprimorar a gestão da execução orçamentária

INDICADOR		
1 - Eficácia na gestão e aprimoramento do processo orçamentário sob responsabilidade da Coordenação		
Fórmula de cálculo: (número de projetos apoiados / número de projetos previstos) x 100		
Unidade de medida: Percentual	Periodicidade: Anual	Fonte: SigMCTI
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência: 85%		Valor apurado: 100%
Comentário situacional: No exercício de 2015, os projetos sob responsabilidade da CGEC foram apoiados, a saber: i) <u>Programa de Grande Escala da Biosfera e Atmosfera na Amazônia – LBA</u> . Por meio da Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal N° 68/2013, estão em execução 14 projetos de pesquisa. ii) <u>Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio)</u> . Por intermédio da Chamada MCTI/CNPq/N° 35/2012, estão em andamento sete redes de pesquisa que abrangem 42 projetos e os biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Campos Sulinos. iii) <u>Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (GEOMA)</u> . Atualmente, encontra-se em execução um projeto resultante da Chamada MCTI/CNPq/N° 35/2012. iv) <u>Rede de Pesquisas para o Uso Sustentável e Conservação do Cerrado (ComCerrado)</u> . No âmbito da Chamada MCTI/CNPq/N° 35/2012, estão em andamento duas redes de pesquisa do Cerrado. v) <u>Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte)</u> . Hoje, existem 24 projetos aprovados no formato de redes de pesquisa interestaduais, por meio das Chamadas MCT/CNPq/FNDCT/CT-AMAZÔNIA/BIONORTE N° 66/2009 e MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal N° 79/2013. vi) <u>Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro Oeste)</u> . Atualmente, a Pró-Centro-Oeste conta com 25 redes de pesquisa que envolvem 140 projetos, contratados por meio das Chamadas MCT /CNPq /FNDCT /FAPs /MEC /CAPES /PRO-CENTRO-OESTE N° 031/2010 e MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal N° 79/2013. Além dos nacionais, foram apoiados os seguintes projetos internacionais: Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR); Programa Amazon Face; Recuperação e proteção dos serviços de clima e biodiversidade do corredor sudoeste da Mata Atlântica brasileira – GEF Mata Atlântica; e Sistemas integrados de monitoramento da cobertura vegetal, da ocorrência de incêndios florestais e da emissão associada de GEE no bioma Cerrado.		

Meta 2: Monitorar, avaliar os resultados e produzir informações gerenciais sobre projetos nas áreas de Gestão de Ecossistemas e Biodiversidade.

INDICADOR		
Número de projetos monitorados e avaliados pela CGEC		
Fórmula de cálculo: somatório dos projetos monitorados e avaliados		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Anual	Fonte: Arquivos da CGEC, Relatórios e Pareceres
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência: 2		Valor apurado: 2
<p>Comentário situacional: Nos dias 4 e 5 de novembro/2015, foi realizada a reunião de Acompanhamento e Avaliação dos seguintes projetos: - Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio); - Rede Temática de Modelagem Ambiental da Amazônia – Geoma. Quanto ao PPBio, a Comissão de Avaliação ressaltou como pontos positivos a formação de recursos humanos, a expansão das áreas amostrais e a disseminação do conhecimento. No entanto, citou que alguns projetos apoiados não seguiram as recomendações anteriores da Comissão. No que tange à Rede Geoma, a Comissão enfatizou que o projeto obteve excelentes resultados que contribuíram ao entendimento de processos ecossistêmicos nas várzeas amazônicas. Entretanto, comentou como ponto negativo o fato de o projeto ter sido apoiado isoladamente e não no formato de rede de pesquisa.</p>		

Meta 3: Proceder ao acompanhamento e avaliação do grau de resultado do Termo de Parceria com o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP).

INDICADOR		
Número de reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), instituída pela Portaria MCTI nº 798/2013.		
Fórmula de cálculo: somatório das reuniões da CAA realizadas.		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Anual	Fonte: Relatórios da CAA
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência: 2		Valor apurado: 2
<p>Comentário situacional: Em 2015, foram realizadas duas reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), uma em março e outra em setembro, para avaliar e acompanhar o grau de resultado do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012. O Plano de Trabalho desse TP prevê a execução do Projeto “Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental”, estruturado em sete componentes: 1. Lei do Pantanal; 2. uso e gestão de recursos pesqueiros do Pantanal; 3. agregação de valor aos produtos da pesca e da pecuária pantaneira; 4. rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: resposta a diferentes cenários de mudanças climáticas (ClimBAP); 5. capacidade suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal; 6. caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do município de Poconé na microrregião do Alto Paraguai; 7. gestão e apoio logístico. Com base nos relatórios da CAA, verificou-se que as atividades dos componentes estão sendo executadas e as metas estão sendo atingidas. Entretanto, há necessidade de que o CPP continue envidando esforços para executar os recursos, uma vez que há um saldo considerável de recursos em conta.</p>		

Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima (CGMC)

Meta 1: Elaborar informações acerca da implementação da UNFCCC ao Secretariado da Convenção

INDICADOR		
Relatórios Técnicos elaborados		
Fórmula de cálculo: Registro junto ao Ministério das Relações Exteriores		
Unidade de medida: Relatório	Periodicidade: Bienal	Fonte: Ministério das Relações Exteriores
Período: janeiro de 2015 a dezembro de 2016		
Valor de referência: 1	Valor apurado: 0	
Comentário situacional: O relatório está em elaboração e deverá ser registrado junto ao MRE dentro do prazo previsto.		

Meta 2: Elaborar e divulgar informações acerca de estimativas de emissões de gases de efeito estufa

INDICADOR		
Relatório de Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa elaborado e divulgado		
Fórmula de cálculo: Publicação no portal do MCTI		
Unidade de medida: Relatório	Periodicidade: Anual	Fonte: Portal do MCTI
Período: janeiro a dezembro de 2015		
Valor de referência: 1	Valor apurado: 0	
Comentário situacional: A elaboração da terceira edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa contemplou os aprimoramentos metodológicos apresentados no Terceiro Inventário Brasileiro. A publicação se dará com atraso, tendo em vista a alta sensibilidade das informações relativas às emissões de gases de efeito estufa, em particular em momento em que há negociação de relevante marco internacional.		

Meta 3: Aprimorar assistência direta e imediata à CIMGC

INDICADORES		
1 – Projetos de MDL analisados		
Fórmula de cálculo: (número de projetos analisados/número de projetos recebidos)		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Anual	Fonte: SIGMDL
Período: janeiro a dezembro de 2015		
Valor de referência: 1	Valor apurado: 1	
2 – Atas das reuniões da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima elaboradas		
Fórmula de cálculo: (número de atas elaboradas/número de reuniões realizadas)		
Unidade de medida: Unidade	Periodicidade: Anual	Fonte: Relatório de gestão da CGMC
Período: janeiro a dezembro de 2015		
Valor de referência: 1	Valor apurado: 1	
Comentário situacional: A CIMGC recebeu três projetos de MDL e todos foram analisados pela CGMC. A CGMC elaborou ata para todas as sete reuniões da CIMGC realizadas.		

Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CGMH)

Meta 1: Atender acima de 90% das demandas recebidas

INDICADOR		
Percentual de demandas recebidas atendidas		
Fórmula de cálculo: (número de demandas atendidas / número total de demandas) x 100		
Unidade de medida: Percentual	Periodicidade: Anual	Fonte: Sistema Interno de Controle de Demandas
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência: 90%		Valor apurado: 100%
Comentário situacional: Total de 80 demandas atendidas. Sendo: 10 demandas por documentos oficiais, 52 demandas por correspondência eletrônica, 9 Notas Técnicas emitidas, 1 Parecer Técnico e 8 Notas Informativa.		

Coordenador para o Mar e Antártica (CMA)

Meta 1: Monitorar, aprimorar o processo de análise de resultados e taxa de atendimento às demandas institucionais, relativas às ciências oceânica e antártica.

INDICADOR		
Percentual de demandas recebidas, analisadas e atendidas		
Fórmula de cálculo: (número de demandas atendidas/número total de demandas) x 100		
Unidade de medida: Percentual	Periodicidade: Anual	Fonte: Próton (sistema de protocolo)
Período: janeiro a dezembro 2015		
Valor de referência: 90%		Valor apurado: 96%
Previsto janeiro 2015 a dezembro 2015: 90%		
Comentário situacional: Levantamento efetuado no Próton (sistema de Protocolo) resultou no seguinte, para o ano de 2015: sendo 346 demandas recebidas; 300 respondidas, com ações da CMA; 28 arquivadas, para conhecimento e nenhuma ação a empreender; 04 devolvidas por serem assuntos não afetos à CMA; e 14 a responder. Considerando que (número de demandas atendidas = 332)/(número total de demandas = 346) x 100, temos cumprimento do indicador em 96%.		